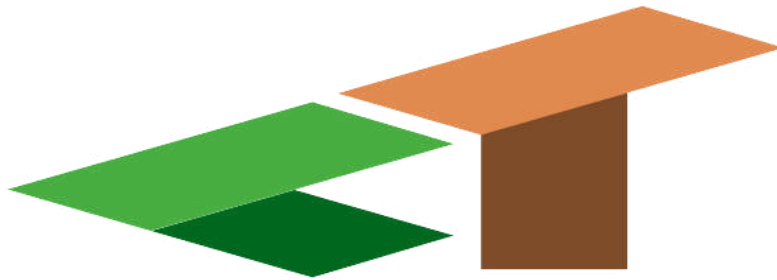


Estudos agrários críticos e COVID-19:

movimentos socioterritoriais e luta pela terra no Brasil





CAMPO-TERRITÓRIO

Dossiê

"ESTUDOS AGRÁRIOS CRÍTICOS E COVID-19: movimentos socioterritoriais e luta pela terra no Brasil"

Organizadores

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Gabriela Abrahão Masson

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

José Sobreiro Filho

Outubro 2022

Volume 17, número 47

ISSN: 1809-6271

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Valder Steffen Jr.

Vice-Reitor

Prof. Carlos Henrique Martins da Silva

Diretor do Instituto de Geografia

Prof. Boscolli Barbosa Pereira

Edição: Fabiana Borges Victor

Diagramação: Natália Lorena Campos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Campo-Território, v. 17, n. 47, 2022, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2006-

Quadrimestral.

Modo de acesso:

[http:// http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio](http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio)

Editor: João Cleps Junior

ISSN: 1809-6271

1. Geografia Agrária. 2. Teorias Agrárias. 3. Questão Agrária.
4. Relações Campo-Cidade. 5. Transformações no Espaço Agrário.
I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia.

CDU: 910

Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, à Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Geografia.

Campo - Território

Editor-chefe

João Cleps Junior (UFU)

Conselho Editorial

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP)

Bernardo Mançano Fernandes (UNESP)

Glaucio José Marafon (UERJ)

João Cleps Junior (UFU)

Marcos Aurelio Saquet (UNIOESTE)

Rosa Maria Vieira Medeiros (UFRGS)

Vera Lucia Salazar Pessôa (UF)

Organizadores

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Gabriela Abrahão Masson

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

José Sobreiro Filho

Pareceristas da Edição

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Gabriela Abrahão Masson

Gerson Antonio Barbosa Borges

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

José Sobreiro Filho

Monica Schiavinatto

Nathan Dourado

Renata Franco Brasileiro

Sumário

Expediente	i
1. Apresentação.....	01-07
Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Gabriela Abrahão Masson, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, José Sobreiro Filho	
2. Emergência da COVID-19 e produção do espaço de contágio em territórios de frigoríficos no Brasil e nos EUA	08-32
Allan Rodrigo De Campos Silva	
3. Fome e questão agrária: um debate a partir da realidade brasileira	33-57
Raquel Santos Sant'Ana, Nathália Lopes Caldeira Brant	
4. (Des)caminhos dos conflitos socioterritoriais na Amazônia oriental	58-79
João Marcio Palheta da Silva, Adolfo da Costa Oliveira Neto	
5. A pandemia começou quando os brancos chegaram: barreiras sanitárias como práticas autônomas dos povos Kaiowá e Guarani	80-104
Gislaine Carolina Monfort, Juliana Grasiéli Bueno Mota	
6. Mapeamento biorregional em comunidades pesqueiras: pertencimento territorial na costa do Nordeste brasileiro frente à impactos ambientais ...	105-129
Fábio Vieira, Miguel da Costa Accioly, Tayane Lopes Santos	
7. Geografia e agroecologia: a espacialização do consumo agroecológico em Três Lagoas/MS no período pandêmico	130-154
Samuel da Silva Heimbach, Rosemeire Aparecida de Almeida	
8. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	155-178
Angela dos Santos Machado, Aline Albuquerque Jorge, Bernardo Mançano Fernandes	
9. Movimentos socioterritoriais, mulheres e doação de alimentos no Brasil: as campanhas de solidariedade como resistência durante a pandemia da COVID-19	179-206
Aline Albuquerque Jorge, Lara Dalperio Buscioli, Silmara Oliveira Moreira Bitencourt, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Roberta Oliveira da Fonseca, Larissa Araújo Coutinho de Paula, Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva	
10. Questão de Gênero: as mulheres e LGBTs no campo, ações de enfrentamento a COVID-19	207-231
Noeli Welter Taborda, Carlos Magno Soeiro Mendonça	

APRESENTAÇÃO

O caráter devastador da necropolítica (MBEMBE, 2016) adotada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), vem minando a (re) existência da classe trabalhadora e atinge as mais distintas esferas socioespaciais. Nos campos, nas águas e nas florestas, diversas são as formas de violência e inúmeros são os ataques às comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais, evidenciando um conjunto orquestrado, deliberado e impositivo de mudanças cruéis e regimentadas por uma agenda ultraneoliberal, revigorada no Brasil com o golpe contra ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Diversos foram os retrocessos no âmbito da institucionalidade das políticas públicas voltadas ao campo para a agricultura camponesa e para os territórios de reforma agrária e quilombolas. Os direitos sociais dos (as) trabalhadores (as) rurais, que além de serem conquistas pontuais e tardias, estão cada vez mais ameaçados, sendo a fome e a pobreza uma realidade latente e reveladora da atual configuração da questão agrária brasileira.

Não temos dúvida de que também no Brasil existe um governo populista e de extrema direita com fortes raízes agrárias (SCOONES et al., 2022), haja vista os incontestes apoios que recebe de grande parcela do agronegócio, dos grileiros, dos garimpeiros, das mineradoras e dos madeireiros. Faz parte de seus objetivos não apenas a invisibilização de modos de produção e vida que se contraponham ao agronegócio, como também o seu desaparecimento. Ou seja, se em contextos de exacerbação do neoliberalismo, a invisibilidade da produção familiar foi um duro golpe naqueles (as) que anseiam por um campo mais justo e saudável, na atualidade, o que vivemos/temos, é muito pior. Instado por um anseio de eliminação daqueles (as) que pensam e agem diferente do que é previsto e propagado por sua base, o atual governo brasileiro atua em favor da anulação física e simbólica de camponeses e dos povos originários e tradicionais, ribeirinhos (as), quilombolas, extrativistas etc. A ascensão da hegemonia política dessa direita populista, autoritária e fascista no Brasil, desde então, faz com que o processo de luta pela terra seja cada vez mais árduo, travejado por disputas e conflitos, necessitando a reinvenção e a renovação de instrumentos e estratégias contra-hegemônicas.

Potencializada pela pandemia de Covid-19, iniciada em Março de 2020, a redução de direitos, renda, emprego e liberdade colocadas à essas populações tornam-nas ainda mais vulneráveis, intensificando os atos de desrespeito e violência contra os (as) trabalhadores (as) do campo, em assentamentos rurais, acampamentos, quilombos, junto às mulheres, à população LGBTQIA+ e aos territórios indígenas e tradicionais em todo o país.

Esse cenário é marcado por um profundo desinteresse na vida dos camponeses (as), quilombolas, indígenas, ribeirinhos etc., especialmente colocando no horizonte a possibilidade de eliminação física dos adversários. Aos poucos, a estética da narrativa construída levou os sujeitos organizados, insubordinados e resistentes à razão neoliberal a se tornarem muito mais do que simples adversários políticos, transformando homens e mulheres em inimigos do desenvolvimento nacional.

Mesmo nesse cenário de crescente medo e tensão, as ações desses sujeitos têm auxiliado a garantia de direitos básicos a diversos grupos, especialmente no combate à fome, através, por exemplo, da promoção do acesso a alimentos agroecológicos. Isso situa que apesar do agronegócio dinamizar a definição do alimento-mercadoria, a solidariedade de movimentos camponeses pontua por um outro caminho, o do alimento-bem comum. Mas essa realidade ainda é reveladora de outro fato curioso acerca dos movimentos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. no Brasil. Mesmo diante da necessidade do isolamento social durante a pandemia de Covid-19, os movimentos populares da esquerda não conseguiram cumprir o isolamento porque tiveram que seguir e ampliar suas lutas devido ao crescimento da pauta da saúde, mas também assumiram a responsabilidade por, através de ações solidárias classistas, alimentar a classe trabalhadora

Diante dessa problemática, a proposta deste Dossiê é apresentar aos leitores estudos comprometidos e críticos que sejam capazes de estimular diálogos, pensamentos, conhecimentos, concepções, práticas e experiências multidisciplinares de ordem contestadora e emancipatória, com ênfase em análises investigativas que provoquem a reflexão sobre a questão agrária no país, sobretudo no que diz respeito ao processo de lutas, enfrentamentos e resistências pela/na terra no contexto de Covid-19 desde 2020.

No intuito de construir diálogos horizontais e transversais, apostamos na representatividade de gênero e na heterogeneidade de temas, movimentos socioterritoriais, formações acadêmicas e regiões brasileiras para a apreensão de uma das

realidades mais contraditórias do planeta no “capitalismo pandêmico” (ANTUNES, 2020), como poderá ser apreciado pelos leitores (as) nos nove artigos que integram este Dossiê.

O agronegócio brasileiro bateu recordes de exportação em 2021. De janeiro a outubro, ele movimentou U\$\$102,4 bilhões em exportações, ultrapassando o recorde registrado em 2018, de U\$\$101,2 bilhões (CNA, 2022). Tais dados expressam o crescimento econômico do capital que favorece a continuidade da hegemonia no agronegócio, tema debatido no primeiro texto que abre esse Dossiê. Em “**Emergência da Covid-19 e produção do espaço de contágio em territórios de frigoríficos no Brasil e nos EUA**”, de Allan Rodrigo de Campos Silva, discute-se como os frigoríficos atuaram como espaços aceleradores de disseminação de Covid-19 no Brasil e EUA. Dentre os principais fatores para esse contágio, estão as características sanitárias, as pressões advindas das próprias corporações, o descumprimento/ausência de normas sanitárias de prevenção a Covid-19 e a centralidade ocupada pela indústria de processamento de alimentos em ambos países.

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022), em 2021, no Brasil, 44,8% dos (as) brasileiros (as) que estavam em situação de Segurança Alimentar, 55,2% estavam em algum grau de Insegurança Alimentar (IA), e 9% das pessoas passam fome, ou seja, em estado de IA Grave. Assim, o Brasil adentra, novamente, ao Mapa Mundial da Fome. O agravamento dessa situação impõe-nos a tarefa de denunciar essa miséria estrutural.

É o que fazem Raquel Santos Sant'Ana e Nathália Lopes Caldeira Brant no artigo “**Fome e Questão Agrária: um debate a partir da realidade brasileira**”. O texto traz, com muita sensibilidade e lucidez, o debate imprescindível sobre a fome e a sua intersecção com a questão agrária brasileira, ampliando os olhares para os tempos de pandemia de Covid-19 e a atuação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na produção e distribuição de alimentos saudáveis no combate à fome.

Dados recentes mostram que a Amazônia concentrou cerca de 59% da área desmatada e aproximadamente 66% dos alertas de desmatamento em 2021. Foram mais de 977 mil hectares de vegetação nativa destruídos - um crescimento de quase 15% em relação a 2020 (MAPBIOMAS, 2022). Num momento em que os índices de desmatamento na Amazônia são alarmantes, fruto de uma política genocida e criminosa, como é o caso da Medida Provisória 910 de 2019, assinada pela presidência da república,

que opera para regularização fundiária e privatização das terras públicas, João Márcio Palheta da Silva e Adolfo da Costa Oliveira Neto, em "**(Des) Caminhos dos Conflitos Socioterritoriais na Amazônia Oriental**", debatem os impactos territoriais dos grandes empreendimentos do setor mineral e a relação com os conflitos a partir de 2015. Destacam como as redes de infraestruturas aceleram e ampliam a exploração extrativista na integração dos territórios produtivos à economia internacional.

A incessante tentativa da bancada ruralista de instituir o marco temporal para a homologação das terras indígenas brasileiras é outro *front* de combate que os povos originários enfrentam em plena pandemia. No artigo "**A pandemia começou quando os brancos chegaram: barreiras sanitárias como práticas autônomas dos povos Kaiowá e Guarani**", Gislaine Carolina Monfort e Juliana Grasiéli Bueno Mota versam sobre as resistências indígenas e questionam visões eurocentradas que constituíram as bases da sociedade ocidental moderna. As autoras nos convidam à uma análise sobre os processos e práticas autônomas de autodefesa dos povos kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul como forma de proteção e cuidado contra a Covid-19.

Não obstante, as comunidades tradicionais também atravessam essa seara de lutas em plena Covid-19. Fábio Vieira, Miguel da Costa Accioly e Tayane Lopes Santos, no artigo denominado "**Mapeamento biorregional em comunidades pesqueiras: Envolvimento e pertencimento territorial frente aos impactos do crime do derramamento de petróleo e da Covid-19**", refletem como as comunidades pesqueiras do Nordeste foram afetadas pelo crime do derramamento do petróleo em 2019 e pela Covid-19. Destacam como esses mesmos sujeitos, a partir dos conhecimentos e saberes construídos, foram capazes de realizar um trabalho de mapeamento social na defesa de seus territórios e territorialidades.

No contexto de pandemia e isolamento social, os (as) agricultores (as) do projeto de reforma agrária 20 de Março em Três Lagoas (MS), em articulação com a extensão universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, adaptaram-se a modalidade on-line de comercialização de alimentos agroecológicos, e entregas a domicílio para a continuidade do projeto de extensão. Assim, o artigo "**Geografia e Agroecologia: A espacialização do consumo agroecológico em Três Lagoas/MS no período pandêmico**", de Samuel da Silva Heimbach e Rosemeire Aparecida de Almeida, apresentou esta experiência e os caminhos construídos através da espacialização do

consumo de produtos agroecológicos no tecido urbano de Três Lagoas no período pandêmico.

No início da pandemia, ainda em 2020, a grande mídia passou a dar destaque às ações de "solidariedade" empreendidas por grandes corporações nacionais e estrangeiras no combate à Covid-19. No entanto, pouco se difundiu por esses mesmos canais midiáticos, como a sociedade civil, em especial os movimentos socioterritoriais, se articularam para o enfrentamento desse período. O artigo "**Pandemia, ações de Solidariedade do MST a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**", de Angela dos Santos Machado, Aline Albuquerque Jorge e Bernardo Mançano Fernandes, faz uma reflexão sobre como o MST participa de ações de solidariedade desde o início da pandemia, principalmente com doações de alimentos que extrapolam o caráter assistencialista. O texto se lança a uma discussão polêmica e ousada sobre como o projeto de reforma agrária para o país, defendido pelo MST, pode garantir redução das desigualdades sociais, uma alimentação saudável e a soberania alimentar, questões que, para os autores, estão interligados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

No artigo "**Movimentos Socioterritoriais, mulheres e doação de alimentos no Brasil: as campanhas de solidariedade como resistência durante a pandemia da Covid-19**" a temática sobre as ações de solidariedade permanece em foco. Parte do coletivo de mulheres da Rede DATALUTA que analisou as ações das camponesas nas campanhas de doação de alimentos no Brasil, a partir do debate paradigmático. As mulheres, como discutem as autoras, possuem centralidade nessas ações, nas produções dos alimentos, na gestão, preparação, estrutura de articulação e no campo paradigmático de discussões na defesa do Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Ao impor inúmeros desafios à classe trabalhadora do campo e da cidade, a pandemia agudizou as problemáticas de uma sociedade fundada em bases capitalistas, patriarcais, racistas e homofóbicas. É partindo desse escopo que o último artigo, de Noeli Welter Taborda e Carlos Magno Soeiro Mendonça, intitulado "**Questão de gênero: as mulheres e lgbs no campo, ações de enfrentamento a Covid-19**" e redigido por militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e do MST, apresenta um arsenal teórico/prático da luta dos movimentos feministas nas ações de enfrentamento a Covid-19. Evidencia a diversidade das ações no enfrentamento aos desafios impostos pela pandemia, através de campanhas de solidariedade, reuniões virtuais, manifestações

e atividades formativas que mantiveram aquecido o debate e a necessidade da Reforma Agrária Popular e de um projeto feminista para o campo. A luta contra LGBT fobia, contra o racismo e o machismo é o direcionamento coletivo proposto por esses sujeitos.

Este Dossiê buscou apresentar estudos críticos, olhares e saberes multidisciplinares a partir de uma visão emancipatória sobre a questão agrária no Brasil, suas expressões e processos contra-hegemônicos de lutas sociais no contexto de Covid-19. Neste sentido, à guisa de tecer breves considerações finais, estimamos uma leitura reflexiva, que neste Dossiê é discutida à luz de determinantes históricos, políticos, econômicos, geográficos e sociais da realidade brasileira, que articulados a geopolítica internacional, intensificam a pobreza e a fome no campo.

Os sujeitos coletivos que organizaram-se e colocaram-se na cena pública, agravada pela pandemia, realizaram diversas ações de caráter popular e feminista na construção de outras sociabilidades, em que o "Agro" não é a lógica, tampouco a regra, e os povos dos campos, das águas e das florestas, são corpos e mentes que disputam e devem ocupar as políticas de Estado. Seguimos firmes nesse projeto, pois apesar do medo e de tempos nefastos que tentam enterrar sonhos, ainda acreditamos que somos capazes de lutar e construir uma sociedade mais justa e digna para toda a sociedade brasileira.

Nos colocamos à disposição para futuros diálogos, desejando aos interessados uma ótima leitura!

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Gabriela Abrahão Masson

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

José Sobreiro Filho

COMISSÃO ORGANIZADORA DO DOSSIÊ

REFERÊNCIAS

CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **Balanco 2021**. Disponível em: <<https://balanco21perspectiva22.cnabrazil.org.br/balanco/>> Acesso em 25 ago. 2022.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual de Desmatamento 2021**. São Paulo, Brasil: MapBiomas, 2022. Disponível em:< <http://alerta.mapbiomas.org>> Acesso em 25 ago. 2022.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Artes e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 151-123, dez. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3sji373>>. Acesso em 16 mar. 2021.

REDE PENSSAN - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>> Acesso em 25 ago. 2022.

SCOONES, I.; EDELMAN, M.; BORRAS JR, S. **Authoritarian Populism and the Rural World**. Londres: Routledge, 2021.

EMERGÊNCIA DA COVID-19 E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE CONTÁGIO EM TERRITÓRIOS DE FRIGORÍFICOS NO BRASIL E NOS EUA

COVID-19 EMERGENCY AND PRODUCTION OF THE SPACE OF CONTAGION IN MEAT PLANTS TERRITORIES IN BRAZIL AND IN THE USA

Allan Rodrigo de Campos Silva

Geógrafo e Pesquisador de Pós-Doutorado (TerritoriAL-UNESP)

allan.campos@unesp.br

Resumo

Desde o início da pandemia da Covid-19 frigoríficos no Brasil e nos Estados Unidos se tornaram centros de contágio da doença. De um ponto de vista geográfico, a cronologia do contágio sugere que os frigoríficos atuaram na espacialização subsequente da Covid-19 em seus territórios, atingindo comunidades de trabalhadores imigrantes, indígenas e municípios vizinhos. Características sanitárias específicas, somadas às pressões corporativas, o descumprimento ou ausência de normas sanitárias de prevenção e controle de Covid-19 e a definição da indústria de processamento de alimentos como atividade essencial pelo poder público compõem os principais fatores para o contágio de Covid-19 em frigoríficos. Este artigo analisa o papel da indústria de proteína animal na emergência da Covid-19 e na subsequente produção do espaço do contágio a partir dos territórios dos frigoríficos controlados pelas companhias BRF município brasileiro de Concórdia, no estado de Santa Catarina, e pela JBS nos municípios estadunidenses de Cold Spring e Worthington no estado de Minnesota. Analisamos a espacialização do contágio através de uma perspectiva multidimensional e multiescalar, considerando as correlações entre os aspectos políticos, econômicos, sanitários e epidemiológicos. Sugerimos que os frigoríficos agiram como espaços aceleradores do contágio de Covid-19 sobre os seus territórios, impactando a escala e a interiorização da pandemia tanto no Brasil quanto nos EUA.

Palavras-chave: Pandemia. Saúde pública. Frigoríficos. Produção do espaço. Covid-19.

Abstract

Since the beginning of the Covid-19 pandemic, meat processing plants in Brazil and the United States have become centers of contagion for the disease. From a geographical point of view, the chronology of the contagion suggests that the plants acted in the subsequent spatialization of Covid-19 in their territories, reaching communities of immigrant workers, indigenous people and neighboring municipalities. Specific sanitary characteristics, added to corporate pressures, the non-compliance or absence of sanitary norms for the prevention and control of Covid-19 and the definition of the meat processing industry as an essential activity by governments are the main factors for the

spread of Covid-19 in meat plants. This paper analyzes the role of animal protein industry in the emergence and production of the space of the contagio of Covid-19 in plants controlled by BRF in the Brazilian municipality of Concordia, in Santa Catarina and the municipalities of Cold Spring and Worthington in the state of Minnesota, in the United States. We analyze the spatialization of contagion through a multidimensional and multiscale perspective, considering the correlations between political, economic, health and epidemiological aspects. We suggest that meat plants acted as accelerating spaces for the Covid-19 contagion on their territories, impacting the scale and internalization of the pandemic both in Brazil and in the US.

Keywords: Pandemic. Public health. Meat plants. Production of space. Covid-19.

Introdução: A emergência da Covid-19

Mais de 2 anos após a Covid-19 emergir em novembro de 2019, se fortalecem as explicações que elaboram a multidimensionalidade da origem do vírus Sars-Cov-2 como consequência da destruição ambiental e por meio dos circuitos espaciais da pecuária global (WALLACE, 2022). Essa formulação avança em prejuízo das hipóteses que figuram o vazamento, acidental ou não, de um vírus manipulado em laboratório. Um conjunto cada vez mais robusto de pesquisas sobre a ecologia das doenças já é capaz de caracterizar as condições territoriais sob as quais mais de 70% das novas doenças infecciosas emergiram nas últimas 3 décadas - dentre elas, Covid-19, H1N1, H5N1, Ebola e Aids. Em todos esses casos, a destruição ambiental conduzida pelo agronegócio atuou como o principal elemento causador de epidemias e pandemias.

Esta forma de enxergar o problema pode ser percebida nos estudos sistematizados pelo filo-geógrafo estadunidense Rob Wallace (WALLACE, 2020), que segue a vereda aberta por Mike Davis (DAVIS, 2005) em seu seminal estudo sobre a epidemia de H5N1. Para descrever o prognóstico que a epidemia de 2005 preparou, Davis cunhou a imagem de um asteroide viral em rota de colisão com o planeta Terra, ou seja, estaríamos diante da possibilidade crescente de uma pandemia global, que de fato ocorreu em 2009 com a H1N1. Desde então, Wallace conduz as suas pesquisas, com uma ênfase especial nos estudos sobre os vírus causadores da Influenza e sua gigantesca capacidade de se transformar e infectar humanos e outros que não humanos.

Davis (DAVIS, 2005) e Wallace (WALLACE, 2020) analisam criticamente as paisagens protopandêmicas, ou os arranjos econômico-ecológicos através dos quais o agronegócio espacializa vírus de potencial pandêmico. Tais paisagens apresentadas

considerando principalmente a sua conexão com a chamada indústria da proteína animal, com ênfase nas cadeias globais da suinocultura e a avicultura intensivas. Davis, apoiando-se em um raro estudo escrito à sombra das epidemias de Aids e Ebola na África nos anos 1990, abriu espaço para elaborar as transformações ambientais que estariam acelerando o contágio de doenças zoonóticas sobre as populações humanas. Mas, ainda de acordo com Davis, foi o trabalho de uma equipe de investigadores (BRASHARES et al, 2004) que lhe serviu como modelo epistemológico para investigar a complexa teia multidimensional entre a urbanização, a economia política global e os estudos ambientais. Reconstituir um pouco desta história pode nos ajudar a compreender o quadro geral da emergência da Covid-19.

A emergência das epidemias de Ebola e Aids na África nos anos 1990 estão ligadas, em primeiro lugar, a um aumento da interface entre humanos e animais selvagens repositórios desses vírus: chimpanzés no caso do HIV e morcegos no caso da Ebola. No caso da Aids, por trás desse aumento de contato está, em primeiro lugar, a disseminação da pesca de arrasto na costa atlântica africana, subsidiada por governos Europeus e responsável por diminuir a biomassa de peixes em 50% entre 1977 e 2000. Tornados escassos e caros, os peixes vão dando lugar à carne de caça na alimentação na África Ocidental. A prática da caça, por sua vez, ocorre justamente para alimentar os trabalhadores da indústria da madeira que avança sobre as florestas africanas. O contato entre animais silvestres portadores de vírus é assim dirigido pelo agronegócio.

A epidemia de Ebola 2013-2016 na África Ocidental, tal como analisada por Wallace (2020) nos fornece mais uma camada de explicações. Entre 1976 e 2000 a região perdeu uma área florestal equivalente a 500.000 km², em grande parte devido ao avanço inédito da indústria de óleo de palma para abastecer as corporações globais de alimentos processados. Matas nativas foram gradativamente substituídas por campos de cultivo de palmeiras, com um impacto indelével sobre a fauna de morcegos que, por sua vez, se adaptaram rapidamente ao forrageamento justamente nas copas onde os trabalhadores semi-proletarizados colhiam a sua matéria-prima.

O contato antes fortuito entre morcegos e humanos tornou-se constante e ampliou drasticamente as taxas de contágio, atingindo a marca de 30.000 casos e 10.000 mortes - um aumento de vinte vezes no número de casos e mortes das epidemias de 1976 e 1996. A territorialização do contágio seguiu as linhas de mobilidade desses

trabalhadores, das zonas rurais às cidades regionais nas quais a matéria-prima é processada (WALLACE, 2020, p.469-484).

Pois bem, mas como estes casos podem nos ajudar a compreender o surgimento da pandemia da Covid-19? Caso o vírus tenha sido fabricado em laboratório, que relação existiria entre as epidemias de Aids e Ebola e a pandemia da Covid-19? Por fim, quais os limites das explicações que centram fogo no laboratório de Virologia de Wuhan?

Menos de 20 quilômetros separam Instituto de Virologia de Wuhan - o hipotético centro difusor do vírus manipulado em laboratório - e o “Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan” - pólo factual do primeiro surto de Covid-19. Enquanto as hipóteses sobre o vazamento laboratorial do vírus, acidental ou não, apostam todas as suas fichas em um objeto espacial determinado - o laboratório, as formulações que apontam para os níveis multidimensionais do surgimento do vírus em campo articulam um conjunto mais amplo de causas. Tais causas estariam inseridas no modo capitalista de produção de doenças, que dirige a ação tanto das práticas do agronegócio, dos campos de desmatamento e cultivo aos laboratórios de pesquisa em microbiologia.

A hipótese laboratorial tem se enfraquecido diante do crescente número de pesquisas que apontam o Mercado de Wuhan como ponto zero da pandemia. Para os defensores da teoria do vazamento laboratorial, o contágio inicial no Mercado em questão poderia ser interpretado como um evento de espacialização da doença após os patógenos ter escapado do laboratório. No entanto, um recente estudo que contou com o trabalho de mais de 20 cientistas dos EUA, Coréia do Sul, Malásia, Singapura e Austrália, identificou duas linhagens diferentes para o Sars-CoV-2 entre novembro e dezembro de 2019, indicando que o salto zoonótico do animal hospedeiro e os humanos teria ocorrido duas vezes (PEKAR, 2022), a partir de dois hospedeiros diferentes contaminados com linhagens diferentes do Sars-CoV-2.

Esta pesquisa fortalece as interpretações que situam a trajetória do vírus em uma cadeia entre os animais silvestres, passando pelos circuitos regionais da indústria de proteína animal não convencional e os seres humanos. A estrutura genética do Sars-Cov-2 foi associada a uma recombinação de cepas de coronavírus comuns em morcegos vírus da China e pangolins originários da Malásia (XIAO et al, 2020). Para Wallace, este fato indicaria que os circuitos regionais da indústria de proteína animal silvestre cumpriram um papel fundante na emergência da Covid-19, com destaque para a

pecuária de pangolins, largamente criados em fazendas de monocultivo nas províncias de Hunan e Guangxi e descontinuados pelo governo chinês após a eclosão da pandemia. Esta indústria, por sua vez, compartilha dos investimentos de capital e da própria geografia econômica da China Central. (WALLACE, 2020).

A intensificação em tecnologia e capital da indústria de carnes não convencionais na China ocorreu como consequência da crise do mercado suinícola que atinge a Eurásia como um todo pelo menos desde 2007, quando eclodiu a variante da Geórgia do vírus da Peste Suína Africana. Depois de devastar rebanhos no leste europeu e na Rússia, a Peste Suína Africana levou à morte duzentos milhões de porcos no sudeste asiático em agosto de 2018. A epidemiologia deste surto, por sua vez, não pode ser dissociada do modo capitalista de produção de doenças que, ao confinar para o abate dezenas de milhares de animais imunodeprimidos e sem diversidade genética e imune, abre a vereda para que os patógenos amplifiquem a sua patogenicidade e virulência sobre os animais hospedeiros. Nas cadeias de produção do agronegócio, o tempo da evolução e contágio por vírus e o tempo de rotação do capital - cuja ânsia por diminuir o tempo de produção é infundável - encontram-se perversamente sincronizados (WALLACE, 2020).

É nesse sentido que se torna possível constituir a noção de produção do espaço do contágio. Tomando-se a noção de produção social do espaço (HARVEY, 2009, LEFEBVRE, 2001, SANTOS, 1978), afirmamos que a territorialização das operações do agronegócio capitalista incide sobre a estrutura espacial das cadeias da indústria de proteína animal, que por sua vez são responsáveis por amplificar o poder destrutivo dos patógenos, assim como constituem as redes de hospedeiros - humanos e não humanos - que servirão plantas de teste para o exercício do contágio. Em suma, com a oferta contínua e abundante de animais hospedeiros em situações de privação imune e sem diversidade genética, o agronegócio atua sobre o nível microbiológico, selecionando as cepas mais contagiosas e mortais, em detrimento das variantes que não causam dano ou cujo contágio é mais lento ou menos eficaz. Nas palavras de Wallace, ao industrializarmos o monocultivo animal, industrializamos também a produção de doenças.

Por outro lado, a hipótese da manipulação genética ou acidente laboratorial perde força à medida que novos estudos são publicados, demonstrando a pouca proximidade do Sars-CoV-2 com outros coronavírus anteriormente conhecidos (ANDERSEN ET AL, 2020). Contudo, tal como afirma Wallace (2020), não devemos

por isso refutar as críticas à dinâmica da indústria de manipulação de vírus e bactérias em laboratórios de biossegurança, já que a proliferação destes laboratórios amplia a possibilidade de acidentes desta natureza ocorrerem a qualquer momento. Contudo, o capitalismo é, antes de tudo, uma conspiração aberta, cujos desígnios se inscrevem na própria lógica cega e autodestrutiva de mercantilização absoluta das pessoas, plantas e animais, biomas e ecossistemas inteiros, em sua perseguição tautológica por incremento de produtividade e valorização do valor (KURZ, 2001; KURZ, 2014).

Desenvolvimento: A produção do espaço do contágio em territórios de frigoríficos no Brasil e nos EUA

Desde o início da pandemia da Covid-19 no primeiro semestre de 2020, frigoríficos no Brasil e nos Estados Unidos se tornaram centros de contágio da doença. De um ponto de vista geográfico, a cronologia do contágio sugere que os frigoríficos atuaram na espacialização subsequente da Covid-19 em seus territórios, atingindo comunidades de trabalhadores imigrantes, indígenas e municípios vizinhos. Características sanitárias específicas, somadas às pressões corporativas, o descumprimento ou ausência de normas sanitárias de prevenção e controle de Covid-19 e a definição da indústria de processamento de alimentos como atividade essencial pelo poder público compõem os principais fatores para o contágio de Covid-19 em frigoríficos. No entanto, a relação entre o contágio em frigoríficos e a espacialização da doença no Brasil e nos Estados Unidos ainda não foi completamente analisada.

A Covid-19 tornou-se objeto da Geografia desde o começo da pandemia. Diversos geógrafos e geógrafas, entre pesquisadores e pesquisadoras de outras áreas do conhecimento no Brasil e nos Estados Unidos produziram subsídios para as ações de prevenção e controle da pandemia (VESTENA, 2020; NASCIMENTO et al., 2020; WALLACE, 2020; CARRILLO & IPSEN, 2021; KEN & LEÓN, 2021). Em ambos os países, o poder público produziu mapas a partir de levantamentos de dados para identificar os espaços de contágio e assim poder informar à população os índices de mortalidade e letalidade da doença (CARDOSO et al, 2020). Sindicatos de trabalhadores da indústria de processamento de alimentos no Brasil e associações comunitárias organizadas próximas aos frigoríficos nos Estados Unidos se apropriam de dados e desenvolvem estratégias populares de autoproteção (CARNEIRO, 2020; VANEIGEM, 2020). No entanto, não existem estudos sobre a espacialização do

contágio da Covid-19 nos frigoríficos desde uma perspectiva multidimensional e multiescalar com análises da produção do espaço geográfico (SANTOS, 1996, HARVEY, 2009, FERNANDES, 2009).

Ao longo da pandemia de Covid-19, frigoríficos foram descritos como espaços de contágio pela doença em diversos países, tais como Itália, Alemanha, Países Baixos, Inglaterra, País de Gales, Espanha, Portugal, Estados Unidos e Brasil (MIDDLETON, 2020). Diversas pesquisas em Geografia no Brasil e nos EUA já apontam para o fato de que corporações de processamento de carnes exerceram práticas insalubres nos frigoríficos durante a pandemia da Covid-19. Por exemplo, a geógrafa Bombardi (BOMBARDI et al, 2020) demonstrou uma sobreposição entre casos de Covid-19 e a localização de frigoríficos suínícolas em Santa Catarina em maio de 2020. O geógrafo Heck e seus colegas (HECK et al, 2020) mapearam o contágio por Covid-19 em junho de 2020 nos frigoríficos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande a partir de uma perspectiva de geografia do trabalho (HECK & THOMAZ JR, 2012). Nesta época, cerca de 35% dos casos de Covid-19 no Rio Grande do Sul eram de trabalhadores de frigoríficos. O antropólogo Granada e seus colegas descreveram o impacto da pandemia sobre trabalhadores imigrantes em frigoríficos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com ênfase na análise das condições de moradia em alojamentos coletivos (GRANADA et al, 2021).

Em nossa pesquisa (SILVA, 2020a; SILVA, 2020b), analisamos as práticas insalubres da JBS e da BRF durante a pandemia como parte da produção do espaço do contágio em frigoríficos. No Brasil, frigoríficos operados por estas duas companhias concentram a maior parte de contágios por Covid-19 (MOTA, 2020). Seus funcionários são majoritariamente mulheres brasileiras e homens imigrantes, destacadamente venezuelanos, haitianos e senegaleses. Nos Estados Unidos, onde também se proliferaram estudos sobre a Covid-19 em frigoríficos (CARRILLO & IPSEN, 2021; KEN & LEÓN, 2021), o contágio se concentrou em instalações das companhias JBS e Smithfield e atingiu majoritariamente trabalhadores imigrantes de origem hispânica, africana e asiática, que compõem a maior parte dos trabalhadores do setor no país (LUSSENHOP, 2020).

Dentre os fatores sanitários considerados fundamentais para o contágio de Covid-19 em frigoríficos destacam-se as temperaturas baixas, a presença ampla de superfícies metálicas, a ausência de ventilação adequada, a proximidade entre

trabalhadores, a ausência de equipamentos de proteção individual apropriados e a ausência ou o descumprimento de protocolos de prevenção e controle de doenças infecciosas (MIDDLETON, 2020; DYAL ET AL, 2020). As altas taxas de contágio dos frigoríficos, em alguns casos acima de 50% dos trabalhadores, está ligada também a problemas na ordem do território da governança (FERNANDES, 2005), ou seja, nas formas de gestão corporativa dos seus territórios, em diversos níveis da (re)produção relacional do espaço (LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 2009; SANTOS, 1978). Em ambos os países acumulam-se relatos, denúncias e processos judiciais que descrevem as condutas insalubres das corporações controladoras dos frigoríficos (SILVA, 2020a; SILVA, 2020b; YEARBY, 2021).

Uma vez estabelecida a transmissão comunitária nos frigoríficos, o contágio também pode ocorrer através de mercadorias contaminadas, como carnes e laticínios resfriados e ou congelados. Casos de contágio comunitário por Covid-19 iniciados pelo contato com produtos contaminados na chamada *cold chain* ou cadeia do frio - os circuitos logísticos de produtos refrigerados - foram descritos na China. (WEILONG et al, 2021). À guisa de ilustração desta situação geral, em março de 2021, os municípios de Carambeí e Castro apresentavam as maiores taxas de incidência e mortalidade na Mesorregião Centro Oriental do Paraná, à frente da cidade média de Ponta Grossa (EICHELBAUN, 2020). Carambeí e Castro abrigam diversas instalações da cadeia do frio: a fábrica de laticínios da francesa Lactalis, antiga Batavo, os frigoríficos da BRF e JBS em Carambeí e o frigorífico da Allegra Foods em Castro. Haley e seus colegas também descrevem o impacto particular da pandemia sobre comunidades de imigrantes que trabalham em fazendas no Canadá (HALEY et al, 2020). Por isso, a avaliação profunda das cadeias de contágio por Covid-19 iniciadas por frigoríficos devem, em última instância, considerar toda a cadeia de valor da pecuária industrial, das fazendas de grãos e fábricas de ração animal, passando pelos circuitos de distribuição insumos, o comércio de animais vivos, as cadeias frias e comunidades de trabalhadores, até os mercados de consumo, ou seja a totalidade dos sistemas alimentares corporativos (AKRAM-LODI, 2020).

Entendemos o espaço geográfico como produto e como produtor das relações sociais. Por consequência, a lógica de espacialização da Covid-19 nos territórios de frigoríficos é considerada a partir da dialética socioespacial que move as relações entre o trabalho e os capitais, e entre a sociedade e a natureza (SMITH, 1988) em seus

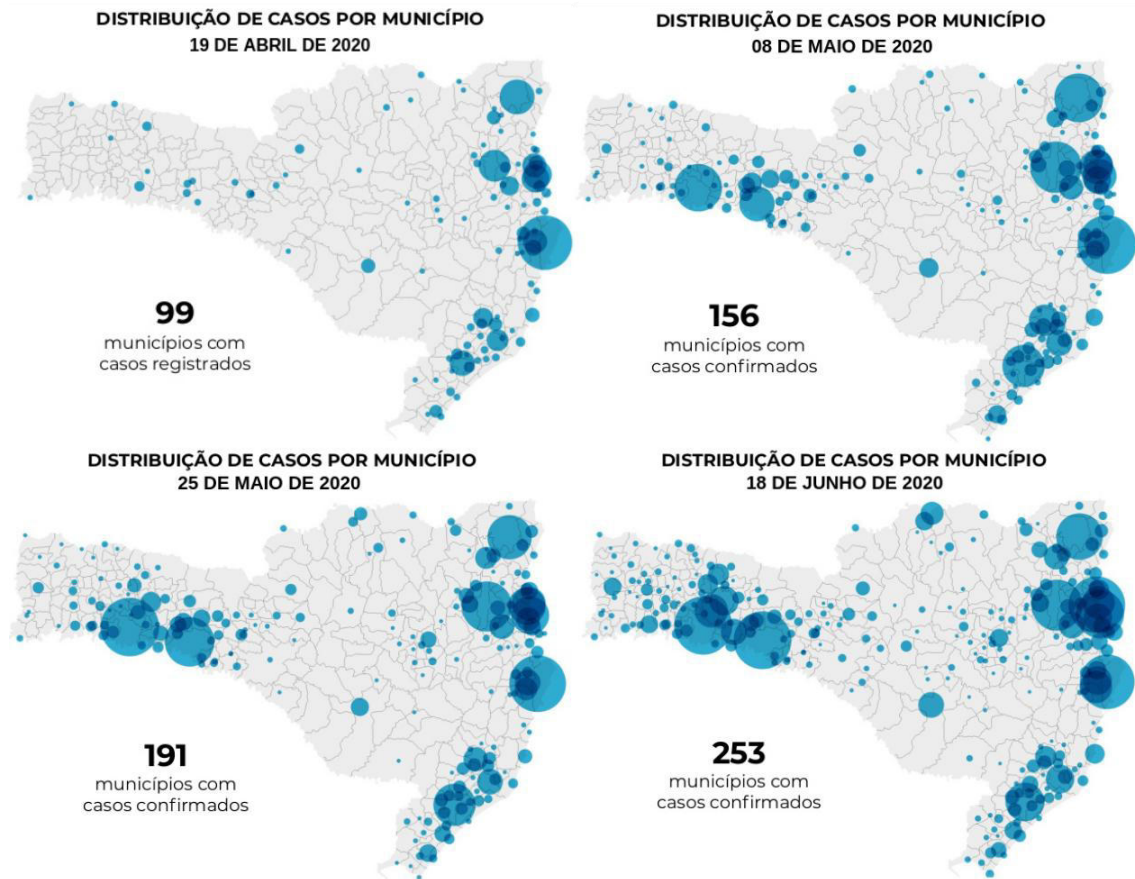
circuitos espaciais de produção, impregnados de suas contradições, conflitualidades e solidariedades socioespaciais (SANTOS, 1996). Nas últimas três décadas, a consolidação do agronegócio como um sistema associativo do capital agroindustrial e do latifúndio, sob o apoio patrimonialista do Estado (DELGADO, 2006) e o patrocínio ideológico da imprensa empresarial (ALENTEJANO, 2020), impactou o uso corporativo do território pelas corporações da indústria de proteína animal e ampliou a sua territorialização através da região sul do Brasil. Este setor do agronegócio brasileiro, consolidado a partir da importação de capitais dos EUA, adaptando também a estrutura organizativa e modelo técnico desenvolvido nos EUA no pós-guerra (WALLACE, 2020).

Em meio ao chamado consenso das commodities (SVAMPA, 2017), se fortaleceu o uso corporativo e transnacional de espaços da governança pelo agronegócio. Para Fernandes “*a produção de commodities está associada a um modelo de desenvolvimento que além de atingir diretamente a população desafia a soberania dos países*” (FERNANDES, 2009, p. 207). Este seria o caso da JBS e a BRF, corporações cujos processos de territorialização transnacionais impactam múltiplos territórios. De acordo com Fernandes (2009), as corporações transnacionais se organizam a partir de transterritórios, por meio de ações verticais que definem normas territoriais sanitárias dos lugares e das regiões, impactando o curso de emergências sanitárias como a pandemia da Covid-19.

Ações territoriais (SANTOS, 1996), como as legislações sanitárias, decisões do poder judiciário, decisões corporativas, se cristalizam no território da governança e podem assim se tornar normas territoriais. Por isso é necessário analisar a cronologia da elaboração e implementação das normas sanitárias de prevenção e o combate à Covid-19 pelas agências sanitárias governamentais e o seu cumprimento ou não, pelas corporações e governos locais. Investigar a espacialização da Covid-19 nos territórios dos frigoríficos no Brasil e nos Estados Unidos implica em registrar, mapear e analisar o contágio nos territórios dos frigoríficos ao longo do tempo e no espaço, considerando as inter-relações entre os diferentes territórios que compõem seus circuitos de produção e de acordo com uma tipologia de territórios: primeiros territórios, espaços de governança de ambas as nações, segundos territórios, ou espaços privados, e terceiros territórios ou espaços relacionais entre os dois primeiros (FERNANDES, 2009).

Os frigoríficos analisados nesta pesquisa representam distintos momentos espaço-temporais do processo de territorialização do agronegócio no Brasil e de volta aos EUA, através da transnacionalização de companhias brasileiras. As empresas frigoríficas brasileiras Sadia e Perdigão surgiram no estado de Santa Catarina a partir da subsunção de pequenos capitais comerciais regionais de colonos (SEYFERTH, 1974) ao capital monopolista internacional (OLIVEIRA, 2007), na esteira dos programas de desenvolvimento territorial capitaneados pela USAID anos 1950 (SILVA, 2013). Hoje, essas empresas compõem conglomerados globais do agronegócio, tais como a BRF e JBS, transnacionais com sede no Brasil que operam cerca de 70 frigoríficos no Brasil e 30 frigoríficos nos EUA.

O frigorífico operado pela BRF em Concórdia, em Santa Catarina, representa o primeiro objeto desta análise sobre a produção do espaço de contágio no Brasil. Este frigorífico é a primeira planta da empresa Sadia, fundada nos anos 1940, e consolidada em meio à modernização agropecuária durante o governo Juscelino Kubitschek (ESPÍNDOLA, 1996). Este frigorífico conta com cerca de 6.000 funcionários, sediado em um município cuja população é de aproximadamente 75.000 habitantes. Em maio de 2020, 340 trabalhadores dos seus trabalhadores contraíram Covid-19, cerca de 6% dos seus funcionários. Abaixo podemos observar a distribuição de casos no estado antes, durante e após o contágio no Estado de Santa Catarina antes, durante e após o contágio em Concórdia:



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina - Boletins Epidemiológicos Semanais (2020)

Em maio de 2020, a taxa de contágio no país era de apenas 0,25%, diante de uma média no estado de SC ligeiramente acima da nacional, em 0,35%. Neste mês, trabalhadores de frigoríficos representavam cerca de 30% dos casos de Covid-19 no município de Concórdia. Em 31 de maio de 2020, Concórdia já figurava como o segundo município com mais casos de Covid-19 no estado, à frente até da capital Florianópolis.

Os trabalhadores deste frigorífico são compostos por mulheres brasileiras, em geral descendentes dos colonos europeus, e homens imigrantes africanos e latino-americanos, relacionados aos novos fluxos migratórios Sul-Sul (BAENINGER, 2018). Cerca de 30% são imigrantes haitianos, senegaleses ou venezuelanos (GRANADA et al, 2021) e sua inserção nos frigoríficos do Brasil já foi associada a ritmos extenuantes de trabalho e a epidemias de Doenças Osteomusculares do Trabalho (GRAF & COUTINHO, 2011). Em nossa pesquisa de mestrado (SILVA, 2013) relatamos as condições sócio-sanitárias e casos de trabalho análogo à escravidão envolvendo imigrantes

africanos em situação de solicitação de refúgio no Brasil. Em linhas gerais é possível afirmar que imigrantes não-brancos estão sujeitos a situações de fragilidade jurídica e humilhações econômicas de segunda ordem (HEIDEMANN, 2004) nos frigoríficos no país. Diante da pandemia da Covid-19, acrescenta-se a este conjunto de violações uma nova camada de problemas na ordem da saúde do trabalho, nomeadamente relacionada às doenças infecto-contagiosas. Em julho de 2020, as taxas de infecção por Covid-19 em imigrantes era superior à média do estado de Santa Catarina e do Brasil (HECK, 2021). Diante do contágio acelerado no frigorífico de Concórdia, a vigilância sanitária do estado exigiu o afastamento de 50% dos seus trabalhadores e a realização de ampla testagem. Em caso positivo para Covid-19, a empresa deveria garantir o afastamento do funcionário e o cumprimento de quarentena por 14 dias.

Em conjunto, os frigoríficos Concórdia e Chapecó, ambos na região oeste catarinense, estão ligados à produção do espaço do contágio pela Covid-19. Após atingirem os frigoríficos, o contágio logo se territorializou para municípios vizinhos, como Ipumirim, onde residem trabalhadores da BRF (GRANADA et al, 2021). Ambos os frigoríficos atuaram como territórios aceleradores do contágio por Covid-19 em Concórdia e Chapecó e nos municípios da sua microrregião, impactando o curso da pandemia em todo o território da mesorregião oeste catarinense.

Desde o início dos anos 2000 JBS e BRF passam a adquirir frigoríficos em situação de falência, a partir do acesso a crédito subsidiado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2017) e a capitalização no mercado de ações (STECANELLA & FREITAS, 2010), principalmente por fundos de pensões do Banco do Brasil e da Petrobrás. Ao mesmo tempo, as companhias iniciam os seus processos de transnacionalização, com a compra da empresa norte-americana Swift pela JBS em 2007, quando a empresa passa a controlar 30 frigoríficos nos EUA. Muitos destes frigoríficos encontravam-se em situação econômica frágil e a JBS assumiu uma dívida de 175 milhões de dólares da Swift. Esse modelo de internacionalização baseado na rolagem de dívidas através da capitalização financeira se inscreve no momento atual de reprodução ficcionalizada do capital (PITTA, 2020). Assim entramos no quarto e quinto objeto de estudo desta pesquisa, que se referem a dois frigoríficos operados pela JBS no estado de Minnesota, nos Estados Unidos.

Até o final de 2020, cerca de 67.000 trabalhadores de frigoríficos haviam sido contaminados pela Covid-19 nos Estados Unidos (LEÓN & KEN, 2021), dos quais

11.000 nos frigoríficos operados pelas companhias JBS e Smithfield (TELFORD, 2020). Até setembro de 2020, duzentos trabalhadores de frigoríficos haviam sido mortos pela doença nos EUA (KINDY, 2020). No entanto, a pesquisa liderada pelo professor Taylor estima que ao longo da primeira onda, entre março e junho de 2020, o contágio em frigoríficos nos EUA estaria associado com algo entre 236.000 e 310.000 casos da doença e entre 4.300 e 5.200 mortes no país (TAYLOR et al, 2020).

As plantas operadas pela JBS nos EUA por meio de sua subsidiária Pilgrim's Pride estão ligadas a contágios de Covid-19 nos estados de Colorado, Pensilvânia, Michigan, Nebraska, Texas, Wisconsin, Iowa, Virgínia, Virgínia Ocidental, Utah, Tennessee e Minnesota. A JBS tem sido acusada nos EUA de promover uma cultura do “*work while sick*”, ou seja, incentiva os funcionários a trabalharem mesmo que doentes (NAVARRO, 2020). Tanto a JBS quanto o Gabinete de Segurança e Saúde Ocupacional dos Estados Unidos (OSHA) não fornecem informações específicas sobre o número total de contaminados e mortos nas plantas da companhia.

As unidades que analisamos aqui são operadas pela JBS e se localizam nos municípios de Worthington e Cold Spring no estado de Minnesota. O contágio na planta de Cold Spring foi notificado na primeira semana de maio de 2020 e atingiu inicialmente 84 trabalhadores. Menos de uma semana depois, 194 funcionários já haviam sido contaminados (WALSH, 2020). No dia 28 de abril de 2020 o então presidente Trump promulgou um decreto permitindo o funcionamento dos frigoríficos durante a pandemia, apenas uma semana antes da notificação do contágio na planta de Cold Spring (YEARBY, 2021). Funcionários do frigorífico de Cold Spring relataram que a empresa não seguia os padrões de distanciamento social e encorajava os funcionários a trabalharem mesmo que doentes (MCCAUSLAND, 2020).

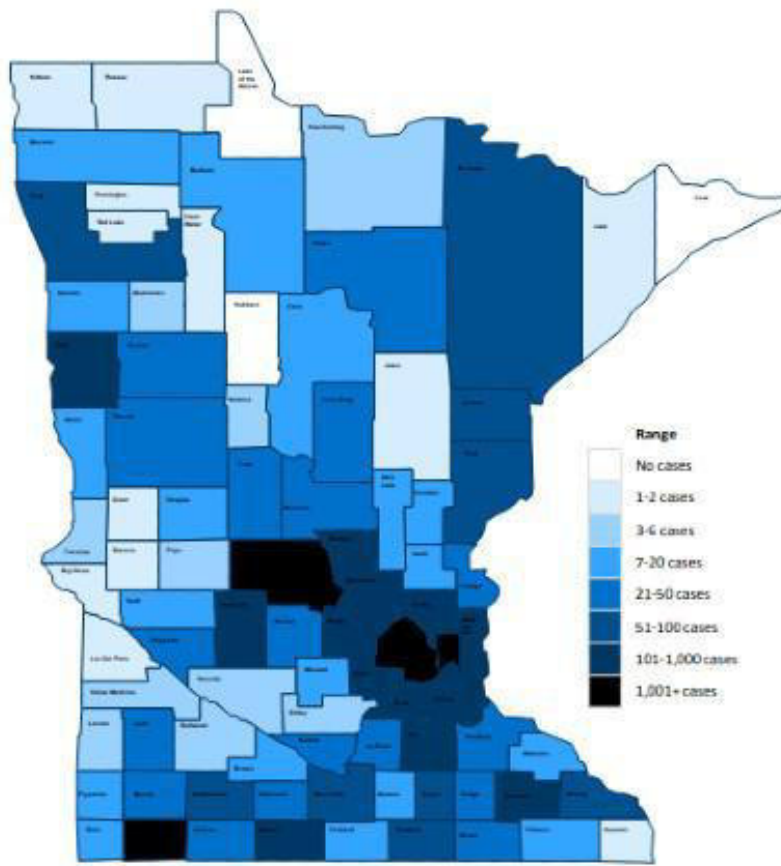
Cerca de 80% dos funcionários da planta de Cold Spring são imigrantes da Somália, que a partir dos anos 1990 constituíram no estado do Minnesota a mais importante comunidade somali nos Estados Unidos. A comunidade somali de trabalhadores da planta de Cold Spring organizou protestos exigindo o fechamento da unidade por duas semanas para desinfecção e adoção de melhores protocolos de prevenção e controle no frigorífico. (NWOYE, 2020) Não obstante, o contágio na planta de Cold Spring logo foi associado à espacialização da doença sobre a cidade vizinha de St. Cloud (MCCAUSLAND, 2020), localizada no condado de Stearns, vizinho à região metropolitana de St. Paul e Minneapolis. Este fato pode indicar o papel ativo do

contágio no território do frigorífico na espacialização da doença no estado, a ser analisado e mapeado por esta pesquisa.

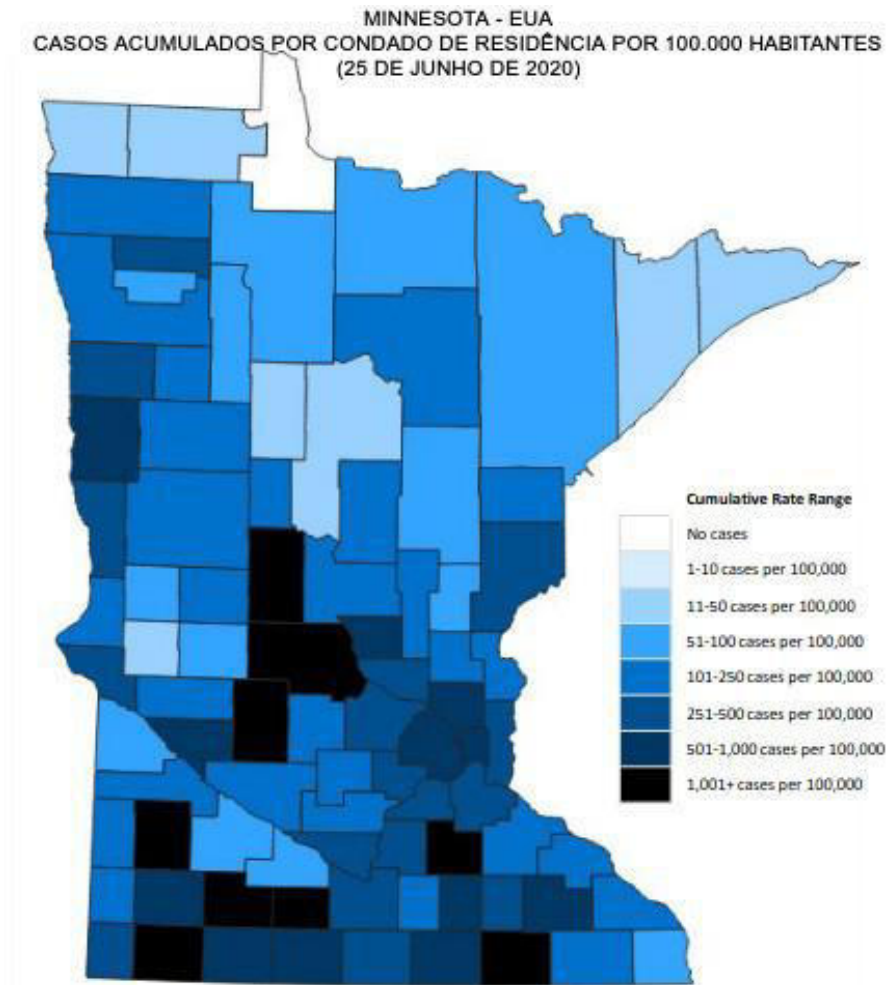
Por sua vez, o contágio no frigorífico operado pela JBS na cidade de Worthington, Minnesota, cuja população é de cerca de 13.000 habitantes, foi notificado na primeira quinzena de abril de 2020. Este fato levou ao fechamento do frigorífico no dia 20 de abril. A planta, que emprega cerca de 2.000 pessoas, testou positivo para Covid-19 em 239 dos seus funcionários (HALS & POLANSEK, 2020). Ao contrário do frigorífico de Cold Spring, os funcionários de Worthington têm históricos de imigração bastante heterogêneos. São imigrantes latino-americanos, africanos e asiáticos de nacionalidades muito diversas: México, Guatemala, Mianmar e Eritreia. Este fato teria dificultado a adesão a protestos e a reivindicação coletiva por maior proteção durante a pandemia. No entanto, a presença de uma organização comunitária teria sido fundamental para sensibilizar os trabalhadores na busca de maior proteção sanitária (BELZ, 2020).

O frigorífico de Worthington está entre outras 153 unidades associadas a condados com altas taxas de contaminação por Covid-19 nos EUA (BAGENSTOSE, 2020). Em abril de 2020, o condado de Nobles, dentro de Worthington, apresentava a maior taxa de contaminação do estado de Minnesota e já registrava ao menos uma morte de funcionário da JBS (LOPEZ, 2020). De acordo com entrevista realizada em julho de 2021 com uma liderança comunitária de Worthington, a espacialização da Covid-19 neste frigorífico estaria ligada também ao aumento de turnos extras de trabalho como resposta à pressão sofrida pela JBS diante do fechamento de uma outra planta, operada pela JBS em Marshalltown, no estado vizinho de Iowa, na primeira quinzena de abril de 2020. Será necessário investigar também a relação entre o contágio no frigorífico de Worthington e a espacialização da Covid-19 sobre a cidade média de Sioux Falls, a 100 km de Worthington.

MINNESOTA - EUA
CASOS ACUMULADOS POR CONDADO DE RESIDÊNCIA POR 100.000 HABITANTES
(14 DE MAIO DE 2020)



Fonte: Minnesota Department of Health, Weekly COVID-19 Report (14 de maio de 2020)



Fonte: Minnesota Department of Health, Weekly COVID-19 Report (25 de junho de 2020).

Nos mapas acima é possível observar o acumulado de casos no estado de Minnesota durante e após o contágio nos frigoríficos. Note-se que, em que pese sua baixa densidade demográfica, os condados de Noble e Stearns, onde se localizam as cidades de Worthington e Cold Spring respectivamente, tornaram-se os lugares com maiores números de casos, ultrapassando a região metropolitana das cidades gêmeas de St. Paul e Minneapolis.

Considerações finais

Ao longo do ano de 2020, em todo o mundo foram desenvolvidos protocolos sanitários de prevenção e controle específicos para a Covid-19. No entanto, a ausência ou o descumprimento desses protocolos nos espaços operados pelas corporações do

agronegócio da proteína animal, com ênfase nos frigoríficos, contribuiu para a sua atuação na espacialização da doença em seus territórios.

As corporações, por sua vez, moveram ações judiciais para garantirem o seu funcionamento antes e durante a implementação de protocolos de prevenção e controle para a Covid-19, nem sempre cumpridos mesmo após a sua aprovação. No Brasil os frigoríficos permaneceram em funcionamento mediante decisão do Tribunal Regional do Trabalho em 22 de março de 2020, amparada no decreto presidencial 10.282 de 20 março de 2020 (PRESIDÊNCIA DO BRASIL, 2020a), que os definiu como atividade essencial durante a pandemia. A medida provisória 927, de 22 março de 2020, dispôs sobre as medidas trabalhistas para o enfrentamento da pandemia, sem contudo fazer qualquer menção a protocolos sanitários.

A portaria que determinou as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19 em frigoríficos foi publicada somente em 19 junho de 2020 (PRESIDÊNCIA DO BRASIL, 2020b). É nesse espaço de tempo, entre o início de maio e meados de junho de 2020, que o contágio em frigoríficos brasileiros toma o seu curso e inicia a sua espacialização. De acordo com a Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação (CONTAC), mesmo após a aprovação desta legislação sanitária específica, o contágio nos frigoríficos não diminuiu. Em agosto de 2020, aproximadamente 200.000 pessoas - aproximadamente 25% da força de trabalho dos frigoríficos no Brasil - já haviam contraído a Covid-19. (CONTAC-CUT, 2020).

Nos Estados Unidos, em abril de 2020, o governo federal também garantiu o funcionamento dos frigoríficos em meio ao contágio acelerado de Covid-19 nas maiores plantas de processamento do país (TELFORD et al, 2020). Os frigoríficos foram definidos pelo então presidente Donald Trump como “infra-estrutura crítica no suprimento alimentar do país”, por meio de decreto que evocava a lei federal de 1950, editada em meio à Guerra da Coreia, o Defense Production Act (VOYTKO, 2020). Na ocasião, Mike Davis (DAVIS, 2020) criticou o governo federal norte-americano por não utilizar o mesmo expediente para acelerar a produção de equipamentos de proteção individual, que as mesmas companhias falharam em fornecer aos seus trabalhadores, em que pese o contágio em suas instalações.

A situação dos frigoríficos em meio a pandemia da Covid-19 também tem sido objeto de reflexão crítica por pesquisadores nos Estados Unidos. Ian Carrillo e Annabel

Ipsen (CARRILLO & IPSEN, 2020) entendem que a transformação dos frigoríficos em epicentros de Covid-19 remete a necessidade de enfrentar as precariedade estruturais do agronegócio, que reiteradamente transformam os locais de trabalho em zonas de sacrifício de trabalhadores. Ivy Ken e Kenneth León (KEN & LEÓN, 2020) argumentam que a situação dos frigoríficos nos EUA ocorreu mediante a consolidação de um regime de governança corporativa orientado por uma necropolítica, que consiste em coagir trabalhadores, em maior parte racializados, a arriscarem suas vidas para manter as esteiras da indústria em funcionamento.

Posicionar frigoríficos no centro da espacialização da doença em seus territórios contrasta com a imagem corporativa da pecuária industrial como um campo sanitariamente seguro e higiênico. Esse reposicionamento traz consequências para interpretação das contradições inerentes às identidades do agronegócio no território imaterial (FERNANDES, 2005). O agronegócio constrói a sua identidade territorial a partir das noções de “segurança sanitária” e “biossegurança”, mas se reproduz por meio da produção de espaços de adoecimento e morte. Em que pese seus fortes investimentos em tecnologias de biossegurança, figuramos os frigoríficos como epicentros na espacialização global da Covid-19. A manutenção da estrutura espacial e do lugar econômico privilegiado do agronegócio, leia-se da monocultura latifundiária patrocinada pelo Estado, aponta para o fortalecimento desta dinâmica de adoecimento e morte no futuro para outras doenças infecciosas emergentes, como preconizam os estudos de Geografia Crítica e Epidemiologia Crítica (DAVIS, 2020; WALLACE, 2020).

Por fim, concluímos que a análise preliminar dos dados de contágio sugere que os frigoríficos atuaram como aceleradores do contágio de Covid-19 sobre os seus territórios, impactando a escala e a interiorização da pandemia tanto no Brasil quanto nos EUA. O uso corporativo do território (SANTOS, 1996) por empresas de processamento de alimentos e governos ocupa um papel privilegiado nos contágios analisados tanto no Brasil quanto nos EUA. A espacialização da Covid-19 impactou de forma particularmente grave populações indígenas no Mato Grosso do Sul e imigrantes da Venezuela, Haiti e Senegal e em Santa Catarina. Em Rondônia a Covid-19 atingiu 60% da população do município sede de frigorífico, enquanto a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau pôde se proteger do contágio através da prática de bloqueio sanitário territorial. Nos EUA a população atingida nos territórios analisados é também

majoritariamente imigrante latino-americana e do sudeste asiático. Em que pese as altas taxas de contágio, comunidades de trabalhadores também colocaram em prática estratégias locais de autoproteção sanitária que ainda cumprem por ser melhor investigadas no futuro.

Como destaca Clapp & Moseley (CLAPP & MOSELEY, 2020), a crise sanitária da pandemia de Covid-19 se inserem em um quadro geral que nos permite enxergar fragilidades estruturais do atual sistema alimentar corporativo, aprofundando a crise econômica do capitalismo. Deveríamos, portanto, incorporar uma visão integrativa da saúde animal, humana e das paisagens, promovendo mudanças profundas nos sistemas alimentares corporativos (ROSOL & ROSOL, 2022), para além da mercantilização do solo, dos alimentos e da vida humana e animal.

A Geografia dispõe de um acervo teórico metodológico único para a análise multidimensional da emergência e da produção do espaço do contágio por doenças infecciosas que estão surgindo na fronteira da capitalização multiespecífica da vida no planeta. Assim, uma geografia multiespécies crítica, atenta às inter-relações entre a saúde humana, animal e das paisagens e o modo capitalista de produção de doenças será convocada a intervir no debate público sobre o agronegócio e o futuro do planeta, fornecendo instrumentos de auto-proteção sanitária (VANEIGEM, 2020) para enfrentarmos este importante o deslocamento microbiológico operado pela pandemia da Covid-19 no interior da nossa guerra de mundos (KRENAK, 2017).

REFERÊNCIAS

AKRAM-LODHI, A. H. (2020). Contemporary pathogens and the capitalist world food system. *Canadian Journal of Development Studies. Revue canadienne d'études du développement*. Doi:10.1080/02255189.2020.1834361.

ALENTEJANO, Paulo R. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial Covid-19. pág. 32-38, mai. 2020.

ANDERSEN, K. et al. The proximal origin of SARS-CoV-2. *Nature Medicine* 26, 450–452, 2020.

BAENINGER, R. et al. Migrações Sul-Sul. Ed. UNICAMP, Campinas, 2018.

BELZ, Adam. 19 cases of COVID-19 confirmed at pork plant in Worthington. *Star Tribune*, April 17, 2020. Disponível em: <https://www.startribune.com/first-covid-19-case-confirmed-at-pork-plant-in-worthington-minn/569731152/> Acesso em 17 de janeiro de 2022.

BAGENSTOSE, K. Coronavirus at meatpacking plants worse than first thought, USA TODAY investigation finds. USA Today News. 22 apr 2020. Disponível em: <https://www.usatoday.com/in-depth/news/investigations/2020/04/22/meat-packing-plants-Covid-may-force-choice-worker-health-food/2995232001/> Acesso em 19 de janeiro de 2022.

BOMBARDI et al. Sars-CoV-2, suinocultura intensiva e a agricultura industrializada. Le Monde Diplomatique Brasil Online. 26 mai 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/sars-cov-2- suinocultura-intensiva-e-a-agricultura-industrializada>> Acesso em 13 de fevereiro de 2022.

BRASHARES et al. Bushmeat hunting, wildlife declines, and fish supply in West Africa. Science. 2004 Nov 12;306(5699):1180-3. doi: 10.1126/science.1102425. PMID: 15539602.

CARDOSO P. et al. A importância da análise espacial para tomada de decisão: um olhar sobre a pandemia de Covid-19. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial Covid-19. pág. 125-137, Maio de 2020.

CARNEIRO, Fernando F.; PESSOA, Vanira M. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020

CARRILLO, I. & IPSEN A. Worksites as Sacrifice Zones: Structural Precarity and Covid-19 in U.S. Meatpacking. Sociological Perspectives 1 2021.
<https://doi.org/10.1177/07311214211012025>

CLAPP, J & MOSELEY, W. (2020) This food crisis is different: COVID-19 and the fragility of the neoliberal food security order, The Journal of Peasant Studies, 47:7, 1393-1417. DOI: 10.1080/03066150.2020.1823838

CONTAC-CUT. Covid-19: 30% dos casos confirmados no RS são de trabalhadores de frigoríficos. 2 junho de 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/Covid-19-30-dos-casos-confirmados-no-rs-sao-de-trabalhadores-de-frigorificos-11f4> Acesso em 22 de janeiro de 2022.

DAVIS, Mike. O monstro bate à nossa porta. Rio de Janeiro, Ed Record, 2006.

DAVIS, Mike. A peste do capitalismo: coronavírus e a luta de classes. Boitempo, São Paulo, 2020.

DELGADO, Guilherme C. O que significa o agronegócio no Brasil. Brasília: IPEA, 2006.

DYAL JW et al. Covid-19 among workers in meat and poultry processing facilities—19 states, April 2020. MMWR Morb Mortal Wkly Rep. 2020; 69: 557–61.
<https://doi.org/10.15585/mmwr.mm6918e3> PMID: 32379731

ENCHELBAUN, M. Carambeí lidera ranking de mortes e casos de covid-19. DCMais. Disponível em <https://dcmiais.com.br/parana/carambei-lidera-ranking-de-mortes-e-casos/> Acesso em 10 de junho de 2022.

ESPÍNDOLA, C. As agroindústrias do oeste catarinense. O caso Sadia. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) FFLCH, São Paulo, 1996.

G1. Justiça suspende atividades da JBS pela 2ª vez após casos de coronavírus subirem 1000% em São Miguel. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/rondonia-rural/noticia/2020/06/22/justica-suspende-atividades-da-jbs-pela-2a-vez-apos-casos-de-coronavirus-subirem-1000percent-em-sao-miguel-ro.ghtml> Acesso em 20 de janeiro de 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, ano 8, n. 6. 2005.

FERNANDES, Bernardo M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. (Geografia em Movimento).

GRAF, L & COUTINHO, M. Desvelando sentidos no trabalho de mulheres na produção avícola. Aletheia, Canoas, n.35-36, p.95-108, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011000200008

GRANADA et al. Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 207-226, jan./abr. 2021 Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

HEIDEMANN, Dieter. “Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação”. In: Migrações: discriminações e alternativas. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

HALEY ET AL. (2020) Migrant farmworkers face heightened vulnerabilities during COVID-19. Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development, 9(3), 35-39. Doi:10.5304/jafscd.2020.093.016

HALS, T. & POLANSEK, T. Majority of workers' compensation claims of meatpacking workers with Covid-19 denied, including in Minnesota. Star Tribune. Set 29 2020. Disponível em: <https://www.startribune.com/majority-of-workers-compensation-claims-of-meatpacking-workers-with-Covid-19-denied-in-minnesota/572579272/> Acesso em 19 de janeiro de 2022.

HARVEY, D. Social justice and the city. Georgia: University of Georgia Press, 2009.

HECK, F. M.. Uma geografia da degradação do trabalho: o adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos. Revista Percurso (Online), v. 5, p. 3-31, 2013.

HECK, F. M. et al. (2020). Os territórios da degradação do trabalho na Região Sul e o arranjo organizado a partir da Covid-19: A centralidade dos frigoríficos na difusão espacial da doença. In: *Metodologias E Aprendizado*, 3, 54 - 68.

<https://doi.org/10.21166/metapre.v3i0.1332>.

HECK, F. & THOMAZ JR, A. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. *Sem. de Saúde do Trabalhador de Franca Sep.* 2012.

KINDY, K. More than 200 meat plant workers in the U.S. have died of Covid-19. Federal regulators just issued two modest fines. *The Washington Post*. 13 Set 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/national/osha-Covid-meat-plant-fines/2020/09/13/1dca3e14-f395-11ea-bc45-e5d48ab44b9f_story.html Acesso em 10 de março de 2022.

KEN, I. & LEÓN, K. Necropolitical Governance and State-Corporate Harms: Covid-19 and the U.S. Pork Packing Industry. *Journal of White Collar and Corporate Crime*, 2021. <https://doi.org/10.1177/2631309X211011037>

KRENAK, A. Ailton Krenak: Coleção Tembetá. (Org.) Cohn, Sergio; Kadiwel, Idjahure (Orgs.). Rio de Janeiro, Brasil: Azougue, 2017.

KURZ, R. Natureza em ruínas. In: *Folha de São Paulo*. 17 jun. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1706200109.htm>> Acesso em 11 de março de 2022.

KURZ, R. Dinheiro sem valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa, Editora Antígona, 2014.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LUSSENHOP, J. A remota processadora de carne nos EUA que se tornou maior foco de Covid-19 no país. In: *BBC Brasil* Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52352657>> Acesso em 13 de fevereiro de 2022.

LOPEZ, R. More than 2,200 U.S. meat packing employees sick, 17 dead in Covid-19 outbreaks, report says. *Minnesota Reformer*. Apr 22 2020 Disponível em: <https://minnesotareformer.com/briefs/more-than-2200-u-s-meat-packing-employees-sick-17-dead-in-Covid-19-outbreaks-report-says/> Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

MCCAUSLAND, P. Coronavirus hot spot in Minnesota connected to surge of cases at meatpacking plant. *NBC News*. May 14 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/us-news/coronavirus-hot-spot-minnesota-connected-surge-cases-meatpacking-plant-n1206176> Acesso em 19 janeiro de 2022.

MIDDLETON, J. Meat plants-a new front line in the Covid-19 pandemic. *BMJ*. 2020 Jul doi: 10.1136/bmj.m2716.

MINNESOTA DEPARTMENT OF HEALTH, Weekly COVID-19 Reports. Available at: <https://www.health.state.mn.us/diseases/coronavirus/situation.html> Acesso em 10 de junho de 2022.

MOTA, C. Coronavírus: o avanço silencioso da Covid-19 em frigoríficos do Brasil. BBC Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52643096>> Acesso em 13 de janeiro de 2022.

NASCIMENTO E. et al. Espacialização da Covid-19 no sul do Brasil. Finisterra, LV(115), 2020, pp. 27-35.

NAVARRO, N. Weld County Warned JBS About Its ‘Work While Sick’ Culture A Week Before Shutting Them Down. CPR News Disponível em: <https://www.cpr.org/2020/04/17/weld-county-warned-jbs-about-its-work-while-sick-culture-a-week-before-shutting-them-down/> Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

NWOYE, C. How a Somali community took on a Minnesota meatpacking plant to contain a Covid-19 outbreak. Quartz Africa. Jun 20 2020. Disponível em: <https://qz.com/africa/1871345/somalis-took-on-a-minnesota-meatpacking-plant-to-stop-covid-19/> Acesso em 19 fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Alessandro. A internacionalização das empresas brasileiras: o BNDES e o incentivo aos grupos JBS e MARFRIG. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Parana, Francisco Beltrão, 2015.

PINA, R. Como frigoríficos propagaram o coronavírus em pequenas cidades do país. Agência Pública. 23 junho 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/como-frigorificos-propagaram-o-coronavirus-em-pequenas-cidades-do-pais/> Acesso em 20 de janeiro de 2022.

PEKAR, Jonathan et al. (2022). SARS-CoV-2 emergence very likely resulted from at least two zoonotic events. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.6291628>

PITTA, F. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. Versão do autor (2020) Disponível em: http://www.obeco-online.org/fabio_pitta.pdf Acesso 21 janeiro de 2022.

ROSOL, M., & ROSOL, C. (2022). Food, Pandemics, and the Anthropocene – On the necessity of food and agriculture change. Canadian Food Studies / La Revue Canadienne Des études Sur l'alimentation, 9(1).

PRESIDÊNCIA da República do Brasil (2020a) Decreto Nº 10.282, De 20 de Março de 2020. Secretaria-Geral / Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.

PRESIDÊNCIA da República do Brasil (2020b) Portaria conjunta 19. Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho: Brasília.

SANTOS, M. Por uma geografia nova. São Paulo , HUCITEC, 1978

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, EDUSP, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA. Boletins Epidemiológicos Semanais (2020). Disponível em:

<http://www.coronavirus.sc.gov.br/boletins/> Acesso em 10 de junho de 2022.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí Mirim. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

SILVA, Allan R. C. Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Allan R. C. O trabalho na indústria avícola brasileira: do normal-terrível aos novos riscos em meio à pandemia de Covid-19. Presidente Prudente, Revista Pegada vol.21, n.2. 438 Maio-Outubro/2020. (2020a)

SILVA, Allan R. C. Health Risks for Poultry Workers in Brazil in the Covid-19 Pandemic. Bulletin of Latin American Research V.39, Special Issue: Covid- 19 in Latin America and the Caribbean. December 2020 Pages 88-91
<https://doi.org/10.1111/blar.13217> (2020b)

SILVA, Allan R. C. La agroindustria y la pandemia: enfermedades infecciosas y la ganadería industrial. *Revista De Estudios Brasileños*, 8(16), 221-225.
<https://doi.org/10.14201/reb2021816221225>. 2020c

SILVA, Allan R. C. Debaixo da pandemia o risco oculto da pecuária industrial. Revista Tuíra N.3. pp.20-29. Escola de Ativismo, São Paulo, 2021.

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual – natureza, capital e a produção do espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SVAMPA, Maristella. Del cambio de época al fin de ciclo: gobiernos progresistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina. Buenos Aires: Edhasa, 2017.

TAYLOR, C. et al. Livestock plants and Covid-19 transmission. Proc Natl Acad Sci USA. 2020 Dec doi: 10.1073/pnas.2010115117.

TELFORD, T. et al. Trump orders meat plants to stay open in pandemic. The Washington Post. Apr. 2020. Disponível em:
<https://www.washingtonpost.com/business/2020/04/28/trump-meat-plants-dpa/> Acesso em 19 janeiro de 2022.

VANEIGEM, R. Decretemos a autodefesa sanitária. In: *Insurgência viral: autodefesa sanitária e despotismo ocidental*. 2020.

VESTENA, L. A espacialização da Covid-19 no contexto dos desastres naturais: uma contribuição para a Educação. *Giramundo*, Rio de Janeiro, V.7, N.13, P.95-108, JAN./JUN 2020.

VOYTKO, L. Trump Says Meat Plants Are ‘Critical Infrastructure,’ Signs Executive Order To Keep Them Open. *Forbes*. 29 Apr 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/lisettevoytko/2020/04/29/trump-says-meat-plants-are-critical-infrastructure-signs-executive-order-to-keep-them-open/?sh=2c5481232bd5> Acesso em: 29 janeiro 2022.

WALLACE, R. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Tradução: Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo, Elefante & Igrá Kniga, 2020.
WALLACE, R. Station ten. Available at: <https://www.patreon.com/posts/64988235> Acesso em 13 de junho de 2022.

WALSH, J. Covid-19 cases hit 194 at Minnesota meat processing plant. *Star Tribune*. May 12 2020. Disponível em <https://www.startribune.com/Covid-19-cases-hit-194-at-pilgrim-s-pride-plant/570392152/> Acesso em 19 fevereiro de 2022.

WEILONG, J. et al. Transmission of SARS-CoV-2 via fomite, especially cold chain, should not be ignored. *PNAS* Vol. 118, No. 11.

XIAO, K. et al. (2020). “Isolation and characterization of 2019-nCoV-like coronavirus from Malayan pangolins.” *bioRxiv*, 20 February. <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.02.17.951335v1>. Acesso em 11 de março de 2022.

YEARBY, R. Meatpacking plants have been deadly Covid-19 hot spots – but policies that encourage workers to show up sick are legal. *The Conversation*. Feb 26 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/meatpacking-plants-have-been-deadly-Covid-19-hot-spots-but-policies-that-encourage-workers-to-show-up-sick-are-legal-152572> Acesso em 19 fevereiro de 2022.

Recebido em 11/03/2022. Aceito para publicação em 05/05/2022.
--

FOME E QUESTÃO AGRÁRIA: um debate a partir da realidade brasileira

HAMBRE Y CUESTIÓN AGRARIA: un debate desde la realidad brasileña

Raquel Santos Sant'Ana

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca, SP, Brasil
raquel.santana@unesp.br

Nathália Lopes Caldeira Brant

IFSULDEMINAS Campus Machado, Machado, MG, Brasil
nathalia.brant@ifuldeminas.edu.br

Resumo

O artigo traz o debate entre fome e questão agrária procurando evidenciar a relação direta entre ambas as temáticas e o modelo de desenvolvimento hegemônico no espaço rural existente no Brasil, em que a lógica do capital define a produção, a distribuição e as culturas a serem incentivadas por parte do Estado brasileiro. Daí o fato da agricultura financiada pelo Estado estar voltada para o uso intensivo de agrotóxico e maquinário pesado, de manter a histórica concentração fundiária e priorizar a produção de *commodities*. O agravamento da situação de fome no mundo e no país evidencia a urgência do debate e a necessidade de aprofundar seus determinantes de maneira a promover ações não apenas emergenciais, mas estruturais. Discute-se ainda que em contraposição a esse modelo, diversos sujeitos coletivos, em especial os movimentos sociais rurais, constroem alternativas sustentáveis de relação com a terra, com o ambiente e com as comunidades rurais e, tem na agroecologia uma bandeira de luta. O artigo traz ainda as ações desenvolvidas em tempos de pandemia da COVID 19, pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, em consonância com a solidariedade de classe defendida, efetivou a distribuição de alimentos saudáveis para as periferias urbanas e mostrando a importância da agricultura camponesa para a produção de alimentos e combate à fome.

Palavras-chave: Questão agrária. Fome. Capitalismo. Movimentos sociais rurais. Ações solidárias de classe.

Resumen

El contenido del presente artículo, se concentra en el debate sobre el tema del hambre y la cuestión agraria, procurando evidenciar, la relación directa entre ambas agendas, y el modelo de desenvolvimiento rural hegemónico existente en Brasil, donde la lógica del capital, ha definido la producción y la distribución agrícola, condicionándolas culturalmente a los parámetros dictados por el Estado brasileño. A partir de lo anterior, es posible evidenciar que la agricultura financiada estatalmente, privilegia el uso intensivo de agrotóxicos y maquinaria pesada, así también, reproduce la tendencia que

ha defendido la histórica concentración de la tierra y la priorización en la producción de materias primas (commodities). La situación crítica del hambre en el mundo, y con especial relevancia en Brasil, plantea tanto la necesidad de su debate, como el imperativo de profundizar en sus determinantes estructurales, de manera que se puedan superar las acciones inmediatas y superficiales. Por tanto, desde los movimientos sociales, es fundamental discutir el modelo hegemónico estatal y de mercado, que, en contraposición, han planteado la construcción de alternativas sustentables de relación con la tierra, con el ambiente y con las comunidades rurales, y que tienen en la agroecología una bandera de lucha. El artículo que aquí se sustenta, recupera las acciones desarrolladas en tiempos de pandemia COVID 19, por el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) que, en consonancia con la solidaridad de clase que defienden, efectivizó la distribución de alimentos saludables para las periferias urbanas, demostrando la importancia de la agricultura campesina, para la producción de alimentos y combate al hambre.

Palabras claves: Cuestión Agraria. Hambre. Capitalismo. Movimientos rurales agrarios. Acciones solidarias de clase.

Introdução

“A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago”.

Carolina Maria de Jesus

Este artigo traz o debate sobre a fome e sua profunda conexão com a questão agrária; trata-se de evidenciar que ambas decorrem de elementos intrínsecos à sociabilidade do capital e que, nos países com inserção subalterna na economia globalizada, algumas particularidades que conectam os dois temas precisam ser evidenciadas para que a busca de alternativas para a fome possa e deva incluir ações imediatas conectadas ao debate da soberania alimentar, mas sem perder de vista que sua superação implica numa transformação radical da sociedade do capital.

O Brasil manteve extremamente concentrada a sua estrutura fundiária ao longo de toda sua história e isto traz rebatimentos perversos sobre a sociabilidade e sobre a forma como a sociedade e as classes sociais se organizam.

O conjunto de determinantes que pode fazer compreender este quadro se relaciona com a questão agrária que permanece irresoluta e, portanto, gera conflitos permanentes na disputa, posse e uso da terra e, por conseguinte, dos alimentos e recursos naturais. De um lado, conforme Delgado (2017), o modelo de desenvolvimento rural do agronegócio onde a mercadorização se coloca como estratégia para a captura da

renda da terra e, de outro, o modelo de desenvolvimento voltado para o cumprimento da função social da terra, como previsto na Constituição Brasileira de 1988, que inclui uma ampla reforma agrária. Segundo o autor, a derrota desta última se faz apesar das previsões legais e provocam um “[...] forte retrocesso na política fundiária do Estado, tornada caudatária da propriedade capitalista, isenta da função social e ambiental”. (DELGADO, 2017, p. 13).

A opção deste texto, portanto, é trazer o debate sobre a fome a partir da realidade agrária e ambiental e, ainda que reconheça seus determinantes estruturais como decorrentes da ordem sócio metabólica do capital, irá em especial trazer as particularidades da realidade brasileira.

Nas sociedades antes do capitalismo, a fome tinha como principais determinantes a escassez, as guerras e catástrofes ambientais, ainda que o pertencimento de classe também definisse diferentes acessos ao alimento. Nas sociedades capitalistas, o avanço tecnológico criou condições viáveis uma produção em larga escala com excedente para alimentar a todos do planeta. No entanto, “[...] mais de 821 milhões de pessoas no mundo, ou seja, 1 em cada 9 pessoas, ainda passavam fome em 2018”. (SILVA et al, 2020, online). Já em 2020, segundo a FAO, 118 milhões de pessoas começaram a passar fome.

McMichael (2016) contribui para o entendimento da manutenção da fome a partir da análise sobre o que denomina de regimes alimentares. Em sua análise classifica três regimes alimentares¹, os quais em cada período histórico marcam um tipo de relação da sociedade na busca de satisfação da necessidade mais básica dos seres humanos que é o acesso ao alimento; nestes diferentes regimes alimentares, as relações estabelecidas para definir quais alimentos produzir, como distribuir e consumir correspondem a um determinado estágio do capitalismo e das relações de poder dentro do sistema mundo.

Aplacar a fome e garantir acesso ao alimento pode manter ou revolucionar um sistema de poder. Esta imbricada relação entre questão agrária e o acesso ao alimento,

¹ Segundo o autor o primeiro regime alimentar (1870 a 1930) foi liderado pela Inglaterra e possibilitou que recém surgido capitalismo industrial pudesse baratear o preço da força de trabalho por meio do acesso a alimentos baratos vindos de diversos lugares do mundo; o segundo regime (1950-70) foi liderado pelos EUA promoveu o mercado agroindustrial intensivo; e o terceiro, vigendo em época neoliberal (1980 a 2000) trouxe a hegemonia de mercado na definição do sistema alimentar com rotas transnacionais de capital e *commodities*, com rebatimentos sobre os agricultores e a força de trabalho global. (MCMICHAEL, 2016).

segundo o autor, hoje teria um componente político de conflitividade que ultrapassa a posse dos territórios, mesmo porque o preço dos alimentos no atual regime alimentar denominado de corporativo é feito a partir de mecanismo externos à produção e que são definidos a partir do mercado de *commodities*.

A sociabilidade do capital gera a fome em meio à abundância e constrói um complexo de relações orquestradas por grandes conglomerados internacionais que ditam as regras, inclusive de acesso ao alimento. Como entender as particularidades da realidade brasileira e a fome num país tão rico e diverso do ponto de vista de seus recursos naturais?

Neste artigo, elencaremos apenas algumas particularidades que compõem a fome e a questão agrária no Brasil e que dão a elas uma configuração singular, ainda que em grande medida muito próxima dos países latino americanos.

Na perspectiva de evidenciar a realidade, mas também trazer à luz experiências de combate à fome, nos parece essencial, para afirmar a possibilidade de superar o quadro de fome que marca a realidade brasileira atual, apresentar as experiências desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na sua organização e bandeiras de lutas, e, sobretudo, no período da pandemia. do SAR Cov2.

A resistência e o combate à lógica do capital que o MST faz estão expressos no seu Programa de Reforma Agrária Popular, onde a ênfase é para a produção de alimentos a partir da matriz agroecológica e, o combate à fome perpassam a solidariedade de classe e o desenvolvimento rural sustentável; ou seja, as suas bandeiras se alinham à perspectiva da soberania alimentar. Nesse sentido, mencionar as experiências construídas recentemente pelo Movimento em tempos de acirramento das desigualdades e de aumento da fome é fundamental para apontar possibilidades coletivas de superação da fome.

A insustentabilidade do capital

A crise que assola a sociedade atual tem como uma das suas expressões mais concretas a possibilidade de destruição da vida humana sobre o planeta. Uma realidade que não é fruto do acaso, nem mero acidente, mas sim resultado de um tipo de sociabilidade que tem no lucro a sua referência máxima no âmbito da produção e das relações humanas. A lógica que orienta os elementos estruturantes dessa forma de vida,

não permite sua reversão ou controle. Não é possível humanizar o capitalismo ou torná-lo sustentável e, isto decorre da sua própria forma de ser enquanto sistema sociometabólico (MÉSZAROS, 2006).

No século XXI, novos elementos se combinam para que a pressão sobre a natureza e a sociabilidade siga avançando e, com isto, vai ficando mais evidente o que chamamos aqui de insustentabilidade do capital.

Com relação a sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Neste sentido, como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente - seja na forma econômica direta, seja forma basicamente política- no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada. (MÉSZÁROS, 2006, p. 100, grifo do autor).

Em seus diferentes estágios, o capitalismo mantém seu funcionamento estruturalmente marcado pela expansão contínua da produção tendo em vista que o motor que movimenta este processo é a busca incessante pelo lucro. Na era monopólica novos elementos vão se reorganizando e definindo características específicas para o funcionamento do capital e, quando se trata da apropriação dos bens naturais, vai ficando mais evidente a sua insustentabilidade.

A lógica expansionista do capital na era monopólica, e em especial no século XXI com a quarta revolução industrial², promove no âmbito da produção a descartabilidade (obsolescência programada), a intensa utilização dos recursos naturais e em especial dos minérios e combustíveis fósseis, a agudização das desigualdades entre povos e nações e nestas constrói fossos sociais extremos entre as classes sociais; o capital especulativo hipertrofiado e os grandes conglomerados de um capital sem pátria geram fortes impactos sobre os sistema produtivo de modo geral. Como afirma Netto “[...] a sociedade dos monopólios recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica”. (NETTO, 1996, p. 15)

A questão agrária no Brasil historicamente foi marcada pela conflitualidade à medida que sistematicamente impediu o acesso à terra para quem nela trabalha. A opção

² A quarta revolução industrial, ou indústria 4.0, se caracteriza pelo intenso processo de digitalização das atividades produtivas, ou como afirma Antunes: “[...] É digitalizar o espaço fabril, no sentido amplo” (GPMT, 2018, online), com rebatimentos intensos sobre o mundo do trabalho envolvendo não só o descarte de um grande contingente de trabalhadores, mas a intensificação e precarização do trabalho de modo geral.

brasileira de manutenção de uma estrutura agrária concentrada, com vastos latifúndios improdutivos está no germe do racismo estrutural, afinal, na formação do Estado Brasileiro, a abolição da escravatura vai ser antecedida do cativo da terra. Aliás,³ um país que sem nenhuma política reparativa, promoveu a sistemática exclusão do povo negro do trabalho, da terra e da moradia.

Quando nas décadas de 50/60 do século XX, em meio às novas demandas do processo de industrialização, a questão agrária é posta em debate, o direcionamento vitorioso foi exatamente aquele que conduziu à modernização da agricultura a partir do que ficou conhecido como Revolução Verde. A função da agricultura neste processo de modernização era garantir o abastecimento de matérias primas e de comida, bem como liberar força de trabalho para a indústria, e isto realmente se efetivou, já num acorde ritmado com a política internacional daquilo que se estabelecia a partir do McMichael (2016) classifica como políticas do segundo regime alimentar, liderado pelos Estados Unidos e que incentivou a especialização agrícola de *commodities*.

Segundo McMichael (2016) o entendimento da questão agrária perpassa a compreensão dos regimes alimentares que sustentam um complexo de determinações muito mais ampliado do que simples reprodução da acumulação pelo capital:

Entre os três regimes⁴, o denominador comum tem sido alimentos de baixo custo, com um preço mundial estimulando formas de acumulação por todo o sistema estatal. No entanto, alimentos de baixo custo possuem funções variadas: incluindo a redução de encargos salariais, melhoria dos salários reais, pacificação da mão de obra, apropriação dos recursos alimentares, geração de dependência, custeio de dívida, subcotação de produtores, e assim por diante. Comum a todas essas funções é o exercício de poder; portanto, o que decorre é um esboço do papel do alimento como forma de domínio em cada regime. (p. 53-54).

Nos países latinos americanos a condição de dependência dos centros capitalistas e a configuração histórica da formação das sociedades latino americanas promoveu o que Marini (TRASPADINI; STÉDILE, 2011) aponta como condição para o desenvolvimento capitalista no Brasil: a superexploração do trabalho. Segundo o autor, a burguesia brasileira, devido a sua inserção subalterna no mercado capitalista internacional, precisou promover mecanismos de superexploração da força de trabalho para compensar as perdas decorrentes dessa relação desigual. Transpadini e Stédile

³ Não é mera coincidência que a Lei de Terra tenha sido editada em 1850, quando o regime escravocrata já estava em meio a tensões e lutas que desencadeariam em 1888, o fim do regime.

⁴ Conferir nota de rodapé n. 1.

(2011) sintetizam a proposição de Marini sobre a condição de dependência nos seguintes termos:

A dependência, no enfoque marxista de Ruy Mauro Marini, é entendida como uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada. a dependência é, assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional. (TRANSPADINI; STÉDILE, 2011, p. 32).

A fome a questão agrária no Brasil

Ainda que a relação dos países capitalistas/imperialistas tenha sofrido alterações com o avanço da era monopólica e, em especial após a quarta revolução industrial, a superexploração e sua capacidade predatória permanecem como um componente quase que intrínseco ao capitalismo no continente latino americano.

O saque sobre os territórios e a disputa pelos bens da natureza, que sempre foram objeto de cobiça dos países imperialistas, vão ganhar novos contornos no século XXI onde a posse de recursos naturais existentes passa a ser uma “moeda do futuro”; o avanço do capital em todo o continente latino-americano e, em especial no Brasil, cercando nascentes, comprando terras e atraindo diretamente a produção de *commodities* agrícolas ou de extração de minérios é a face mais evidente deste processo em curso. O movimento em busca de recursos naturais se expressa na disputa pelo poder de controle sobre esta mercadoria essencial que é o alimento: o Sistema Alimentar Corporativo controla as cadeias agroalimentares definindo o acesso e também o tipo de alimento a ser consumido.

No Brasil, de maneira orquestrada, as classes dominantes (incluindo segmentos da burguesia nacional e internacional) se apossam do Estado como comitê executivo para conter as pressões sociais desse modelo produtivo que gera desigualdades extremas.

No governo de Jair Bolsonaro a política econômica vai acentuar estas características onde o Estado comanda o processo de implementação ultraneoliberal das políticas públicas, que sofrem uma devassa de maneira geral, mas, em especial as políticas sociais e aquelas voltadas para os direitos do trabalhador. Um amplo quadro de retrocessos, mas destaca-se apenas alguns que irão acentuar a gravidade da questão agrária com rebatimento direto na fome ou no adoecimento devido à alimentação.

As flexibilizações nas legislações, o desmonte do sistema de vigilância e fiscalização e o incentivo às atividades predatórias em todos os biomas levaram aos desmatamentos recordes na Amazônia legal, à intensificação de atividades mineradoras criminosas e de queimadas no cerrado, à invasão de terras indígenas, quilombolas e aos cercos aos povos tradicionais de uma maneira geral. Este processo tem envolvido muita resistência e luta das populações atingidas, mas que contabiliza centenas de mortos, devastação ambiental recorde, crise hídrica e chuvas torrenciais; as consequências das devastações provocadas ficam nas contas dos trabalhadores, especialmente os mais empobrecidos que, muitas vezes, pagam com a vida o preço deste descontrole.

O modelo produtivo do agronegócio devasta de forma tão ampla e acelerada que ameaça a própria vida sobre o planeta. À medida que tudo se torna mercadoria, os únicos elementos a serem considerados são aqueles voltados para a acumulação de capital e controle sobre os sistemas de poder. Na agricultura, a produção em larga escala de um único produto, com uso intensivo de agrotóxicos, sementes transgênicas e trabalho precário provocam destruição ambiental, pois este modelo contraria as regras básicas da natureza da biodiversidade; associado a este modelo produtivo temos a expulsão dos homens e mulheres do campo, o adoecimento, o aprofundamento do grave quadro social e as diversas situações de fome endêmicas ou epidêmicas⁵.

Destacamos aqui que uma das refrações mais cruéis da questão agrária submetida aos ditames do regime alimentar corporativo é a fome. No Brasil, desde 2016, esta tem se agravado devido ao desmonte de programas sociais que, frente à ausência de resolução efetiva da questão agrária, serviram nos governos do partido dos trabalhadores (2003 a 2016), para amenizar este grave quadro social, como foi o caso do Programa Bolsa Família. A pandemia do Sars-CoV-2 agravou ainda mais a situação que já vinha se acentuando, com aumento do quadro da insegurança alimentar e seu rebatimento direto sobre o sistema imunológico da população que está nesta condição. Nesse cenário, além do sofrimento da fome que assola e mata parte da população, vê-se ainda uma suscetibilidade diante da pandemia do novo coronavírus.

⁵Segundo Josué de Castro a fome pode ser endêmica ou epidêmica. Segundo Sant'Ana, Palma e Gusmini (2021), “[...] entende a fome epidêmica como aquela que é global, ou seja, a que leva o indivíduo à inanição absoluta, que pode ser facilmente observada em contexto de crise duradoura em países com instituições e sistemas de produção instáveis devido às catástrofes naturais, guerras ou extrema pobreza; e coloca a fome endêmica como aquela que é oculta e estrutural, baseada na falta de nutrientes dos regimes alimentares. Esta é menos “visível”, contudo, muito real e concreta”. (p.187).

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PESSAN) durante os anos de 2020 e 2022 realizou duas pesquisas denominadas de “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” a fim de observar os níveis segurança ou insegurança alimentar dos domicílios brasileiros sobre a situação da fome durante este período de pandemia do Sars Cov 2.

O primeiro inquérito realizado no mês de dezembro de 2020, envolvendo uma amostra de 2.180 domicílios das cinco regiões do Brasil (entre rurais e urbanos), evidenciou que no segundo semestre de 2020, 55,2% dos domicílios brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar e 9% em situação de fome. **“Do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome (REDE PESSAN, 2021, p. 10, grifo do autor).**

A segunda pesquisa foi realizada entre os meses de novembro de 2021 e abril de 2022, a partir de uma amostra de 12.745 domicílios das cinco regiões do Brasil (entre rurais e urbanos). A constatação foi o agravamento da situação de insegurança alimentar e em especial da fome. Em 2022, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios em situação de insegurança alimentar e 33,1 milhões de brasileiros e brasileiras passando fome, ou seja, 15,5% da população (em 2020 eram 19 milhões de pessoas). (REDE PESSAN, 2022, p. 73). Destaca-se ainda que o aumento da insegurança alimentar grave nos grupos familiares com mulheres como responsáveis, com até meio salário mínimo per capita, saltou de 18,8% na primeira pesquisa para 34,2%. (p. 76).

É preciso mencionar que o momento em que o país estava no começo da pandemia já indicava um retrocesso frente ao que foi construído, sobretudo, de 2003 a 2014, quando o Brasil saiu do Mapa da Fome, devido tanto ao incentivo às políticas públicas de ampliação de acesso ao direito à alimentação, como também devido às melhores condições que a classe trabalhadora teve para acesso a uma alimentação adequada.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), desenvolvida pelo IBGE, confirma o declínio que o país vivenciou no quesito segurança alimentar e fome no país.

Já os dados da POF 2017-2018 mostram o oposto, isto é, houve redução da Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil Segurança Alimentar que voltou para os níveis de 2004 (cerca de 60% dos domicílios), com o aumento correspondente da IA, sobretudo, a IA grave, que indica

ocorrência de fome. Vale dizer, a última pesquisa nacional já indicou o agravamento da situação de IA no Brasil, anterior ao período pandêmico da Covid-19 (REDE PESSAN, 2021, p. 14-15, grifo do autor).

Normalmente se discute o fenômeno da fome relacionado com a ausência de trabalho ou aos cortes nas políticas sociais, mas não é abordada a relação com a questão agrária. Isto é algo pouco debatido mesmo dentre aqueles que reconhecem que a questão agrária não foi resolvida com o aumento da produtividade agrícola decorrente da trágica modernização da agricultura realizada pela “Revolução Verde” e, os posteriores incrementos de produtividade advindos do avanço tecnológico.

A estrutura fundiária brasileira sempre foi e permanece extremamente concentrada com índices que variam em percentuais mínimos, mas nunca foram menores que 0,8, ou seja, quase concentração absoluta. O índice de Gini com relação à estrutura agrária passou de 0.854 em 2006 para 0.867 em 2017. (IBGE, 2019).

Segundo a pesquisa do IBGE, os imóveis com mais 1000 hectares aumentaram sua área em 17,08 milhões de hectares em relação ao Censo Agropecuário 2006 e ocupam 47,6 % de toda a área agricultável do país (IBGE, 2017). Enquanto os menores, que têm até dez hectares, representam 50,2% do número total de estabelecimentos, mas ocupam apenas 2,3% da área (PINA, 2018, online).

O Censo Agropecuário revela ainda o aumento da produtividade da agricultura brasileira. Além disso, ocorreu expansão das áreas cultivadas exatamente pelos produtos ligados à cadeia do agronegócio e vinculados ao mercado de *commodities*, como é o caso da soja, que teve um aumento de 72% da área de colheita desde 2006 até 2017. Cerca de 96% desta soja é transgênica. (THUSWOHI, 2020, apud MELGAREJO, 2021, p.163).

Um dos marketings do agronegócio é exatamente o aumento da produtividade advindo do investimento tecnológico dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Segundo Melgarejo (2021) esta afirmação não se sustenta pois, o que explica o aumento da produtividade é a forma como são socializados os avanços tecnológicos de melhoria varietal das sementes mais produtivas. Na realidade, essas sementes mais produtivas são ocultadas dos produtores até se tornarem OGM pelas grandes empresas responsáveis pela comercialização das sementes. (MELGAREJO, 2021, p.168).

Além de não serem mais produtivas, as sementes transgênicas têm impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana⁶, mas a legislação de controle tem se tornado cada vez mais flexível e a avaliação dos riscos feita pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) que se utiliza de dados das próprias empresas privadas para a avaliação dos impactos, desconsiderando as minorias que problematizam com outras fontes⁷.

Na realidade, a utilização das sementes transgênicas faz parte do pacote tecnológico que compõe o McMichael (2016) chama de Regime Alimentar Corporativo onde os interesses dos grandes conglomerados internacionais definem os mercados de *commodities*, geram a dependência entre as nações e estabelecem como regra o comércio injusto, ainda que ideologicamente isto seja trabalhado como garantia de “segurança alimentar para todos”.

A configuração da questão agrária atual e o regime corporativo de alimentos como um todo é uma ameaça à soberania alimentar⁸ das nações representada pela dependência da compra sistemática de sementes e pelo controle de grandes conglomerados capitalistas de todo o mercado alimentício, desde sua produção, comercialização e distribuição.

Com relação à soberania alimentar é importante mencionar o posicionamento da Via Campesina e suas reivindicações no que diz respeito à fome:

Políticas neoliberais dão prioridade ao comércio internacional, e não a alimentos para a população. Não contribuíram em nada com a erradicação da fome no mundo. Pelo contrário, aumentaram a dependência dos povos por importações agrícolas e fortaleceram a industrialização da agricultura, assim colocando em risco a herança genética, cultural e ambiental de nosso planeta, bem como nossa saúde. Forçaram centenas de milhões de agricultores ao abandono de suas práticas agrícolas tradicionais, ao êxodo rural ou à emigração. Instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC implementaram essas políticas ditadas pelos interesses de grandes empresas e superpoderes transnacionais [...] A OMC é uma instituição completamente inadequada para lidar com questões relacionadas a alimentos e agricultura. Por isso, a Via Campesina quer a OMC fora da agricultura. (VIA CAMPESINA, 2003 apud MCMICHAEL, 2016, p. 86).

⁶ Foladori (2012) trata dos riscos das nanotecnologias como um todo, conferir *Temporalis*, ano 12, n. 24, jul./dez. 2012.

⁷ A este respeito conferir a íntegra do artigo de Melgarejo (2021) que mostra os (des)caminhos da aprovação das OGMs no CTNBio.

⁸ Soberania alimentar, conforme defende a Via Campesina, “[...] é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.” (MPA, online).

A importância da agricultura familiar e da base camponesa ultrapassa a questão do acesso à terra pois, envolve a soberania alimentar dos povos.

No Brasil, os dados do último Censo evidenciam o aumento da concentração fundiária e a diminuição do pessoal ocupado na agricultura exatamente devido a retração da agricultura familiar; ainda assim é ela que mais emprega no campo e é responsável pelo cultivo de produtos importantes da dieta alimentar do brasileiro.

[...] 81% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil têm até 50 hectares e ocupam 12,8% do território; por outro lado abrigam 80% das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias. No outro extremo as propriedades com mais 2.500 ha representam 3% e ocupam uma área de 32,8% da área territorial e empregam menos de 5% da força de trabalho dessa área. (GUIMARÃES, 2020, online)

A agricultura familiar é responsável por 69% da mandioca consumida no país e por 41% do feijão preto, alimentos da dieta alimentar dos brasileiros (sem considerar leguminosas e hortaliças que se concentram, via de regra, em unidades familiares).

Fernandes (2013) destaca um dado importante do Censo anterior, mas que é ilustrativo da situação brasileira. Desde então, a situação só piorou com a redução de 10% da produção e dos financiamentos voltados para o setor.

Relacionando a participação percentual das áreas das unidades territoriais da agricultura camponesa e com a participação percentual no valor da produção, observa-se que a agricultura de base familiar no Brasil, embora controle somente 24.3% das propriedades agrícolas produz 38% do valor da produção. [...] o agronegócio ou agricultura capitalista controla 75.7% das terras e produz apenas 62% do valor da produção. Ainda é preciso dizer que a agricultura capitalista fica com 90% do crédito agrícola. (FERNANDES, 2013, p.04)

O enfrentamento à questão da fome no Brasil passa pelo enfrentamento da questão agrária e por uma ampla e massiva política de reforma agrária. Esta é uma política pública que pode dar acesso à terra, trabalho e crédito para as famílias de trabalhadores que querem cultivar a terra; ao mesmo tempo é uma alternativa não só para o incentivo a um outro modelo de desenvolvimento rural, mas também de construção de alternativas para o combate à fome.

A erradicação da fome, porém, só será possível com a superação da realidade do capital. Como afirma Teixeira (2015) “A fome é funcional ao sistema capitalista como arma de dominação por um lado e, por outro, é uma consequência do padrão de desenvolvimento fundado no sistema agroindustrial”. (p. 236).

No próximo item traremos o debate da proposta construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como um caminho para a organização política de longo prazo, mas que também, se compromete com ações urgentes a serem efetivadas no contexto atual, pois como dizia Frei Betto (2020, online): “[...] a fome, tem pressa”.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): a luta por um outro modelo de produção em meio rural

A questão agrária, aqui tratada como decorrente dos embates que a sociedade capitalista provoca na apropriação e uso da terra em área rural, se expressa de forma emblemática na concentração fundiária e no seu reverso: a luta pela terra. No Brasil este embate ocorre desde a formação da sociedade brasileira, aliás a luta contra a escravidão desencadeada pelo povo negro foi também uma luta pela apropriação do território e os quilombos são a expressão concreta deste fato.

Nespoli (2013), a partir da discussão feita por Clovis Moura sobre o significado dos quilombos, evidencia a relação intrínseca entre a luta do povo negro e a luta pela terra e, mostra que a quilombagem foi e ainda é uma forma de construção de resistências e identidades coletivas:

A relação de subsistência que esses grupos estabelecem com a terra, é fundamental não só para a emancipação do indivíduo em si, mas também na sua identificação e articulação com o outro e com a natureza. Sendo assim, a luta pela terra quilombola não é apenas o confronto entre propriedade jurídica da terra e formas não típicas de propriedade, mas também o momento de definição individual e grupal enquanto sujeitos, enquanto negros quilombolas deste ou daquele lugar. (NESPOLI, 2013, p 55).

A permanência ao longo da história de uma estrutura agrária extremamente concentrada e a lógica expansionista do capital - que se fortalece no campo após a revolução verde - vão acirrar os embates e resistências de diversos sujeitos coletivos que lutam em meio rural para preservar seus territórios, para fazer uso da terra, ou para seguir se reproduzindo em área rural, mesmo que na condição de assalariados. Um espectro de sujeitos que envolve os povos tradicionais, indígenas, quilombolas, a organização de trabalhadores rurais e camponeses em ligas e sindicatos rurais e, um grande número de movimentos sociais que há muito tempo têm na luta pela reforma agrária uma bandeira central.

No Brasil, a organização dos movimentos sociais de luta pelo acesso à terra é histórica e presente nos embates que se contrapõem à lógica monocultora e à ofensiva do agronegócio com seu pacote de agrotóxicos.

A modernização da agricultura realizada durante a ditadura civil-militar (1964 a 1984) e que ficou conhecida como Revolução Verde, na realidade, foi responsável pela entrada mais incisiva do capital no campo; com isto promoveu uma maior concentração das terras agricultáveis por grandes proprietários, aumento da mecanização no campo e a produção em larga escala de *commodities*. É nesse contexto histórico que se intensifica a luta pela terra e ganha destaque nos segmentos que se contrapõem a este modelo hegemônico, a proposta de uma radical transformação da lógica de produção de alimentos numa perspectiva agroecológica e voltada para a soberania alimentar.

Segundo o DATALUTA, existem no Brasil mais de 100 movimentos socioterritoriais⁹, uma diversidade que evidencia o nível de conflitualidade decorrente da luta pela terra.

Os movimentos sociais que se vinculam à Via Campesina, do Brasil, possuem uma perspectiva classista e propõem um outro modelo de apropriação e uso da terra e dos recursos naturais.

No debate sobre a fome, destacamos três referências importantes: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o MST e o Movimento Nacional de Mulheres Camponesas (MMC). Estes movimentos possuem na agroecologia um princípio e desenvolveram diversas ações de combate à fome durante a pandemia.

A agroecologia como princípio e prática dos movimentos que compõem a Via Campesina traz uma outra concepção da relação homem/ natureza baseada em princípios de sustentabilidade social e ecológica.

A agroecologia é vital para o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade onde não haja a propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão, nem de exploração, cujo fim não seja a acumulação. Acreditamos na agroecologia como uma ferramenta na construção de outra maneira de produzir e reproduzir a vida. É parte de um projeto socialista, uma aliança entre os trabalhadores e as organizações populares do campo e da cidade (VIA CAMPESINA, 2013, 46-47, apud GUHUR, 2015, p 296-297)

⁹Entre 2000 e 2016, segundo o relatório do DATALUTA (2016), 137 movimentos sócio territoriais realizaram ocupações de terras.

Nos limites desse artigo, vamos nos ater à discussão do MST pela sua abrangência e representatividade em todo o território nacional, mas também pela proximidade das autoras com as ações deste Movimento. Destacamos ainda que o foco de resistência na reforma agrária que denominam de popular, permite uma interlocução direta com o debate sobre a reforma agrária como uma das bandeiras de enfrentamento à fome no Brasil e, ao mesmo tempo aponta para a construção de um outro modelo de sociedade para além do capital.

O surgimento do MST se deu na década de 1980 e rapidamente ele se colocou como um importante protagonista de resistência e luta pela terra utilizando-se de ocupações de latifúndios, promovendo trabalho de base, místicas; com isto, passa a organizar um grande segmento de trabalhadores do campo e da cidade tendo como bandeira a reforma agrária. Num breve período de tempo, MST passa a ter incidência nacional e unidade em suas bandeiras de luta que são definidas a partir de uma complexa organização que se origina nos núcleos de base e segue até as instâncias máximas que são os congressos nacionais.

O MST vem construindo um legado de luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra e a condições de (re)produção da vida digna. O tamanho do desafio não apenas perpassa pela dimensão continental do país, mas também pela íntima relação do desenvolvimento rural vinculado à perspectiva de produção de *commodities* e centralização da posse da terra na mão de latifundiários e capitalistas nacionais e internacionais.

Sader (2014, online) considera que o MST ao apreender as novas determinações que delimitam o modo de produção capitalista brasileiro e a constante necessidade de reforma agrária, consegue reafirmar o protagonismo do necessário processo de transformação que o Brasil necessita.

Dois marcos importantes que são definidos nos congressos do MST que dialogam com o tema da soberania e segurança alimentar e se colocam na contraposição direta ao modelo hegemônico de produção: o IV e o VI Congresso, ocorridos respectivamente em 2000 e 2014. No primeiro a agroecologia passa a ser definida como bandeira de luta e no VI são reafirmados sua perspectiva e direcionamento, através do Programa Agrário do MST, com a proposta do programa Reforma Agrária Popular na defesa de um outro modelo de agricultura, opondo-se ao modelo convencional e devastador assumido, em sua maioria, na agricultura brasileira. (MST, 2014).

O MST ao definir estas bandeiras como propostas concretas de ação para sua base, forceja os limites, tensiona o instituído e inicia um movimento no sentido de construir uma outra lógica de produção nos assentamentos rurais; com isto traz a proposta de uma relação saudável com a natureza e passa a dialogar sobre isto com a sociedade brasileira.

Aqui há de se enfatizar que há uma recolocação da categoria reforma agrária ao passo que assume a dimensão popular, evidenciando “[...] não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população [...]” (MST, 2021, online).

O compromisso do MST se pauta no fortalecimento do programa a partir de sua base e de sua militância e, sobretudo, se vincula e se identifica com a classe trabalhadora e com a sociedade em geral, reafirmando a defesa da função social da terra. (MST, 2014).

Assim, a agenda de luta do Movimento foi reafirmada em uma perspectiva de indicar qual agricultura é defendida, quais os caminhos para ampliar as condições de se alcançar essa agricultura, qual a pauta política e ideológica que vão balizar as condições de defesa e fundamentação dessa outra lógica de produção de alimentos e cultivo da vida.

Em termos gerais, o Programa apresenta sete eixos que dão o direcionamento da sua operacionalização (MST, 2014, p. 40-48) que exemplifica a defesa e luta por um nova organização societária, uma nova lógica de produção de alimentos e (re)produção da vida encontram no MST condições reais a partir da realidade concreta e podem tensionar numa ampliação de uma nova perspectiva da organização da vida na sociedade. Quanto ao Programa destacamos o terceiro eixo “A organização da produção agrícola”, que se soma ao quarto eixo “uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura, que pautam-se pela soberania alimentar em uma perspectiva agroecológica em que há a defesa de políticas públicas que subsidiem e financiem o processo de transição das áreas e sua ampliação produtiva agroecológica livre de transgênicos e agrotóxicos.

Vale indicar que o salto que o Movimento realiza ao propor uma reforma agrária popular, faz com que o caráter universal do processo seja mais evidenciado, para além dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem no/do campo, e reforça que o processo de luta pela terra perpassa pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. (MST, 2021, online). Nessa mesma perspectiva a Via Campesina é importante

referência de articulação e organização dos movimentos sociais que lutam pela terra, e é entre eles com grande destaque que está o MST. Para Oliveira et. al (2021, p. 262), o MST “[...] se coloca na dinâmica concreta da luta por reforma agrária a consolidar estratégias de fortalecimento da agroecologia como um projeto sólido de desenvolvimento para o conjunto da sociedade.”

A luta pela segurança alimentar só tem força se fundamentada em uma lógica da produção de alimentos de forma a sustentar a soberania alimentar. O MST tem acúmulo no sentido de fortalecer essa perspectiva e o Programa apresentado acima evidencia isso. A centralidade da luta pela terra, então, passa pela necessária disputa por um outro modelo de produção agrícola.

Nesse sentido, percebe-se uma ampliação na apropriação da perspectiva agroecológica, com uma maior presença de áreas de transição, o que coloca a defesa da segurança alimentar e autonomia brasileira nos processos produtivos e de consumo dos alimentos.

Neste sentido, ao construir a luta por reforma agrária popular, o Movimento Sem Terra concebe a agroecologia como sua matriz tecnológica, através das sementes crioulas, a cooperação agrícola, mutirões, formas tradicionais de organização da produção, comercialização de alimentos livres de agrotóxico e transgênico, implantação de associações, cooperativas e agroflorestas que possam garantir a diversidade, a preservação do meio ambiente, da cultura e das relações sociais, pois visa, sobretudo, o desenvolvimento, segurança, autonomia e soberania do território. (OLIVEIRA et. al, 2021, p. 262, grifo nosso).

O processo de produção de alimentos, com base na matriz agroecológica, além de estarem livres de veneno, pauta-se na produção saudável e no atendimento da satisfação das necessidades nutricionais de cada sujeito social. A presença do alimento saudável na mesa dos trabalhadores, acompanhado do debate político a respeito, pode permitir a ressignificação da relação com a natureza e seus recursos e, com os sujeitos sociais que o produzem; uma discussão que poderá fortalecer mulheres, povos tradicionais e camponeses se feita na perspectiva de gênero e étnico-raciais; pode perpassar ainda por um resgate dos saberes populares, no resgate de sementes crioulas, pela ampliação e defesa da educação do campo, entre outros elementos. (OLIVEIRA et. al, 2021).

Assim, Oliveira (et. al, 2021) ainda complementa a viabilidade dessa perspectiva alinhada à organização política, econômica e social, aproximando campo e cidade para fortalecimento da luta.

É nesse contexto que o MST fortalece seu programa de Reforma Agrária Popular e aponta caminhos possíveis para a superação da insegurança alimentar agravada pela pandemia da Covid-19 que assola a humanidade desde o começo de 2020.

Nesse momento, o MST assume para si a tarefa, por meio de seu Programa de Reforma Agrária Popular, de contribuir para o enfrentamento dos impactos da pandemia para a população que vive na extrema pobreza, mais fragilizada, sem acesso a trabalho, renda, moradia, alimentação adequada e condições de saúde. É preciso indicar que aqui não busca-se uma leitura romantizada do Movimento ou indicar um papel messiânico no enfrentamento da luta pela reforma agrária e pela mudança no processo produtivo, afinal a realidade contraditória não isenta o Movimento de suas particularidades e contradições; mas de reconhecer que o Movimento pode cumprir um papel importante a ser empenhado e fortalecido no processo de transformação.

Diante do cenário que evidenciamos neste artigo, o Movimento apresenta em 2020 um plano com “Medidas Emergenciais para a construção da Reforma Agrária”. Para Kelli Mafort (STROPASOLAS, 2020, online), da direção nacional do Movimento, “[...] atacar os problemas da crise e os problemas da fome é fundamental, e na visão do MST, uma das formas da gente garantir com que as pessoas tenham acesso a trabalho, renda, moradia, e alimentação, é através da reforma agrária”.

Com o agravamento e aprofundamento da questão social, com os níveis alarmantes de insegurança alimentar e a fome assolando a população brasileira, muitas ações de solidariedade emergiram no conjunto dos movimentos sociais brasileiros. O MST assume uma importantíssima tarefa, em consonância com a defesa da reforma agrária popular, na distribuição de toneladas de alimentos saudáveis para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Ações políticas e que representam solidariedade de classe junto aos trabalhadores e trabalhadoras.

As ações solidárias dos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra.

A profunda situação de fome e insegurança alimentar que assola o país, a desigualdade social que acomete parte significativa da população brasileira, conforme indicamos anteriormente, a ausência de ações efetivas por parte do Estado brasileiro, com corte no investimento público das políticas sociais, o aumento de desemprego,

entre outros elementos já elencados neste artigo, fez com que os movimentos sociais cumprissem um importante papel. Além da luta e reivindicação para que o Estado cumprisse seu papel, os movimentos sociais também desenvolveram ações de solidariedade (de classe) a fim de contribuir, entre outras questões, na melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional da população.

Diante disso, observa-se a solidariedade de classe por parte dos movimentos sociais rurais, entre eles o MST. Essa solidariedade pode ser vista como “[...] um caminho para ações organizativas de diferentes sujeitos que enfrentam as faces da Questão Social, a fim de construir formas de enfrentar coletivamente as desigualdades nos diversos territórios.” (HACKBARDT et al, 2021, p. 205).

Para evidenciar essas ações, como mencionamos anteriormente, o MST apresentou o plano com Medidas Emergenciais para a construção da Reforma Agrária. Além disso, reforçou a necessidade de ampliar áreas de assentamento e luta por condições de trabalho para as famílias e a defesa da suspensão dos despejos no período da pandemia¹⁰.

As ameaças de despejos são frequentes e o exemplo do que ocorreu no Paraná, em 2020, é bastante ilustrativo: das 70 áreas de acampamento, 25 deles vivem sob ameaça de despejos. Por outro lado, é no Paraná também que ocorre significativa distribuição de alimentos agroecológicos: nos primeiros meses da pandemia, com 155 mil toneladas de alimentos. (STROPASOLAS, 2020, online).

O projeto de Reforma Agrária Popular se baseia na produção de alimentos em larga escala com objetivo de atender as necessidades alimentares do povo brasileiro. Impossibilitado de realizar as tradicionais feiras, festivais e manifestações nas ruas, a principal forma do movimento apresentar os resultados da luta pela terra foi levar a produção de alimentos às cidades, em alguns casos com a venda de produtos e, principalmente, com as ações de solidariedade. (HACKBARDT et al, 2021, p. 206).

A conversão da produção desenvolvida pelo MST para distribuição à população demonstra como se desenham as ações de solidariedade que foram se constituindo em meio à pandemia. Quando comercializado, a perspectiva é na garantia de acesso, com preços acessíveis e um canal importante de garantia de diálogo entre campo e cidade.

Nesse sentido, podemos ver ainda o compromisso na produção de alimentos agroecológicos para consumo, de maneira a atender a população das periferias,

¹⁰O que sabemos que não foi respeitado, tendo como exemplo o despejo de 14 famílias na área do Quilombo Campo Grande, no município de Campo de Meio, em agosto de 2020.

contribuindo na pauta da qualidade do que se consome; ao se estabelecer nos grandes centros ampliou o debate sobre a relação com os bens naturais e a sustentação da vida.

No Rio Grande do Sul, o MST doou ainda no começo da pandemia cerca de 12 toneladas de arroz orgânico, como evidencia a reportagem do Brasil de Fato de abril de 2020. (RAUBER, 2020, online). Importante destacar que o MST é o maior produtor de arroz orgânico na América Latina, produzindo há mais de 20 anos.

O levantamento apresentado pelo MST, em janeiro de 2022, indicava que o Movimento havia ultrapassado 6 mil toneladas de alimentos produzidos e distribuídos durante a pandemia. As ações foram organizadas a partir das áreas de acampamentos e assentamentos, além das Cozinhas Solidárias e a Rede dos Armazéns do Campo espalhados no país como Belo Horizonte, São Paulo, Recife, entre outros.

Tudo isso só foi possível ser alcançado por meio da organização popular desenvolvida ao longo dos 37 anos de existência do MST, a partir da produção de alimentos das agricultoras e agricultores desde os seus quintais produtivos, hortas e roçados solidários. Mas também a partir da diversidade de produtos beneficiados pelas associações e cooperativas da Reforma Agrária Popular, como também de pontos de apoio da Rede de Armazéns do Campo e Cozinhas Solidárias. (FURTADO, 2022, online).

A defesa da Reforma Agrária Popular é o que dá sustentação para essas ações e, aponta direcionamento político voltado para a produção de alimentos para todos com isto contribui para diminuição da miséria no país e com o fortalecimento da classe trabalhadora, oportuniza maior divulgação da pauta da questão agrária e a aproximação dos centros urbanos ao espaço rural.

Vale destacar que esse conjunto de ações expressa a concepção de solidariedade de classe que é defendida pelo Movimento, que reforça a dignidade humana, concebida como um princípio de classe, como valor para sobrevivência dos povos e resistência. (HACKBARDT et al, 2021, p. 206).

Destacamos aqui que, frente a questão estrutural de desigualdade e fome no Brasil, o MST é um ator político importante na luta contra a ofensiva do Estado e na reivindicação de políticas públicas que garantam os direitos sociais, entre eles a alimentação, e acesso a renda e trabalho, moradia, terra, educação e saúde; daí sua importância como ator político presente na sociedade brasileira.

Considerações finais

Argumentamos neste artigo que a fome está relacionada a forma de apropriação da riqueza no sistema capitalista cuja produção social é coletiva, mas a apropriação privada; a propriedade privada da terra no Brasil é algo que definiu a nossa construção como nação e gerou já de início da formação do Estado, as condições para o racismo estrutural quando, antes de libertar o trabalho, legalizou o cativo da terra por meio da Lei de terras (Lei n. 601/1850), impedindo que a população negra permanecesse no campo e tivesse condições de trabalhar e garantir seu sustento dignamente. E seguiu, historicamente, negando o acesso à terra para quem nela trabalha mantendo uma estrutura agrária extremamente concentrada. Foi a partir destes elementos que se construiu uma das estruturas mais desiguais do ponto de vista das classes sociais no Brasil.

Quando na década de 1960, o processo de modernização da agricultura foi efetivado, a opção do regime civil militar foi exatamente financiar a grande agricultura capitalista, sem ao menos acabar com os latifúndios improdutivos. Num país de dimensão continental se beneficiaram da renda da terra latifundiários, burguesia nacional e internacional e ainda hoje este é o modelo de desenvolvimento hegemônico; é com ele que ficam os financiamentos e os investimentos em tecnologias, o perdão das dívidas, os incentivos. O crédito rural fornecido pelo Estado foi o grande financiador da chamada “Revolução Verde” no Brasil e até hoje o financiamento público direta ou indiretamente é retomado a partir dos incentivos aos produtos de *commodities*, especialmente depois do processo de reprimarização das exportações e das buscas por superávits primários.

Na realidade, o país mantém sintonia com as relações estabelecidas pela globalização, onde os grandes conglomerados capitalistas, por meio do mercado de *commodities*, mantém o controle sobre o mercado de alimentos e, conseqüentemente influenciam a geopolítica mundial, conforme destaca McMichael (2016).

Mesmo após a Constituição de 1988 que determina a função social da propriedade, o que prevalece hoje em meio agrário é o incentivo a um modelo de desenvolvimento rural que concentra renda, expulsa a população do campo, que utiliza de grandes quantidades de agrotóxicos, sementes transgênicas, sistemas monoculturais que contrariam a regra mais básica da natureza: a biodiversidade.

Com a manutenção de uma estrutura agrária extremamente concentrada, com um modelo de desenvolvimento rural voltado para a grande agricultura capitalista e, sem a efetivação da reforma agrária, não será possível o combate à fome no Brasil de uma maneira mais estrutural.

As alternativas de desenvolvimento rural que podem reverter o agravamento da questão ambiental e agrária e, ao mesmo tempo, promover segurança e soberania alimentar têm como paradigma a agroecologia; uma construção que reúne sujeitos coletivos de diversos espaços e com diferentes saberes, que respeita a natureza e que promove de fato o desenvolvimento humano.

Nesse processo encontram-se os movimentos sociais rurais que têm sido sujeitos políticos importantes e destacamos em especial o MST, que tem avançado no acúmulo dos debates da matriz agroecológica, incentivado a transição agroecológica em suas áreas, e nesse sentido a defesa da produção de alimentos saudáveis para acesso de toda população.

As ações solidárias construídas no período da pandemia revelam a responsabilidade que o Movimento assume no processo de luta pela reforma agrária no Brasil e o combate à insegurança alimentar que ainda persiste no país com índices alarmantes.

Ainda que, como aponta Teixeira (2015), a erradicação da fome esteja para além da sociedade do capital, a luta contra ela é tarefa urgente e com grande potencial de mobilização do conjunto da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços da era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BETTO, F. **Carta aos amigos e amigas do exterior e entrevista ao Jornal Brasil de Fato**. 2020. Disponível em <<https://www.cedefes.org.br/carta-aos-amigos-e-amigas-do-externo-e-entrevista-ao-jornal-brasil-de-fato-por-frei-betto/>> Acesso em 30 de mar. 2022.

DATALUTA. **Relatório Brasil 2016**. 2017. Disponível em <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2016.pdf> Acesso em 28 mar. 2022.

DELGADO, G. C.. A questão agrária hoje. In: _____; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FERNANDES, B. M. **Quando a agricultura familiar é camponesa**. 2013. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/521480696/Agricultura-camponesa-e-agricultura-familiar-bmf>> Acesso em 28 mar. 2022.

FOLADORI, G. La nueva revolución tecnológica y sus impactos a la salud de los trabajadores. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, jul./dez. 2012. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017122.pdf>> Acesso em jun. 2022.

FURTADO, L. MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. **MST**. jan, 2022. Disponível em <<https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>> Acesso em 23 mar. 2022.

GRUPO DE PESQUISA MUNDO DO TRABALHO E SUAS METAMORFOSES (GPMT). **Entrevista Ricardo Antunes: digitalização do trabalho e a escravidão no século 21**. 2018. Disponível em <<https://www.mundodotrabalho.ifch.unicamp.br/pt-br/content/entrevista-ricardo-antunes-digitalização-do-trabalho-e-escravidão-no-século-21>> Acesso em 31 mar. 2022.

GUIMARÃES, C. **Atlas do Espaço Rural retrata diversidade e desigualdade do campo brasileiro**. Disponível em <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29724-atlas-do-espaco-rural-retrata-diversidade-e-desigualdade-do-campo-brasileiro>> Acesso em 25 mar. 2022.

GUHUR, D. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, H., MAZIN, A. D., SANTOS, L. (Orgs). **Questão Agrária, cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões. 2016.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise de segurança alimentar no Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>> Acesso em 23 mar. 2022.

_____. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf> Acesso em 20 mar. 2022.

MÉSZÁROS. I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **História: conheça a história do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)**. Disponível em <<https://mmcbrasil.org/home/historia/>> Acesso em 28 mar. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Cartilha Programa Agrário do MST: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular**. Secretaria

Nacional: São Paulo, 2013. Disponível em <<https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>> Acesso em 20 mar. 2022.

_____. O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST. **MST**. jul, 2021. Disponível em <<https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>> Acesso em 23 mar. 2022.

MELGAREJO, L. As lavouras transgênicas e uma ciência cidadã para mostrar os riscos à vida e os mitos do agronegócio. IN: PIGNATI, W. A. et al (orgs); **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Porto Alegre: Editora UNESP, 2016.

MITIDIEIRO JUNIOR, M. A.. Crise do capital Global, natureza e agronegócio. IN: RAMOS FILHO, E. S.; MITIDIEIRO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. (Orgs). **A questão Agrária e conflitos sócio territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2016.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). **Soberania alimentar**. Disponível em <<https://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar/>> Acesso em 31 mar. 2022.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NÉSPOLI. D. S. S. **Raízes e sombras: luta e resistência na formação da identidade quilombola**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus Franca. Franca, 2013. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98612>>. Acesso em 28 mar. 2022.

OLIVEIRA, J. V. et al. Matriz agroecológica para o campo e a cidade - a experiência do MST no Estado de Minas Gerais. IN: BUZIGUESSI, B. et al. **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

PINA, R. No Brasil, 2 mil latifúndios ocupam área maior que 4 milhões de propriedades rurais. **Brasil de Fato**. jul, 2018. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/no-brasil-2-mil-latifundios-ocupam-area-maior-que-4-milhoes-de-propriedades-rurais>> Acesso em 28 mar. 2022.

REDE PESSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acesso em 23 mar. 2022.

_____. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Rede PESSAN, 2022.

SADER, Emir. Emir Sader: O MST nos seus 30 anos. **MST**, 2014. Disponível em <<https://mst.org.br/2014/02/17/emir-sader-o-mst-nos-seus-30-anos/>> Acesso 20 mar. 2022.

SANT'ANA, R. S.; PALMA, G. O. A.; GUSMINI, J. Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Praia Vermelha**, n. 1, v. 31, p. 184-207. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/40247>> Acesso em 12 mar. 2022.

SILVA, R. C. R. (et. al). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 9, n. 25, set, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy>> Acesso em 17 mar. 2022.

STROPASOLAS, P. MST apresenta plano de Reforma Agrária Popular para superar crise social e econômica. **Brasil de fato**, jun, 2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/mst-apresenta-plano-de-reforma-agraria-popular-para-superar-crise-social-e-economica>> Acesso em 23 mar. 2022.

_____. GIOVANAZ, D. Brasil com fome: pandemia e desmonte do Estado agravam drama dos trabalhadores. **Brasil de Fato**. ago, 2021. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/11/brasil-com-fome-pandemia-e-desmonte-do-estado-agravam-drama-dos-trabalhadores>> Acesso em 23 mar. 2022.

TEIXEIRA, L. S. C. **O valor da fome no Brasil**: Entre as necessidades humanas e a reprodução do capital. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Recebido em 31/03/2022.
Aceito para publicação em 30/04/2022.

(DES)CAMINHOS DOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL

THE (DEVIOUS) WAYS OF SOCIO-TERRITORIAL CONFLICTS IN EASTERN AMAZON

João Marcio Palheta da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Bolsista em Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Belém, Pará, Brasil.

jmpalheta@ufpa.br

Adolfo da Costa Oliveira Neto

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém, Pará, Brasil.

adolfoneto@ufpa.br

Resumo

O presente ensaio é parte do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq “Impactos Socioterritoriais dos Grandes Empreendimentos na Amazônia Oriental Brasileira”, cujo objetivo é de debater os impactos territoriais dos grandes empreendimentos de atividade mineral e suas interferências na aceleração dos conflitos em suas áreas de influência direta e indireta, após o ano de 2015. Para subsidiar nossa análise, foram utilizados dados da ANM, do IPEA, do DNPM, do IBRAM, do IBGE, da Rede Justiça nos Trilhos, do MAM, além de dados oficiais das prefeituras e de outros órgãos do governo federal e de trabalho de campo, realizado para o reconhecimento da área de estudo nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no estado do Pará, e de Açailândia, no estado do Maranhão, no ano de 2021. As análises sobre os impactos socioespaciais e sobre os conflitos socioeconômicos das atividades de mineração na Amazônia Oriental foram realizadas, através da representação cartográfica. Analisamos os conflitos territoriais causados (in)diretamente pelos grandes empreendimentos e as dinâmicas econômicas na integração dos territórios da mineração à economia internacional, bem como o seu papel no desenvolvimento regional da Amazônia Oriental brasileira, a partir da logística regional de transporte de escoamento da produção nos corredores das estradas de ferro Carajás (EFC) e Ferro Norte Sul (EF-151), na fronteira entre os estados do Pará e do Maranhão, que continuou, mesmo no período do Coronavírus.

Palavras-chave: Território. Conflitos sociais. Mineração. Grandes empreendimentos. Amazônia.

Abstract

This essay is part of the researching project funded by CNPq “Socio-Territorial Impacts of the Large Enterprises in the Brazilian Easter Amazon”. It aims to discuss the territorial impacts of the large mining enterprises after 2015, and their interference in

increasing conflicts within areas under their direct and indirect influence. In order to, we used data from the National Mining Agency (ANM), IPEA, SNPM, IBRAM, IBGE, Justice on Tracks, MAM, official data from town halls and from other governmental federal institutions, as well as data from field trips, done for the recognition of the area of study in the municipalities of Parauapebas and Canaã dos Carajás (state of Pará) and Açailândia (state of Maranhão) in 2021. The analyses of the socio-spatial impacts and the socio-economic conflicts of mining business in the Eastern Amazon was done through cartographic representation. We analyzed the land conflicts caused directly and indirectly by the large enterprises, and the economic dynamics in the integration of such mining-holding territories to the international economy and their role in developing the Brazilian Eastern Amazon, based on the regional logistics of transportation of products in Carajás Railroad (EFC) and Railroad 151, in the borders of the states of Pará and Maranhão, which have proceeded even during the COVID-19 pandemic.

Keywords: Territory. Social Conflicts. Mining. Large Enterprises. Amazon.

Introdução

Ao longo da história do Brasil, a mineração tem sido uma atividade transformadora dos territórios e das relações socioeconômicas nos espaços geográficos que sofreram explorações mineradoras. Os debates, envolvendo a questão da mineração e os conflitos, a partir do uso do território, pelas atividades mineradoras e do agronegócio, têm levantado questões sobre os usos diferenciados do espaço. A real possibilidade dos virtuais projetos a serem desenvolvidos na Região Oriental Amazônica, como os de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias, oferece a integração de algumas atividades econômicas, como a mineral, e os riscos diferenciados às sociedades amazônicas, principalmente aos povos tradicionais, que não são usuários das infraestruturas a serem ampliadas na região, tornando-se um elemento central no debate socioeconômico regional.

O espaço geográfico regional sofre com intervenções exógenas, de fora para dentro, ampliando os interesses do capital internacional sobre a região e acelerando a economia extrativista nos municípios mineradores. O território *locus* de embate, por parte dos atores sociais da Região Oriental Amazônica, alvitra questões de ordens social, política, econômica e ambiental, quando da atuação do Estado nas formas de planejamento e de ordenamento territoriais do passado e nas orientações econômicas do presente e do futuro, que geram conflitos com as formas de utilização dos recursos naturais, com o modo de vida das populações tradicionais e com as urbanizações, provocadas pelos diferentes processos, que conectam a escala local à global (SANTOS;

SILVEIRA, 2006), produzindo diferentes tempos de usos político e econômico e causando as desigualdades sociais e territoriais, por partes das empresas, do Estado e das sociedades locais.

As dinâmicas territoriais dos grandes empreendimentos na Amazônia Oriental têm provocado debates sobre o papel da ressonância dos benefícios sociais destas atividades extrativistas sobre as sociedades e sobre os territórios urbanos ou rurais que são alvos de exploração, por parte de diferentes grupos econômicos, ao longo de mais de 30 anos de exploração mineral na região dos estados do Pará e do Maranhão. Ao pensar sobre as regiões que possuem atividades mineradoras, há de se considerar a Região Amazônica como uma totalidade, observando que quem possui mais domínios agrários ou maior controle sobre estas terras — sendo este um instrumento de poder — e domina os recursos do subsolo detêm as formas de poder, decidindo sobre o território e sobre os processos da dinâmica econômica no território, o que é importantes para o capital e, conseqüentemente, para o ordenamento territorial imposto à região pela economia em larga escala. Tal é o aspecto que tem preenchido os debates sobre os efeitos da mineração no século XXI.

Apoiadas pelas redes de infraestruturas (como as portuárias e as ferroviárias), que buscam acelerar e ampliar a exploração extrativista na integração dos territórios produtivos à economia internacional, e diante dos contextos dos mercados e das grandes empresas internacionais, as atividades mineradoras estão sendo intensificadas nos territórios da Amazônia, no século XXI, tanto no estado do Pará quanto no do Maranhão, incluindo o estabelecimento de novas dinâmicas na logística regional de transporte de minério de ferro e na exploração de outros minerais, além de servir como alternativa ao escoamento das produções de açúcar, de milho, de etanol e de soja. Para além da área sob influência da ferrovia Carajás, os portos das cidades que permitem a navegação ou estão próximas ou banhadas pelo oceano Atlântico vêm se ampliando ou se modernizando, para atender a estas novas práticas econômicas.

O ordenamento do território direcionado à lógica do extrativismo em larga escala, previsto para a Região Amazônica, a partir do qual a ordem hegemônica se amplia, recria as diferentes territorialidades do capital, que vão se redefinindo, diante dos conflitos espacializados geograficamente nos meios urbano e rural, que implicam usos diferenciados do território, com perspectivas de risco à autonomia do Estado — desafios das questões mineral e amazônica, colocando em risco a soberania nacional e o

domínio do território por comunidades tradicionais, como as quilombolas e as indígenas, por exemplo —, a partir da infraestrutura que se amplia, a exemplo da construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e de portos no Pará e no Maranhão. A possibilidade concreta da construção da Estrada de Ferro de Açailândia (EF-151) no Maranhão, unificando o sistema ferroviário nacional e ligando-a ao complexo portuário de Vila do Conde, em Barcarena (PA), abriria o mais “novo corredor” de exportação de *commodities* e poderia ser um motor de geração de mais conflitos sociais na Região Amazônica.

O eixo ferroviário, interligando os estados do Pará e do Maranhão às unidades de produção no Centro-Oeste — e ao Sul e ao mundo —, representa um desafio aos portos paraenses e maranhenses, já consolidados na exploração das atividades mineradoras e, agora, na tentativa de ampliar para outras atividades econômicas, como a do agronegócio. O impacto socioterritorial dos grandes empreendimentos, ligados direta e indiretamente à atividade mineral, com a exploração do ferro, do cobre, do níquel, da bauxita e da alumina, principais minérios-produtos na pauta de exportação nacional e que estão entre os mais consumidos no planeta, com tendência à aceleração na exportação para o mercado mundial, é cada vez maior.

Os corredores compostos pelas estradas de ferro ou rodovias representam verdadeiros caminhos migratórios e impulsionam a mobilidade da urbanização, quando não criam espaços que se emancipam e se tornam cidades, posteriormente, mesmo com poucas infraestruturas urbanas e ínfimas condições de bem-estar social de seus moradores (PALHETA DA SILVA; SILVA, 2016). Os debates sobre os impactos das atividades de mineração, seja na sociedade diretamente afetada, seja na economia de estados e de municípios, têm se tornado questões nacionais e, como tais, não podem ser tratadas como questões de governo, somente: têm que ser tratadas pela sociedade em suas diferentes frentes de representação, uma vez que tal seria entregar à vontade do mercado a nossa soberania, para destacar que, mesmo “controlando” os territórios, os preços das *commodities* são decididos fora do território nacional. Os conflitos em áreas de mineração vão muito além dos meramente físicos e a migração em municípios mineradores e os conflitos agrários e urbanos também não podem ser descaracterizados e vistos como algo fora dos padrões dos estados mineradores, na medida em que estas populações acabam sujeitas a diversos conflitos socioeconômicos.

A pesquisa nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Pará, e de Açailândia, no Maranhão, contou com apoio do CNPq, a partir do projeto intitulado “Impactos Socioterritoriais dos Grandes Empreendimentos na Amazônia Oriental Brasileira”, voltado a analisar as dinâmicas territoriais das atividades minerais e como estas vêm interferindo na aceleração dos conflitos, após o ano de 2015. Para subsidiar nossa análise, foram utilizados dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Rede Justiça nos Trilhos, do Sistema Único de Saúde (SUS), do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), além de dados oficiais das prefeituras de Parauapebas, de Canaã dos Carajás e de Açailândia e de outros órgãos do governo federal, para averiguar os casos de Coronavírus nos municípios, bem como de trabalho de campo, realizado para o reconhecimento da área de estudo, no ano de 2021.

O desafio das políticas territoriais

O desafio das políticas territoriais é de integrar diferentes interesses e sociedades nos usos complexo e metamorfoseado dos espaços geográficos regional e nacional. O território e os seus usos diferenciados expressam a forma como o Estado e os seus entes federados vêm optando pelo desenvolvimento local da cadeia produtiva, voltado ao mercado internacional (SANTOS; SILVEIRA, 2006). A ideia central não é de colocar a economia como soberana da vontade da sociedade; as empresas mineradoras sempre a tiveram. No caso em questão, trata-se de mudar a lógica da dinâmica territorial e de colocar a sociedade como motora da história. Não há como negar que a forma e o modelo, pelos quais o Brasil usa seus recursos minerais, apesar de gerarem recursos financeiros para a União, para os estados e para os municípios, estão longe de beneficiar a sociedade brasileira como um todo; bastam breves análises do tempo e do espaço geográfico cortado pelas estradas de ferro na Amazônia para se ter uma noção das transformação das cidades que possuem grandes empreendimentos mineradores, juntamente com as desigualdades socioeconômicas decorrentes destas atividades, considerando, ainda, o impacto da pandemia do Coronavírus nas empresas e na sociedade do entorno destes projetos.

As logísticas no território e as políticas territoriais

Nos territórios amazônicos atingidos pela mineração, o uso diferenciado da natureza como valor de uso e, não, como valor de troca, pela sociedade, torna-se a diferença fundamental entre o grande capital e as sociedades tradicionais. Essa dualidade coloca em risco os interesses das comunidades (SANTOS, 2012), pois o ordenamento territorial democrático e pensado com sustentação, a partir de um desenvolvimento socioeconômico associado ao planejamento, com base nos diferentes usos do território, é elemento estratégico fundamental para garantir o controle do Estado brasileiro sobre o desenvolvimento nacional. A decisão não pode ser somente técnica e/ou econômica; precisa ser uma decisão social, que abarque os reais interesses das sociedades. A identidade territorial de uma comunidade necessita de garantias, para que o conhecimento histórico pautado nos modos de vida também seja garantido nas formas diferenciadas de desenvolvimento socioeconômico ambiental, nos territórios impactados pela mineração.

As políticas territoriais voltadas ao setor mineral e seus marcos regulatórios são elementos essenciais ao mapeamento de novos cenários das condições de uso dos territórios, sobretudo na Amazonia. Na atualidade (em 2022), avanços e retrocessos no Novo Código da Mineração (NCM) precisam, no mínimo, de debates mais aprofundados e qualificados sobre os efeitos desta atividade nos territórios, com a participação efetiva da sociedade civil (PALHETA DA SILVA; CHAGAS, 2020). Além disso, é necessária a revisão da política industrial brasileira para o setor mineral, respeitando as vontades de cada comunidade, não, somente, para renovar o período técnico-científico-informacional atrasado do Brasil, qualificando o produto e agregando-lhe mais valor, e ao trabalho, com investimentos pesados em ciência e em tecnologia, mas para colocá-lo a serviço de toda a sociedade brasileira, tratando de amenizar conflitos sociais ou desastres ambientais em territórios com exploração mineral direta e indireta.

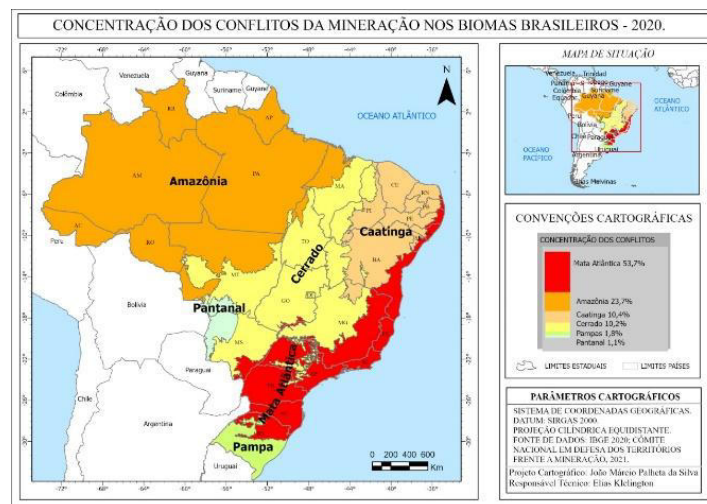
Na condição de que um Novo Código de Mineração não venha a alterar as formas de uso do território em área indígenas, por exemplo — a maior área se concentra na Amazônia e a maior população indígena está no Nordeste —, a tendência é de aceleração dos conflitos nos biomas já impactados por esta atividade (PALHETA DA SILVA; CHAGAS, 2020). Quando olhamos a história dos usos dos territórios e as políticas públicas voltadas as suas sociedades e aos seus biomas como um todo,

ampliam-se os conflitos territoriais causados pela exploração de grandes mineradoras e de garimpos ilegais, colocando em riscos os ecossistemas.

Quando se trata da política pública de Estado voltada aos territórios atingidos pela mineração, não se levam em consideração as legítimas potencialidades do território e de suas sociedades; essas políticas são voltadas para o mercado internacional (BOAS; BEINHOFF, 2002). As atividades de mineração desconsideram as sociedades e as culturas impactadas diretamente pelos empreendimentos, que não são voltadas às atividades minerais. As formas de apropriação e uso do território em jogo se conflituam, ficando a sociedade à “deriva” do Estado brasileiro. Os interesses internacionais criam a dicotomia entre o valor agregado aos produtos e os valores agregados ao trabalho e ao uso do território, por parte das sociedades impactadas pelas atividades econômicas. Para além das atividades em larga escala, surgem outras, que impactam os territórios, como as dos garimpos ilegais, gerando diversos conflitos nos territórios atingidos pela mineração.

Em relação aos conflitos, foram registrados 722 casos e 823 ocorrências em todo o território nacional, classificados por Bioma e por Unidade da Federação, envolvendo os vinte e cinco estados e 144 empresas, destacando-se os conflitos por terra e por água, além dos garimpos ilegais, sendo os pequenos proprietários rurais, os trabalhadores ribeirinhos e os indígenas as categorias mais atingidas (MAM, 2021). Segundo o relatório do MAM (2021), pelos menos 1.088.012 pessoas foram envolvidas nestes conflitos. Os minérios de ferro e de ouro foram os mais apontados como causas dos conflitos.

Figura 1 – Concentração de conflitos da mineração nos biomas brasileiros

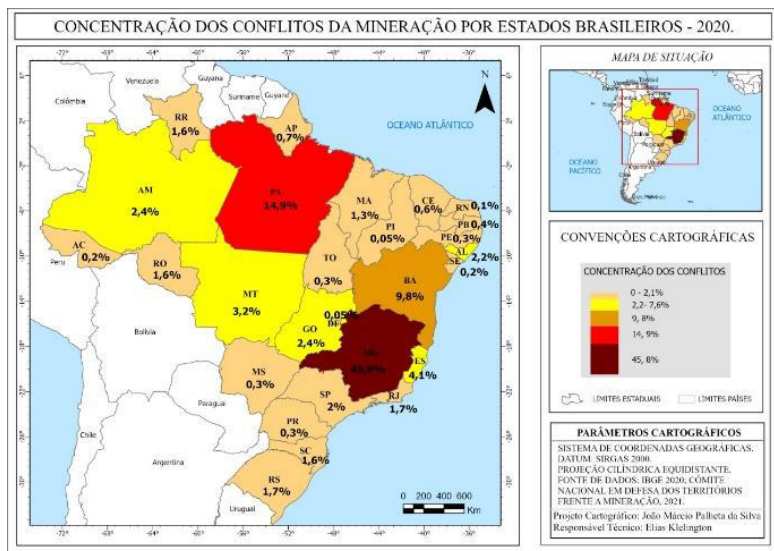


O tempo da natureza e o tempo do capital são dicotômicos e, na aceleração da exportação das ilhas de sintropias, as sociedades mais suscetíveis à exploração perdem seus tempos histórico e social e suas condições de domínio do território e de renovação efetiva das territorialidades, posto que são obrigadas a criar novas condições de uso do território, a partir da introdução da mineração. Os biomas são exemplos claros de espaços de conflito entre o capital extrativista minerador e as sociedades locais, que deles dependem para sua existência. Os biomas estão sendo colocados em risco, tratando-se das políticas direcionadas à exploração de recursos naturais, como os minerais. Entre os biomas nacionais, o que mais apresenta conflitos pela mineração é o Mata Atlântica, com 53,7%, seguido do Amazônia, com 23,7%, do Caatinga, com 10,4%, do Cerrado, com 10,2%, do Pampa, com 1,8%, e do Pantanal, com 1,1%, segundo dados do MAM (2021) (Figura 1).

A relação entre os tempos do capital e da natureza, envolvendo as relações socioeconômicas e as dinâmicas territoriais na Amazônia, têm suscitado um amplo debate nas comunidades tradicionais que são ou foram atingidas pelas atividades mineradoras, considerando a aceleração da exportação de suas ilhas de sintropia (ALTVATER, 1994). Os territórios das cidades mineradoras, por exemplo, foram incorporados à escala internacional, a partir das empresas e das suas relações com a economia mundial, direcionando o interesse do governo brasileiro para os resultados da balança comercial com as exportações de bens primários minerais, sem dar a devida atenção aos conflitos territoriais, que não são somente particularidades do espaço geográfico brasileiro. A sociedade e a natureza estão em risco nestas relações desigual e

combinada do capital na aceleração das exportações dos bens da natureza, sobretudo na aceleração dos conflitos nos biomas do país.

Figura 2 – Concentração de conflitos por Unidades da Federação



A concentração de conflitos nas Unidades da Federação (Figura 2) ganha destaque nos estados de Minas Gerais, com 45,8%, e do Pará, com 14,9%, os dois principais estados mineiros do Brasil, em termos de investimentos e de conflitos relacionados à atividade (MAM, 2021). O Pará, por exemplo, ultrapassou o estado mineiro no volume de recursos destinados à mineração e à ampliação das infraestruturas ferroviária e portuária, visando a acelerar a exploração dos seus recursos minerais. O território conectado ao mercado internacional se torna fragmentado, diante das alterações nas dinâmicas econômicas locais e do surgimento de novas territorialidades, provocadas pelas dinâmicas exógenas ao território (VILLA VERDE; ALAMINO; CHAVES, 2014).

Nesse sentido, a dinâmica territorial acompanha a evolução das transformações no tempo e no espaço; estas, provocadas por atores sociais em diferentes níveis, ocasionando ordem e desordem territoriais, conectadas a diferentes processos, e inter-relacionadas entre os diferentes usos dos territórios e as ações provocadas de forma exógena, a partir de discursos de desenvolvimento voltados à exportação de *commodities*, em contraposição ao desenvolvimento local, pautado no usos dos recursos naturais pelas comunidades amazônidas. O Brasil, em todo o seu território, apresenta um campo de poder conflituoso, quando se observam as atividades de mineração. Como ficou dito, os estados de Minas Gerais e do Pará são campeões em conflitos, envolvendo

suas sociedades e os grandes empreendimentos ou garimpos ilegais na Amazônia, por exemplo, os quais aceleraram estes conflitos territoriais. Por sua vez, esses dois estados são os que mais arrecadam com a Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), popularmente conhecida como *royalties*, destinada a investimentos em infraestrutura, em saúde, em educação e em meio ambiente (DNPM, 2020).

Os territórios que possuem recursos minerais têm sido os mais impactados pelos processos sociais e econômicos (VILLAS BOAS, 2011). A busca por estes recursos, por parte do grande capital, tem promovido uma disputa salutar nas sociedades atingidas pelos grandes empreendimentos mineradores, porém com pouca atuação do Estado brasileiro, no sentido de assegurar a soberania dos recursos minerais às sociedades locais. Em escala internacional, os investimentos se multiplicam e se especializam nos territórios, na busca pelos recursos minerais.

Territórios de entropia e de sintropia

O conhecimento produzido pelo Estado brasileiro sobre os recursos naturais em território amazônico vem evoluindo e sendo ampliado, quando se trata da mineração, e, hoje (2022), há o CENSIPAM, uma tentativa de mapear todos os recursos minerais nacionais, para fazer parte do banco de dados sobre o potencial dos recursos naturais brasileiros, principalmente na Amazônia brasileira. Para além dos mapas georreferenciados, o dilema fundamental dos locais de ocorrência de recursos minerais se assenta no tipo de extrativismo que persiste no país, que só tem acelerado a exportação de recursos minerais, sem promover a agregação de valor ao produto e ao trabalho dos amazônidas, aumentando os conflitos socioambientais e colocando em riscos as ilhas de sintropia, aumentando, por sua vez, a entropia socioterritorial.

A mineração para além da pandemia do Coronavírus

Altvater (2007), ao analisar o processo entrópico, levanta o questionamento de que é impossível produzir mudanças, sem gerar impactos. Todo processo de transformação de matéria e de energia gera ganhos e causa perdas, e, ao analisar a teoria marxista, o autor inclui no dinamismo o poder de destruição da acumulação capitalista no território. Podemos comparar os processos de acumulação capitalista dos empreendimentos mineradores e o papel do planejamento do Estado brasileiro nas

políticas territoriais de controle e uso dos territórios na Amazônia, os quais intensificaram os impactos sociais nas áreas atingidas pelos grandes empreendimentos, gerando pobreza regional e impactos ambientais, a partir da ampliação das infraestruturas de escoamento, de circulação e de consumo da produção no mercado exterior.

A pandemia do Coronavírus impactou diferentemente os lugares produtivos no mundo do setor mineral, favorecendo a exportação dos minerais do Brasil (IPEA, 2021). Alguns dados comprovam que o extrativismo mineral não deixou de contribuir com a balança comercial do Brasil, apesar do impacto do Coronavírus. A comprovação vem com os números da CFEM (ANM, 2022), os quais mostram um aumento de dois bilhões e quinhentos milhões de reais na arrecadação dos estados mineradores, no período da pandemia (um aumento de 101%, em relação aos números dos anos anteriores, e, segundo o IPEA (2021), foi ainda maior, se comparado ao mesmo período do ano de 2019).

Ainda segundo o IPEA (2021), os minerais mais expressivos na balança comercial brasileira foram ferro, cobre, alumínio, manganês e nióbio. Segundo o instituto, esses produtos pesaram mais na balança comercial e foram responsáveis por mais de 93% das exportações entre 2018 e 2020. Destaque-se que, a partir de 2020, o Coronavírus impacta diretamente os territórios, mas, mesmo assim, a exportação de minerais do Brasil continuou a crescer, chegando a atingir 95,8% do total das exportações do país, em 2020. Outro ponto da análise do IPEA (2021) se concentrou no mercado de trabalho formal da mineração, que obteve saldo positivo, em 2020. Assim, apesar de o Coronavírus ter impactado a produção brasileira, o setor de mineração reagiu rapidamente e acompanhou as mudanças de atitudes indicadas pelos setores de saúde mundial, o que favoreceu mais à intervenção dos grandes empreendimentos, que adotaram novas formas e cuidados para o exercício do trabalho e, conseqüentemente, para o aumento da produção dos minérios no país.

O setor mineral respondeu mais rapidamente do que o próprio Estado brasileiro à pandemia do Coronavírus, e conseguiu refazer suas metas e suas análises do contexto mundial para ampliar seus setores produtivos e para expandir para outros mercados, que reagiram mais tardiamente ao Coronavírus. Faltam dados mais precisos, em relação ao impacto do Coronavírus, junto às mineradoras, no que diz respeito aos seus trabalhadores diretos e indiretos, para avaliar o impacto da pandemia na indústria

mineral, mas, pelos números e pelos dados destacados, as empresas reagiram rapidamente à pandemia, para não perder mercado internacional.

Como ficou dito, no âmbito das empresas, o impacto foi menor, quando comparamos as cidades, em que os empreendimentos estão presentes. O impacto da pandemia na sociedade destes municípios não foi diferente do observado nos que não possuem atividades mineradoras, o que demonstra a rapidez das empresas para não perder mercado e, por outro lado, revela a lentidão das tomadas de decisão, por parte do Estado nacional, para evitar que a população em geral fosse atingida pela pandemia, contribuindo com a crise econômica, que parece pouco ter afetado a atividade mineral.

Os municípios de Parauapebas e de Canaã dos Carajás, no estado do Pará, que possuem fronteira com o estado do Maranhão, abrigam os mais importantes projetos de mineração da Amazônia Oriental e registraram casos confirmados de COVID-19. Parauapebas, com uma população estimada, pelo IBGE, em 2021, de 218.787 pessoas, registrou 67.775 casos, com 569 óbitos (PREFEITURA DE PARAUAPEBAS, 2022), enquanto Canaã dos Carajás, com uma população estimada, pelo IBGE, em 2021, de 39.103 pessoas, teve 10.868 casos confirmados da doença, com 137 óbitos. Parauapebas, o maior arrecadador de *royalties* do país, junto com Canaã dos Carajás, apresentaram muitos casos de contaminação pelo Coronavírus e foram fortemente atingidos pela pandemia, ou seja, ainda que seus cofres tivessem recursos para usar na saúde, a resposta do poder público não foi na mesma velocidade com que as empresas atuaram, nos cenários local e internacional. O município de Açailândia, no Maranhão, não ficou distante no número de infectados, pois 26.013 casos foram notificados no município, com 290 óbitos.

Os grandes empreendimentos e as suas infraestruturas mobilizam um contingente significativo da população, que vem em busca de emprego e de melhores condições de vida. Desse conjunto de pessoas, sua grande maioria vem trabalhar como peão de obra ou é motivada pela busca de novos tipos de serviço; em suma, trabalhos com baixas qualificações profissional e social e remunerações, colocando-se em regiões com conflitos agrários seculares. Esse acúmulo populacional acaba invadindo as periferias das cidades, gerando e aumentando os conflitos urbanos e os problemas sociais já existentes, e gerando outros, comumente baseados na posse e no uso dos territórios, exigindo do Estado brasileiro uma mudança na orientação das políticas públicas para as regiões em questão, com a finalidade de colocar a sociedade no

controle de sua própria história, para mudar o extrativismo predatório, que insiste como única via de desenvolvimento regional, desde o período de administração dos colonizadores portugueses na região.

Na Amazônia, tornam-se necessário investimentos maciços em ciência e em tecnologia para a sua sociedade. Há necessidade de mais centros tecnológicos, de universidades, de hospitais, além de garantias de acesso às formas de saber científico para a sociedade local, bem como as suas formas de saber, usando o conhecimento tradicional e se apropriando dele, de modo que a sociedade possa controlar seu futuro, respeitando as comunidades atingidas pela mineração e os cenários das sociedades tradicionais.

Esses dois importantes processos de agregação de valor ao desenvolvimento regional estão ausentes na Amazônia, favorecendo à apropriação dos produtos, por parte do grande capital, e à exportação quase *in natura* dos recursos minerais. Aos amazônidas cabe ser mão de obra barata para os grandes empreendimentos, sejam os mineradores, já implantados ou a serem inseridos na região, sejam os do agronegócio e/ou dos grandes empreendimentos de infraestruturas, acelerando os conflitos já existentes na Amazônia.

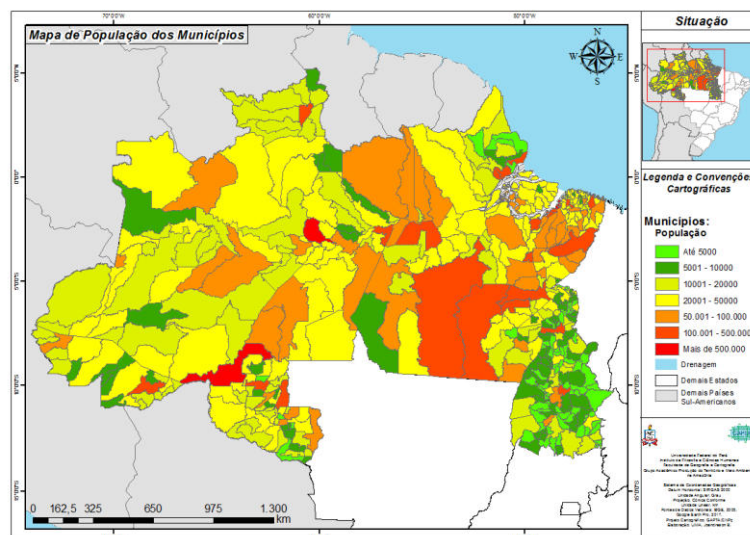
A mineração do estado do Pará ao estado do Maranhão

Cada vez mais, a Amazônia Legal tem se tornado, para o governo federal e para o grande capital, uma região mineradora, passando a ideia de que esta é a única alternativa de desenvolvimento regional. A exportação de *commodities* minerais, ignorando a tradição dos povos da floresta e das comunidades tradicionais, que utilizam a produção agrícola como forma de uso do território e de manutenção de suas territorialidades, por exemplo, torna-se um dos principais geradores de conflitos nas economias local e regional (PALHETA DA SILVA; OLIVEIRA NETO, 2017). Tal atividade econômica se diferencia e, como as demais dinâmicas territoriais, gera conflitos, quando associada aos já habituais problemas agrários, aos projetos hidrelétricos e aos diferentes enfrentamentos que surgiram ou foram acelerados na região, após a década de 1970, pelas desconsiderações das sociedades locais e das particularidades do ecossistema amazônico. O crescimento populacional no corredor da Estrada de Ferro Carajás, entre os estados do Pará e do Maranhão, nos corredores das

virtuais ferrovias e nas cidades que possuem algum tipo de atividade direta e indiretamente ligadas à mineração, por exemplo, tem seguido o padrão de urbanização das cidades amazônicas, trazendo novos confrontos e impactos territoriais (PALHETA DA SILVA *et al.*, 2017).

Esses empreendimentos, que aceleram os conflitos do século XXI e que estão associados aos processos de desenvolvimento econômicos adotados pelo Estado brasileiro em décadas anteriores, modernizaram problemas seculares e fizeram surgir diferentes territorialidades, diante da dinâmica econômica pautada nos grandes empreendimentos mineradores e do agronegócio, quase totalmente voltados para a economia de exportação. Sem resolver os conflitos socioterritoriais antigos, o planejamento do Estado desconsiderou as possibilidades de novos conflitos, ao colocar em risco a aptidão das sociedades locais no uso e na posse de seus territórios.

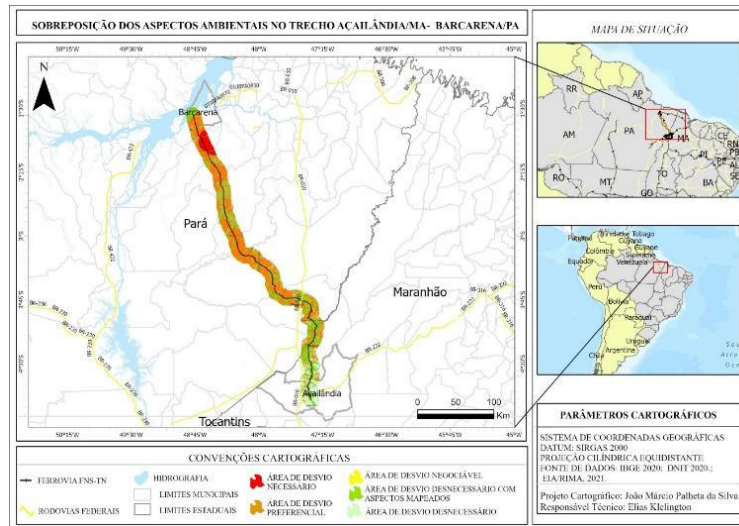
Figura 3 – População nos municípios da Amazonia Brasileira



O debate sobre a construção de novas ferrovias, atingindo as sociedades dos estados do Pará e do Maranhão, por exemplo, reascende as questões da posse e do uso da terra e do subsolo amazônicos. O exemplo mais recente é a construção da Ferrovia EF-151, entre os estados do Pará e do Maranhão. Entre os estudos de viabilidade da ferrovia, a proposta 3 do trecho ferroviário acabou sendo aprovada, ficando estabelecido a distância, em relação às comunidades que ficam ao longo destas áreas, visando à diminuição dos possíveis impactos em áreas indígenas e quilombolas, segundo a audiência pública. As terras indígenas no estado do Pará, localizadas em Paragominas

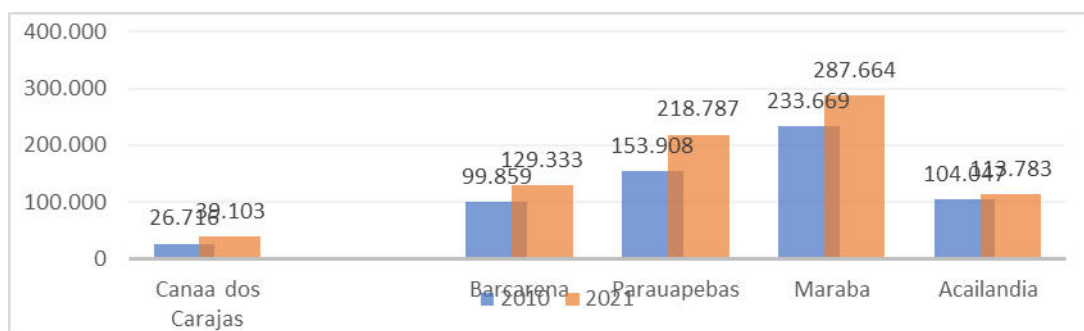
(Barreirinha), em Autora do Pará (Maracaxi), em Ipixuna do Pará (Saruá) e em Tomé Açú (Tembé e Turé) são áreas que estão sob influências direta e indireta da ferrovia. A comunidade quilombola do Moju, por exemplo, fica distante 600 metros e não é cortada pela ferrovia, como ocorre com as terras indígenas (Figura 4).

Figura 4 – Sobreposição dos aspectos ambientais no trecho Açailândia-Barcarena



Os pontos do território considerados luminosos pelos grandes empreendimentos — de interesse do capital, para usar uma expressão do geógrafo Milton Santos (2008) — acabam recebendo investimentos destinados à mineração, apesar da chamada crise econômica atual. Ou seja, esses pontos não deixaram de receber investimentos na exploração dos recursos naturais, a exemplo dos minerais. Um dos fatores que podemos destacar neste sentido é a multiplicação de empresas de mineração no país, cujo número atingiu, em 2013, o número de oito mil, oitocentos e setenta unidades (IBRAM, 2015). A Região Norte recebe grande parte destas empresas, abrigando um total de quinhentas e quinze empresas de mineração.

Figura 05 – População dos municípios mineradores



Fonte: IBGE (2022)

Esta figura destaca os municípios usados nesta análise (Parauapebas, Canaã dos Carajás e Açailândia) e faz uma breve análise comparativa, em termos de população, com outros dois importantes municípios que recebem impactos da mineração (Barcarena, na Região Metropolitana de Belém, e Marabá, na fronteira do estado do Pará com Maranhão), com a ideia de demonstrar o peso da mineração na demografia regional. A população destes municípios sofreu alterações significativas nos últimos dez anos, impactada pela presença da atividade mineradora em seus territórios. Projetos mineradores são atratores de população para os dois estados, e a maior parte da população que migra acaba nas periferias das cidades ou em movimentos sociais da região, à procura de terra e de trabalho.

Além da exploração demográfica das cidades, ao longo das ferroviárias, fato que tende a aumentar com a ampliação da infraestrutura regional (PALHETA DA SILVA, 2013), o desmatamento, associado às diferentes atividades econômicas, os conflitos agrários, a urbanização caótica, entre outros aspectos, tendem a consolidar o corredor da Amazônia Oriental como o mais conflituoso do país. Cansada de esperar pelo poder público, a sociedade civil criou seu mais novo canal de reivindicação social: o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que une diversos atores sociais atingidos pelos projetos mineradores. Passados 30 anos, esse é o primeiro movimento organizado pela sociedade civil que, de fato, questiona diretamente os processos, pelos quais os projetos mineradores e de uso do território são implantados, bem como os demais procedimentos, que desconsideram as sociedades atingidas, reivindicando os direitos destas e as melhorias para as áreas atingidas pela atividade mineral.

No decorrer da Estrada de Ferro Carajás, por exemplo, nos anos de 2012 e de 2013, ocorreram vários conflitos na fronteira dos estados do Pará e do Maranhão (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2022), os quais não foram e nem serão os únicos embates sociais no corredor de exportação de minérios da região. Segundo Justiça nos Trilhos (2022), os impactos são diversos, sendo causados, por exemplo, pela empresa Vale, que “[...] utiliza 1,2 bilhões de metros cúbicos de água por ano, correspondentes ao consumo médio de água de 18 milhões de pessoas” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2022). Com a ampliação da conexão, agora, vinda do estado do Maranhão, com destino ao porto de Vila do Conde, no Pará, a tendência é de acirramento dos conflitos, se não ocorrer o correto monitoramento socioeconômico ambiental das condições de vida das sociedades

atingidas (PALHETA DA SILVA, 2011). Em outras palavras, ampliar o corredor de exportação de Barcarena para a região de Carajás será realmente a melhor saída econômica para o Estado brasileiro?

A dimensão do impacto das infraestruturas de suporte às atividades mineradoras, por exemplo, vai além dos municípios diretamente impactados, multiplicando o corredor de *commodities*, ampliado com a duplicação da EFC e com a construção do ramal de 100 km de estrada de ferro de Canaã até esta estrada, conectando as grandes minas e os grandes eixos rodoferroviários aos portos paraenses e maranhenses, multiplicando, ao mesmo tempo, as tensões e as pressões da atividade mineral sobre as comunidades locais, como tem ocorrido nos territórios indígenas.

As terras indígenas vêm sofrendo grande pressão nesta corrida pela exploração mineral na Região Amazônica, alimentada pelo Novo Código da Mineração, que “atropelou” a soberania nacional, entregando de uma vez por todas milhões de toneladas de depósitos minerais da região ao capital privado, sobretudo o internacional, a partir da facilitação da exploração dos recursos minerais da Amazônia. Esse poderá ser o mesmo processo conflituoso com a Estrada de Ferro Norte Sul no sentido de Açailândia, no Maranhão, ao porto de Barcarena, no Pará. O crescimento populacional também é destaque na pressão das dinâmicas territoriais. O estado tem sido *locus* de investimentos na mineração, que indicam a prioridade da econômica internacional na Amazônia, cada vez mais conflituosa: a atividade mineral.

Considerações finais

Questões territoriais são importantes para se pensar a Amazônia, como o papel desempenhado pelos grupos empresariais no controle das atividades econômicas, o que faz com que surjam novas disputas, novos conflitos e novas territorialidades. Em 2022, as tendências da explosão demográfica e da aceleração dos conflitos territoriais, e a implantação da Ferrovia Norte-Sul, ligando o Maranhão ao Pará, é virtualmente o avanço das probabilidades de novos conflitos pela posse e pelo uso da terra e do subsolo amazônicos, pelos atores sociais e pelos grandes grupos econômicos e garimpos ilegais.

Os municípios mineradores apresentam graves problemas sociais: de moradia, de analfabetismo, de violência, entre outros, pelos quais a mineração pode ser indiretamente responsável, aliada há quase ausência do papel do Estado, no sentido de

conceber políticas públicas eficientes e eficazes, para que a sociedade possa “absorver” o crescimento econômico que vem da mineração. É preciso garantir que o Estado nacional seja forte e que não ceda às pressões internacionais, tornando a mineração e as atividades a ela ligadas estratégicas para a nação brasileira, associadas a outras potencialidades sociais e econômicas de uso do território dos povos amazônidas.

Os problemas sociais foram agravados com a pandemia do Coronavírus, e municípios que possuem arrecadações pela presença de grandes empreendimentos mineradores, como Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Pará, e Açailândia, no vizinho estado do Maranhão, tiveram suas populações fortemente atingidas pela pandemia; a contradição entre pandemia e crescimento da arrecadação e da exportação de minerais, por exemplo, revela tomadas de decisões diferenciadas, no âmbito das atividades do projeto e da população que vivem nestes municípios, que foram muito atingidos pelo COVID-19, e os impactos sociais e econômicos foram mais sentidos por estas população vulneráveis e sujeitas a todos os tipos de conflitos sociais.

A disputa pelo controle econômico dos recursos naturais também é uma disputa pelo controle político dos lugares. Esse controle político não gerou a transformação social esperada pela vinda da mineração, como principal fonte de receita aos cofres públicos. Os discursos colocados na região são de garantia de emprego, de desenvolvimento, de melhorias nas condições de vida, mas o que de fato ocorreu foi o aumento dos conflitos já existentes, decorrentes das políticas anteriores do governo federal, com a abertura das hidrelétricas e de novas frentes rodoviárias, que fizeram aumentar o acirramento dos problemas, junto com as atividades mineradoras.

Os conflitos sociais, gerados ao longo da trajetória histórica dos ciclos econômicos na Amazônia, não foram levados em consideração pelo Estado brasileiro. Não é mais possível excluir das agendas políticas de decisão os movimentos sociais e as novas frentes da sociedade civil organizada. Essa sociedade civil precisa ter coparticipação na criação de novas políticas territoriais, para garantir que a sociedade brasileira passe a usar e a dominar o conhecimento sobre seus territórios; esse é um projeto urgente na Amazônia do século XXI. A construção de um pacto social, se houver um amplo debate, envolvendo as sociedades locais diretamente impactadas, torna-se um caminho para estas novas agendas política e econômica regionais.

A criação dos planos estaduais da mineração, que se tornaram uma cópia do Plano Nacional da Mineração (CHAVES; PALHETA DA SILVA, 2016) ignorou os

municípios; e não se trata, aqui, de burocratizar a questão, mas parece necessários observar que os municípios deveriam ter planos mineradores municipais, nos quais a sociedade civil poderia ter participação política, buscando o tipo de desenvolvimento que queremos, bem como as empresas e o Estado brasileiro poderiam contribuir de outra maneira, diferente da lógica de exploração de recursos naturais.

Os impactos e os conflitos territoriais trazidos pela mineração deverão continuar, com a aprovação do Novo Código da Mineração, que “atropelou” a sociedade brasileira e a colocou como refém do capital, sobretudo o internacional. Para que as atividades de mineração possam ter um efeito multiplicativo na sociedade (por enquanto, têm um efeito multiplicativo nas contas municipais), estas precisam ser amplamente debatidas com a sociedade, pois são raríssimos os bons efeitos da multiplicação social nos territórios com atividade de mineração, diante dos conflitos, envolvendo os diversos atores sociais. A ideia dos territórios com mineração na Amazônia deve ser acompanhada de planejamento, com a presença ativa das sociedades direta e indiretamente atingidas, para avaliarmos quais rumos de desenvolvimentos econômico e social queremos, para olhar a mediação dos possíveis conflitos sociais existentes, a exemplo dos conflitos em territórios indígenas e os conflitos de garimpeiros, e para repensar o território, a partir das autonomias social, econômica e política das sociedades atingidas, diante da promoção de uma nova agenda política amazônica, frente ao cenário de desordem socioambiental da atualidade (2022).

A multiplicação das infraestruturas na região amazônica é algo fundamental para toda a economia; não, só, para as *commodities*, sendo uma ação necessária à produção, à circulação e ao consumo, no âmbito das atividades econômicas regionais, e a necessidade de considerar o território e de reconhecer seus diferentes usos demanda um debate muito mais amplo. Nesse sentido, as ferroviárias, além do seu papel econômico de circulação da produção, poderão ser um elemento central, com efeitos na produção, na circulação e no consumo regionais, e, articuladas à rede logística nacional, poderão compor um amplo caminho para o fortalecimento socioeconômico da sociedade brasileira, considerando-se o monitoramento dos problemas socioambientais, por parte de todos os órgãos de Estado e da sociedade civil.

Uma das formas de articular as redes logísticas e as sociedades seria criar uma tipologia dos usos dos territórios e dos seus possíveis mercados para as diferentes frentes econômicas das sociedades locais. O monitoramento, através de geotecnologias

modernas, seria outro instrumento a serviço das sociedades, para legitimar suas ações de uso e para garantir a diminuição dos enfrentamentos entre as partes, que criam seus campos de forças no território. Outro caminho poderia ser a utilização de cadastros territoriais, com cenários possíveis de uso e seus respectivos impactos, ao longo das ferroviárias e dos portos, articulados à econômica internacional, já presente na região Amazônica, com efeitos muitos duvidosos, em termos de melhoramentos sociais, sem a presença e sem a legitimação das sociedades direta e indiretamente atingidas.

Com o uso de alguma das soluções apontadas, atingiremos outras escalas de territorialidades presentes na região, como a da agricultura, por exemplo, que precisa ser incentivada. Do mesmo modo, pescadores, garimpeiros, trabalhadores rurais, entre outros, precisam ser incentivados, uma vez que estes formam um conjunto de atores que faz uma história diferente da Amazônia, que precisa ter suas formas de vida e seus territórios assegurados pelo Estado brasileiro; não, os agentes dos grandes capitais, como é o caso das empresas mineradoras.

Por fim, faz-se urgente e necessária uma nova territorialização da Amazônia, que contemple o domínio das sociedades locais sobre os seus territórios consagrados.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, E. **O Preço da Riqueza**. São Paulo: UNESP, 1993.

ALTVATER, Elmar. Existe um Marxismo Ecológico? *In*: CLACSO. **A Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

BARBOSA, Marcelo Bruno Ribeiro; ABREU, Sara; SIQUEIRA, Luiz Paulo Guimarães. **Relatório Final Direitos Humanos e Mineração**: Testemunho da Insustentabilidade. Disponível em: https://atingidosvale.com/wp-content/uploads/2020/11/Insustentabilidade_2015.pdf. Acesso em 10 jun. 2021.

BOAS, R. C. V.; BEINHOF, C (Eds.). **Indicadores de sostenibilidad para la Industria Extrativa Mineral**. Rio de Janeiro: CNPq; CYTED, 2002.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Informe Mineral**. Brasília: [DNPM], 2020.

CHAVES, Debora Almeida; PALHETA DA SILVA, Joao Marcio. O Plano Nacional da Mineração (2010-2030) e seu Rebatimento no Território Amazônico. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 39-52, jan./jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/censo>. Acesso em: 19 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Informações Sobre a Economia Mineral Brasileira 2015**. S.d. Disponível em: <http://www.ibram.org.br>. Acesso em: 12 ago. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A Incidência da Coronavírus Nos Maiores Municípios Mineradores Brasileiros**. Disponível em: <http://ipea.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2022. (n. 51, nota da conjuntura nº 14, 2º trim. 2021)

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Mapa das Comunidades**. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org>. Acessos em: jun. 2022.

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO (MAM). **Conflitos da Mineração no Brasil 2020**: Relatório Anual, publicação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. Brasil: MAM, agosto de 2021.

PALHETA DA SILVA, João Marcio. A ilusão do desenvolvimento em territórios de mineração na Amazônia paraense. In: NAHUM, João Santos (org.). **Dinâmicas territoriais e políticas no município de Barcarena, no estado do Pará**. Belém: Açai, 2011. p. 13-32.

PALHETA DA SILVA, João Marcio. **Território e Mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

PALHETA DA SILVA, João Marcio; CHAGAS, S. F. P. das. Para Quem Serve o Novo Código da Mineração? **Revista Entre-Lugar**, v. 11, n. 21, p. 209-239, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/el.v11i21.12056>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PALHETA DA SILVA, João Marcio; MEDEIROS, G. R. N. Territórios com mineração na Região Sudeste do Pará – Norte do Brasil. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, v. 11, n. 15, p. 281-308, jan./jun. 2015.

PALHETA DA SILVA, João Marcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa. A geografia dos conflitos pelo uso do território na Amazônia. In: PALHETA DA SILVA, João Marcio; NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; SILVA, Christian Nunes da. (org.). **Grandes Empreendimentos e Impactos Territoriais no Brasil**. Belém: Editora GAPTA, 2017. p. 331-358.

PALHETA DA SILVA, João Marcio *et al.* Conflicts over the use of territory in mineral Amazon. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 16, set. 2017.

PALHETA DA SILVA, João Marcio; SILVA, Christian Nunes da. Juruti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração. **Revista Geografia**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 36, p. 128-147, 2016.

SANTOS, F. S. **Crescimento demográfico e o trem de passageiros da Vale na cidade de Parauapebas – Pará**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UFPA, Belém, 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VILLA VERDE, R. B. R; ALAMINO, R. C. J; CHAVES, F. R. Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico. *In*: FERNANDES, F. R. C; ALAMINO, R. C. J; ARAÚJO, E. (eds.). **Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014. p. 13-116.

VILLAS BÔAS, H. C. **A Indústria Extrativa Mineral e a Transição para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq, 2011.

Recebido em 23/04/2022. Aceito para publicação em 01/06/2022.
--

“A PANDEMIA COMEÇOU QUANDO OS BRANCOS CHEGARAM”: barreiras sanitárias como práticas autônomas dos povos Kaiowá e Guarani

“THE PANDEMIC STARTED WHEN THE WHITE ARRIVED”: Sanitary barriers as autonomous practices of the Kaiowá and Guarani peoples

Gislaine Carolina Monfort

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia PPGG-UFGD
Atua no Geopovos Nandereko e Geografias Indígenas, Gentes, Terras
gislainecmonfort@gmail.com

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Professora do curso de Geografia e Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas - FCH-UFGD. Coordena o Geopovos Nandereko e Geografias Indígenas, Gentes, Terras.
julianamota@ufgd.edu.br

Resumo

A devastação dos territórios sociobiodiversos propagada pela sociedade moderna colonial /capitalista fundamenta a intensa crise ecológica atual. Com essa premissa, o objetivo deste artigo é apresentar uma análise sobre como o modelo de sociedade moderna e colonial coloca em risco a vida e os direitos territoriais originários dos povos indígenas, mas também a terra comum, o planeta Terra. O artista macuxi, Jaider Esbell, assim como as *ñandesy* e *ñanderu* kaiowá e guarani, contribuem significativamente para pensar a destruição e o fim do mundo propagada pelo sistema colonial-capitalista, bem como para pensar os modos de resistência anticoloniais que germinam da luta ancestral dos povos originários. A partir de entrevistas semiestruturadas com companheiros kaiowá e guarani, a maioria por meio de plataformas digitais, documentos construídos pelos conselhos tradicionais e acompanhando a mobilização política, analisamos os processos e práticas autônomas de autodefesa kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul, sobretudo, aquelas fortalecidas no contexto da pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), como a insurgência das barreiras sanitárias, a qual constituiu umas das formas de cuidado coletivo frente à doença.

Palavras-chave: Povos indígenas. Guarani. Kaiowá. Autonomia.

Abstract

The devastation of socio-biodiverse territories propagated by the modern colonial/capitalist society underlies the current intense ecological crisis. With this premise, the objective of this paper is to present an analysis of how the model of modern colonial society puts the life and territorial rights of indigenous peoples at risk, not only that the common land, planet Earth. The Macuxi artist, Jaider Esbell, as well as the *ñandesy* and *ñanderu* Kaiowá and Guarani, contribute significantly to thinking about

the destruction and end of the world propagated by the colonial-capitalist system, together with it, pondering about the anti-colonial resistance modes that germinate from the ancestral struggle of the native peoples. From semi-structured interviews with fellow Kaiowá and Guarani, most of them through digital platforms, documents created by traditional councils and accompanying political mobilization, we analyzed the processes and autonomous practices of Kaiowá and Guarani self-defense in Mato Grosso do Sul, especially those strengthened in the context of the Coronavirus (SARS-CoV-2) Pandemic, such as the insurgency of sanitary barriers, which constituted one of the forms of collective care in the face of the disease.

Keywords: Peoples Indigenous. Guarani. Kaiowá. Autonomy

Introdução

Imagem 1- Progresso.



Fonte: Exposição de Jaider Esbell, Era uma vez Amazonia/It was Amazon (2020).

Imagem 2- O explorador.



Fonte: Exposição de Jaider Esbell, Era uma vez Amazonia/It was Amazon (2020).

A pandemia começou quando os brancos chegaram...O branco trouxe doença. Nossa... É uma história triste... muito triste. Os brancos destroem tudo o que encontram...Antigamente tinha mata. Não tem [mais] mata. Sumiu tudo (Ñandesy Antônia, aproximadamente 75 anos, verão de 2022).

O título deste texto é um discurso político e de afeto recorrente nas conversas com companheiras e companheiros kaiowá e guarani durante a expansão da pandemia da Covid-19. Os kaiowá e guarani compreendem que o principal agente do surgimento de uma doença, tal como a que enfrentamos, são os *mbairy* e/ou *karaí* (brancos/não indígenas). A devastação da multiplicidade de vida do planeta Terra tem sido um problema fundamentalmente da sociedade moderna colonial capitalista em decorrência de seu *modus operandi* que, por sua vez, provoca fim de mundos historicamente experimentados pelos mais diversos povos indígenas.

O fim do mundo anunciado pela sociedade moderna tem sido resultado da ação do Homem (vê-se aqui um jeito de fazer-se gente-pessoa-humano) que impulsiona uma nova forma de transformação da Terra, inaugura um novo espaço-tempo denominado de Antropoceno. Esse novo espaço-tempo é o momento em que o homem se torna uma força geológica, capaz de alterar a paisagem do planeta e comprometer a sua própria sobrevivência como espécie e de tantos outros seres vivos (DANOWSKI; CASTRO,

2017). Todavia, o fim do mundo, é uma realidade vivenciada pelos mais diversos povos e coletivos humanos que não correspondem a racionalidade do **Homem Universal**. Essa experiência de fim de mundo presente nas histórias e trajetórias dos povos não ocidentais demarca também um outro jeito de lidar com a Covid-19. A pandemia não é uma história nova, compõem práticas de uma constante ofensiva sobre as existências humanas e não humanas que habitam os corpos indígenas e suas terras. É uma ofensiva às formas solidárias e afetuosas de habitar a Terra, sentipensar (BORDA, 2009) a natureza, fazer-se humano.

Nesse aspecto, as práticas indígenas são desobedientes e insurgentes, pauta-se na resistência ancestral e anticolonial de “Adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019), de manutenção da Terra viva e luta pela vida, como tem sido ressaltada pelos indígenas durante toda a mobilização contra a Covid-19. Tais mobilizações sempre tiveram como destaque os ataques da política genocida do Estado brasileiro.

Em uma conversa durante um encontro entre a segunda a autora deste texto e uma *ñandesy* (nossa mãe, rezadora e/ou xamã) kaiowá, chamada Antônia, na avenida Marcelina Pires, na Cidade de Dourados - Mato Grosso do Sul, depois de mais três anos sem se encontrarem, foi muito significativo para refletirmos sobre as novas relações enfrentadas pelos povos indígenas. No encontro não houve abraço, tampouco um aperto de mão e o grande assunto foi a pandemia. Antônia ressaltava a destruição trazida pelos brancos, que, em suas palavras, “destroem tudo o que encontram, o branco pisa na terra e destrói tudo”. A destruição é, para Antônia e tantos outros povos, a essência do mundo ocidental branco moderno colonial e, é por essa forma de pisar no mundo que os brancos são os principais responsáveis pelo atual momento em que vivemos, tempos da Covid-19, a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Antônia ressaltou que os brancos perderam a capacidade de pensar e destroem o mundo e a si mesmo. De acordo com ela:

O branco olha pra terra, para o *cará* (espécie de batata) e não vê nada ai... Ele olha tudo e não vê nada. Parece... entende.... não enxerga que tem espírito no mato, na planta.. que para mexer com ela você tem que batizar... você tem que dançar. Tem que cantar.... tem o dono dele. O branco tá acabando com tudo né.... Tenho escutado lá na universidade sobre o fim do mundo né... o branco gosta dessa palavra triste, desse jeito triste de viver (Antônia, aproximadamente 75 anos).

O “tempo da doença” é inaugurado com a chegada do desterro e da violência colonial, de modo que essas doenças têm sido umas das principais armas biológicas utilizadas como método de extermínio dos povos originários (PAVÃO *et al*, 2020). Diversas doenças como a gripe, a varíola, a febre amarela, a sífilis, o sarampo, entre outras, têm sido um dos principais mecanismos e táticas de guerra para aplacar o genocídio contra os povos indígenas.

O caso do povo Timbira, no sul do Maranhão, em 1816, é um dos mais diversos exemplos de infecção proposital. Darcy Ribeiro (1996) narra a experiência desse povo e o avanço de uma epidemia de varíola planejada por fazendeiros de Caxias (um vilarejo que vivia o auge da expansão agropastoril). Diante de 522 anos de desterro e das doenças utilizadas como táticas de guerra, a crítica que tem sido levantada pelos povos originários manifesta que os povos indígenas e não indígenas compartilham uma terra comum que está ameaçada, um fim de mundo que hoje se coloca para todas e todos que compartilham a Mãe Terra. E esse processo está fundamentado na destruição que, como já enfatizado, é, sobretudo, uma prerrogativa do mundo dos “brancos”.

Essa destruição que permeou as palavras sábias de Antônia dialoga com o legado e as fascinantes pinturas de Jaider Esbell¹, artista plástico do povo Macuxi, do estado de Roraima, com destaque a duas obras que compuseram a exposição de Arte Contemporânea Indígena **Era uma vez Amazônia/It was Amazon**, (2020): Progresso e o explorador.

Jaider Esbell, com sua ancestralidade e arte, compartilha a vida e a resistência macuxi, narrando em pinturas as ofensivas coloniais que levaram ao desterro e à perda de seus territórios ancestrais. Não obstante, também expressa as múltiplas dimensões dos processos de resistência pela sua recuperação/retomada, sobretudo, a luta histórica pela demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Ainda, a partir de suas andanças pelo mundo, como um nativo-artista e geógrafo, trouxe, para suas obras, o retrato de um mundo em destruição, a exemplo das duas obras que inspiraram a escrita deste texto.

¹ Jaider Esbell é um dos principais nomes da arte indígena contemporânea. Nasceu em Normandia, no estado de Roraima, na terra indígena Raposa Serra do Sol. Faleceu em 2021, sua caminhada que a construção de uma belíssima história. Artista do povo Macuxi, também foi geógrafo, escritor, artista e ativista dos direitos indígenas. Venceu o prêmio PIPA Online 2016, e também foi indicado ao prêmio em 2021. Destaque da 34ª Bienal de São Paulo.

Em uma entrevista a Arthur Tavares, veiculada pela Revista Elástica da editora Abril (2021, s.p), Jaider fez uma importante intervenção e crítica substancial à qual devemos estar atentas:

As pessoas têm dois momentos para os povos originários. Primeiro, eles não servem mais. Ou, que eles têm que salvar o mundo que os brancos destruíram. Nós sentimos muito isso. São duas coisas bem abruptas. Como se pudéssemos de fato salvar o mundo sozinhos, como se o mundo tivesse salvação que dependesse unicamente de nós. A dica para salvar o mundo já demos há muito tempo com o nosso modo de interagir com essa inteireza toda. Estamos falando de novo de uma natureza que foi criada pelo homem quando ele inventou o pensamento, a filosofia, a evolução, a modernidade, todas essas palavras. O homem criou o que a ciência chama de antropoceno, que é o homem separado da natureza dizendo que ela não serve para nada, que é apenas mato, um monte de pedras, as montanhas que podem ser destruídas para construir prédios e outras coisas, os rios que só servem para jogar merda e esgoto. Ele se aparta da natureza, nega a natureza em si e diz que está evoluído demais, que é soberano de todas as espécies, que pode mudar o mundo e destruir tudo. Mas ele acaba que não entende que isso tudo, destrói também a si mesmo. Ele é tão cruel que destrói todas as outras espécies vivas, visíveis e invisíveis, e acaba por destruir a si próprio. Estamos em um contexto de fim de mundo de fato. Tá a pandemia, o aquecimento global, todas as coisas, para quem tiver a possibilidade de entender que o mundo está se acabando. O que isso significa? Que o mundo está se acabando para a humanidade.

A crítica de Jaider, com suas intervenções por meio da arte, expressa o manifesto diante da exploração e das crises sistêmicas geradas pelo sistema moderno colonial, além de revelar elementos das cosmopercepções que relacionam a pandemia à violência colonial e àquilo que é denominado pela ordem neoliberal de “progressismo”.

Em meio a esses percalços, enfrentamos a crise de saúde global que no Brasil somou-se ao contexto de um Estado sob governo de Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal), que foi um dos principais responsáveis por disseminar a doença entre os povos originários e toda a população do país. No Brasil, cerca de 162 povos indígenas foram afetados pela Covid-19, de um total de 305 povos. Até o dia 11 de março de 2022, 68.906 pessoas testaram positivo. O número de óbitos era de 1.289 pessoas, segundo dados do Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)². E foram mais de mais de 667.348 óbitos e 31.266.163

² “Diante da subnotificação dos casos indígenas pelos dados oficiais (veja abaixo) a APIB vem realizando um levantamento independente dos casos. Os números são superiores aos notificados pela Sesai, que tem contabilizado somente casos em terras indígenas homologadas. A compilação de dados da APIB tem sido feita pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena e pelas Organizações indígenas de base da APIB. Outras frentes de enfrentamento à Covid-19 organizadas no Brasil também têm colaborado com a iniciativa. Diferentes fontes de dados têm sido utilizadas nesse esforço, além da própria SESAI, o comitê tem analisado dados das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e do Ministério Público Federal” (ISA, 2022).

casos confirmados em todo o país (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022), conforme dados oficiais. No entanto, o grande número de subnotificações por falta de teste, e por banalização da pandemia pelo Estado brasileiro, revela que os óbitos vão muito além dos dados oficiais.

O governo brasileiro banalizou a pandemia da Covid-19, tratando-a como piada nacional e, com isso, dificultou a construção de planos de contingenciamento frente ao avanço da doença em territórios indígenas. Primeiro, em um momento grave de pandemia, e a disseminação da doença em terras indígenas, desmantelou os serviços de saúde indígena, muitas vezes inviabilizando o trabalho da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), com ataque a servidores da saúde, perseguições políticas e demissões. E, em segundo, em meio tudo isso, colaborou substancialmente para incitar a violência contra os povos originários por meio de diversas normativas e mecanismos institucionais que intensificaram os ataques e as invasões aos territórios indígenas por grileiros, políticos, empresários, fazendeiros, mineradoras e madeireiros; terceiro, por ter instituído o fortalecimento da militarização na saúde indígena, como na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), militares, que também foram centrais na propagação do vírus entre povos originários, sobretudo, aqueles em isolamento voluntário na região norte do país (ANMIGA, 2021; APIB, 2022).

Diante desse contexto de disseminação global da doença, de política genocida do Estado brasileiro e de ataques incessantes aos direitos territoriais originários, este texto foi construído com o intuito de apresentar como as práticas autônomas dos povos originários foram cruciais para “frear” a disseminação da Covid-19 diante da escancarada política de morte do governo Jair Messias Bolsonaro. Entre essas práticas, encontra-se o levantamento das barreiras sanitárias pelas próprias bases comunitárias indígenas, de modo que, ao compartilharmos os resultados importantes sobre as barreiras sanitárias e, como elas, se constituíram em ações de autodefesa e autogestão dos povos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul.

O texto é parte de um trabalho mais amplo de dissertação da primeira autora do texto³, na qual ela analisa a importância das práticas de autodefesa comunitária e de autogestão territorial, a fim de conter o avanço da Covid-19. Os resultados da pesquisa

³Monfort, Gislaine Carolina. Autonomias indígenas, luta pela vida e modos de autogestão comunitária dos povos Kaiowá e Guarani. (Dissertação de mestrado). Dourados, MS: UFGD, 2022.

se deram a partir do enfoque qualitativo obtido pelo diálogo solidário, respeitoso e afetuoso com companheiras e companheiros do movimento kaiowá e guarani.

Neste artigo compartilhamos parte das entrevistas com quatro lideranças indígenas de *tekoha* distintos (Guyra Kambi’y, Nhu Vera I, Panambizinho e Guyraroká), diálogos com conselheiras/os das organizações de base e um agente de saúde. Neste tocante, ainda, destacamos o compartilhamento de uma análise atenta de manifestações e comunicados das organizações de base do povo Kaiowá e Guarani. Destacamos: a *Aty Guasu* (conselho e grande assembleia), *Kuñangue Aty Guasu* (conselho e grande assembleia das mulheres) e a Retomada *Aty Jovem* (RAJ), que são conselhos tradicionais e elaboram várias publicações por intermédio das mídias sociais independentes, como a APIB, ANMIGA e os comunicados dos conselhos kaiowá e guarani.

As entrevistas foram realizadas através de plataformas digitais, citamos: as redes sociais, as redes de solidariedade e as mídias independentes, que nos permitiram dialogar e aprender com as ações realizadas pelos coletivos kaiowá e guarani. Em um diálogo direto, com conselheiras/os, foram criados encontros por meio das plataformas digitais, este fora o nosso principal canal de diálogo diante de um contexto em que não era possível estar presente em territórios indígenas em decorrência da já citada pandemia.

Tempo da pandemia da Covid-19: necropolítica do Estado brasileiro e resistência ancestral pela vida

Realmente, esse ano foi muito difícil. Mas eu, Davi, já havia falado antes, que tudo isso ia acontecer. Não só eu, mas as lideranças indígenas que lutam no Brasil falamos: “olha, cuida do nosso planeta. O planeta não pode ser destruído”, mas não escutaram. No subsolo, o homem gosta de ir atrás de minério, de ouro, de diamantes, que são pedras venenosas. Não pode tocar, não pode tirar. Esse 2020 aconteceu assim por erro do homem branco. Quem foi que mexeu [na terra]? Foi grande empresário que abriu grande buraco embaixo da terra, onde o grande espírito da xawara estava morando. A xawara estava debaixo da terra para não adoecer o planeta. Eu não queria que isso tivesse acontecido. Esse momento está muito difícil. Não tem ninguém para controlar, não tem remédio para curar. [Como xamã] estou sonhando muito mais. Virão outras doenças mais fortes que vão continuar matando milhares de pessoas no planeta. Essa é a minha mensagem, que falo de novo para o homem não índio, que só pensa nele, mas não pensa no todo, não pensa na Terra Mãe, que não acredita na fala dos povos indígenas, somente quando fica doente. Ele vai lembrar da minha palavra. Eu fiquei muito revoltado porque os povos indígenas foram contaminados com essa xawara, com essa wakixi (fumaça), que é uma doença que entra no pulmão e mata.

Povo da cidade: pense e pare. Não mexam mais com a nossa Terra Mãe. "Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra" - Davi Kopenawa Yanomami (ISA, 2020, s.p).

Os povos originários, cada um ao seu modo e em seu contexto socioespacial, demonstraram como a Covid-19 já era anunciada por diversos anciões como consequência de um planeta saqueado e em tempos de fim; era uma resposta aos danos socioambientais que agora se escancaram em múltiplas crises: ecológica, política e sanitária. David Kopenawa Yanomami há décadas vem alertando sobre as ‘doenças do branco’ (ISA, 2020; KOPENAWA e ALBERT, 2015) e como Ailton Krenak (2019) que tem ressaltado a importância dos conhecimentos indígenas para suspender o céu e adiar o fim.

Durante a crise de saúde global, os povos originários, nos mais diversos contextos socioespaciais, contaram e professaram sobre a devastação ecológica, a crise climática e os ataques contra a Mãe Terra, que tornam doenças, como a que enfrentamos, em um processo cada vez mais frequente. Mesmo com tudo isso, na tentativa de segurar o céu e impedir a destruição causada pela ordem colonial e neoliberal, os povos fortalecem diversas estratégias de autodefesa por meio de ações coletivas e a partir de suas experiências no mundo. Isso se torna possível através de seus conhecimentos tradicionais manifestados em um sistema complexo que compõem seus modos de existência, suas cosmo percepções OYĚWUMÍ, 2021) e seus modos de resistência anticolonial.

Nesse contexto, os povos Kaiowá e Guarani têm os guardiões/guardiãs da memória, os *ñanderu* e *ñandesy* (xamãs), que permitem a conexão com os mais diversos seres na terra, e em outros patamares celestes, como ensina o pesquisador kaiowá Eliel Benites (2020), seres capazes de reverter o fim do mundo – *ára paha*. São esses os guardiões e guardiãs da memória, os principais atores da resistência anticolonial e do cuidado coletivo fortalecido nestes tempos de “doença dos brancos” – *karaí mba’asy*. Estes povos alicerçaram as formas de cuidado e autodefesa comunitária nos conhecimentos tradicionais sobre a medicina tradicional, a espiritualidade e sobre os modos de autogestão e ações autônomas como as campanhas de solidariedade e o levantamento das barreiras sanitárias (MONFORT, 2022).

Na medicina tradicional, as plantas representam mais do que um espécime biológico e ecológico, pois são seres espirituais e agentes das relações socioespaciais que também se comunicam com os *ñanderu* e as *ñandesy*, os quais foram consideradas

eixo da resistência contra a pandemia (BASTA, 2020; PAVÃO et al., 2020). Ter o cuidado coletivo, alicerçado sob as bases dos saberes tradicionais, é fundamental, pois “há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos” (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 78). Diante de tal cenário, é que a experiência kaiowá e guarani compôs a grande mobilização indígena em defesa da luta pela vida. A partir de sua singularidade, de suas práticas autônomas e das ações políticas e espirituais contra a disseminação da Covid-19 em seus *tekoha* (territórios ancestrais/lugar ‘onde se é’), mas também somando-se às mobilizações em escala nacional com outros povos.

Se por um lado é imprescindível destacar as ações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), em âmbito nacional, na qual os povos Kaiowá e Guarani compõem junto como organização de base, por outro lado é de suma importância dizer também que cada povo possui suas práticas únicas de cura, às quais foram fortalecidas no combate à disseminação da Covid-19.

A APIB, a ANMIGA, e todas as demais organizações de base confederadas a elas, fortaleceram o compromisso de lutar pela vida e criaram formas de mobilizações por meio da auto-organização e das estratégias que estiveram associadas aos planos de Emergência Indígena para apoio às ações autônomas, como as barreiras sanitárias e campanhas de apoio, por exemplo. As organizações de base, juntamente com o movimento indígena nacional, foram as principais articuladoras das ações políticas e das barreiras sanitárias em todo o Brasil. Elas puderam contribuir na distribuição de alimentos e de equipamentos de segurança em saúde para a atuação das equipes indígenas nos territórios dos mais diversos povos, às quais contaram com uma rede ampla de mobilização. As organizações de base e coletivos de cada povo, desde as experiências em seus territórios, auto-organizaram-se para levantar e fortalecer as barreiras sanitárias como forma de autogestão comunitária e de autodefesa.

Destacamos que esse momento não pode ser pensado e analisado sem considerar a necropolítica (Mbembe (2018)) do Estado brasileiro e do governo de Jair Messias Bolsonaro, declaradamente antiíndigena. Nesse cenário, o governo de Bolsonaro acirrou o regime conservador-empresarial-militar que lhe garante uma base de apoiadores⁴ para

⁴ CENTENO, Ayrton. Em Porto Alegre, manifestante se veste como Ku Klux Klan e é denunciado na polícia. Brasil de Fato, 23/04/21. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/23/em-porto->

se manter no poder; uma política que já deixava rastros de genocídio e ecocídio e, em meio à crise sanitária, essa base ideológica se somou às sabotagens sobre as medidas de biossegurança e às ações que impossibilitaram o isolamento social, à qual não foi realidade para a população⁵, sobretudo para as/os trabalhadoras/es dos setores mais precarizados e os povos originários. O governo federal ainda prejudicou as iniciativas urgentes de vacinação, propagando discursos sobre tratamentos precoces⁶ com medicamentos sem nenhuma comprovação de eficácia⁷, o que gerou diversas consequências na saúde de muitas pessoas.

Entre outros fatores, o governo fomentou uma das maiores crises⁸ de saúde pública como oportunidade para acirrar a violência, o ecocídio e o genocídio ao impulsionar projetos de leis e normativas que visam a expansão do neoeextrativismo sobre as Terras Indígenas⁹. Um exemplo da banalização da doença, e dos mecanismos criados pelo Estado para intensificar os ataques os povos originários e à Terra, foi o discurso do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles que, durante reunião com o presidente da república e outros ministros, em 22 de maio de 2020, falou em aproveitar a pandemia para “passar a boiada”¹⁰.

Diante dessa situação, após uma série de evidências sobre o aumento do desmatamento, das violações contra os direitos territoriais originários e de benefício e

alegre-manifestante-se-veste-como-ku-klux-klan-e-e-denunciado-na-policia. Acesso em: 27 de abr. de 2021.

⁵ GRAGNANI, Juliana. Porque o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. BBC News, 12/07/20. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 16 de abr. de 2021.

⁶ Durante a pandemia o governo federal propagou um discurso de que haveria um ‘kit covid’ para o tratamento precoce. Mas o fato é que o ‘kit’ (que envolvia alguns medicamentos como hidroxiquina, cloroquina, azitromicina, ivermectina, nitazoxanida e colchicina, não possuem eficácia comprovada cientificamente, tanto no que tange à prevenção, quanto no que se refere ao tratamento do coronavírus.

⁷ SHALDERS, André. 'Tratamento precoce': governo Bolsonaro gasta quase R\$ 90 milhões em remédios ineficazes, mas ainda não pagou Butantan por vacinas. 21/01/21. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55747043>. Acesso em: 04 de mar. de 2021.

⁸ BBC. Coronavírus: 'país de maricas' e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil. 11/11/20. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54902608>. Acesso em: 03 de mar. de 2021.

⁹ Terra indígena é um conceito jurídico brasileiro que surge a partir da definição dos direitos territoriais originários, os quais foram reconhecidos através dos dispositivos legais e da Constituição brasileira. E os direitos sobre esses territórios foram declarados como ‘originários’ (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, CAVALCANTE, 2016). Neste texto, ao fazermos o uso do conceito terras indígenas estamos considerando todos os territórios kaiowá e guarani, inclusive os por eles reivindicados e não reconhecidos pelo Estado brasileiro.

¹⁰ TANAN, Cauê. FERNANDEZ, Nayara. Pandemonium 2: forest fires and pandemic. Latin America Buerau. 18/02/21. Disponível em: <https://lab.org.uk/pandemonium-2-forest-fires-and-pandemic/> Acesso em: 01 de mar. de 2021.

alianças com madeireiros, empresários de especulação imobiliária, garimpeiros, fazendeiros e políticos, além da propagação do intenso desmonte dos órgãos de defesa do ambiente, em junho de 2021, Salles pediu demissão sob pressão de investigações relacionadas a facilitação à exportação ilegal de madeira, crimes de corrupção, prevaricação e facilitação de contrabando. Ricardo Salles foi substituído por Joaquim Alvaro Pereira Leite que já ocupou a posição de conselheiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB), conhecida pelo grande apoio à Frente Parlamentar da Agropecuária¹¹ (FPA).

Joaquim Leite¹² é de família de fazendeiros em São Paulo, e um dos responsáveis por ataques à Terra Indígena¹³ Jaraguá, é um nome de benefício direto aos interesses ruralistas. O Relatório de identificação e delimitação dessa Terra Indígena (PIMENTEL *et al.*, 2013) demonstra inúmeros processos da família do ministro contra o povo Guarani Mbya e remonta as constantes violações desde 1986, quando a família passou a atacar também a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pedindo a retirada dos marcos físicos do processo de demarcação. Além disso, o relatório demonstra as incessantes ameaças, perseguições e intimidações aos povos originários da região.

Nesse contexto de desmonte e de intensificação da política genocida e ecocida no país, no sul de Mato Grosso do Sul, os povos Kaiowá e Guarani tiveram de fazer o enfrentamento ao avanço da pandemia e ao aprofundamento da violência estatal-agroempresarial (MONORT, 2022). Importante destacar que o sul de Mato Grosso do Sul é onde se concentram os territórios ancestrais dos Kaiowá e Guarani¹⁴, que, em meio ao desterro, vivem em pequenas terras na porção sul desse estado em diversas situações geográficas: acampamentos-*tekoha*, na beira de rodovias e vicinais

¹¹ A FPA surgiu em meio à Assembleia Nacional Constituinte nos anos de 1987e 1988, mas fundada oficialmente em 1995, a partir de parlamentares ligados à agropecuária/agronegócio, um setor que ocupa grande parte do congresso nacional. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 23 de jan. de 2022.

¹² FELLET, João. Família de novo ministro do Meio Ambiente disputa posse em terra indígena em SP. BBC News Brasil, 23/06/21. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57590288>. Acesso em: 25 de jun. 2021.

¹³ Terra indígena é um conceito jurídico brasileiro que surge a partir da definição dos direitos territoriais originários, os quais foram reconhecidos através dos dispositivos legais e da Constituição brasileira. E os direitos sobre esses territórios foram declarados como ‘originários’ (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, CAVALCANTE, 2016). Neste texto, ao fazermos o uso do conceito terras indígenas estamos considerando todos os territórios kaiowá e guarani, inclusive os por eles reivindicados e não reconhecidos pelo Estado brasileiro.

¹⁴ Além dos Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul existem outros povos, os Terena, Kinikinawa, Kamba, Ofaié, Guató, Chamacoco, Kadiwéu e Atikum (ISA, 2013).

acampamentos em terras indígenas, fazendas, retomadas territoriais e em reservas (MOTA, 2015). Os Kaiowá e Guarani correspondem a uma população de mais de 55 mil pessoas, a segunda maior do país, segundo informações da Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI), no ano de 2019.

O avanço da pandemia agravou a situação de vulnerabilidade social, ambiental e territorial experienciada por estes povos, situação que vem sendo propagada pelo Estado e pelo extrativismo predatório, principalmente a partir do século XX. Considerar a importância das práticas autônomas de combate a Covid-19, diante do contexto de desterro e de banalização da pandemia pelo Estado brasileiro, é também observar a luta histórica contra a violência colonial, a devastação ecológica, responsável por afetar toda a grande floresta – *ka'aguyrusu* - e pela retomada dos territórios ancestrais, os *tekoha*.

Desde a década de 1970 amplia-se as reivindicações pelos *tekoha*, seja pelo processo de desterro que sustenta a ideologia colonial, pela superlotação nas Reservas Indígenas, pela devastação ambiental ou pelo avanço dos cercamentos instituído pelo Estado e pelo agronegócio. Atualmente, são mais de 50 acampamentos-*tekoha* (MOTA, 2015) que mobilizam famílias a retomarem seus territórios ancestrais.

Com a ascensão da doença, os primeiros casos da Covid-19 entre os povos originários em Mato Grosso do Sul, foi registrado no dia 13 de maio de 2020, em Dourados, onde uma mulher indígena, de 35 anos, testou positivo. A contaminação se deu no trabalho, no frigorífico do grupo JBS *Foods* Seara (uma das principais representantes do agronegócio na região), onde há diversos indígenas empregados e moradores de diferentes aldeias, como ocorreu também em outras regiões do país. A mulher, primeira vítima do contágio, vive na Reserva Indígena de Dourados, localizada entre os municípios de Dourados e Itaporã, um território com índices extremos de vulnerabilidade social, ambiental e territorial.

A Reserva de Dourados tem uma composição multiétnica, onde vivem os povos Kaiowá, Guarani e Terena, com uma população estimada em mais de 17 mil pessoas para 3.475 hectares (MOTA, 2015), sua densidade populacional é 5,3 vezes maior que a capital do estado, Campo Grande e é a Reserva mais populosa do país, cuja situação geográfica se encontra conurbada à cidade de Dourados.

No contexto da pandemia, a situação se tornou ainda mais grave, pois se intensificaram as dificuldades para fortalecer as medidas de prevenção da Covid-19

devido à falta de acesso à terra e à água. Merece destaque que após o registro do primeiro caso, após um mês, o número de pessoas contaminadas na Reserva passou de 100 casos.

As barreiras sanitárias: práticas autônomas e cuidado coletivo

As barreiras sanitárias se constituíram como prática autônoma organizada pelos povos originários como estratégia de cuidado coletivo, de autogestão e de autodefesa. Várias experiências no Brasil apontaram que as barreiras foram criadas e mantidas com a ajuda de pedaços de troncos de árvores, correntes, placas e faixas para alertar as comunidades sobre os riscos da Covid-19 nos territórios indígenas.

As insurgências das barreiras foram fortalecidas em diferentes situações geográficas, sendo um importante exemplo da auto-organização existente entre os povos originários no Brasil. As primeiras barreiras foram criadas no início do mês de março de 2020, logo após o primeiro caso da Covid-19 ser registrado no país e foram criadas para controlar a mobilidade de pessoas aos territórios indígenas e, com isso, diminuir a contaminação.

De acordo com os conselhos tradicionais *Aty Guasu*, a *Kuñangue* e a Retomada *Aty Jovem - RAJ* (2020), as práticas de controle e de autodefesa territorial, entre os Kaiowá e Guarani, envolveu agentes comunitários, professoras/es e equipes indígenas de pelo menos 15 pessoas atuando nos três turnos. Tais equipes enfrentaram dois grandes desafios: a falta d'água e o escasso acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs), fazendo com que as pessoas, aqueles mesmos indivíduos que estavam atuando nas barreiras sanitárias, ficassem expostos ao vírus.

Nesse contexto, a atual gestão da Fundação Nacional do Índio foi se tornando militarizada pelo Estado brasileiro, não contribuindo em nenhum aspecto com o fortalecimento da autoproteção dos povos originários frente ao avanço da pandemia, e, ao mesmo tempo, ignorava as invasões aos territórios indígenas por madeiros, fazendeiros, garimpeiros, mineradoras, políticos e empresários. O órgão indigenista até o dia 22 de abril de 2020, havia gastado pouco mais de R\$ 1 milhão dos R\$ 10,8 milhões que deveriam ser direcionados para o fortalecimento da autoproteção dos povos. No entanto, estes 10% foram utilizados para compra de caminhonetes (CIMI, 2020).

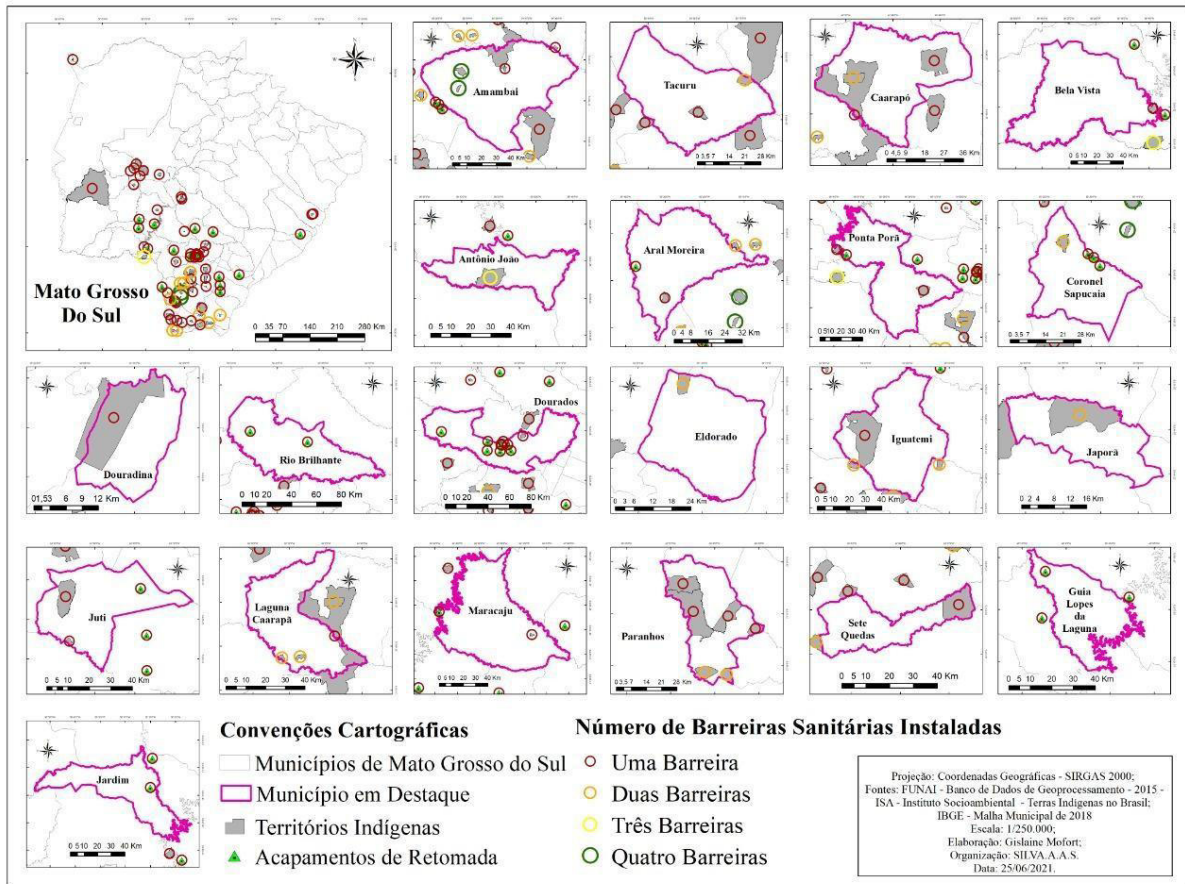
Na ocasião, os conselhos tradicionais denunciaram a situação por meio do manifesto, na qual destacaremos um pequeno trecho a seguir:

Nós *Aty Guasu, Kuñangue Aty Guasu, RAJ e Aty Jeroky Guasu* viemos solicitar o atendimento diferenciado específico para indígenas, uma organização urgente da rede de urgência e emergência segura, respeitando as especificidades do nosso povo. Todas as doações de ajudas humanitárias de sobrevivência serão bem-vindas: alimentos, máscaras de três camadas de tecido de algodão, produtos de higiene para as comunidades, caixas d'água para armazenamento, e sementes para o plantio em nossas roças. Recomendamos a toda comunidade Guarani e Kaiowá que fiquem em seus *tekohas*, que toda a liderança tenha a responsabilidade do bloqueio sanitário de todos os acessos de entradas aos territórios indígenas para manter a saúde do povo Guarani e Kaiowá, permitindo apenas a entrada de trabalhadores da saúde e ajudas humanitárias (CARTA EMERGENCIAL DOS CONSELHOS GUARANI E KAIOWÁ FRENTE A PANDEMIA DO COVID-19, 2020, s.p).

Soma-se à necropolítica do Estado brasileiro, às mais de 19 demissões de profissionais da saúde indígena somente no município de Dourados, durante a gestão de Eduardo Pazuello, como uma escancarada política de desmonte da saúde direcionada aos povos originários. As/os funcionárias/os demitidos denunciaram perseguição, assédio moral e falta de equipamentos para trabalhar no combate à pandemia entre os povos Kaiowá e Guarani, explicitando os efeitos da militarização da/na Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Mesmo diante do terrorismo de Estado, da militarização dos espaços de saúde e das imensas dificuldades em Mato Grosso do Sul, foram criadas de forma auto-organizada mais de 60 barreiras sanitárias. Estas foram formadas pela mobilização de educadoras e educadores indígenas, estudantes indígenas, conselheiras e conselheiros, moradoras e moradores, *ñandesy* e *ñanderu*, nos territórios guarani e kaiowá. Abaixo compartilhamos um mapa com as barreiras:

Imagem 3 – Mapa de barreiras sanitárias auto-organizadas pelos povos Kaiowá e Guarani.



Elaboração: Gislaine Monfort, 2020.
Organização: Anderson Aparecido Silva, 2020.

A espacialização das barreiras revelou uma importante dimensão da rede de mobilização que atuou no fortalecimento dos mecanismos de autodefesa dos povos originários Kaiowá e Guarani. Essas barreiras, enquanto processo de controle territorial indígena, foram crescendo gradualmente com as bases comunitárias e os conselhos organizados em prol da ampliação das ações de orientação sobre a pandemia, os sintomas e sobre a importância do fortalecimento das formas de cuidado coletivo em cada território (MONFORT, 2022). O controle territorial é um eixo analítico fundamental, já que revela uma expressão da multiplicidade de ações autônomas que emergem das comunidades indígenas e se conecta à autodefesa, à autonomia política dos povos originários e à busca pelo fortalecimento da autodeterminação por meio da recuperação das terras usurpadas pela lógica colonial-capitalista.

Entre os povos Kaiowá e Guarani, o controle territorial se manifestou nos modos de autogestão e autodefesa, que constituíram as barreiras e as formas de representação coletiva, responsáveis por permear as ações políticas como respostas ao avanço da Covi-19 e da violência estatal-agroempresarial. Também vale destacar que o controle territorial explicita a falta de ações estatais na contribuição da autoproteção dos povos originários, de modo que as bases comunitárias e os conselhos tradicionais, como organizações de base, assumiram desde a auto-organização a criação e a manutenção das barreiras sanitárias, às quais contaram com apoio de campanhas de solidariedade de outros coletivos independentes.

Um jovem kaiowá, da retomada *tekoha Guyra Kambi'y*, destacou:

Depois que o coronavírus chegou, os Kaiowá também fizeram as barreiras sanitárias para ninguém pegar o coronavírus. Isso seria para os brancos. Os Kaiowá da comunidade que eu moro autorizou fazer barreiras com urucum e *jehovasa* antes da chegada na retomada. Isso seria como maior proteção, porque a doença, você não vê, a doença pode chegar com você, isso para os Kaiowá. Para os Kaiowá a doença não está em você, ela vem com você (*Kunumi Poty Rendy'i - tekoha Guyra Kambi'y*, conversa informal, 2021).

As barreiras sanitárias estiveram associadas aos modos próprios de cuidado e de pensar a saúde através da espiritualidade e dos conhecimentos tradicionais. No entanto, em meio a esse processo de mobilização, o Estado buscou mecanismos de estabelecer a militarização das ações realizadas pelas comunidades através da Força Nacional. O poder visava impulsionar uma maior vigilância sobre as Terras Indígenas, ação rechaçada pelos povos que, em contraposição, fortaleceram as suas práticas autônomas. A proposta coletiva era fortalecer alternativas de cuidado a partir de seus modos próprios de autogerir o território e a saúde, por meio dos conhecimentos tradicionais e das ações coletivas em âmbito comunitário, e de não ficarem reféns da polícia estatal.

Conforme relato de um agente de saúde e de um companheiro de uma retomada:

Foi muito importante as barreiras sanitárias que foram montados nas comunidades indígenas, foi difícil para nós se acostumar com barreiras, a gente não se acostumou porque sempre estamos nos movimentando dentro da aldeia e na cidade, mas devido às orientações das pessoas da saúde indígena com os agentes de saúde fomos nos cuidando e deu um resultado bom. A gente teve óbito, mas poderia ser muito pior. As lideranças apoiaram as comissões junto com os agentes de saúde para orientar nossa população (José - *Tekoha Nhu Vera I*, comunicação informal, 2021).

Quando chegasse dentro da retomada tinha que usar urucum, passar no rosto e fazer o *jehovasa* [reza], isso seria como uma proteção. E tem uma coisa sobre as barreiras sanitárias para os Kaiowá, para os anciões, principalmente

ñanderu e *ñandesy* estavam falando com *ñande ru* guasu para ele mandar o *yyy'raija*. Mas quando fechamos a estrada com as barreiras sanitárias é como se fechássemos a estrada e o pedido que fez de proteção para o *yyy'raija*, acabam voltando. Por isso alguns anciões não concordavam de início com as barreiras porque para os Kaiowá a estrada é uma passagem pública, todo mundo pode passar, e os *yyy'raija* passam por ali também. Mas outros concordaram que seria necessário por causa da doença. Para os Kaiowá, alguns achavam bom e alguns achavam ruim a barreira sanitária, porque para alguns havia a importância de não fechar a estrada. Os *karai* tem sua forma de se proteger do coronavírus, os Kaiowá também têm sua forma de se proteger, isso foi o que muitas aldeias discutiram (*Kunumi Poty Rendy'i - Tekoha Guyra Kambi'y.*, comunicação informal, 2020).

O levantamento e a manutenção das barreiras envolveram uma ampla rede de apoio comunitário, e de coletivos independentes, que teceram a solidariedade com o compartilhamento de alimentos, sementes e mudas, de modo a contribuir com as equipes indígenas. Abaixo compartilhamos algumas imagens das barreiras levantadas em distintos contextos territoriais, desde as Reservas Indígenas aos acampamentos de retomada.

Painel fotográfico: Controle e autogestão territorial kaiowá e guarani nas barreiras sanitárias.





Fonte: *Kuñangue Aty Guasu* (2020)¹⁵.

As mulheres indígenas, por um lado, formaram a primeira linha das ações autônomas, de modo que foram centrais no processo de cuidado e de autodefesa

¹⁵ Página virtual *Kuñangue Aty Guasu*. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/kunangueatyguasu/posts/>- <https://www.kunangue.com/covid-barriers>. Acesso em: 06 de mai. 2021.

comunitária. Elas constituem a linha de frente da luta pela vida diante do desterro promovido pelo terrorismo do agronegócio e do Estado em Mato Grosso do Sul:

Sobre a barreira foi importante aqui em Guyaroká, (...) ficamos sete meses na barreira, buscamos conscientizar, alguns aceitaram outros não, indígenas e não-indígenas. E outra a questão dos remédios, da vacina, veio tomamos, com a mulher na frente porque a mulher está tomando posse da luta e nessa caminhada está de pulso firme. O homem não tem muita mente aberta, não busca muito mais conhecimento, fala assim de uma forma que é muito estranho. Quando a mulher fala é muito diferente da fala do homem. A questão da vacina mesmo, muitos homens ficaram com medo, a mulher está sempre a frente de tudo, defendendo a casa, defendendo a família, defendendo a comunidade, defendendo a saúde, defendendo a terra, defendendo a cultura, está sempre em primeira mão fazendo a defesa, a mulher defende a vida. A mulher além de trazer a vida, ela defende a vida, nós indígenas sim (Mari - Tekoha Guyaroka, comunicação informal, 2021).

Enfrentando uma guerra declarada à vida e aos corpos femininos, as mulheres propõem outra política desde o território e desde a autonomia. Esse processo de organização e atuação dialoga com a perspectiva de que a luta das mulheres constrói outros modos de elaboração política desde as grafias da linguagem da Terra (LUNA, 2018; MONFORT, 2022).

Essas barreiras junto às demais ações políticas kaiowá e guarani enquanto expressão da autodefesa, autogestão e controle territorial durante a pandemia, demonstraram a importância da auto-organização em diferentes escalas frente à crise de saúde global; inobstante, apontaram caminhos fundamentais diante das crises sistêmicas que se apresentam na contemporaneidade. Os povos Kaiowá e Guarani firmam a esperança de adiar o fim o mundo por meio da luta e da reza:

Os rezadores falam que não é o fim do mundo ainda, enquanto tiver (...) reza e milho branco nascendo e crescendo ainda tem vida. Mas precisa de muita reza porque os jára também estão subindo, ele não está mais junto com a gente (kwarahy rendyju - Tekoha Panambizinho, comunicação informal, 2020).

Para os kaiowá enquanto existir os ñande ru, ñande sy e o milho branco ainda brotando, não haverá o fim do mundo - chamado ara paha - enquanto tiver territórios kaiowá e Guarani plantando o milho branco e fazendo reza, tem proteção da terra e todos os seres. (...) A destruição que está sendo causada pelo karaf reko, a contaminação dos solos e águas, cada vez mais impacta na vida e na germinação do milho branco, e quando não tiver mais ninguém plantando, acontecerá algo muito ruim, como mais doenças (Kunumi Poty Rendy'i - Tekoha Guyra Kambi'y, comunicação informal, 2020).

Aprender com os povos originários e fortalecer a defesa coletiva dos processos de autodeterminação política e territorial é um eixo imprescindível para a luta favorável à vida, pois ela é substancialmente anticolonial.

Considerações finais

As práticas autônomas de autogestão e autodefesa kaiowá e guarani foram pautadas no fortalecimento da auto-organização e das formas de controle territorial-indígena na criação das barreiras sanitárias, sobretudo, no fortalecimento dos conhecimentos tradicionais com o uso da medicina tradicional e das floras conhecidas e manejadas por estes povos. As plantas, pela sabedoria e ciência indígena, são fontes de vida capazes de proteger o corpo e o espírito diante da disseminação da Covid-19.

A vida kaiowá e guarani está cosmocentrada na espiritualidade, na comunicação cotidiana com os guardiões; os mais diversos deuses e deusas que compõem o mundo e o cosmos. Todas as plantas têm o seu *teko* (seu modo de ser) e seu *jára* (guardiões), assim como todos os outros seres oriundos do denominado por nós como humanos e não-humanos.

Os relatos compartilhados por companheiras/os kaiowá e guarani evidenciaram a importância das barreiras, das rezas (*jehovasa*) e da medicina tradicional, como o uso do urucum e de outros elementos da flora dos sistemas socioecológicos tradicionais como eixos vitais para prevenir a doença. As plantas medicinais têm importância cosmológica, ecológica, social, territorial e política. Manejar a flora é se comunicar com os mais diversos guardiões da floresta, os *jará*. Apesar de poucas plantas nativas ainda disponíveis em decorrência do projeto colonial de desmatamento e do avanço do agronegócio, os povos Kaiowá e Guarani ainda cultivam várias espécies que são indispensáveis para a saúde do corpo, do espírito e da Terra.

Os Kaiowá e Guarani têm ensinado que a medicina tradicional, e as ações de cuidado coletivo por meio dos conhecimentos tradicionais e das práticas autônomas, tem sido muito mais eficiente do que álcool e do que lavar as mãos com água e sabão (não que estas ações não sejam importantes), pois reconhecer a importância da medicina tradicional, e das práticas autônomas, envolve a esfera de que é imprescindível recompor a multiplicidade de vida nos ecossistemas e territórios para enfrentar as doenças que surgem como consequências da destruição da Terra. Apesar da destruição

causada pelos *karaí*, diversas famílias relatam que “sempre tem um matinho brotando [e fazemos] remédios”, como ensina o *ñanderu* Jorge, morador da Reserva Indígena de Dourados.

As barreiras e os conhecimentos tradicionais, ao se construírem enquanto processo de autonomia dos povos, expressam ações coletivas para o fortalecimento da autodeterminação política-territorial. Sem território, sem mata, sem remédio, sem *ñandesy* e *ñanderu* não é possível “segurar o céu” e “adiar o fim do mundo”. De modo que os Kaiowá e Guarani destacam que enquanto houver *ñanderu* e *ñandesy* fazendo reza, e enquanto o milho brotar, o fim será adiado e haverá esperança de um outro mundo.

O que aprendemos com as experiências autônomas dos povos Kaiowá e Guarani no enfrentamento a pandemia da Covid-19, e à política genocida e ecocida do Estado brasileiro, é que as barreiras sanitárias são construídas com reza, *jehovasa*, urucum, garrafada de remédios feita por plantas que curam o corpo, a alma e a Terra. Estes elementos são imprescindíveis na luta anticolonial kaiowá e guarani e nos processos de resistência pela retomada de seus *tekoha*.

Aos povos Kaiowá e Guarani, nossos agradecimentos e todo apoio às retomadas e processos de resistência territorial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, 2021, p. 1-10.

ANMIGA. **Manifesto das primeiras brasileiras, as originárias da terra**: a mãe do Brasil é indígena. Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/>. Acesso em: 15 de dez. 2021.

APIB (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL). Como a Covid-19 tem entrado nos territórios indígenas. **APIB Oficial, Emergência indígena**. Disponível em: <http://emergenciaindigena.apiboficial.org/>. Acesso em 12 de jan. 2022.

ATY GUASU, KUÑANGUE, RAJ. **Manifesto Guarani e Kaiowá exigindo a atuação dos órgãos públicos nas barreiras sanitárias em Territórios Indígenas para a prevenção da chegada da pandemia do novo coronavírus**, 2020.

ATY GUASU, KUÑANGUE, RAJ. **Plano Regional:** Plano da equipe Aty Guasu Guarani e Kaiowa diante do avanço da Covid-19 e ordem de isolamento social. 2020. Disponível em: http://emergenciaindigena.apib.info/files/2020/08/PlanRegional_Maraca_Atyguasu.pdf. Acesso em: 23 de nov. 2020.

BALÉE, William. Biodiversidade e os índios amazônicos *In*: CASTRO, Eduardo Viveiros de; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (orgs.). **Amazônia:** etnologia e história indígena. São Paulo: NHII-USP-FAPESP, 1993, p. 385-393.

BASTA, Paulo, *et al.* **Pohã Ñana; nãombarete, tekoha, guarani ha kaiowá arandu rehegua = Plantas medicinais:** fortalecimento, território e memória guarani e kaiowá / Paulo Basta ... [*et al.*]. - Recife: Fiocruz-PE, 2020.

BBC. **Coronavírus:** 'país de maricas' e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54902608>. Acesso em: 03 de mar. de 2021.

BENITES, Eliel. **A busca do teko araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais guarani e kaiowá.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

BORDA, Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Clacso, 2009.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. “Terra Indígena”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História**, v. 35, n. 75, São Paulo, 2016.

CENTENO, Ayrton. **Em Porto Alegre, manifestante se veste como Ku Klux Klan e é denunciado na polícia.** Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/23/em-porto-alegre-manifestante-se-veste-como-ku-klux-klan-e-e-denunciado-na-policia>. Acesso em: 27 de abr. de 2021.

CIMI. **Carta-Manifesto dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul.** 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/02/carta-manifesto-encontro-povos-indigenas-ms.pdf>. Acesso em: 19 de fev. 2021.

CIMI. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil dados de 2020.** Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: 25 de jan. de 2022.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel Coronavírus.** Atualizado em: 07/06/22. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 08 de jun. de 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio:** ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Fapesp, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n.75, p. 76-84, 2007.

DANOWSKI, Débora. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. 2.ed. Florianópolis: Cultura: Barbárie; Instituto Socioambiental, 2017.

ESBELL, Jaider. “O que são 70 anos diante de 521, meu querido?”. **Elastica**. Disponível em: <https://elastica.abril.com.br/especiais/jaider-esbell-bienal-mam/>. Acesso em: nov. de 2021.

GRAGNANI, Juliana. Porque o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. **BBC News**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: abr. de 2021.

ISA, Instituto Socioambiental. **Povos indígenas do Brasil**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/sobre-o-nome-dos-povos>. Acesso em: 10 de jan. de 2013.

KOPENAWA, Davi Yanomami. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. KOPENAWA, Davi Yanomami. / ALBERT, Bruce. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, Davi Yanomami. "Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra". **Povos Indígenas no Brasil** – ISA, 2006-2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. Territorialidades no-patriarcales. Aproximaciones anti-sistémicas desde una iniciativa del Concejo Indígena de Gobierno en México. **RevIISE**, Dossier Hacia un buen vivir feminista, v. 11, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MONFORT, Gislaine Carolina. **Autonomias indígenas, luta pela vida e modos de autogestão comunitária dos povos Kaiowá e Guarani**. (Dissertação de mestrado). Dourados, MS: UFGD, 2022.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá**: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. Dissertação (Mestrado em Geografia), FCH/UFGD, Dourados, 2011.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na

Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados/MS (Tese Doutorado) – UNESP, Presidente Prudente: 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PAVÃO, Sonia et al. Plantas medicinais dos povos kaiowá e guarani como possível prática complementar no enfrentamento dos sintomas da Covid-19: conhecimento tradicional como arma contra a pandemia. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.15, n. 4, 2020, p. 4-17.

PIMENTEL, Spensy K, *et al.* **Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Jaraguá**. Brasília: CGID/DPT/Funai, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, [1970] 1996.

SHALDERS, André. '**Tratamento precoce**': governo Bolsonaro gasta quase R\$ 90 milhões em remédios ineficazes, mas ainda não pagou Butantan por vacinas. 21 de jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55747043>. Acesso em: 04 de mar. de 2021.

TANAN, Cauê. FERNANDEZ, Nayara. **Pandemonium 2**: forest fires and pandemic. Latin America Buerau. 18 de fev. 2021. Disponível em: <https://lab.org.uk/pandemonium-2-forest-fires-and-pandemic/>. Acesso em: mar. de 2021.

Recebido em 14/03/2022. Aceito para publicação em 01/06/2022.
--

**MAPEAMENTO BIORREGIONAL EM COMUNIDADES
PESQUEIRAS: pertencimento territorial na costa do Nordeste
brasileiro frente à impactos ambientais**

**BIORREGIONAL MAPPING IN FISHING COMMUNITIES:
territorial belonging on the coast of Northeast Brazil in the face of
environmental impacts**

Fábio Vieira

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Doutor em Ciências do Ambiente,
Salvador, BA, Brasil
fpvieira@ufba.br

Miguel da Costa Accioly

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Biologia, Salvador, Doutor em Ciências Biológicas,
BA, Brasil
acciolyufba@gmail.com

Tayane Lopes Santos

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Graduada em Oceanografia,
Salvador, BA, Brasil
tayaneelopes@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta a produção de mapas biorregionais vividos e gestados no território de comunidades pesqueiras, a partir de seu envolvimento, saberes e fazeres, referente aos impactos do derrame de petróleo em 09 localidades na costa do NE brasileiro. Diversas comunidades pesqueiras foram afetadas pelo crime do derramamento do petróleo ocorrido em 2019. A gestão territorial é constituída, no evento em tela, a partir de ações que visaram resolver problemas decorrentes dos impactos no território que são descritos e problematizados pelas próprias comunidades pesqueiras que tiveram o sofrimento prolongado ao longo do tempo e do espaço por conta da pandemia da Covid-19. As descrições e problematizações foram constituídas e sistematizadas a partir do projeto "Manchas do Sofrimento" originado do INCT Amb Tropic II, GT 4.0 Derrames de Óleo. Referenciais decoloniais e da Educação Popular permitiram a tessitura deste artigo, cuja metodologia se deu em uma abordagem qualitativa, a partir da construção colaborativa de mapas por parte de pescadores, pescadoras e uma equipe de pesquisadores e bolsistas da Universidade Federal da Bahia. A técnica do mapeamento biorregional, constituído a partir da ciência cidadã estrutura a dimensão metodológica. Como resultados, trazemos uma metodologia constituída de maneira integrativa, em que múltiplos saberes possibilitaram a elaboração de mapas, que demonstraram o sentimento de pertencimento de pescadores e pescadoras e defesa de suas territorialidades.

Palavras-chave: Mapeamento biorregional. Território. Nordeste. Comunidades pesqueira.

Abstract

The article presents the production of bioregional maps lived and managed in the territory of fishing communities, based on their involvement, knowledge and practices, referring to the impacts of the oil spill in 09 locations on the coast of NE Brazil. Several fishing communities were affected by the crime of the oil spill that occurred in 2019. The territorial management is constituted, in the event in question, from actions aimed at solving problems arising from impacts on the territory that are described and problematized by the fishing communities themselves that had the prolonged suffering over time and space due to the Covid-19 pandemic. The descriptions and problematizations were constituted and systematized from the project "Manchas do Sofrimento" originated from the INCT Amb Tropic II, GT 4.0 Oil Spills. Decolonial and Popular Education references allowed the fabric of this article, whose methodology was given in a qualitative approach, from the collaborative construction of maps by fishermen and a team of researchers and grantees from the Federal University of Bahia. The technique of bioregional mapping, based on citizen science, structures the methodological dimension. As a result, we bring a methodology constituted in an integrative way, in which multiple knowledge made possible the elaboration of maps, which demonstrated the feeling of belonging of fishermen and fisherwomen and defense of their territoriality.

Keywords: Bioregional mapping. Territory. Nordeste. Communities fishing.

Introdução

O crime do derramamento do petróleo, ocorrido na costa do Nordeste brasileiro, que se iniciou em 2019, impactou diretamente 59 municípios em todos os nove estados (IBAMA, 2020¹). O impacto ao qual nos referimos, aqui será direcionado a partir do vivido, da percepção, do sofrido por homens e mulheres, pescadores, pescadoras e marisqueiras que tiveram seu modo de vida afetado. Logo, o objetivo deste artigo é apresentar uma metodologia de produção de mapas biorregionais a partir de saberes e fazeres, constituídos no envolvimento e na gestão territorial existente em comunidades pesqueiras.

Saberes e fazeres que alicerçam uma Pedagogia fundada em comunidades tradicionais que realizam a pesca artesanal, que é plural e alicerçada em atos ético-ecológicos, de envolvimento e pertencimento para com o território.

É com esta Pedagogia que contrapõe uma lógica moderna-colonial que buscaremos apresentar ações e estratégias, por intermédio de um mapeamento

¹ Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>.

produzido por pescadores, pescadoras e marisqueiras mediante o crime do derramamento do petróleo.

Este mapeamento fez parte do projeto “Manchas do Sofrimento” originado do INCT Amb Tropic II, GT 4.0 Derrames de Óleo. A pandemia da Covid-19, preliminarmente não fazia parte do escopo do mapeamento. Entretanto, pela dimensão metodológica que se constituiu, inicialmente, com a técnica do mapeamento biográfico, alicerçada no vivido por pescadores, pescadoras e marisqueiras, os impactos provocados pela doença causada pelo vírus do SARS-Cov-2, ao serem relatados foram incorporados na produção dos mapas.

À medida que a pandemia da Covid-19 apresentou redução em números de casos e óbitos, sobretudo por conta da vacinação no Brasil, a metodologia incluiu as atividades de campo, que foram feitas a partir da participação cidadã, proposta por Arnstein (2002).

Referenciais da decolonialidade, Mignolo (2005, 2008) e Lander (2000), orientaram para uma abertura epistêmica de constituição de outros saberes e fazeres. Estes são constituídos em uma relação ecológica e de envolvimento com a Terra. Conexões para com a Terra e o ambiente que são explanadas por Vieira (2017). Tais autores possibilitam uma abertura para Outras² possibilidades pedagógicas constituídas com Outros sujeitos tais qual delineada por Arroyo (2014). Diegues (2004), Callou (2010) e Krenak (2019) dão suporte ao entendimento sobre aspectos concernentes ao mundo da pesca e ao mundo vivido, de maneira íntima com o ambiente e o território.

Accioly (2012), Aberley e George (1998), fundamentam a discussão sobre o mapeamento biorregional e em conjunto com os saberes dos pescadores e pescadoras nos auxiliaram na construção dos mapas e na descrição do processo de elaboração destes.

Nossas ações visaram elaborar com a comunidade, a partir da ciência cidadã, um projeto de mapeamento dos impactos e indicativos para um plano de contingência, visando fortalecer as ações comunitárias, além de promover um diálogo entre os saberes acadêmico e local, o que entendemos ampliar as ações que visem conservar o ambiente.

² Assume-se o uso em caixa alta pelo fato de tratar-se de um exercício da Outridade/Alteridade proposta por Levinas(2008). Para este autor, quando o outro é percebido como Alteridade torna-se *Outro*, fonte das grandes experiências de vida.

O conhecimento sobre o viés da ciência da modernidade

A modernidade fundamenta uma ciência cujo conhecimento se estrutura na ignorância, no sentido de ignorar, negar as subjetividades. Assim, a ciência da modernidade se arroga a única maneira válida de explicação dos fenômenos no mundo, o que a faz distante das experiências vividas. Ao trazer uma ideia de modernidade que possui quatro dimensões, o progresso que classifica e hierarquiza os atrasados dos modernos; uma falsa premissa de “naturalização” das relações sociais e econômicas por um viés desenvolvimentista; uma ontologização das múltiplas separações; e a pretensa superioridade dos conhecimentos produzidos pela sociedade moderna, Lander (2005, p.13), realiza uma leitura de como essa modernidade busca se impor sobre todas as maneiras de se territorializar no mundo.

É assim, que a modernidade se assenta em um mundo que passa a não ser mais a Europa, em termos espaciais e territoriais. Daí emerge o sistema mundo moderno-colonial, Quijano e Wallerstein (1992, citados por MIGNOLO, 2005).

Este mundo é alicerçado por intermédio de um padrão de comportamento que advém de homens brancos e europeus que invadem territórios, subjagam conhecimentos e praticam genocídios na América, em especial, na porção central e sul deste continente. Consolidando o mundo moderno-colonial constitui-se uma ciência cujo paradigma se baseia na exclusividade da racionalidade e na objetivação do mundo. Vieira (2017) expõe que em nome de um discurso progressista, como um direito de todos, a ciência racionalista e objetificadora contribuiu para fomentar um modelo de desenvolvimento pautado na extração e no consumo desenfreado dos elementos presentes na natureza tornados mercadorias, acentuando a degradação ambiental.

A ciência da modernidade despreza todas as formas, os Outros como destacou Lander (2005), de conhecimento existentes, sólidas e que estruturavam diversas comunidades originárias na América que já coexistiam na e com a Terra antes do advento da modernidade. Conhecimentos que são corporizados e contextualizados ao vivido e, portanto, distante do proposto pela ciência da modernidade.

Dentre estes conhecimentos temos os constituídos por povos e comunidades pesqueiras. Assim, apresentaremos como se realiza, o envolvimento de comunidades que praticam a pesca artesanal, com seu território e por consequência, como a

construção de saberes originados neste envolvimento permite ações de gestão territorial por parte destas comunidades.

O envolvimento ambiental a partir do vivido

O envolvimento de comunidades pesqueiras com seu ambiente é alicerçado nas práticas culturais, nos fazeres, e conseqüentemente na gestão que é feita neste território. Gestão que se realiza na relação de intimidade e respeito com as outras formas, sejam elas as chamadas bióticas, ou mesmo as abióticas, que estão presentes neste território. Afirmamos isso, a partir de vivências em distintas comunidades pesqueiras, em especial no litoral do Nordeste brasileiro, conforme traremos mais adiante.

A partir da imersão, e vivência dos pesquisadores é que é possível construir uma definição teórica conceitual, a do envolvimento ambiental. Trata-se de uma perspectiva já existente no modo de vida de comunidades pesqueiras e de tantas outras comunidades tradicionais, a leitura única desenvolvimentista presente no mundo moderno-colonial

outro viés relacional com o ambiente, no sentido de percebê-lo e valorá-lo em uma perspectiva de construir um elo com a natureza. Perspectiva pautada por uma ética ambiental e orientada por um trato no qual o cotidiano e o vivido sejam fundantes. É um relacionar-se de modo diverso, a partir de outros preceitos e propósitos (VIEIRA, 2017, p.19).

Importante destacar, que tal perspectiva coaduna com definições no campo jurídico administrativo, sobretudo, na definição de pesca artesanal, presente no artigo 8º, inciso I, alínea a), de lei nacional que regula as atividades pesqueiras “quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009).

Ao trazermos o envolvimento ambiental e o fato de ela coadunar com uma definição sobre o que seja a pesca artesanal não se trata de validação da perspectiva do envolvimento com instrumentos jurídicos na e para a gestão territorial e ambiental, mas, sim, que entendemos haver um distanciamento na realização de ações e de políticas públicas e ou de pesquisas acadêmicas com o vivido, com o envolvimento em comunidades tradicionais.

Ao vivenciarmos experiências com comunidades pesqueiras, passamos a compreender que o envolvimento advém das atividades do cotidiano, no fazer e no

saber. Portanto, o suporte para trazer os elementos que corroboram com o objetivo do estudo, será centrado nas experiências vividas de pescadores e pescadoras artesanais do litoral do Nordeste brasileiro.

Comunidades pesqueiras: aprendendo com o território

As comunidades pesqueiras, representam, no Brasil, um contingente populacional de aproximadamente 800 mil pescadores e pescadoras, e cerca de 2 milhões de pessoas que produzem cerca de 55% da produção pesqueira nacional (CALLOU, 2010). O Nordeste brasileiro, território de análise do presente estudo, responde por pouco mais de 72% (CARVALHO E SILVA, 2015) dos pescadores artesanais do país. Logo, é no Nordeste brasileiro que buscaremos apresentar a gestão territorial de comunidades pesqueiras, mediante o crime do derramamento do petróleo.

Todavia, antes de adentrarmos na gestão territorial destacadamente voltada para ações que visaram resolver problemas decorrentes do crime do derramamento do petróleo, e da Covid-19, entendemos que se faz necessário apresentar aspectos do modo de vida de comunidades de pesca artesanal que permitem compreender a riqueza de seus saberes que alicerçam seus fazeres e conseqüentemente permite a gestão territorial a partir destes.

As comunidades pesqueiras no litoral brasileiro têm os seus conhecimentos referentes ao fazer da pesca constituídos em uma relação temporal que é anterior à invasão dos europeus. Este fazer se inicia com povos originários em sua relação com o mundo natural. Como exemplo, Diegues (2004) aponta que os sambaquis, amplamente encontrados ao longo do litoral brasileiro, confirmam a relevância da atividade de pesca ao longo do espaço e do tempo. Assim é possível identificar que a relação de homens e mulheres que fazem o território pesqueiro acontecer, extrapola o utilitarismo e envolve o aprendizado com diversos outros elementos presentes na Terra. Um aprendizado que é ao mesmo tempo responsável pela construção, por parte de pescadores e pescadoras, do espaço geográfico em que habitam, o que inclui o território.

Aprendizados que se constituem a partir da riqueza do cotidiano, em territórios geridos por uma rede de solidariedades, que se realiza em uma existência humana fundada na coletividade:

A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum. Tal ação comum não é obrigatoriamente o resultado de pactos explícitos nem de políticas claramente estabelecidas. A própria existência, adaptando-se a situações cujo comando freqüentemente escapa aos respectivos atores, acaba por exigir de cada qual um permanente estado de alerta, no sentido de apreender as mudanças e descobrir as soluções indispensáveis (SANTOS, 2003, p.53).

Assim, o território é um espaço múltiplo, produzido a partir da complexidade e da riqueza existente no lugar. Território, que em comunidades pesqueiras, tem como função principal o uso, a partir da gestão e ordenamento que se alicerça no envolvimento e no pertencimento. Logo, entendemos que o território

é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro (SANTOS, 2003, p.47).

Por conseguinte, fundado no uso, na troca, no envolvimento, territórios em comunidades pesqueiras constituem territorialidades, e se conformam como *lócus* de construção de saberes. Territorialidade que ao ser o “[...] esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de ambiente biofísico, convertendo-a assim, em seu território”, Little (2002, p.3), reforça a ideia de envolvimento que apresentamos.

Para nós que vivenciamos com pescadores e pescadoras os seus saberes e fazeres, em imersões realizadas em diversas comunidades pesqueiras, é perceptível, como o envolvimento gera aprendizados para a gestão do território. Aprendizados que outros pesquisadores e pesquisadoras apontam. Saldanha (2015, p.61), ao investigar os etnosaberes de comunidades pesqueiras, indaga um pescador, sobre o que é mais importante na pesca, com relação aos aprendizados que perpassam pelo envolvimento com o ambiente, e obtém a seguinte resposta: “O vento... é o vento que ensina a gente.”.

Compreendemos que este aprendizado com o vento descrito pelo pescador é originado de uma constante observação do seu território e da melhor maneira de fazer a gestão deste. O fato de o vento ensinar ao pescador, de ele ser o seu professor, revela uma Pedagogia constituída em uma relação de pertencimento e de respeito por diversos elementos presentes na Terra.

Trazemos aqui, quem constrói a própria Pedagogia a ajudar a entender melhor, como se dá essa relação. Krenak (2019), diz que o seu povo chama o rio de Doce, de

Watu, nosso avô. O rio é compreendido como um parente, não um mero recurso “Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização” (KRENAK, 2019, p.21).

Assim, os saberes de pescadores são tecidos nos fazeres que incluem uma diversidade de elementos que os ensinam o momento certo, para poder pescar, como o vento, as fases da lua, os movimentos de migração das espécies, a correnteza, dentre outros.

Os aprendizados com elementos que compõem a Terra permitem o envolvimento ambiental e alicerçam Pedagogias que representam as multiplicidades de experiências vividas por pescadores e pescadoras. Vieira (2020, p.270) destaca que Pedagogias erigidas por comunidades tradicionais se realizam em um processo dialógico do humano com o ambiente e que trazem para o debate o Outro, que historicamente foi subjugado pelo mundo da modernidade e da colonialidade. Um Outro que envolve as comunidades pesqueiras que coexistem de maneira íntima e pertencida com o ambiente.

Por conseguinte, entendemos que é fundamental, como um ato político, plural e que coaduna com a perspectiva de gestão territorial, praticada por pescadores e pescadoras em seu território, trazer os saberes que são forjados por comunidades pesqueiras reconhecendo e potencializando para o debate público e educacional: “saberes de experiências feitos nessa pluralidade de sujeitos que disputam as instituições do conhecimento. Reconhecer esses Outros Sujeitos pressiona por Outras Pedagogias” (2014, p.223).

Logo, é com os saberes constituídos no envolvimento ambiental, que traremos como comunidades pesqueiras do Nordeste brasileiro, fizeram a gestão de seus territórios mediante o crime do derramamento do petróleo e o impacto da Covid-19.

O crime do petróleo, a Covid-19: organização territorial e caminhos para um trabalho coletivo

Em agosto de 2019, manchas de petróleo cru aparecerem no litoral do Nordeste. Inicialmente em praias da Paraíba e de Pernambuco, as manchas se espalharam ao longo

do ano de 2019, com reincidências, em menor escala, até 2021, em todos os nove estados da região, além do Espírito Santo e Rio de Janeiro³.

Pena et al (2020), expõem que este evento é considerado o maior derramamento de petróleo da história do Brasil e um dos mais extensos registrados no mundo. É importante destacarmos que tal evento, não se trata de uma obra do acaso, um acidente. Assumimos, independentemente da imputabilidade e responsabilidade⁴ que se trata de um crime, que se enquadra em um racismo ambiental. Logo tal evento decorre de uma estrutura da modernidade/colonialidade, em que regiões, e localidades cujas populações que se envolvem com o território são consideradas mais vulneráveis, do ponto de vista da racialidade, como é o caso de comunidades pesqueiras da costa do Nordeste brasileiro.

Neste contexto, emerge do INCT Amb Tropic fase II⁵, um grupo de trabalho cujo objetivo é identificar os principais problemas enfrentados pelos diversos segmentos sociais, em especial comunidades pesqueiras, decorrentes do crime do derramamento do petróleo, e os impactos ao meio ambiente marinho e costeiro. Conforme mencionado em relatório⁶, o GT inclui gestores de unidades de conservação, analistas de órgãos estaduais de meio ambiente e de saúde, pescadoras e pescadores, além dos pesquisadores do Inct Amb Tropic fase II.

Como parte integrante das ações do GT, um projeto se constitui com o objetivo de mapear os impactos econômicos e territoriais, que interferiram diretamente sobre os modos de vida em comunidades pesqueiras, ocorridos a partir do derramamento do petróleo na costa do Nordeste. Tal projeto foi nomeado Manchas do Sofrimento⁷, cuja coordenação é do professor Miguel Accioly e a vice coordenação do professor Fábio Vieira, ambos da Universidade Federal da Bahia.

Foram com as ações e aprendizados constituídos neste projeto que obtivemos vivências e experiências formativas que nos permitiram não apenas produzir este artigo, mas, sobretudo, construir com as dezenas de comunidades das localidades (Tabela 1,

³ [Manchas de óleo no Nordeste: o que se sabe sobre o problema | Natureza | G1 \(globo.com\)](#)

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/12/pf-calcula-dano-minimo-de-r-188-milhoes-por-vazamento-de-oleo-e-indicia-gregos.shtml>

⁵ <https://www.inctambtropicii.org/>

⁶ https://www.inctambtropicii.org/files/ugd/d9f275_b9a0f492c92e4cc0803406f32c4f4a76.pdf

⁷ A partir deste momento o nominaremos apenas de Manchas (nome que ficou conhecido entre todos os participantes do subprojeto)

Imagem 1), em uma perspectiva de ciência cidadã, um trabalho de mapeamento dos impactos provocados pelo crime do derramamento do petróleo.

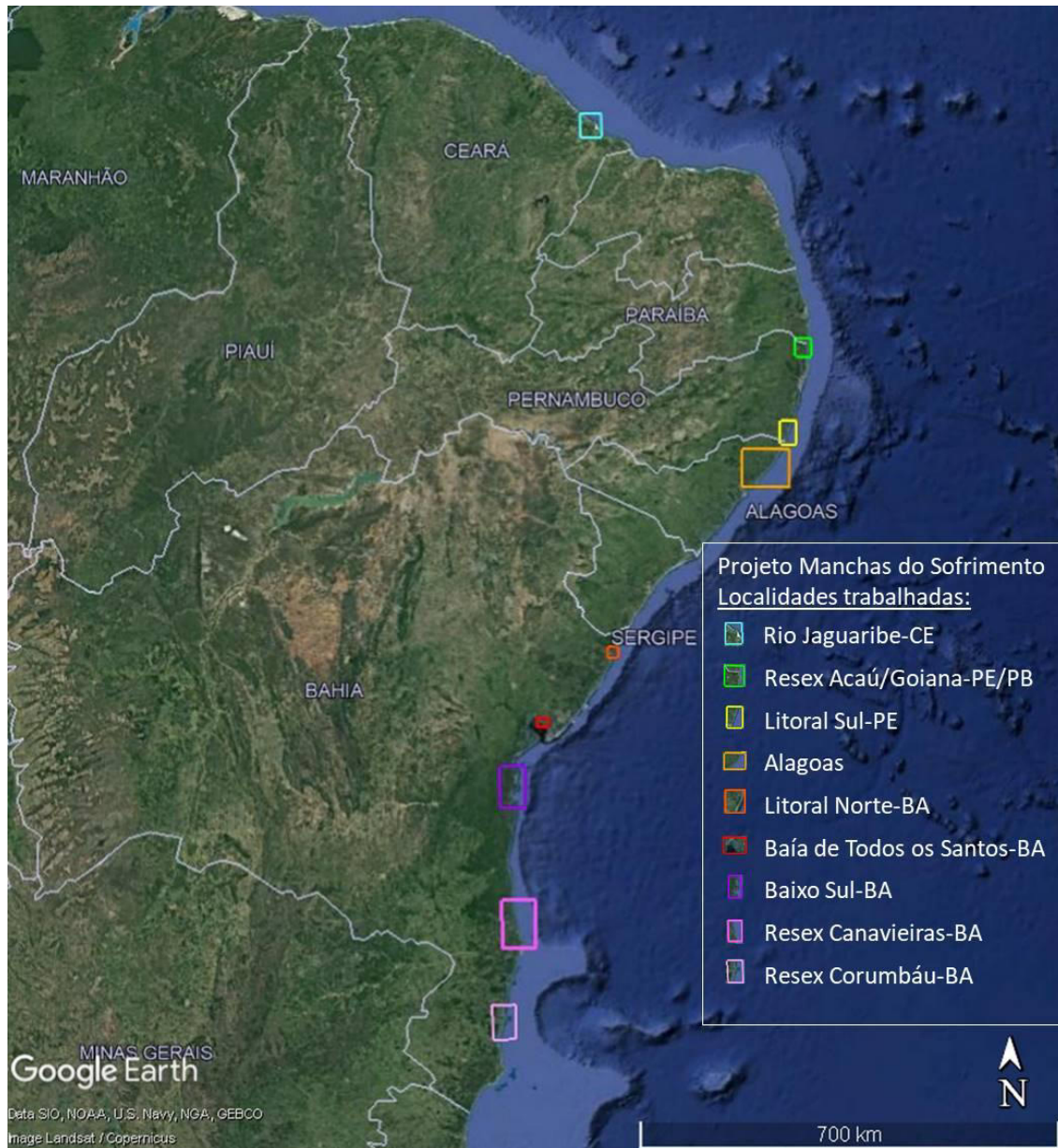
Tabela 1: Localidades/Regiões, municípios e comunidades alcançados pelos trabalhos do subprojeto Manchas do Sofrimento

LOCALIDADE/REGIÃO	Municípios	Comunidades
Rio Jaguaribe-CE	Beberibe; Guajiru; Fortim; Aracati	Prainha do Canto Verde; Parajuru; Guajiru; Jardim; Viçosa; Cumbe; Canavieira
Resex Acaú/Goiana-PE/PB	Pitimbu; Goiana	Acaú; Carne de Vaca; Balde; São Lourenço; Tejucopapo; Ponta de Pedras
Litoral Sul-PE	Rio Formoso; Tamandaré; São José da Coroa; Grande	Rio Formoso; Engenheiro Siqueira; Tamandaré; Várzea do Una; Abreu do Uma; São José da Coroa Grande
Alagoas-AL	Maragogi; Japaratinga; Porto de Pedras; Passo de Camaragibe; Barra de Santo Antônio; Paripueira; Maceió	São Bento; Japaratinga; Porto de Pedras; Barra de Camaragibe; Ilha da Croa; Santa Luzia; Paripueira; Ipioca
Litoral Norte-BA	Conde	Siribinha; Poças, Cobó; Buri; Sítio do Conde
Baía de Todos os Santos-BA	Salvador (Ilha de Maré); Candeias	Bananeiras; Maracaná; Ponta Grossa; Porto dos Cavalos; Martelo; Praia

		Grande; Passé; Rio do Cunha
Baixo Sul-BA	Cairú; Taperoá; Ituberá; Igrapiúna	Garapuá; Batateiras; Cova de Onça; Graciosa; Barra do Serinháem; Ilha do Contrato
Resex Canavieiras-BA	Canavieiras; Belmonte	Puxim da Praia. Puxim do Sul; Atalaia; Barra Velha; Campinhos; Canavieiras; Belmonte
Resex Corumbáu-BA	Porto Seguro; Prado	Barra de Caraíva; Aldeia Xandó; Aldeia Barra Velha; Aldeia Bugigão; Ponta de Corumbau; Corumbau; Veleiro; Imbassuaba; Cumuruxatiba; Dois Irmãos
TOTAL: 9	28	63

Fonte: Vieira, Fábio

Imagem 1: Áreas das localidades do Projeto Manchas



Fonte: Google Earth, 2021

Porém, antes de adentrarmos na estrutura metodológica do projeto mencionado e na exposição de alguns mapas biorregionais construídos horizontalmente com as comunidades pesqueiras, é importante contextualizarmos que no momento de acontecimento das atividades referentes à pesquisa, pescadores e pescadoras tiveram a sua vida cotidiana, fortemente impactadas pela pandemia da Covid-19.

Logicamente que os impactos provocados pelo SARS-COV2 foram em escala global. Entretanto, aqui nos interessa registrar de que maneira os impactos da pandemia

deram continuidade temporal e espacialmente ao sofrimento provocado pelo crime do derramamento do petróleo.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da Covid-19. Com isso havia um alerta global, ou seja, para que todos os países, adotassem ações para conter a disseminação do vírus. No Brasil houve uma ineficácia do governo federal quanto às ações frente ao controle da pandemia, como determinação do isolamento social, fechamento de atividades econômicas como o comércio em geral, e demais restrições de circulação de pessoas, fez com que o Supremo Tribunal Federal determinasse que estados e municípios pudessem tomar ações referente ao controle da pandemia⁸.

Logo, uma variedade de determinações não permitiu uma padronização de como agir. Como exemplo uma determinada unidade federativa poderia adotar o isolamento social mais rígido e outra não. Comunidades pesqueiras próximas, mas de estados distintos, ficavam incertas em como agir, seja na captura, na pesca e na comercialização.

Destacamos que as comunidades pesqueiras mesmo com à pluralidade de gestões territoriais e com suas múltiplas pedagogias possuem um aspecto em comum no seu fazer pesqueiro: o envolvimento e pertencimento com o território. Assim, por conta de tal aspecto, o labor pesqueiro necessitava continuava a acontecer, em especial à pesca ao qual nos reportamos neste trabalho, que é a pesca artesanal. No entanto, como proceder, uma vez que a circulação de pessoas para a manutenção da vida, paradoxalmente, mantém o vírus ativo contaminando, adoecendo e matando pessoas?

Diante de tantas indefinições e dificuldades impostas pandemia da Covid-19, o Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras, foi constituído, ainda em março de 2020.

Composto por pescadores e pescadoras de todo o país, junto com pesquisadores e apoiadores da pesca artesanal, para monitorar os impactos e discutir o enfrentamento ao Covid-19 nas comunidades pesqueiras. Inicialmente, um grupo de WhatsApp foi criado e se mantém até os dias atuais, dois anos após a pandemia decretada.

⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-04/stf-estados-e-municipios-podem-fazer-aco-es-contra-covid-19-sem-uniao>

Posteriormente um blog também foi adicionado como um repositório de informações que interessam às comunidades pesqueiras⁹.

A organização do Observatório revela que a organização comunitária, tão presente nos territórios de comunidades pesqueiras, foi estendida para o território virtual, possibilitando uma troca de informações que visaram mitigar não apenas os impactos da Covid-19, mas, também auxiliou em tomadas de decisões para novas manchas de petróleo que foram aparecendo, em menor escala no litoral do Nordeste, posteriormente ao derrame em larga escala ocorrido em 2019.

Assim, a nossa participação no Observatório foi de fundamental relevância, para ampliarmos nossas redes de contatos, debatermos coletivamente tomada de decisões e sobretudo expandirmos nossos aprendizados sobre a organização e gestão territorial feita por comunidades pesqueiras, auxiliando construção de ações coletivas e colaborativas, do projeto Manchas, em contexto de pandêmico.

Desmanchando a rigidez de um conhecimento: a metodologia do mapeamento biorregional

Ao destacar que os saberes construídos em comunidades pesqueiras se constituem em Pedagogias próprias e que se realizam a partir de uma relação de envolvimento de homens e mulheres para com o seu território, nossos atos no Manchas visaram elaborar com a comunidade, a partir da ciência cidadã, um projeto de mapeamento dos impactos e um plano de contingência, visando fortalecer as ações comunitárias frente aos impactos do crime do derramamento do petróleo e, da Covid-19.

Assim, trazemos uma metodologia constituída de maneira integrativa, em que múltiplos saberes constituídos no envolvimento e na gestão territorial existente em comunidades pesqueiras, possibilitaram a elaboração de mapas, que demonstraram o sentimento de pertencimento de pescadores e pescadoras e defesa de suas territorialidades.

Trabalhar com a ciência cidadã, e com uma escada de participação, conforme aponta ARNSTEIN (2002), não apenas metodologicamente, mas, sobretudo como uma construção epistêmica, coaduna com a proposta de horizontalizar, realizar um diálogo, que traga os saberes e as Pedagogias pesqueiras para a construção dos mapas. Assim, a

⁹ <https://observatoriocovid19pescadores.blogspot.com/>

ciência cidadã, aqui é proposta tal qual expõe Irwin “o ponto de encontro entre diferentes formas de conhecimento e compreensão”. (1995, p.166, tradução nossa).

Conhecimentos e compreensões do mundo e do território pesqueiro que passou a se desenvolver no Manchas do Sofrimento, em 09 localidades de quatro estados do Nordeste (Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas). Para cada localidade há um bolsista de uma universidade federal e outro de uma comunidade pesqueira, perfazendo um total de 18 bolsistas, além dos dois pesquisadores que coordenam o trabalho (mencionados anteriormente), e de duas bolsistas que atuam como supervisoras das ações em todas as localidades.

Os trabalhos se iniciaram em agosto de 2020, com atividades realizadas em formato remoto, através de reuniões, entrevistas e oficinas virtuais, por conta da Pandemia da Covid-19. Pelo mesmo motivo, o projeto que inicialmente findaria em dezembro de 2021, teve sua prorrogação aprovada pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações), para junho de 2022.

Em cada localidade de trabalho, a dupla de bolsistas é acompanhada pelas lideranças locais, e supervisionada por duas bolsistas (uma graduada em Oceanografia e outra liderança pesqueira) que atuam como supervisoras de todos os bolsistas. Foram realizadas assembleias com representantes das lideranças das localidades para construirmos os conhecimentos e produzirmos acordos sobre alguns conteúdos e produtos.

Realizamos entrevistas virtuais, em que inicialmente apresentamos para cada participante o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, para a devida concordância em vídeo, ressaltando que seriam trabalhadas apenas as informações declaradas de caráter público. Os números de comunitários envolvidos em cada uma das localidades, e que participaram do processo como um todo, variou entre 15 e 28 pescadores e pescadoras.

Utilizamos como central na perspectiva da ciência cidadã e de um conhecimento que vise uma dialogicidade com múltiplos a saberes, a técnica do mapeamento biorregional. Trata-se da elaboração de mapas pelas comunidades em conjunto com os pesquisadores/bolsistas do projeto Manchas. Estes mapas têm a intencionalidade de com o território, com seus saberes, ambiências e pertencimentos constituídos por comunidades, no nosso caso, pesqueira, constituir um diálogo vivido entre múltiplos

saberes. Para Doug Aberley, e Michael George, precursores da ferramenta, “os mapas combinam conhecimento científico e tradicional, respeitando e representando igualmente ambos os tipos de informação.” (ABERLEY E GEORGE, 1998, tradução nossa, s.p).

De acordo com Accioly et al (2012), o mapeamento biorregional é utilizado com o intuito de empoderar as comunidades tradicionais, em especial as pesqueiras, buscando a construção de um diagnóstico da situação vivida, e a elaboração de um planejamento ambiental. Assim, ao visarem promover, o aumento da participação social em espaços de regulação e a fiscalização institucional, os mapas biorregionais se tornam em

uma forma de representação cartográfica dos territórios e lugares, construída com a própria comunidade, e que integra informações populares e acadêmicas, biofísicas e culturais, acerca dos conteúdos sobre seus espaços vividos. Contendo apresentação escrita e fotográfica, com pontos georreferenciados e conteúdos descritos, de acordo com suas práticas e vivências comunitárias, o mapeamento em questão contém uma apresentação visual agradável, de fácil interpretação com conteúdos descritivos das histórias, simbolismos, produção local e tudo o que seja relevante à vida e reprodução das comunidades. (ACCIOLY et al, 2012, p.60)

Para introduzirmos o mapeamento biorregional, utilizamos o método de mapeamento biográfico (Tobias 2009). Realizamos os trabalhos separadamente com as famílias de pescadores. As famílias foram indicadas pelas diversas lideranças junto à dupla de bolsistas. Com cada família os bolsistas fizeram uma ou mais reuniões virtuais seguindo um roteiro semiestruturado, construindo para cada informação sobre os impactos ou sobre as ações de enfrentamento os atores, o período, o local (localizando as toponímias com auxílio de imagens reunidas pelos bolsistas) e as sugestões de como deveria ter sido o enfrentamento, além de registros de notícias e imagens. As duplas de bolsistas conduziram as reuniões, realizando anotações em caderno de campo. As reuniões foram gravadas e armazenadas em nuvem.

As entrevistas foram divididas nas seguintes etapas: 1º – Exposições iniciais, que se subdividem em apresentações dos participantes, explicação do projeto e objetivo da entrevista e consentimento do entrevistado – explicação do termo de consentimento e pedido de consentimento; 2º História do crime do derramamento – sofrimentos e enfrentamentos. Foi estimulado que os pescadores e pescadoras contassem como o crime ocorreu. Buscamos não interferir. Anotamos e marcamos os fatos principais para detalhamento; 3º Detalhamento dos principais fatos ocorridos. Voltamos em cada fato

principal, narrado, e que foi anotado para detalhamento e passamos a dialogar com pescadores e pescadoras, a partir das seguintes perguntas: O quê? Como? Quando? Quem? Onde?

Os dados levantados sobre os eventos ocorridos foram integrados, por superposição, e consolidados em oficinas coletivas que ocorreram em formato presencial, em cada uma das localidades do projeto. Nestas oficinas, ocorridas entre setembro e dezembro de 2021, inicialmente apresentamos o estágio da produção dos mapas biorregionais, que foram alicerçados pelos mapas biográficos constituídos nas entrevistas. Depois passamos a debater com os pescadores, pescadoras presentes nas oficinas, cada um dos textos que compõem os mapas.

Assim, os comunitários decidiam, não apenas os assuntos, mas a redação de cada um dos mapas produzidos. Ainda com relação ao texto, após a produção coletiva, passávamos a definir os títulos de cada um dos assuntos abordados, e por fim o título de cada um dos mapas.

Após esta etapa de escrita do mapa, o coletivo de pescadores, pescadoras iam definindo as cores e a iconografia para os mapas. Após esta etapa, os próprios comunitários começavam o processo de pintura do mapa. Por fim, após escanear o mapa colorido, fazemos as inserções das iconografias e dos textos.

Assim, apresentamos brevemente os temas dos mapas originados em cada uma das localidades presentes: Em Alagoas, foram cinco mapas. Neles pescadores, pescadoras e marisqueiras destacaram a força organização, na busca pela sobrevivência; o sentimento de impotência diante o crime em seu lugar, em seu território de pertencimento; a dor provocada pelo crime do derramamento do petróleo; as desinformações originadas por mídias e por pesquisadores que não dialogam com os pescadores e sua territorialidade; e o afetamento na saúde da população de do território.

Em Canavieiras-BA, os comunitários evidenciaram em sete mapas, a dificuldade na comercialização de pescados que não estavam contaminados e o descaso do poder público em prover direitos, como o auxílio defeso; o desencontro, em muitas vezes proposital e sem comprometimento com as comunidades pesqueiras, de informações à respeito das condições do território e do pescado; a organização dos comunitários, que sem recursos, agiram na base da coragem, no respeito e pertencimento ao seu território; as ações de mitigação e combate ao crime baseadas no conhecimento tradicional; uma

linha do tempo, relatando os principais eventos atrelados ao crime do derramamento do petróleo; as incertezas decorrentes do crime, pois os seus impactos até hoje ressoam no território; e a luta e a organização das comunidades pesqueiras que frente à negligência dos órgãos públicos.

No Ceará, três mapas, elaborados por comunitários e extrativistas apontam o sofrimento prolongado, no tempo e no território do crime do petróleo; a articulação para a busca de seus direitos a partir da morosidade e omissão dos órgãos públicos; a luta e organização para a defesa de seus territórios, o que inclui os seus saberes para ações que visavam evitar e diminuir o impacto do derramamento do petróleo.

Na RESEX de Corumbau, os cinco mapas produzidos expõem sobre múltiplos temas: a voz das comunidades clamando por socorro pelos impactos no território e na saúde das populações tradicionais; o sofrimento e o desespero sem resposta dos órgãos governamentais; a continuidade dos impactos negativos do derramamento do óleo, ao longo do tempo; como que a união e a força das comunidades as fortaleceram e permitiu o enfrentamento ao crime do petróleo; e como que mesmo com a dor e o sofrimento pelo impacto do crime do petróleo, o conhecimentos dos pescadores foram fundamentais em ações para impedir o avanço do petróleo no território das comunidades.

Em Pernambuco, mapas foram produzidos no litoral Sul e Norte (Resex Acaú-Goiana). Na primeira área mencionada, quatro mapas trouxeram temas que abordam: a luta e a organização frente ao desprezo dos governantes; os impactos do descaso dos poderes públicos e como isso afetou a saúde das pessoas e do território; o monitoramento do derramamento petróleo, a partir dos saberes comunitários; e a luta das comunidades pesqueiras na busca pelos seus direitos. No Norte, dois mapas enfatizaram a resistência, a solidariedade e a luta pela sobrevivência; e o descaso dos governantes, além da não divulgação, por parte de mídias jornalísticas, do desastre criado na vida das comunidades pesqueiras.

No Litoral Norte da Bahia, foram três mapas elaborados que destacaram: o enfrentamento frente ao crime do derramamento do petróleo e as ações realizadas, com base nos saberes pesqueiros; a falta de orientação por parte dos poderes públicos, no que se refere à ações de combate à chegada do petróleo, e como isso afetou a saúde dos comunitários; e a união das comunidades, destoando da preferência dos poderes

públicos em realizar limpeza em áreas turísticas em detrimento de áreas de comunidades pesqueiras.

Em de Ilha de Maré, município de Salvador, cinco mapas explanaram a respeito dos impactos em um localidade em que o petróleo não chegou diretamente, mas: impactou fortemente na venda dos pescados; a mobilização e o clamor dos populares pelos seus direitos; o sofrimento de uma localidade que já havia sido impactada por diversos tipos de crimes ambientais é contada em detalhes em dois mapas; e o adoecimento e ao mesmo tempo resistência e resiliência das comunidades frente aos grandes empreendimentos industriais.

No Baixo Sul baiano são oito mapas. Estes representam cada uma das quatro comunidades que produziram, cada uma, dois mapas. Os Temas em destaques são: a organização das comunidades e o enfrentamento perante o crime do derramamento de petróleo, e o descaso das instituições governamentais; o desespero e a resistência das comunidades; a falha na comunicação, por parte da imprensa, e a organização, para mitigar os impactos da chegada do petróleo; o descaso das instituições governamentais; os impactos na venda e na saúde das populações pesqueiras; a falta de EPIs e de informações sobre como armazenar o petróleo coletado; o falseamento das empresas de turismo e a dificuldade em receber cestas básicas e o auxílio contra o crime do derramamento do petróleo.

Não pretendemos com essa breve apresentação, esgotar as informações e sobretudo os conhecimentos, a partir do mapeamento biorregional. São os próprios mapas, que por si só, serão o produto central de uma multiplicidade de conhecimentos constituídos em Pedagogias próprias de pescadores, pescadoras e marisqueiras, e que tais Pedagogias se tornem fontes de planejamento visando ser utilizadas em decisões eficazes na gestão de seus territórios.

A seguir algumas imagens de um dos quarenta e dois mapas serão apresentadas. Para inserção neste artigo, os textos foram suprimidos, do interior do mapa, devido ao tamanho das fontes não serem legíveis, no formato A4, uma vez que os mapas são impressos no formato A0. Toda a arte, o que inclui o título do mapa é produção dos comunitários.

A imagem 2, evidencia um mapa biorregional produzido pelas comunidades do Rio Jaguaribe-Ceará.

Imagem 2: Mapa biorregional da localidade do Ceará



Fonte: Associação Quilombo do Cumbe; Associação Comunitária Sítio Canaveira, Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde.

A imagem 3 apresenta o norte do mesmo mapa. Ela é representada por uma semente do mangue vermelho, espécie presente em muitas das comunidades de pescadores e pescadoras que vivem na localidade que construíram um dos mapas do Rio Jaguaribe-CE. A imagem 4 é a legenda do mesmo mapa.

Imagem 3: Norte do mapa da localidade do Rio Jaguaribe-CE



Fonte: Associação Quilombo do Cumbe; Associação Comunitária Sítio Canavieira, Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde.

Imagem 4: Legenda do Mapa da localidade do Rio Jaguaribe-CE



Fonte: Associação Quilombo do Cumbe; Associação Comunitária Sítio Canavieira, Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde.

Ainda sobre o mapa da localidade do Rio Jaguaribe-CE, apresentamos alguns dos textos que foram suprimidos, pela justificativa já exposta.

NÓS POR NÓS: A UNIÃO FAZ FORÇA POIS SOMOS ARTICULADOS E FOMOS PARA À LUTA

Não queríamos ficar de braços cruzados e ver nosso território sendo invadido. Foi desesperador quando o petróleo chegou, e por isso nos mobilizamos para a sua retirada antes mesmo de qualquer órgão do Governo ou instituição pública. Em Pontal de Maceió, Guajiru, e na RESEX Prainha do Canto Verde, fizemos um trabalho comunitário de limpeza do petróleo. Nós de Canavieira e Cumbe nos unimos, nos preocupávamos principalmente com nosso mangue. Ficamos em alerta e criamos grupos de comunitários que caminhavam diariamente pelo estuário do Rio Jaguaribe e nas praias entre Canoa Quebrada e foz do Rio Jaguaribe. Ao ver as manchas entre as praias,

nos comunicávamos pelo grupo de articulação dos movimentos e juntos pressionávamos a prefeitura de Aracati, para que enviasse sua equipe para recolher o petróleo. Em Jardim e Pontal de Maceió, incentivados pela Colônia dos Pescadores, alguns de nós fomos recolher o petróleo no Pontal de Maceió, onde o petróleo chegou em maior intensidade em articulação com a prefeitura. Na RESEX Prainha do Canto Verde, como já estávamos articulados com o ICMBIO e o município de Beberibe, já tínhamos elaborado a logística de recolhimento e armazenamento deste petróleo, pois havia o grupo de monitoramento da prefeitura de Beberibe e da comunidade. Nós monitorávamos a praia e fotografávamos as manchas de petróleo com sua localização e enviávamos para o Comitê Municipal. Mobilizados pela Associação de Moradores, fazíamos ações de limpeza na praia da Prainha e junto a prefeitura e o ICMBIO. E inicialmente, fomos orientados sobre como recolher o petróleo. A prefeitura e o ICMBIO eram responsáveis por recolher o petróleo que havíamos coletado. (Associação Quilombola do Cumbe; Associação Comunitária Sítio Canavieira; Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, 2021)

SABEDORIA POPULAR E EXPERIÊNCIA DERAM RESULTADO

O Rio Jaguaribe é de extrema importância para nós, pois vivemos do rio e sabíamos dos riscos para o ecossistema caso o petróleo entrasse no rio. Por isso nos articulamos junto ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, ao Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP e ao Instituto Terramar para encontrarmos um meio de impedir que o petróleo invadisse nosso rio. Por isso demandamos a instalação de barreiras de contenção na foz do rio Jaguaribe, na divisa entre os municípios de Fortim e Aracati, na reunião com o Grupo de Trabalho (GT) de Combate às Manchas de Óleo no Litoral Cearense, que aconteceu no dia 26 de Outubro de 2019. Foram colocadas 3 barreiras de contenção em dias diferentes, instaladas por nós, pescadores do Jardim, bombeiros, Marinha, brigadistas de Fortim e a empresa Altomar Navegação. Sendo que a segunda barreira foi instalada no dia 6 de Novembro em acordo com a Colônia dos pescadores Z-21 e a Secretária de Meio Ambiente de Fortim, como foi noticiado pelos jornais, como o Jornal Nacional da Rede Globo. Permanecendo no lugar por cerca de 2 meses, o que impediu que boa parte do petróleo entrasse no rio. Nós, pescadores, apoiamos durante as instalações, porque quando algo pode afetar o nosso rio, nos juntamos para defendê-lo. Nós colocávamos os garapés nos locais corretos com o nosso próprio barco e nosso conhecimento acerca da correnteza do rio e do movimento da maré. Mas sentíamos um desconforto porque recomendávamos a Marinha do Brasil que respeitasse o movimento e horário da maré para melhor instalação das redes, mas a mesma ignorava nosso conhecimento. (Associação Quilombola do Cumbe; Associação Comunitária Sítio Canavieira; Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, 2021)

Ao lançarmos mão de textos produzidos pelos comunitários, assumimos na escrita deste artigo, um aspecto formal que coaduna com a proposta metodológica da produção dos mapas biorregionais: a horizontalidade e dialogicidade entre conhecimentos. Como os textos foram produzidos de modo coletivo, pelos comunitários, as associações que eles representam são os intelectuais que referenciamos nos textos expostos. Assim, destacamos, que todos os participantes na construção de cada mapa são registrados como autores. Isto, porque, todos os conteúdos produzidos

foram apresentados e discutidos, com as comunidades antes de serem entregues ou publicados oficialmente.

Os mapas foram construídos, tantos quanto necessários, para expressar o conjunto de informações consolidadas, contendo as informações em posição geográfica, textos com informações resumidas, imagens fotográficas e links para vídeos ou outras referências.

Um evento de integração entre membros de todas as comunidades, será realizado na base do CEPENE – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste, situada em Tamandaré-PE. Neste encontro, cuja programação é para que ocorra ainda no primeiro semestre de 2022, o objetivo é apresentarmos o produzido por cada uma das localidades em busca da construção de um acordo, na produção de um ou mais mapas que representem o impacto do crime do derramamento do petróleo, para a região Nordeste.

Considerações finais

O projeto Manchas do Sofrimento possibilitou compreender os impactos não apenas diretos no território, mas, àqueles que subjetivamente comprometem, o modo de vida de comunidades pesqueiras. Em muitas situações, as ações imediatas construídas pelas comunidades, foram as responsáveis diretas por mitigar e controlar o derramamento do petróleo na costa nordeste brasileira.

Identificamos que os impactos do crime do derramamento do petróleo, que se prolongou por conta da pandemia da Covid-19, provocaram ressonâncias no modo de vida destas comunidades. Tais ressonâncias estão presentes no adoecimento de comunitários, que se expuseram ao contato direto com o petróleo, na busca da limpeza de seus ambientes de trabalho e vida, e que também corriam risco cotidiano de contaminação pelo Sars-Cov2, seja no ato de pescar, seja na busca pela comercialização.

Isto posto é importante destacar, que compreendemos que por toda relação de pertencimento e enraizamento com o território, os impactos sofridos por pescadores e pescadoras ressoam na conservação do ambiente, pois são estes homens e mulheres em sua relação ecológica, e de interação com o todo, e que por tanto por intermédio de uma

Pedagogia constituída no vivido fazem a defesa do ambiente em um processo que se dá de maneira orgânica.

Por outro lado, com a realização do Manchas foi possível identificar que na defesa da sua vida, e conseqüentemente do ambiente, os pescadores e pescadoras construíram coletivamente estratégias, como ações contingenciais de coleta de materiais danosos aos territórios, mobilização para garantir perante os poderes públicos direitos tais, como o registro geral de pesca, cesta básica, auxílio emergencial específico para os pescadores, vinculado ao do crime do derramamento do petróleo.

Assim, nossas ações visarão elaborar com a comunidade, a partir da ciência cidadã e dos mapas, construídos sob égide do mapeamento biorregional, um plano de contingência (este último a ser construído com o coletivo no evento que ocorrerá no CEPENE), visando fortalecer as ações comunitárias e permitindo um diálogo entre os saberes acadêmico e pesqueiros, o que entendemos ampliar as ações que visem conservar o ambiente, e o modo de vida das comunidades que se alicerçam com, e no território.

REFERÊNCIAS

ABERLEY E GEORGE. Uma introdução ao mapeamento biorregional. **Aboriginal Mapping Networking**. <http://nativemaps.org/?p=1384>, 1998. Acesso em 20 set.2021.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, outras pedagogias**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL, 2009. **Lei** n° 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras.

CALLOU, Â. B. F. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 62, n. 3, pág. 45-48, 2010.

CARVALHO NETO, M. F, SILVA, L. C. M Problemas socioambientais a pesca artesanal no Nordeste do Brasil. **Revista de Extensão da Univasf**. v. 3, n. 2, p. 189-205, 2015.

DIEGUES, Antônio Carlos. **A Pesca Construindo Sociedades**. São Paulo: NUPAB – USP, 2004.

IBAMA. **Manchas de Óleo**: Localidade Atingidas. Disponível em:
<http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>. Acesso em: 20 fev. 2022.

IRWIN, A. **Citizen science**: A study of people, expertise and sustainable development. Londres e Nova York: Routledge, 1995. 213 p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras. 2 ed 2019.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LÉVINAS, E. **Totalidade e Infinito**, Lisboa: Edições 70, 2008.

LITTLE, P. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropológica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

PENA, G et al. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.36, n.2, jan./2020.

SALDANHA, M. A. **Histórias de pescadores**: uma pesquisa etnomatemática sobre os saberes da pesca artesanal da Ilha da Pintada - RS. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 10. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOBIAS, T. N. **Living proof**: the essential data-collection guide for indigenous use-and-occupancy map surveys. Vancouver: Ecotrust Canada & Union of BC Indians Chiefs, 2009.

VIEIRA, F.P. **Envolvimento e Educação Ambiental com as quebradeiras de coco**: Um caminho sustentável na reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins. 2017, 199p. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

_____. Educação Ambiental para além da pandemia: aprendizados decoloniais com outras comunidades e com outras pedagogias. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 259-278, ago. 2020.

Recebido em 10/03/2022.
Aceito para publicação em 11/05/2022.

GEOGRAFIA E AGROECOLOGIA: a espacialização do consumo agroecológico em Três Lagoas/MS no período pandêmico

GEOGRAFÍA Y AGROECOLOGÍA: la *espacialización* de consumo agroecológico en *Três Lagoas/MS* en el período de la pandemia

Samuel da Silva Heimbach

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, MS, Brasil. Bolsista PIVID (2021-2022)
samheimbach@gmail.com

Rosemeire Aparecida de Almeida

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, MS, Brasil
rosemeire.almeida@ufms.br

Resumo

Durante o período de pandemia da Covid-19 e do isolamento social, os agricultores do projeto de reforma agrária 20 de Março tiveram que adaptar a forma de comercialização de seus produtos para que fosse possível a continuidade do projeto de extensão Feira Agroecológica, que era realizado presencialmente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas. Em março de 2020, com a suspensão das atividades presenciais na Universidade, a estratégia encontrada para manter a comercialização foi o sistema de vendas *online* e entregas à domicílio. Objetiva-se, portanto, apresentar os caminhos desta ação, analisando como se deu a espacialização do consumo de produtos agroecológicos no tecido urbano de Três Lagoas – MS no período pandêmico. Apesar da comoção social que marcou este momento sanitário trágico na história do país, os agricultores-assentados, e a equipe do projeto de extensão da UFMS/Campus de Três Lagoas, mantiveram-se ativos na realização de atividades que contribuíram para o êxito da espacialização do consumo urbano e de manutenção da renda dos agricultores, investindo em ações de cunho educativo agroecológico sobre a identidade de consumidor-apoiador, o consumo consciente e a importância da reforma agrária.

Palavras-chave: Feira Agroecológica. Covid-19. Espacialização. Consumo Consciente. Reforma Agrária.

Resumen

Durante el período de la pandemia de COVID-19, con la necesidad de aislamiento social, los agricultores del proyecto de reforma agraria *20 de Março* tuvieron que adaptar la forma de comercialización de sus productos para que fuera posible continuar con el proyecto de extensión de la Feria Agroecológica, que se realizó de forma presencial en la Universidad Federal de *Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas*. Con la suspensión de actividades presenciales en la Universidad, en marzo de 2020, la

solución encontrada para mantener la comercialización fue el sistema de venta *online* y entregas a domicilio. El objetivo es, por lo tanto, presentar los caminos de esta acción, analizando cómo se produjo la *espacialização* del consumo de productos agroecológicos en el tejido urbano de *Três Lagoas – MS* en el período de la pandemia. A pesar de la conmoción social que marcó este trágico momento sanitario en la historia del país, los campesinos asentados y el equipo del proyecto de extensión *UFMS/Três Lagoas*, se mantuvieron activos en la realización de actividades que contribuyeron al éxito de la *espacialização* del consumo y mantenimiento urbano de la renta de los agricultores, invirtiendo en acciones de educación agroecológica sobre la identidad del consumidor-defensor, el consumo consciente y la importancia de la reforma agraria.

Palabras Clave: Feria Agroecológica. COVID-19. *Espacialização*. Consumo Consciente. Reforma Agraria.

Introdução

De acordo com Almeida, Moreira, Paulino (2018), em 2014 iniciaram os primeiros projetos de pesquisa e extensão¹ no espaço universitário da UFMS, Campus de Três Lagoas (CPTL), voltados à criação do Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA-Bolsão) e implantação de canais curtos de comercialização como Feiras e Grupos de Consumo.

A partir de março de 2020, a feira agroecológica presencial, uma das principais atividades apoiada pelo NEA-Bolsão, que funcionava na UFMS/CPTL às terças-feiras no horário das 10H00 às 17h00, muda para o formato *online* em razão da pandemia de Covid-19 e da suspensão das atividades presenciais na Universidade.

O processo de mudança de presencial para *online* foi decidido pela equipe do laboratório de Geografia Agrária e agricultores, durante a última feira presencial na UFMS/CPTL, portanto, em 16 de março de 2020, um dia antes de entrar em vigor o trabalho remoto na Universidade. A decisão incluiu a formação de um cadastro inicial de consumidores-apoiadores interessados em compor um grupo na plataforma WhatsApp de consumo agroecológico em modelo remoto. (ALMEIDA, 2020). A primeira lista de alimentos para a venda remota com entrega domiciliar foi divulgada em 23 de março de 2020, neste grupo de WhatsApp.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa inserida nos seguintes projetos: Geografia e Agroecologia: a espacialização do consumo agroecológico em Três Lagoas/MS (UFMS/PIVIC/2021-2022). Consolidação e Espacialização do Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica no Território Rural do Bolsão-MS (UFMS/PROPP 2020-2024). Agroecologia e Organização do Consumo: feiras e grupos de consumos em Três Lagoas/MS - (UFMS-PROECE 2020-2021).

Posteriormente, em novembro de 2021, foi introduzida na Feira *online* a opção de uso do formulário eletrônico de pedidos via plataforma *CognitoForms*. Semanalmente, aos consumidores-apoiadores eram ofertados tubérculos, legumes, verduras, frutas, criação caipira e produtos da indústria doméstica (como queijos, geleias etc). Neste período, ressalta-se que os itens ofertados, em particular hortifrúti, eram produzidos a partir de um manejo agroecológico, uma vez que as famílias que faziam parte do projeto de pesquisa e extensão da Feira estavam em processo de transição do modelo tradicional da agricultura agroquímica (adubos e agrotóxicos) para o manejo sustentável, este apoiado em processos ecológicos, a exemplo das caldas defensivas, barreiras agroecológicas, adubação verde, biofertilizantes e sementes crioulas.

As famílias que fazem parte do NEA-Bolsão - e que organizaram/organizam a Feira Agroecológica, são do assentamento de reforma agrária “20 de Março”, no distrito de Arapuá, município de Três Lagoas/MS, onde se localizam as unidades de referência em Agroecologia do Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA-Bolsão/UFMS), lotes 44 e 53. Nestas unidades os camponeses utilizam de métodos de vida e trabalho agroecológicos, visando a reprodução social de seu modo de vida e também superar as imposições do agronegócio do eucalipto-celulose que dificultam a soberania alimentar na região.

Considerando que vivíamos uma situação gravíssima de pandemia de Covid19, em que a população precisava fazer isolamento social para deter o avanço do vírus, a questão primordial de pesquisa era entender se a Feira *Online* atendia a demanda por alimentos agroecológicos e como este consumo se espacializava no tecido urbano de Três Lagoas/MS. Em síntese, destaca-se que a Feira agroecológica implementada com apoio da UFMS, via Núcleo de Agroecologia do Bolsão, contribuiu efetivamente para o abastecimento alimentar na cidade de Três Lagoas tanto de hortifrúti como de produtos da indústria doméstica e criação caipira. Num país que teve, em abril de 2021, picos diários de mais de 4 mil mortos, realizar pedidos *online* de alimentos frescos e de qualidade para receber em casa, dentro dos padrões de segurança, foi uma demonstração da potencialidade da Reforma Agrária em Três Lagoas, bem como da produção agroecológica.

Neste sentido, os números de pedidos de alimentos atendidos pela feira *online* e a renda apropriada pelos agricultores – permitindo a eles manter a reprodução familiar

camponesa, são evidências que a soberania alimentar pode ser um desdobramento do consumo agroecológico e da reforma agrária em Três Lagoas, no sentido dado por Rosset, Martinez-Torres (2013).

(...) La Soberanía Alimentaria da prioridad a las economías locales y a los mercados locales y nacionales, otorga el poder a los campesinos y a la agricultura familiar, la pesca artesanal y el pastoreo tradicional, y coloca la producción alimentaria, la distribución y el consumo sobre la base de la sustentabilidad ambiental, social y económica. La Soberanía Alimentaria promueve el comercio transparente, que garantice ingresos dignos para todos los pueblos, y los derechos de los consumidores para controlar su propia alimentación y nutrición. (p. 04)

Abordagens de Pesquisa: Feira Agroecológica *Online* e Ações Educativas

A pesquisa de acompanhamento da espacialização da Feira Agroecológica *Online* se desenvolveu por meio de duas abordagens: a primeira privilegiou a construção do referencial teórico-metodológico relacionado a temática central de estudo: questão agrária e reforma agrária, agroecologia/territorialização/espacialização, reforma agrária e comercialização, relação campo-cidade.

A segunda abordagem diz respeito ao uso de bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a geração de dados primários, utilizando os resultados do formulário eletrônico *CognitoForms* no tocante aos pedidos da Feira *Online* do projeto de extensão, intitulado: “Agroecologia e Organização do Consumo: feiras e grupos de consumos em Três Lagoas/MS” (2020-2021, Edital Proece/UFMS).

Em relação a segunda abordagem, o período utilizado para a obtenção de dados do *CognitoForms* foi dezembro de 2020 até março de 2022, fase em que os pedidos por parte dos consumidores-apoiadores foram realizados via formulário eletrônico. Situação que possibilitou obter dados referentes à variedade de produtos ofertados semanalmente na Feira *Online* (uma vez que a lista era atualizada todas às sextas-feiras), a localização dos consumidores-apoiadores na cidade de Três Lagoas/MS e a renda gerada semanalmente.

Ainda dentro desse período de práticas remotas da Feira Agroecológica, a equipe do projeto se manteve ativa e empenhada em divulgar o projeto de extensão e criar ações educativas, a exemplo do texto de abertura do *CognitoForms* (Figura 1) que buscava a fidelização do público via identidade dos consumidores como apoiadores da produção agroecológica no assentamento 20 de Março.

Figura 1: Texto de Abertura *CognitoForms*

Feira Online UFMS-CPTL

Lista de alimentos - Associação dos Agricultores(as) do Assentamento 20 de Março - Projeto de Extensão da UFMS "Feira Agroecológica Online". Produtos disponíveis para entrega no dia XX de XXXXXXX de 202X.

1 Termos 2 Dados 3 Hortifrúti 4 Indústria Doméstica & Criação Caipira 5 Carrinho

Estimado(a):

Sinta-se convidado(a) a participar como Consumidor(a)- Apoiador(a) do projeto de extensão "Feira Agroecológica Online" da UFMS/Três Lagoas. Trata-se de um projeto de apoio à comercialização de Hortifrúti da Associação dos agricultores familiares do assentamento de reforma agrária "20 de Março", e áreas agrícolas do entorno, que estão em transição do modelo agroquímico para o agroecológico.

Caso se identifique com esse "Selo de Consumidor(a) Agroecológico(a)", prossiga:

Passo a Passo da Feira Online:

- 1 - Aceite com inserção do celular no grupo fechado de Whatsapp – no grupo apenas envio de comprovante e solicitação de retificação do formulário de pedido.
- 2 - No sábado o administrador divulga a lista de alimentos da semana (que também está presente no formulário).
- 3 - Sábado, às 12h, o administrador abre o grupo de whatsapp e o link de pedidos com lista de produtos disponíveis na semana. O grupo é fechado domingo às 12h.
- 4 - O valor mínimo do pedido é de 20 reais.

Estou ciente que a entrega é realizada todas as terça-feiras no período das 9h às 15h - de acordo com o mapa de rota divulgado no grupo.

Inserir dados

1 / 5

[Denunciar abuso](#) [Termos de Serviço](#)

Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2020).

Dentro das ações para a divulgação educativa do projeto, visando a ampliação e multiplicação da ação, destacamos também a roda de conversa, intitulada “Feira Agroecológica: Bom para quem produz, bom para quem consome”, organizada pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS-Três Lagoas), em que a equipe extensionista, incluindo agricultores e consumidores convidados, pode apresentar e divulgar a Feira Agroecológica. Essa atividade foi realizada no dia 06/10/2021, no período das 14h às 15h30.

Figura 2: Banner de divulgação da roda de conversa

Fonte: NEA-Bolsão/UFMS e IFMS (2021).

Ainda como parte das ações educativas do projeto de extensão voltadas ao engajamento dos consumidores-apoiadores, destaca-se a criação do Selo de Consumidor Agroecológico que, usando definições relacionadas à soberania alimentar buscou dar ênfase ao papel ativo de quem consome e apoia o projeto.

Figura 3: Selo de Consumidor Agroecológico

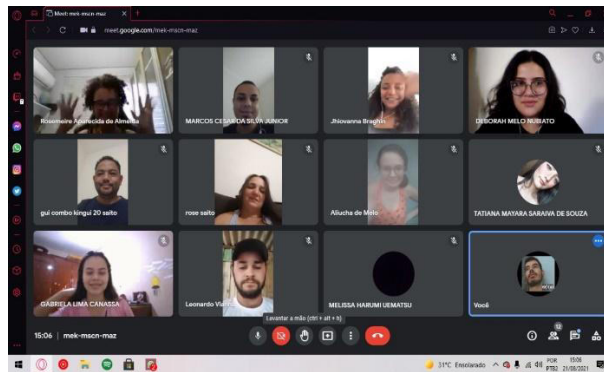


Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2020).

Internamente, a fim de buscar coesão nas ações do projeto de extensão, foram realizadas reuniões no google meet entre os extensionistas e os agricultores. As conversas objetivavam a solução de problemas no tocante ao funcionamento da forma remota de comercialização e, principalmente, estreitar laços entre os responsáveis pela produção agroecológica (os agricultores) e quem os auxiliava na venda. Em razão da densidade do momento marcada por tragédias diárias, as reuniões tiveram papel decisivo para continuidade da ação no período compreendido entre os anos de 2020 a 2022 - que pode ser considerado o mais difícil da educação brasileira. Logo, mantermos o diálogo na Universidade em torno da agroecologia e da educação, permitiu alimentar o futuro em meio a tantas incertezas do presente.

A figura 4 retrata uma tarde de reunião do projeto de extensão, em que agricultores dialogaram sobre seu modo de vida, ou seja, como realizavam a transição agroecológica nos sítios, no tocante ao manejo das hortas e também da importância econômica do projeto da Feira *online* para as famílias assentadas no PA 20 de Março.

Figura 4: Print da reunião da equipe do projeto e os agricultores via google meet



Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2021).

Em relação a caracterização dos consumidores-apoiadores, foram utilizados dados do questionário estruturado e semi estruturado (entrevistas) aplicado pela equipe do projeto de extensão, nos anos de 2020 e 2021.

Agroecologia a partir da Reforma Agrária

Fernandes (2008, p. 74) define a reforma agrária enquanto “uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária”. Assim, a questão agrária pode (e deve) ser estudada/analísada/vista como um problema oriundo do capitalismo e das desigualdades que são geradas a partir de seu desenvolvimento e expansão, principalmente no campo brasileiro.

No Brasil, a Reforma Agrária é um direito constitucional, todavia pouco se fez/faz para resolver o problema no campo, porém muito se faz para relativizar essa questão. A exemplo do governo Lula que mesmo tendo recebido apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nas eleições, tentou “[...] não fazer a reforma agrária por meio da desapropriação, e sim, principalmente, por meio da regularização fundiária” (FERNANDES, 2008, p. 81). Posto que, a regularização não é uma alternativa efetiva para a situação dos sem-terra que tentam o acesso à terra por meio da luta nos acampamentos.

Segundo Fernandes (2008) a territorialização das corporações transnacionais na agricultura, expressão do processo de globalização da questão agrária, tem criado novas conflitualidades para o movimento camponês de luta pela Reforma Agrária que vão além do enfrentamento contra o latifúndio.

Ainda a respeito das dificuldades para fazer Reforma Agrária no Brasil, existem

também, segundo Leite (2006), mitos em torno da Reforma Agrária que torna esse processo ainda mais complexo de ser entendido e defendido pela sociedade mais ampla, que seria a maior beneficiária caso a divisão da terra se efetivasse, a exemplo da ampliação da oferta de alimentos. Vejamos alguns destes mitos apontados por Leite (2006): 1) o alto custo para a sua realização; 2) a criação de um estado de favelização rural devido a baixa qualidade dos assentamentos já criados; 3) o agronegócio enquanto saída para a pobreza no campo através da criação de postos de trabalho.

Portanto, a reforma agrária é impossibilitada por motivos políticos e econômicos, em grande medida relacionados ao uso da terra para fins de reserva de valor e/ou produção de mercadorias para exportação. Desde a criação da Lei de Terras de 1850, o monopólio da terra se tornou um padrão do capitalismo brasileiro e pode ser encontrado na base da formação territorial dos estados brasileiros e municípios, mantendo-se até os tempos atuais. A exemplo do estado de Mato Grosso do Sul e também do município de Três Lagoas – MS. Este último, que é a base desta pesquisa, de acordo com o Quadro 1, os imóveis acima de 15 módulos fiscais representam 23% do total cadastrado, porém dominam 78% da área, enquanto os pequenos (até quatro módulos fiscais) são 48% do total e detêm apenas 4% da área.

Quadro 1: Estrutura fundiária de Três Lagoas – MS

Estrutura Fundiária de Três Lagoas - MS				
Tamanho (hectares)	Nº Imóvel		Área (Ha)	(%)
	Rural	(%)		
Pequena (até 4 módulos fiscais)				
- acima de 0 a 140 Ha	1242	48%	45042,82	4%
Média (até 15 módulos fiscais) -				
141 a 525 Ha	738	29%	221.323,05	19%
Grande (acima de 15 módulos fiscais) -				
526 a 21.000 Ha	602	23%	925.943,64	78%
Latifúndio por dimensão -				
excede 600x o módulo fiscal	0	0	0	0
Total	2582	100%	1.192.309,52	100%

Fonte: <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf?windowId=270>

Org: Roberto Mateus Souza dos Santos, 2022.

Por outro lado, segundo dados do INCRA de 2017, a política de reforma agrária no Mato Grosso do Sul (MS), no período de 1984 a 2013, resultou na criação e implantação de 204 assentamentos rurais dando acesso à terra para 27.764 famílias, que estão distribuídos em uma área de 716.212,19ha no estado. Contudo, o último assentamento criado foi o PA Nazareth, no município de Sidrolândia, em 2013. Portanto, completa-se nove anos de paralisação da Reforma Agrária no MS, ou seja, sem a criação de um novo PA num estado marcado por uma formação territorial antidemocrática refletida na concentração da terra.

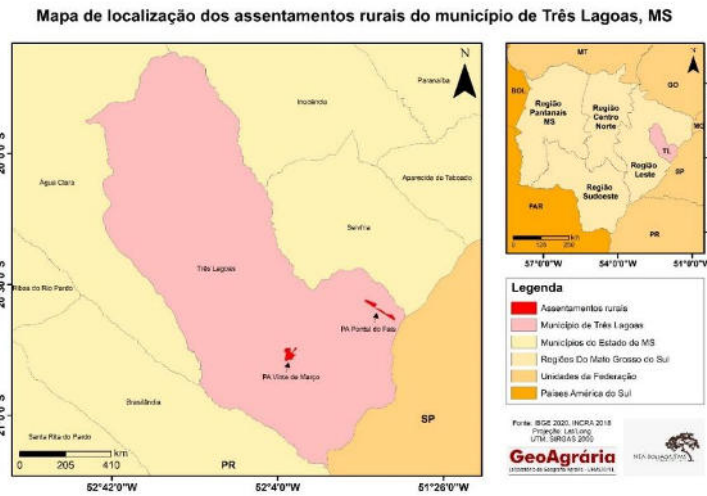
Esta situação de abandono da política de Reforma Agrária no Brasil pode ser entendida como desdobramento da hegemonia do pensamento conservador, aquele que defende não ser necessário realizar a Reforma Agrária para desenvolver o capitalismo, portanto o que sobra é o bloqueio e precarização dos assentamentos, descumprindo o artigo 184 da Constituição Federal de 1988 que prevê a desapropriação por interesse social do imóvel rural que não cumpre sua função social.

Ainda a respeito do estado de MS, mais precisamente no município de Três Lagoas, Macedo (2021) afirma:

Como resultado da produção do espaço brasileiro pelas forças inerentes ao modo de produção capitalista, a propriedade da terra em Mato Grosso do Sul e, sobremaneira, em Três Lagoas, apresenta-se concentrada. A região do Bolsão de Mato Grosso do Sul evidencia tal realidade de concentração, obstaculizando assentamentos de Reforma Agrária. (MACEDO, 2021, p. 40).

Macedo (2021) aponta que a maior parte do município está sob o controle das propriedades acima de mil hectares. Em contrapartida, existem apenas dois assentamentos de reforma agrária situados no território municipal, sendo eles PA Pontal do Faia e PA 20 de Março (Figura 5). Essa concentração da terra em Três Lagoas tem relação com o histórico do uso da terra para a criação de bovinos destinados a pecuária de corte e, atualmente, para o setor da silvicultura de eucalipto e celulose. Portanto, existem na região barreiras químicas e ideológicas para o desenvolvimento de um modo agroecológico de produzir alimento.

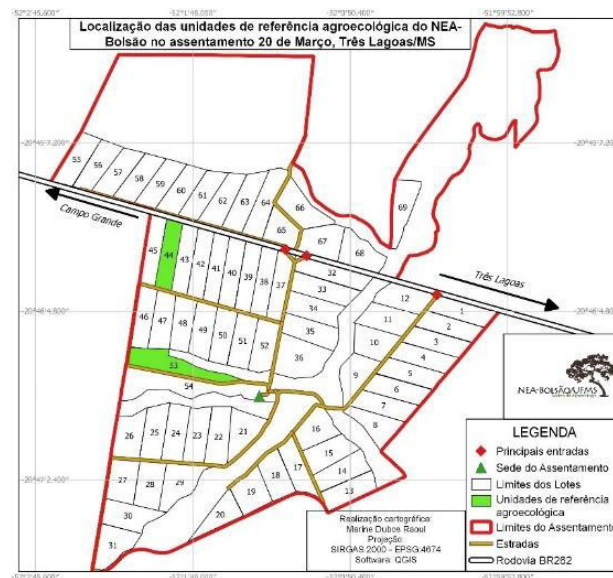
Figura 5: Localização dos assentamentos de Reforma Agrária em Três Lagoas



Fonte: LABET, 2020.

O PA 20 de Março, foco das ações do NEA-Bolsão, foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2009. Tem área total de 1.480,20 ha, agregando 69 famílias e se localiza a 43km do núcleo urbano de Três Lagoas. Segundo Macedo (2021), para a conquista da fazenda as famílias tiveram que acampar por sete anos e durante esse período mudaram o acampamento algumas vezes, a fim de persistir na luta.

Figura 6: Localização das unidades de referência agroecológica do NEA-Bolsão no assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS.



Fonte: Dubos-Raoul, 2020.

No que diz respeito a luta pela terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o principal protagonista pela implementação da Reforma Agrária no Brasil. Porém, segundo Macedo (2021), a conquista do assentamento 20 de Março não teve participação do MST, sua conquista foi resultado de luta das famílias que se organizaram via Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas (STRs).

Importante destacar que quando acontece a ocupação de terras, ocorre a territorialização da luta e ao se estabelecer um assentamento de reforma agrária, é estabelecida uma territorialização do modo de vida camponês. Ou seja, é a permissão para estas famílias reproduzirem suas práticas em um recorte do espaço geográfico. (FERNANDES, 2000).

Destaca-se também a precariedade de ações do Estado junto aos assentamentos localizados no município de Três Lagoas – MS. Considerando que a Reforma Agrária é uma política de Estado, há omissão deste enquanto responsável pelas políticas necessárias a manutenção e desenvolvimento de uma Reforma Agrária plena. Amostra dessa negligência é a dificuldade de acesso à recursos financeiros originários da União.

A dificuldade dos assentados em acessar fundos públicos é histórica. No caso do assentamento 20 de março, a pesquisa de Macedo (2001, p. 73) apontou a não regularização da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e dos Contratos de Concessão de Uso (CCU) como parte fundamental das dificuldades para acesso das famílias às políticas públicas, tais como: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – este último, extinto pelo governo Jair Bolsonaro. Segundo os dados do INCRA de 2017, das 69 famílias de agricultores assentadas no PA 20 de Março, apenas 20 famílias acessaram o extinto PAA.

Quando a agricultura é inserida em um sistema de produção capitalista mundializada, a terra e a natureza sofrem as consequências. Com o avanço da agricultura capitalista latifundiária, a forma de se produzir é articulada ao capital seja por meio da territorialização dos monopólios na agricultura, a exemplo do que ocorre no município de Três Lagoas com as instalações da Suzano (ex-Fibria) e Eldorado. Como também pela monopolização do território pelo capital que, segundo Oliveira (2012, p. 10) “é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de

mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo”,

Ainda segundo Fernandes (1997), a produção em massa de alimentos não é o suficiente para acabar plenamente com a fome, uma vez que a fome apresenta problemáticas que vão além da forma de produzir, pois se relacionam com o acesso aos alimentos. Assim como lutar apenas pela terra não resolve a questão agrária no Brasil, uma vez que é preciso reestruturação da forma de se produzir. Os integrantes de movimentos de luta pela terra, particularmente do MST, há anos se mostram empenhados em uma superação do modelo de agricultura agroquímico implantado no Brasil em direção a uma agricultura agroecológica, portanto em rota de colisão com o método excludente da modernização conservadora amparada pelo Estado. As pesquisas mostram que os camponeses ao se apropriar de modelos de produção sustentáveis, melhoram sua qualidade de vida com maior autonomia na produção e comercialização.

Fernandes (1997) aponta também a importância da geração de tecnologias sociais dedicadas a produção sustentável visando o desenvolvimento humano. Destaca ainda como o MST em seus núcleos de formação técnica, como o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, em Veranópolis – RS, tem contribuído para que a reforma agrária seja sinônimo de liberdade, não apenas da exploração do capital, mas, principalmente, para a conquista de avanços sociais e de soberania alimentar no campo e na cidade.

Portanto, para entender a contribuição da Agroecologia para o abastecimento de alimentos na cidade de Três Lagoas é preciso considerar a luta pela reforma agrária, uma vez que foi a terra dividida que deu origem ao assentamento 20 de Março. E foram esses agricultores, em parceria com a Universidade, que tornaram possível a espacialização do consumo agroecológico na cidade de Três Lagoas. E temos nesta linha um conjunto de autores no MS, tais como Araújo, Costa (2020), Cunha et al (2018), Costa et al (2018), que corroboram nesta compreensão de que soberania alimentar pode ser um desdobramento do consumo agroecológico e da reforma agrária.

A agroecologia tem sido tema de estudo tanto nos movimentos sociais como na Universidade. Neste sentido, cabe destacar que vários autores buscaram explicar o que é a Agroecologia. Neste sentido, para Caporal, Costabeber (2004) a Agroecologia é uma ciência transdisciplinar que

(...) se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também desenvolvimento rural sustentável. (CAPORAL, COSTABEBER, 2004 p. 13)

De acordo com esses autores, quando pensamos em Agroecologia estamos buscando contribuições que vão além de aspectos técnicos da produção, uma vez que é preciso considerar dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

No documento intitulado “Marco Referencial em Agroecologia” (EMBRAPA, 2006, p. 25), a agroecologia se constitui como movimento de construção de conhecimentos que buscam relativizar ou eliminar elementos que já estão estruturados no modo de produção agrícola e que afetam negativamente o meio ambiente: “Assim, a Agroecologia oferece as bases para a modificação dos sistemas de produção que causam degradação social e ecológica, por meio do desenho ou redesenho de sistemas, dentro do conceito de sustentabilidade.”

Para Gliessman (2002) a agricultura vai além de seu aspecto econômico, há custos ambientais e sociais que precisam ser considerados, em especial os recursos da natureza que são bens finitos. Para este autor, métodos de produção hegemônicos que ditam o que vai e o que não vai ser produzido afetam os pequenos agricultores (em transição agroecológica) de forma avassaladora, uma vez que eles não podem competir com as demandas impostas pelos grandes produtores, fazendo com que sejam forçados a tomar decisões baseadas em princípios econômicos e não ecológicos.

Todavia, aponta o referido autor que uma agricultura que não é ecologicamente sustentável não é viável a longo prazo, eis a contradição.

Bajo el criterio de la sostenibilidad, las consecuencias a largo plazo son importantes más que las ganancias a corto plazo y nada es considerado una externalidad. Los recursos naturales, usualmente explotados por la agricultura, son tratados como bienes sociales finitos. Los ingresos llevan un precio de compra que esta basado no sólo en los costos de su producción, distribución y aplicación, sino también en los costos ambientales y sociales. (GLIESSMAN, 2002, p. 322)

Em síntese, a Agroecologia vai muito além da produção sem utilização de insumos químicos, uma vez que o pensamento agroecológico tem suas bases científicas ligadas a sustentabilidade ecológica e, sobretudo, na reestruturação social e econômica do consumo – tanto no campo quanto na cidade.

Portanto, diante da realidade que exige mudanças na agricultura, a produção em transição agroecológica se mostra como a agricultura de futuro para a produção de alimentos saudáveis e também no que se refere ao enfrentamento de problemas sociais que são resultado, na atualidade, de um modo de produção capitalista na agricultura excludente, quando analisado sob o prisma social e insustentável, quando analisado sob a ótica do meio ambiente.

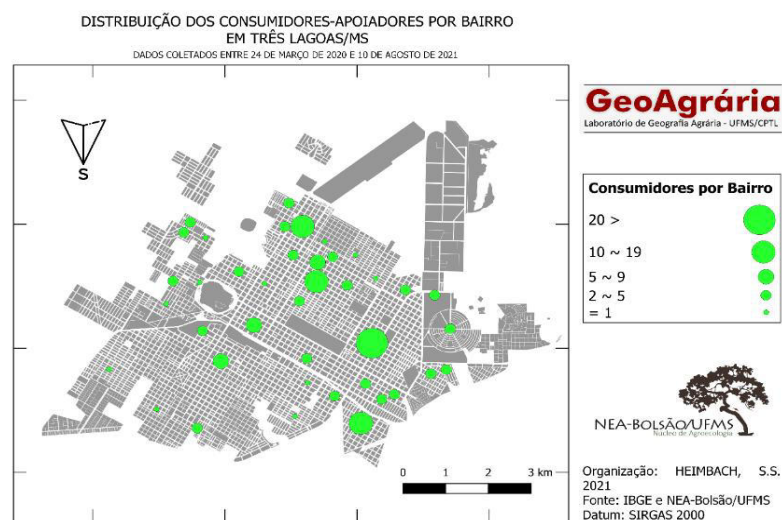
Feira Agroecológica Online e Espacialização do Consumo em Três Lagoas/ MS em Tempos de Pandemia da COVID-19

Para Fernandes, (1997, p. 4), espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É "escrever" no espaço ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupação e reocupação contínua de terras etc.

Neste sentido, entendemos que promover o abastecimento urbano de alimentos agroecológicos advindos da reforma agrária é também “escrever” no território ações concretas de consumo/soberania alimentar e de superação da dicotomia campo-cidade.

Estas ações concretas dos agricultores-assentados podem ser visualizadas nas rotas de distribuição da Feira Agroecológica da UFMS/CPTL que levou alimentos para dezenas de consumidores-apoiadores no período de março de 2020 a março de 2022. Situação demonstrada na figura 7 - que retrata o período de março a agosto de 2021.

Figura 7: Distribuição dos Consumidores-Apoiadores por bairro em Três Lagoas/MS.



Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2021). Org: Samuel da Silva Heimbach, 2022.

Entendemos que é preciso ir além da distribuição espacial para evidenciar a expansão urbana do consumo agroecológico. Neste sentido, buscamos dados que pudessem caracterizar o perfil econômico e social dos consumidores-apoiadores, bem como identificar fatores que influenciaram nesta espacialização, permitindo que produtos derivados da Reforma chegassem às residências da população três-lagoense.

No ano de 2020, o Programa de Educação Tutorial (PET Geografia UFMS/CPTL) realizou o primeiro levantamento de dados para caracterizar o perfil dos consumidores-apoiadores da Feira Agroecológica, por meio de um questionário eletrônico divulgado no grupo da Feira de *WhatsApp*. Nesta pesquisa, foram investigados dados de renda média do consumidor, sexo/gênero, nível de escolaridade, frequência de consumo entre outros. Em 2021, uma pesquisa semelhante foi estruturada pelos extensionistas do projeto da Feira, seguindo os meus objetivos do primeiro levantamento aliado a ideia de avaliação da experiência e busca de aperfeiçoamento

Neste segundo levantamento de dados, responderam o questionário 40 consumidores-apoiadores de um universo de 190 pessoas participantes do grupo da Feira de *WhatsApp*. Do total de 15 questões, destaque para algumas respostas que, de certa forma, são tendência desde o primeiro levantamento e diz respeito a caracterização de um perfil de consumidores-apoiadores diferenciado, ou seja, bastante específico.

Neste sentido, destacamos que 80% dos consumidores-apoiadores que responderam o questionário são mulheres, 42% têm média de gasto mensal na faixa de R\$ 41,00 reais a R\$ 70,00 reais e 92,5% tem formação superior, destes 65% possuem pós-graduação. Estes dados indicam que, apesar de ter ocorrido aumento significativo do número de consumidores urbanos da Feira Agroecológica no período da pandemia e, portanto, maior espacialização na cidade, fruto em grande parte do processo de divulgação eletrônica da Feira, estas mudanças não alteraram o perfil dos consumidores. Situação que aponta para a necessidade de intensificar ações de popularização da Feira Agroecológica para que o acesso aos alimentos agroecológicos seja mais equitativo.

Espacialização do Consumo Agroecológico na Cidade e Renda da Terra para os Camponeses

Esta reflexão tem como foco os assentados do projeto de Reforma Agrária 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas/MS, conhecida como “capital nacional da

celulose²). Estes camponeses-assentados produzem de forma agroecológica e comercializam diretamente com os consumidores urbanos por meio de Feiras e grupos de consumo desde 2014. E no período da pandemia de Covid19, de março de 2020 até março de 2022, continuaram a atividade de comercialização direta via vendas *online* – em parceria com o NEA-Bolsão via projeto de extensão na UFMS/Campus de Três Lagoas.

Esta experiência tem sido responsável não apenas por fazer chegar alimentos saudáveis à mesa dos cidadãos, mas, também, por permitir que os camponeses fiquem com a riqueza fruto do seu trabalho que, antes da comercialização direta, era drenada para as mãos dos atravessadores. Importante destacar que o campesinato³ mesmo inserido em uma sociedade capitalista, não objetiva com sua produção a obtenção de lucro, mas, sim, a reprodução do seu modo de vida que é paralelo à lógica capitalista.

Neste sentido, qual seja dos camponeses como parte do capitalismo porém com lógica de reprodução distinta, é que situamos o debate da renda como elemento chave da economia camponesa, sendo que a renda camponesa é possível de ser apreendida por meio da comercialização direta, leia-se canais curtos de comercialização.

A respeito deste debate da renda camponesa, vejamos a explicação que segue.

(...) podemos dizer que a renda, inerente à terra camponesa, é convertida em aumento da produção e da quantidade de rendimento por unidade de trabalho que, por sua vez, produz aumento na qualidade de vida da família camponesa que, atingindo o equilíbrio trabalho-consumo, diminui a penosidade do trabalho familiar. Portanto, apesar do rendimento indivisível da unidade familiar, a renda fundiária e o excedente gerado por ela, não podem ser ignorados dentro do balanço trabalho/consumo. Para Chayanov, ela atua na exploração camponesa de forma diferenciada em função do que já foi exposto, ou seja, os fatores geradores da renda diferencial (fertilidade, localização) não determinam um ganho extraordinário palpável, como na exploração capitalista. Numa situação de renda econômica favorável, a unidade familiar terá um nível de consumo maior; uma melhor condição de formar capital com menor intensidade no uso da força de trabalho. A apropriação da renda aparece convertida em bem-estar. Assim, ela é responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares. (PAULINO, ALMEIDA, 2010, p. 43).

² A nomenclatura resulta do Projeto de Lei do Senado n° 178², de 2016, da Senadora Simone Tebet (MDB-MS).

³ O conceito de campesinato é utilizado a partir do debate proposto por Paulino, Almeida (2010): “Para entender essa diferença entre camponeses e capitalistas é preciso não esquecer que a família camponesa trabalha sem utilizar mão-de-obra paga e, portanto, os motivos para prosseguir ou não em sua atividade econômica são internos” (p. 43).

Assim sendo, é notável a importância econômica das feiras para a recriação do campesinato no marco da dignidade – feiras no plural, importante destacar que os camponeses-assentados do 20 de Março não obtêm sua reprodução social apenas da Feira do projeto de extensão da UFMS/CPTL⁴. Certamente, é este conjunto de feiras que têm permitindo a manutenção da renda familiar e também a liberdade de produzir respeitando o tempo da natureza, por meio da troca de saberes com os consumidores urbanos sobre a produção e a lógica de vida e trabalho no campo.

No caso específico analisado neste texto, qual seja, a Feira *Online* da UFMS/Campus de Três Lagoas, destaca-se que o projeto funcionava com abertura da venda remota aos sábados às 12h00/MS com fechamento 24 horas após, ou seja, no domingo às 12h.

Quadro 2 – Amostra dos Alimentos Comercializados na Feira *Online*

	PRODUTOS	MERCADO	ORIGEM	MÃO DE OBRA
1	Alface	Feira	Hortifruti	Familiar
2	Cebolinha	Feira	Hortifruti	Familiar
4	Abobrinha	Feira	Hortifruti	Familiar
5	Tomate	Feira	Hortifruti	Familiar
6	Limão	Feira	Hortifruti	Familiar
8	Bolo	Feira	Indústria Doméstica	Familiar
9	Requeijão	Feira	Indústria Doméstica	Familiar
10	Geleia	Feira	Indústria Doméstica	Familiar
12	Queijo	Feira	Indústria Doméstica	Familiar
13	Pães	Feira	Indústria Doméstica	Familiar
14	Galinha Caipira	Feira	Criação Caipira	Familiar

Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2021). Org: Samuel da Silva Heimbach, 2022.

⁴ Antes do período pandêmico da COVID-19, os camponeses da Associação dos Assentados do Projeto de Reforma Agrária 20 de Março realizam Feiras semanais na cidade de Três Lagoas, a saber: UFMS/Campus de Três Lagoas, Feira Municipal, Condomínio Don El Chall, Condomínio Alto dos Ypes; Condomínio Portal das Águas; Condomínio Cambuí, Condomínio Palmeiras, Condomínio Terras do Jupia.

A quantidade de feiras mensais *Online* era relativa à quantidade de fins de semana no mês, em torno de 4 e 5 semanas. Assim, os meses com cinco feiras tendiam a apresentar uma captação de renda maior por parte dos camponeses.

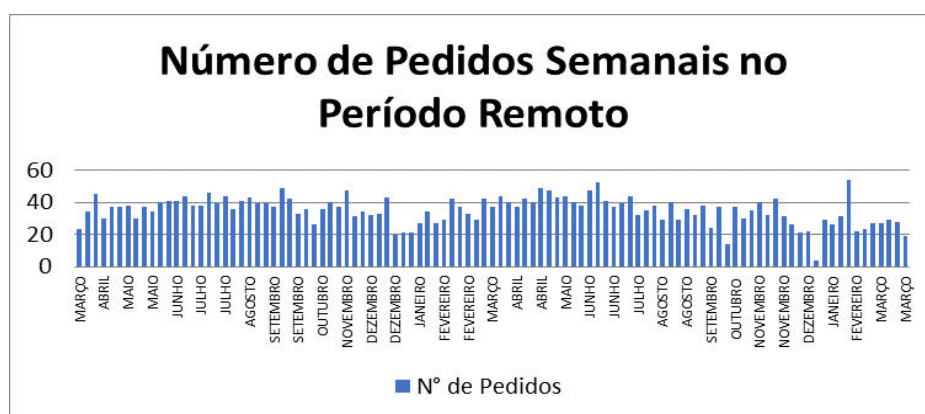
Quadro 3: Renda Camponesa (em reais) Período *CognitoForms* (Dez/2020 a Març/2022)

Dezembro/2020	R\$ 4.042,00	Agosto/2021	R\$ 6.115,00
Janeiro/2021	R\$ 5.509,00	Setembro/2021	R\$ 4.234,00
Fevereiro/2021	R\$ 7.498,00	Outubro/2021	R\$ 5.317,00
Março/2021	R\$ 7.051,00	Novembro/2021	R\$ 6.457,50
Abril/2021	R\$ 8.210,50	Dezembro/2021	R\$ 3.776,00
Mai/2021	R\$ 10.499,00	Janeiro/2022	R\$ 6.971,50
Junho/2021	R\$ 9.537,00	Fevereiro/2022	R\$ 3.122,00
Julho/2021	R\$ 7.451,00	Março/2022	R\$ 4.918,00

Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2022). Org: Samuel da Silva Heimbach, 2022.

O gráfico 1 apresenta os pedidos organizados por mês relativos ao período total da Feira (de março 2020 a março 2022), nele é possível observar a dinâmica virtuosa de pedidos.

Gráfico 1- Número de pedidos mensal do período total da Feira *Online* (de março 2020 a março 2022).

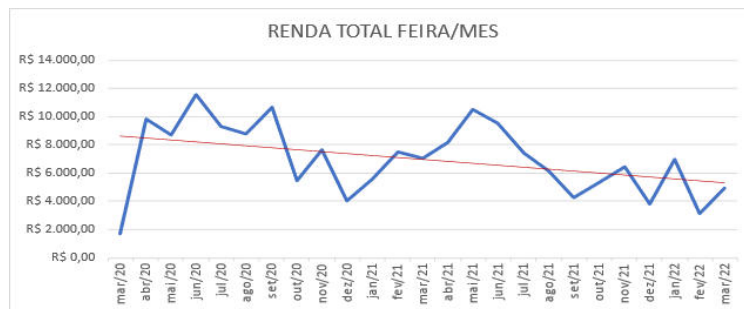


Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2022). Org: Samuel da Silva Heimbach, 2022.

No gráfico 2 nota-se que é expressivo o movimento de queda no valor da renda, que guarda relação com a diminuição dos pedidos ao final da fase aguda da Covid-19 -

início de 2022, em que foram adotadas as medidas de flexibilização após vacinação massiva.

Gráfico 2: Renda da Feira *Online* durante a pandemia Covid-19 (Març/2020 a Març/2022)



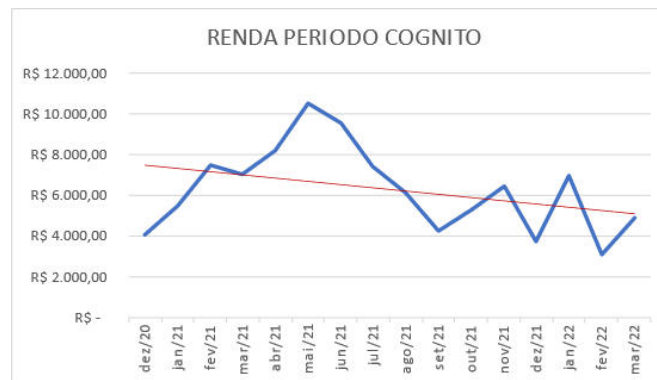
Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2022). Org: Samuel da Silva Heimbach, 2022.

Considerando que a sociedade estava na pandemia em isolamento social, vale ressaltar a importância da plataforma de criação de formulários *online* chamada *CognitoForms*, nela foi desenvolvido o formulário específico para a Feira *Online* da UFMS/CPTL - implantado a partir de dezembro de 2020. Antes deste formulário eletrônico, os pedidos eram realizados pelos consumidores-apoiadores diretamente no grupo de *WhatsApp* e organizados manualmente pela equipe do projeto para envio aos agricultores, situação que demandava muitas horas de trabalho.

Durante os 18 meses em que a plataforma *CognitoForms* foi utilizada para a realização dos pedidos feitos pelos consumidores-apoiadores, pudemos coletar com mais facilidade dados variados em relação ao funcionamento da feira, em especial os dados de espacialização do consumo e geração de renda. Posto que, para a reflexão acerca da espacialização da Feira a partir da ideia de consumo e soberania alimentar, focada no princípio da troca de ganhos – na cidade, alimento saudável para os trabalhadores, no campo, renda para os agricultores -, os dados de consumo e renda monetária foram essenciais.

O processo dinâmico de avanço, estabilidade e diminuição dos ganhos brutos, ao final da fase de isolamento social, também pode ser visualizada em gráficos gerados com os dados do período remoto a partir da introdução do formulário *CognitoForms*, a exemplo do gráfico 3.

Gráfico 3: Dinâmica da renda dos camponeses no período *CognitoForms* (Dez/2020 a Març/2022)



Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2022). Org: Samuel da Silva Heimbach, 2022.

Concluimos que no início da fase pandêmica, meses de Março a Maio de 2020, o consumo da Feira Agroecológica no formato *online* cresceu em ritmo contínuo, passou por uma fase de estabilidade e, depois, iniciou o declínio. Este processo de crescimento atribuímos ao receio de sair de casa frente à situação de incertezas e angústias que estávamos vivendo, bem como da necessidade de medidas sanitárias como a de isolamento social, objetivando controlar a proliferação do vírus. Soma-se também a questão de fidelização dos consumidores-apoiadores, ou seja, não foi apenas a necessidade de isolamento social, posto que houve também picos de vendas nos meses de maio e junho de 2021 com um aumento significativo na renda camponesa proveniente do projeto de extensão da Feira *Online*.

No início de 2022, com avanço da vacinação e das medidas de flexibilização, o número de pedidos na feira *online* entrou em retração e, conseqüentemente, a renda dos agricultores. A realidade mostrou que era momento de reativar os espaços construídos antes da pandemia, numa espécie de reencontro agricultores e consumidores. Este reencontro na UFMS/Campus de Três Lagoas ocorreu no dia 05 de abril de 2022.

Figura 8: Cartaz de divulgação do retorno presencial da Feira Agroecológica na UFMS/CPTL

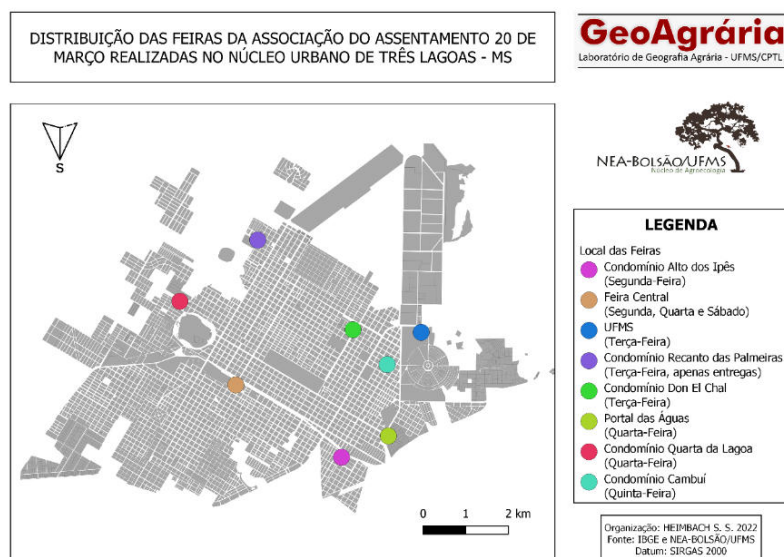


Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2022).

Como dito anteriormente, as atividades dos assentados do PA 20 de Março não se limitam a Feira do projeto na UFMS/CPTL, eles realizam também feiras em diferentes condomínios e também na feira municipal, localizada próximo ao centro comercial da cidade de Três Lagoas/MS.

O retorno presencial das Feiras da associação do assentamento 20 de Março é representado na Figura 9. Ou seja, em 2022 com a flexibilização do isolamento social, após a vacinação da população, os agricultores recuperaram com tranquilidade os espaços de venda em vários pontos da cidade, dando continuidade a espacialização do consumo para promoção da soberania alimentar em Três Lagoas.

Figura 9: Retorno das Feiras presenciais na cidade de Três Lagoas/MS



Fonte: NEA-Bolsão/UFMS (2022). Org: Samuel da Silva Heimbach, 2022.

Considerações finais

O retorno presencial da Feira agroecológica da UFMS/Campus de Três Lagoas ocorreu dia 05 de abril de 2022, em razão da flexibilização das medidas sanitárias de controle da propagação da Covid19. Este retorno das atividades presenciais dos agricultores no espaço universitário foi marcado por reencontros e alegrias.

Para os agricultores-assentados o retorno presencial da Feira no Campus é considerado providencial tanto para a estabilização da renda obtida com as vendas, que já apresentava declínio na Feira *Online* no final da pandemia, quanto para a divulgação do projeto e da Reforma Agrária. Destacam que a conscientização ocorre de forma mais dinâmica na vivência direta entre camponeses e consumidores-apoiadores propiciadas pela Feira presencial, resultando em processo educativo de suma importância dentro dos princípios da soberania alimentar - que é um dos propósitos do projeto de extensão.

Portanto, podemos afirmar que o período de Feira *Online* foi considerado essencial e, mais, provou a capacidade de flexibilidade e resistência da agricultura familiar camponesa local que, ao receber apoio da UFMS/CPTL via projeto de extensão, conseguiu atender a demanda por alimentos no período de crise sanitária da Covid-19. Todavia, com o fim do isolamento social, o formato Feira *online* se mostrou frágil para manutenção das vendas e da renda e, mais, é um modelo que gerou dependência do consumidor para definição dos alimentos – que passou a ser responsabilidade dos agricultores e, por outro lado, dependência dos agricultores em relação à Universidade no tocante ao uso das tecnologias de informação e comunicação, a exemplo do *CognitoForms*.

Para o agricultor-assentado Leonardo Viana o início desse período de Feira *Online* foi “um grande ponto de interrogação” em relação ao consumo. Todavia, de acordo com o entrevistado, o auxílio do projeto de extensão da UFMS/CPTL foi de suma importância para a reprodução do modo de vida das famílias assentadas, uma vez que muitos agricultores da região abandonaram a produção no campo na época da pandemia.

É que nem eu falei, a conta tem que ser paga... Aí as pessoas foram trabalhar em outra atividade, tem muita gente que foi pra cidade, foi mexer com outra coisa. Às vezes, teve gente que estava trabalhado no sítio, parou de trabalhar no sítio e foi trabalhar registrado. (Entrevista realizada por Samuel da Silva Heimbach, em 12 de abril de 2022).

Ainda segundo o entrevistado, a feira agroecológica realizada por meio de projeto de extensão da Universidade – tanto no período presencial como no remoto – representa cerca de 20 a 30% da sua renda familiar em relação as demais Feiras realizadas na cidade. A explicação, de acordo com Leonardo Viana, tem relação com o tempo de existência do projeto “é que aqui [UFMS/CPTL] o pessoal já conhece o nosso produto, estamos aqui há mais de 5 anos, entendeu? Então, a gente já tem a clientela, já conhece o produto...”.

O resultado das pesquisas, juntamente com a experiência vivida tanto pelo agricultores como pelo consumidores-apoiadores, apontam para a importância do projeto de extensão da Feira Agroecológica para continuidade da troca de saberes entre a Universidade, a Reforma Agrária e a Agroecologia.

Na realização desta pesquisa, destaque foi dado ao papel da Agroecologia enquanto uma ciência de saber transdisciplinar que une a sabedoria camponesa com os saberes científicos, oportunizando a reprodução social dos camponeses no lugar de morada e pertencimento, o campo. E para a classe trabalhadora, a possibilidade de consumo de alimentos saudáveis na cidade.

A potencialidade da agricultura camponesa local de alimentar a população ficou demonstrada via espacialização do consumo urbano da Feira agroecológica em tempos de pandemia da Covid-19, em Três Lagoas/MS. Por fim, desejamos que esta pesquisa sirva para indicar a necessidade de políticas públicas de apoio aos agricultores camponeses e à soberania alimentar em Três Lagoas, para que não seja necessário uma pandemia para entendermos a importância da agricultura familiar camponesa e da Reforma Agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de, MOREIRA, Rosangela Maria Pinto; PAULINO, Eliane Tomiasi. Produção Agroecológica para Construção de Autonomias no Campo e na Cidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 8-8, 2018.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Reforma Agrária, produção e qualidade de vida no campo. In: PALMA, Vanessa Cristina L. C. F. da et al. **Universidade da Melhor Idade**. Campo Grande: editora da UFMS. 2012. p. 265-275.

ARAÚJO, Leonardo Barbosa; COSTA, Edgar Aparecido da. As experiências de compra de produtos da agricultura familiar pelo 6º Distrito Naval, em Ladário/MS, Brasil. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Vol. 47, n. 1, p. 293-321, 2020.

BISPO, I. R. S.; FERREIRA, J. E. B.; ALMEIDA, R. A. Feira Agroecológica da UFMS/CPTL: Origem e Sustentabilidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, p. 1-8, 2018.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

COSTA, S. R. et al. Agroecologia: análise do Discurso do Sujeito Coletivo no Ambiente Universitário, Corumbá/MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, p. 1-9, 2018. EMBRAPA (Brasília). **Marco Referencial em Agroecologia**. 1. ed. Brasília: [s. n.], 2006. 70 p.

CUNHA, E. S. et al. Da resistência à transição agroecológica no assentamento 72, Ladário/MS: uma história de luta. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, p. 1-10, 2018.

FERNANDES, Bernardo M. Formação, espacialização e territorialização do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-Brasil. **Anais**. 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Universidade de Buenos Aires, 1997.

FERNANDES, Bernardo M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. OSAL. Ano IX, n. 24, Out 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

FERREIRA, Jhiovanna Eduarda B. **Os caminhos de sustentabilidade e transição agroecológica no assentamento 20 de março, em Três Lagoas/MS: estudo do grupo das hortas**. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas. 2019.

GLIESSMAN, Stephen R. et al. **AGROECOLOGÍA: un enfoque sustentable de la agricultura ecológica**. 2002. Disponível em: [https://www.ucm.es/data/cont/media/www/pag104576/5.%20Agroecolog%C3%ADa.%20Un%20enfoque%20sustentable%20de%20la%20agricultura%20ecol%C3%B3gica%20\(%20Stephen%20Gliessman%20et%20al.\).pdf](https://www.ucm.es/data/cont/media/www/pag104576/5.%20Agroecolog%C3%ADa.%20Un%20enfoque%20sustentable%20de%20la%20agricultura%20ecol%C3%B3gica%20(%20Stephen%20Gliessman%20et%20al.).pdf) Acesso em: 08 de abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. 2022. **Assentamentos**. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em: 08 de abr. 2022.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**, n. 9, p. 144-158, 2012.

MACEDO, Francielle R. de. **Dinâmicas Agroecológicas de Recriação da Vida Camponesa no Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS**. 2021. 149 p. Dissertação (Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, 2021.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de M., ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

NARDOQUE, S. Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: **Anais. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 23, 2016, Aracajú. Aracajú: UFS, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A mundialização da agricultura brasileira. **Anais. XII Coloquio de Geocritica**. 2012. Bogotá. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf> Acesso em: 07 de Mai 2022.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. de. A renda camponesa: em busca de uma explicação. In: _____. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 40-48.

ROSSET, Peter M., MARTINEZ-TORRES, Maria Elena. **Movimientos Sociales Rurales y Agroecología: Contexto, Teoría y Proceso**. 2013. Disponível em: <https://doctoradoagroecoudea.files.wordpress.com/2013/04/movimientossocialesagroecologia.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

Recebido em 25/05/2022. Aceito para publicação em 29/07/2022.
--

PANDEMIA, AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DO MST E A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PANDEMIA, ACCIONES SOLIDARIAS DEL MST Y LA AGENDA 2030 PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE

Angela dos Santos Machado

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil
angela.s.machado@unesp.br

Aline Albuquerque Jorge

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil
aline.albuquerque@unesp.br

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil
mancano.fernandes@unesp.br

Resumo

O MST tem participado de diversas ações de solidariedade desde o início da pandemia da Covid-19, sobretudo, de doações de alimentos produzidos nos territórios da reforma agrária (assentamentos) e nos territórios de luta pela terra (acampamentos). As doações de alimentos evidenciam a importância da reforma agrária para a produção de alimentos, a redução das desigualdades sociais, a promoção da agroecologia e da soberania alimentar. Todos esses elementos são intrínsecos aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Portanto, nosso objetivo é evidenciar a importância da reforma agrária e a contribuição dos movimentos para o alcance dos ODS, em um contexto que o Estado caminha na contramão do proposto pela Agenda. Os dados sobre as ações de solidariedade foram levantados nas redes sociais e na página do MST, sistematizados em uma planilha e mapeados com o *software Philcarto*. A discussão dos resultados foi realizada com apoio de bibliografias, de documentos da ONU e de entrevistas com lideranças do Movimento. Nossas análises apontam que os movimentos socioterritoriais têm construído territórios de sustentabilidade que contribuem com os ODS.

Palavras-chave: MST. Solidariedade. Agenda 2030. Pandemia. Reforma Agrária.

Resumen

El MST ha participado en varias acciones solidarias desde el inicio de la pandemia de la Covid-19, sobre todo, donaciones de alimentos producidos en los territorios de reforma agraria (asentamientos) y en los territorios de lucha por la tierra (campamentos). Las donaciones de alimentos muestran la importancia de la reforma agraria para la producción de alimentos, la reducción de las desigualdades sociales, la promoción de la agroecología y la soberanía alimentaria. Todos estos elementos son intrínsecos a los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda 2030 de las Naciones Unidas

(ONU). Por ello, nuestro objetivo es resaltar la importancia de la reforma agraria y el aporte de los movimientos al logro de los ODS, en un contexto en el que el Estado camina en sentido contrario a lo propuesto por la Agenda. Los datos sobre las acciones solidarias fueron recolectados en las redes sociales y en el sitio web del MST, sistematizados en una hoja de cálculo y mapeados con el *software Philcarto*. La discusión de los resultados se realizó con el apoyo de bibliografías, documentos de la ONU y entrevistas con líderes del Movimiento. Nuestros análisis apuntan que los movimientos socioterritoriales han construido territorios de sostenibilidad que contribuyen a los ODS.

Palabras-clave: MST. Solidaridad. Agenda 2030. Pandemia. Reforma agraria.

Introdução

A pandemia de Covid-19 iniciou no Brasil em março de 2020 e assim como em outros países da América Latina aprofundou as desigualdades e a crise econômica e social (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL, 2021). O aumento do desemprego, do preço de produtos essenciais, inclusive alimentos, e a implementação de medidas insuficientes por parte do Estado para mitigar os impactos causados pela pandemia sobre a população corroboraram para o crescimento da fome no país. Segundo o relatório publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2020, 116,8 milhões de pessoas viviam algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) (REDE PENSSAN, 2021).

O crescimento da insegurança alimentar também é desdobramento da disrupção de políticas públicas voltadas para o combate à fome, especialmente na atualidade, no governo de Jair Messias Bolsonaro. Uma das políticas afetadas é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de comprar alimentos produzidos pelos povos indígenas, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, dentre outros, e repassar para escolas, hospitais e instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2020).

É nesse contexto de crise sanitária e aprofundamento da crise econômica e social que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos e instituições realizaram e ainda realizam ações solidárias de combate à fome, que se traduzem na doação de milhares de toneladas de alimentos em todo o país.

Consideramos que além de contribuir com pessoas em situação de vulnerabilidade em um momento de crise, as ações solidárias são formas de os movimentos criarem espaços comunicativos e de socialização política, e de mostrar para toda a sociedade que os acampamentos e assentamentos rurais são territórios camponeses produtivos, cuja centralidade é a produção de alimentos para a população brasileira, e não de *commodities* para o mercado externo, como no caso dos territórios do agronegócio.

Essas ações ainda evidenciam a importância da reforma agrária para toda a sociedade. A reforma agrária é uma política pública de desenvolvimento territorial, que colabora para o combate à extrema pobreza e à fome, o alcance da segurança alimentar e a melhoria da nutrição, o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades sociais, dentre outros.

A reforma agrária, bem como as ações dos movimentos, dialoga e contribui para o alcance de vários dos ODS propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A Agenda 2030 pode ser compreendida como um território imaterial, disputado e construídos a partir de pautas e interesses de diferentes instituições, que possuem intencionalidades igualmente distintas. Dessa forma, o cumprimento de seus objetivos envolve Estado, empresas, movimentos, igrejas, sindicatos, articulações, entre outras. No governo de Jair Messias Bolsonaro, o país tem retrocedido no que se refere aos ODS da Agenda 2030, sendo que os movimentos socioterritoriais, tais como o MST, têm, através de suas ações, contribuído mais para o alcance dos objetivos definidos pela Agenda 2030 do que o próprio Estado.

Nesse trabalho, pensamos a relação entre a reforma agrária, as ações dos movimentos socioterritoriais e a Agenda 2030, a partir das doações de alimentos realizadas na pandemia. Concentramo-nos naquelas que tiveram a participação do MST, pois esse é um dos principais movimentos camponeses do Brasil, organizado em 24 estados e nas cinco regiões do país. Compreendemos o MST como um movimento socioterritorial, isso porque o território é seu trunfo, é sua razão de ser, quer dizer, é seu objetivo final e o meio estratégico de sua luta (FERNANDES, 2005).

Quando afirmamos que os movimentos socioterritoriais têm o território como trunfo, referimo-nos a uma concepção ampla de território que, para além de espaço de governança, o compreende como espaço apropriado e determinado por relações sociais, como totalidade multidimensional e multiescalar e, também, como material e imaterial

(RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2008). Desse modo, os países, estados, municípios e as propriedades individuais ou coletivas são territórios materiais, formados no espaço físico. Já os paradigmas, as ideologias, as políticas públicas, entre outros, são territórios imateriais, formados no espaço social. Vale ressaltar que o espaço geográfico é entendido como uma totalidade que abarca a materialidade e a imaterialidade, assim como o território que se origina do espaço geográfico (FERNANDES, 2008).

Portanto, consideramos que os movimentos socioterritoriais produzem territórios materiais e imateriais. As ações solidárias são exemplos de territórios produzidos pelos movimentos. Como materialidade e imaterialidade são indissociáveis (FERNANDES, 2008), as ações solidárias são territórios ao mesmo tempo matérias (as cozinhas comunitárias onde os movimentos preparam as marmitas a serem distribuídas, os espaços em que ocorrem as doações etc.) e imateriais (as ideologias e o conjunto de pensamentos que movem a organização e a realização das ações).

Para compreender a dimensão e a espacialização das doações de alimentos, coletamos e registramos em uma planilha *Excel* dados sobre as ações realizadas pelo MST de forma isolada ou em conjunto com outros movimentos e instituições. Registramos dados como a quantidade de alimento doado; o município, o estado e a região em que a ação foi realizada; quais movimentos e instituições participaram das doações e qual público foi beneficiado. Trabalhamos com as informações divulgadas nas redes sociais oficiais do MST, no período de março de 2020 a março de 2021.

A partir do referencial teórico analisamos as ações solidárias. Além disso, com a sistematização dos dados, mapeamos as doações realizadas com uso do *software* Philcarto. Acreditamos que o número de ações e de alimentos doados sejam ainda maiores do que os registrados, tendo em vista as ações que foram efetuadas, mas não foram divulgadas, ou aquelas que foram divulgadas, mas não traziam o dado da quantidade de alimento doado, dificultando nosso registro.

Para compreender com maior profundidade o significado das ações solidárias, sobretudo, para os camponeses acampados e assentados, realizamos também entrevistas semiestruturadas com lideranças do MST e com apoiadores da luta do Movimento que foram citadas longo do texto. A fim de preservar a identidade dos entrevistados, utilizamos apenas as iniciais dos nomes de cada um para realizar a identificação das falas.

O trabalho segue dividido em três partes, sendo que na primeira analisamos a amplitude e o significado das ações solidárias na pandemia, com centralidades naquelas que tiveram a participação do MST. Na segunda, relacionamos a reforma agrária com a Agenda 2030 da ONU, mostrando de que forma essa política pode contribuir para o alcance dos ODS propostos pela Agenda, especialmente, os ODS 1, 2, 3, 8, 10, 12 e 16¹. Por último, abordamos brevemente os territórios materiais e imateriais construídos pelos movimentos em suas trajetórias de luta.

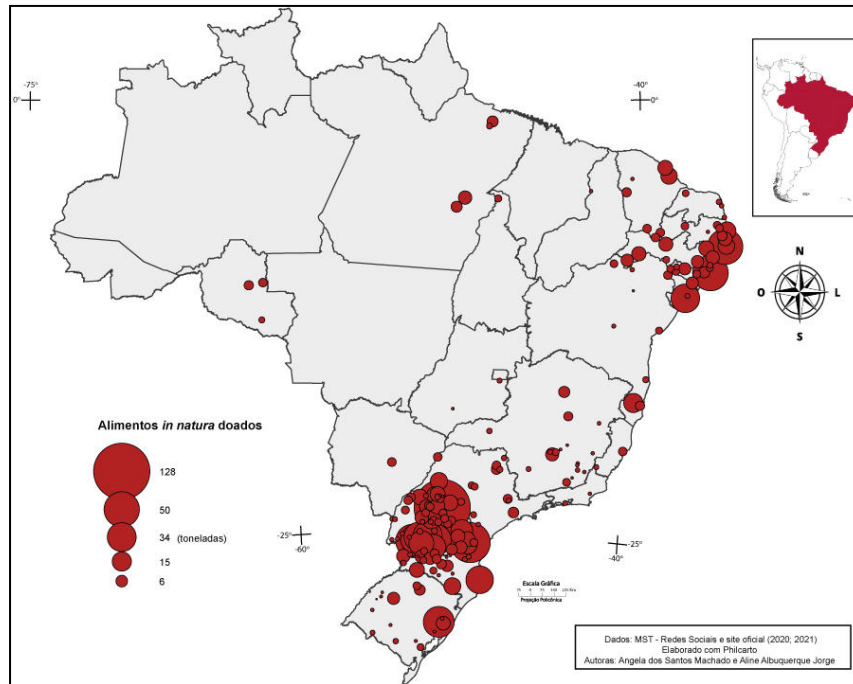
Ações de solidariedade do MST na pandemia

Entre março de 2020 e março de 2021, o MST participou de 474 ações de solidariedade no Brasil que resultaram na doação de mais de 1.760 toneladas de alimentos *in natura* (MAPA 1); 98 mil marmitas (MAPA 2); 9,5 mil cestas de alimentos da reforma agrária (MAPA 3); além de mais de 8 mil pães, 22 mil litros de leite; 2,5 mil cestas básicas fruto de arrecadação; 487 kits de alimentos e produtos de higiene e centenas de cafés da manhã solidários em todo o país.

A região Sul do Brasil foi a que teve maior destaque nas ações de solidariedade, com a doação de mais de 50% dos alimentos *in natura*, quase 45% das marmitas e 50% das cestas de alimentos da reforma agrária. A região Nordeste foi a segunda que mais doou alimentos *in natura* – quase 40%. Já a região Sudeste do Brasil teve maior participação na doação de marmitas (36%) e cestas de alimentos (35%) (MAPAS 1, 2 e 3).

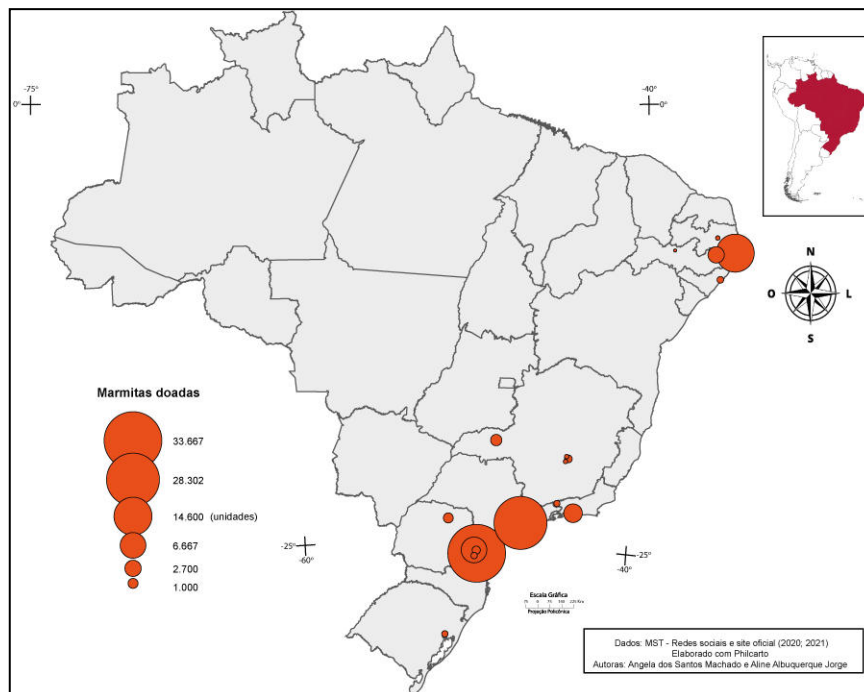
¹ O ODS 1 aborda a erradicação da pobreza; o ODS 2 tem como centralizada a erradicação da fome e a agricultura sustentável; o ODS 3 compreende a saúde e o bem-estar; o ODS 8 trata a respeito do crescimento econômico e trabalho decente; o ODS 10 discute a redução de desigualdades; o ODS 12 é sobre consumo e produção sustentável e o ODS 16 refere-se a justiça social, paz e instituições eficazes.

Mapa 1: Espacialização das doações de alimentos *in natura* realizadas pelo MST no Brasil (03/2020 - 03/2021)



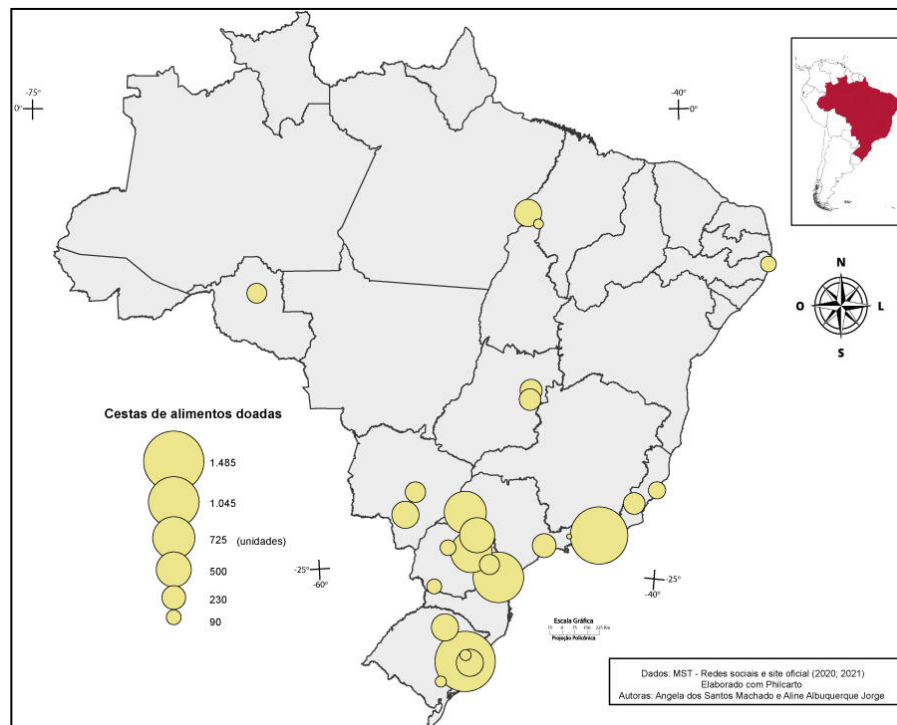
Fonte: MST – redes sociais e site oficial (2020-2021).

Mapa 2: Espacialização das doações de marmitas realizadas pelo MST no Brasil (03/2020 - 03/2021)



Fonte: MST – redes sociais e site oficial (2020-2021).

Mapa 3: Espacialização das doações de cestas de alimentos realizadas pelo MST no Brasil (03/2020 - 03/2021)



Fonte: MST – redes sociais e site oficial (2020-2021).

Um das razões que podem ser atribuídas a relevância das ações de solidariedade no Sul do Brasil é que essa região é a pioneira da luta pela terra do MST, onde ocorreu a “gestação” e “nascimento” do Movimento, de acordo com Fernandes (1999, p.39). Assim, os assentamentos da região Sul são os que tem maior tempo de existência e experiência na formação de cooperativas, e conseqüentemente, uma capacidade produtiva elevada.

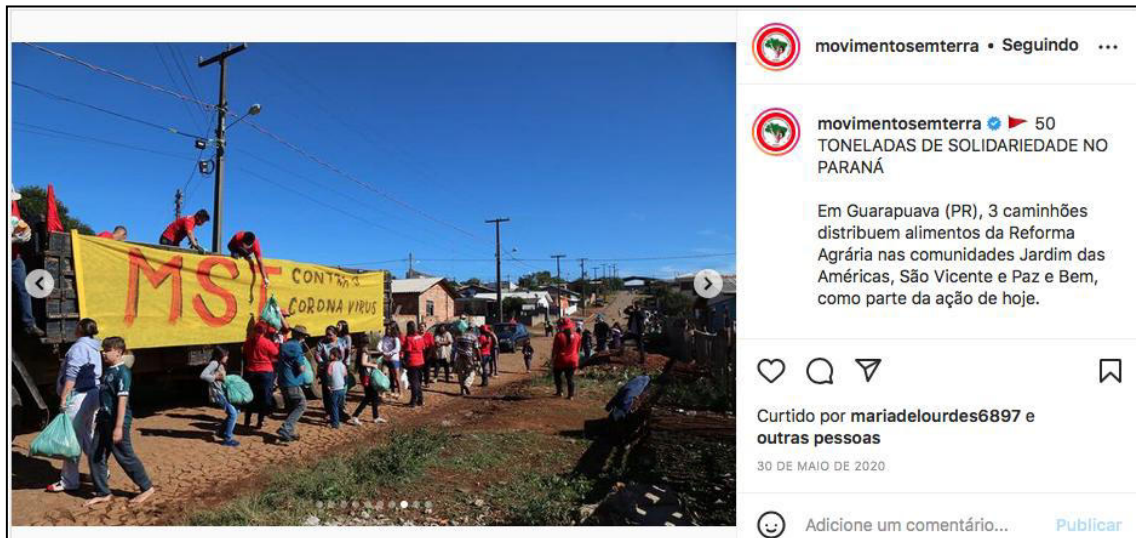
A seguir, no quadro 1, destacamos algumas ações de solidariedade ocorridas na região Sul do Brasil: Guarapuava (Figura 1), Londrina, Curitiba, Florianópolis (Figura 2), e Rio Grande do Sul. Essas ações foram efetuadas somente pelo MST ou em parceria com outros movimentos, igreja católica, associações de bairros e instituições públicas. Os beneficiados pelas doações foram moradores de comunidades urbanas e periferias, pessoas em situação de rua, institutos, cozinhas comunitárias e instituições públicas que encaminham as doações para pessoas em situação de vulnerabilidade social (Quadro 1).

Quadro 1: Exemplos de ações de solidariedade efetuadas pelo MST e parceiros no Sul do Brasil em 2020

Data	Quantidade de alimentos doados	Propositores da ação	Beneficiados e local das doações
30/05/2020	50 toneladas	MST	Comunidades urbanas de Guarapuava - Paraná
20/06/2020	44 toneladas	Campanha Periferia Viva: MST; Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD); Levante Popular da Juventude; Igreja católica, associações e lideranças de bairro	Periferia de Londrina - Paraná
24/06/2020	700 marmitas	Campanha Periferia Viva: MST e associações de moradores	Pessoas em situação de rua e moradores de bairros periféricos de Curitiba – Paraná
30/06/2020	11 toneladas de alimentos, 1 mil litros de leite e unidades de achocolatados da marca Terrinha	MST	Instituto Padre Vilson Groh; cozinhas comunitárias; movimentos de luta por moradia; Instituto Caminho do Meio e a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) em Florianópolis – Santa Catarina
19/12/2020	12 toneladas de alimentos e 50 caixas de hortaliças orgânicas	Campanha Natal Sem Fome e Periferia Viva: MST; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); Ação da Cidadania; União de Vilas e Comitê de Combate à Fome	Periferia de Porto Alegre – Rio Grande do Sul

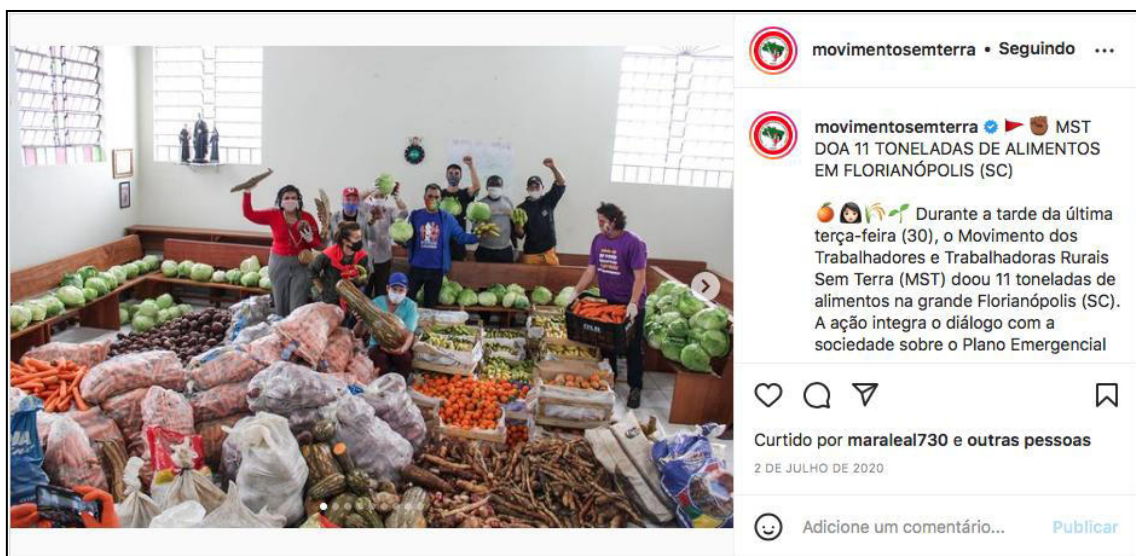
Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2020a; 2020b; 2020c; 2020d); TEIXERA (2020). **Nota:** A distribuição de Marmitas em Curitiba ocorria semanalmente, sendo que de maio a junho de 2020 foram distribuídas 5.700 marmitas na capital paranaense.

Figura 1: Doação de alimentos em Guarapuava - Paraná



Fonte: Movimento Sem Terra. Instagram, 30 de maio de 2020.

Figura 2: Doação de alimentos em Florianópolis - Santa Catarina



Fonte: Movimento Sem Terra. Instagram, 02 de julho de 2020.

Além dos assentamentos, os acampamentos também contribuíram com as doações, o que mostra que apesar das inúmeras dificuldades, dos poucos recursos e das constantes ameaças de despejo, esses territórios conseguem produzir alimentos e ainda doar para famílias carentes nas cidades e em outros espaços. Um exemplo, é o acampamento Valdeir Roque, localizado em Quinta do Sol no Paraná, que no ano de 2021 participou de 6 ações solidárias realizadas nos municípios da região, resultando na

doação de cerca de 4 toneladas de alimentos, conforme afirma o entrevistado P. S. membro da coordenação do acampamento. Ainda de acordo com P. S, grande parte dos alimentos doados foram produzidos em dois espaços coletivos: a Horta Comunitária Antônio Tavares e o Centro de Produção Agroecológica Pinheiro Machado, criados durante a pandemia com o objetivo de produzir alimentos para as doações e para a alimentação das famílias acampadas.

Dentre as ações realizadas em 2020, o acampamento Valdeir Roque, junto com outros acampamentos e assentamentos da região centro-oeste, doou uma tonelada e meia de alimentos no município de Campo Mourão, beneficiando a Santa Casa e o Comitê de Apoio às Pessoas em Situação de Risco Social do campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2020e).

Como podemos perceber, as doações foram destinadas a comunidades urbanas e indígenas; ocupações; pessoas em situação de rua; cozinhas comunitárias; igrejas; hospitais; além de outras ações não evidenciadas nesse artigo, mas que beneficiaram comunidades quilombolas e rurais; trabalhadores grevistas; asilos; casas de acolhimento de migrantes e refugiados; clínica de reabilitação de dependentes químicos; famílias atingidas por enchentes; e muitas outras.

Houve muitas ações de solidariedade constituídas a partir de campanhas como a Periferia Viva e a Natal Sem Fome, bem como, oriundas de articulações com Organizações Não Governamentais (ONGs); universidades públicas; fóruns e conselhos de segurança alimentar; igrejas; sindicatos; associações; cooperativas; organizações de direitos humanos; defensorias públicas; e movimentos socioespaciais e socioterritoriais como a Via Campesina; o Movimento do Pequenos Agricultores (MPA); o Levante Popular da Juventude; o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Frente Brasil Popular (FBP); e muitos outros.

A articulação entre os movimentos urbanos e camponeses evidenciam a importância da Reforma Agrária Popular que preconiza a união do campo e da cidade na luta pela soberania alimentar e a organização dos circuitos curtos de comercialização possibilitando o acesso da população urbana aos alimentos e o acesso ao mercado consumidor pelos camponeses. As ações de solidariedade demarcam a renovação de estratégias de resistência e promoção da Reforma Agrária Popular (VINHA et al., 2021).

A Reforma Agrária Popular e a alimentação saudável são pautas que articulam inúmeros movimentos socioespaciais e socioterritoriais e outras instituições, possibilitando a construção de agendas comuns de luta que garantem ações com maior amplitude e visibilidade, beneficiando um número elevado de sujeitos.

De acordo com Fernandes (1999), os espaços comunicativos e de socialização política são importantes para a construção da conscientização e organização das lutas. Em cada ação de solidariedade em que o MST atua, o movimento cria a possibilidade de comunicação e socialização, compreendendo diferentes espaços: desde os acampamentos e assentamentos produtores, até o diálogo com trabalhadoras e trabalhadores que recebem às doações nas periferias urbanas, nas ocupações, nas terras indígenas e quilombolas etc.; perpassando pelas cozinhas comunitárias onde os alimentos são preparados. A divulgação nas redes sociais eleva ainda mais a capacidade de dialogar com a sociedade, levando o debate público sobre a importância da reforma agrária à escala nacional e até mesmo internacional.

Conforme assevera o entrevistado N. M., integrante da coordenação do acampamento Valdeir Roque, as doações possibilitam mostrar para a sociedade que os assentamentos e acampamentos são territórios produtivos, que têm como objetivo a produção de alimentos (não de *commodities*) para a população brasileira, assim evidencia o sentido da luta dos movimentos socioterritoriais. Em suas palavras:

As doações têm dois caracteres: um político, porque a gente consegue fazer um trabalho mostrando para sociedade o que significa a terra, não é? Nós vamos mostrar para sociedade que a terra é para plantar soja? Não! Ela é para plantar comida, e daí você vê que o que produz aqui se leva para os centros urbanos. Assim se faz um trabalho de base mostrando a função da terra, não é? Nós não levamos soja para o povo da cidade comer, a gente levou abóbora, feijão, mandioca, e como se produziu? Se produziu nos nossos acampamentos, nossos assentamentos e assim por diante, não é? A gente ajuda a matar a fome da população e ao mesmo tempo justificamos a nossa luta.

As ações de solidariedade revelam a importância da reforma agrária para a produção de alimento, o combate à fome e as desigualdades, evidenciando que essa deve ser tratada como uma questão coletiva e de interesse social. Consideramos que a reforma agrária é uma política importante, que dialoga e colabora em muitos aspectos com o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como discutiremos a seguir.

Reforma agrária e agenda 2030 da ONU

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que objetiva até 2030 erradicar a pobreza e a fome; reduzir as desigualdades de renda, de gênero, entre outros, dentro dos países e entre eles; proteger o meio ambiente; assegurar uma vida saudável para todos; garantir padrões de consumo e produção sustentáveis e etc. (ONU, 2015). Esse plano de ação é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e por 169 metas, que foram aprovadas na 70ª Assembleia Geral da ONU, em 2015, dando sequência e ampliando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), criados no âmbito da Agenda 21 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, s./d.).

Não pretendemos discutir a viabilidade do alcance das metas da Agenda 2030, nem o conceito de desenvolvimento sustentável, pois seria necessário um artigo específico para abarcar minimamente esses temas. Mas, também não devemos nos abster de reconhecer algumas das principais críticas referidas aos ODS. Gil (2018) aponta que uma das principais críticas aos ODS é que numerosos objetivos são puramente retóricos e que boa parte das metas são idealistas. Um bom número de metas e objetivos são repetições de velhas promessas não cumpridas. Um exemplo seria a meta 17.2 de que os países desenvolvidos deveriam direcionar 0,7% da renda nacional bruta para os países em desenvolvimento. Essa meta vem sendo descumprida desde 1970, em acordos e conferências internacionais sistematicamente não cumpridos.

Além disso, numerosos objetivos são impossíveis de serem cumpridos em razão das decisões adotadas por governantes em muitos países. O objetivo 16, por exemplo, visa a promoção de sociedades pacíficas, enquanto muitos de seus signatários são os principais vendedores de armas do mundo. O objetivo 13 prevê a adoção de medidas para combater as mudanças climáticas, enquanto há países que nem mesmo admitem a existência desse fenômeno. Sem contar os problemas técnicos com relação à falta de dados sobre indicadores importantes para avaliação do desenvolvimento dos ODS em muitos países (GIL, 2018).

Há também a crítica sobre a influência das empresas e fundações privadas, a partir da substituição do financiamento dos Estados pelo setor privado e como isso vem influenciando as metas referentes às relações de produção e consumo, deixando-as mais

toleráveis para o mundo corporativo por meio de ideias como a do mercado de carbono (PIETRICOVSKY, 2015).

É importante reconhecer as limitações e contradições dos ODS, mas também evidenciar quais as mudanças políticas, sociais e institucionais são necessárias para avançar em direção a sociedades mais sustentáveis. A Agenda 2030 é a agenda global mais ambiciosa aprovada internacionalmente para mobilizar ações em torno de objetivos comuns (GIL, 2018).

Por isso, nosso foco aqui não são as ações do governo, nem do setor privado, mas de um movimento socioterritorial vigoroso, o MST, que, talvez inconscientemente, contribui muito mais para os ODS do que os detentores de poder econômico e político.

A Agenda 2030 é um território imaterial disputado por diversas instituições a partir de diferentes intencionalidades, relacionadas tanto à defesa do modelo de desenvolvimento neoliberal quanto à defesa de um modelo de desenvolvimento contra hegemônico. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) conciliam pautas reivindicatórias de diferentes instituições, por exemplo: Estados, partidos, empresas, movimentos socioterritoriais, organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, articulações, entre outras. Nesse sentido, a Agenda consiste em um plano de trabalho em escala global que dialoga e envolve diferentes tipos de instituições (JORGE et al., 2022).

Compreendemos que o alcance dos ODS passa necessariamente pela implementação de políticas públicas que contemplem a multidimensionalidade e a multiescalaridade do território. Partimos de um entendimento amplo de políticas públicas, considerando que elas não partem apenas do Estado, mas que também são construídas pelos movimentos, a partir de suas proposições e reivindicações.

Dentre as políticas construídas a partir das proposições e reivindicações dos movimentos temos a reforma agrária, realizada no Brasil de forma parcial, uma vez que as ações dos governos se basearam majoritariamente na criação de assentamentos rurais, como resposta à luta dos movimentos socioterritoriais, marcada pela ocupação de terras (GIRARDI; FERNANDES, 2008; FERNANDES, 2013). Para os(as) camponeses(as), os assentamentos significam a conquista da terra e representam uma nova fase da luta, em que é preciso conquistar as condições de vida e produção na terra (GIRARDI; FERNANDES, 2008).

Consideramos que a reforma agrária - sobretudo se for realizada de forma ampla e irrestrita, conforme reivindicam os movimentos – consiste em instrumento importante para o avanço do país no que se refere ao cumprimento da Agenda 2030 por se relacionar com vários ODS. Compreendemos a reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento territorial, que tem como centralidade transformar áreas improdutivas ou que não cumprem a função social em áreas produtivas voltadas para a agricultura camponesa/familiar, contribuindo para a correção das injustiças provocadas pelo capitalismo (FERNANDES, 2013)

Dessa forma, entendemos que a reforma agrária, ao proporcionar o acesso à terra, à produção e a melhoria das condições de vida, se relaciona e contribui para o alcance, por exemplo, do ODS 1- Erradicação da Pobreza, que tem entre suas metas a extinção da extrema pobreza para todas as pessoas em todos os lugares; a redução de pelo menos metade dos homens, mulheres e crianças de todas idades que vivem na pobreza; a implementação em escala nacional de medidas e sistemas de proteção social adequados para todos; a garantia do acesso à recursos econômicos, serviços básicos, novas tecnologias, propriedade e o controle sobre a terra (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Paralelamente, a reforma agrária colabora para a promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, bem como, para a geração de trabalho decente para todos (ODS 8). Por conseguinte, colabora também para a redução das desigualdades sociais (ODS 10), o que passa pela a geração e aumento de renda da população mais pobre (meta 10.1); o empoderamento e a promoção da inclusão social, política e econômica dos(as) assentados(as) (meta 10.2) e etc.

Outro exemplo é o ODS 2 – Fome Zero, que tem como finalidade erradicar a fome, promover formas sustentáveis de agricultura e alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, com atenção especial às crianças menores de cinco anos, adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos. As metas desse ODS abrangem ainda questões como a manutenção da diversidade genética, o aumento da produtividade e da renda dos(as) pequenos(as) produtores(as), a garantia do acesso seguro e igualitário à terra, insumos, serviços financeiros e mercados, dentre outros (ONU, 2015).

As próprias doações de alimentos analisadas nesse trabalho evidenciam que os acampamentos e os assentamentos de reforma agrária são territórios produtivos, solidários e necessários para a construção de um projeto nacional de soberania e segurança alimentar. Esses territórios disputam um modelo de desenvolvimento alternativo, assim como há disputas por modelos de desenvolvimento no interior da própria Organização das Nações Unidas. A proposta do MST tem centralidade na Reforma Agrária Popular, baseada na produção de alimentos diversificados, na preservação da natureza e na comercialização em circuitos curtos. Nesse sentido, esses elementos comprovam a potencialidade da reforma agrária para a erradicação da fome, o alcance da segurança alimentar e a promoção de uma agricultura mais sustentável.

Ao mesmo tempo, esses elementos mostram que a reforma agrária também se relaciona e pode contribuir para o alcance das metas do ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, que dentre outras questões, abordam a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais (meta 12.2); o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos, reduzindo os danos à saúde humana e ao meio ambiente (meta 12.4); a ampliação do acesso a informação e a conscientização sobre a importância do desenvolvimento sustentável e da construção de estilos de vida em harmonia com a natureza (meta 12.8) e a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis (12.7).

Esse último ponto sempre fez parte das pautas reivindicatórias defendidas pelo MST e outros movimentos camponeses, dando origem no Brasil a importantes políticas públicas de mercados institucionais, por exemplo, o PAA, que assim como já mencionamos é uma política que na atualidade vem sendo descontinuada², comprometendo o avanço do país no cumprimento das metas propostas pela Agenda 2030, principalmente, aquelas referentes a erradicação da fome, redução das desigualdades, segurança alimentar, melhoria da nutrição, incentivo ao consumo e a produção sustentáveis.

Outra questão, é que na atualidade a agroecologia consiste em uma das principais pautas defendidas pelo MST e outros movimentos socioterritoriais camponeses, sendo que várias experiências exitosas vêm sendo desenvolvidas nos territórios de reforma agrária (ZARREF, 2018).

² Os recursos destinados ao PAA passaram de 586,6 milhões de reais, em 2013, para apenas 41,3 milhões, em 2019 (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2020).

Assim, além de diversificados, muitos dos alimentos produzidos e doados pelos assentamentos são agroecológicos e, portanto, mais saudáveis, o que nos permite entender que, de certo modo, esses territórios contribuem para a melhoria da saúde, através da reposição adequada dos nutrientes e do fortalecimento do sistema imunológico, o que é relevante principalmente considerando o contexto de pandemia. Desse modo, as ações solidárias se relacionam com o ODS 3 – Saúde³ e Bem-Estar, que tem como escopo o acesso universal a saúde e a promoção do bem-estar para todos, em todas as idades e lugares (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A importância do consumo de alimentos agroecológicos para a saúde é evidenciada pelos(as) consumidores(as) da sacola agroecológica comercializada pelos camponeses do assentamento Guanabara, localizado em Imbaú, no estado do Paraná. A sacola agroecológica é uma iniciativa de um grupo de assentados(as), que semanalmente entregam em domicílios do município vizinho de Telêmaco Borba produtos como batata doce, beterraba, cenoura, feijão, leite, queijo, ovos e hortaliças. Segundo a consumidora entrevistada E. S, a produção de alimentos agroecológicos do assentamento é um trabalho essencial, uma questão de saúde:

Olha, pra mim o trabalho deles é fundamental, faz tempo já que nós compramos deles, não é? Eu só compro deles na verdade, para nós a questão da saúde é fundamental, eu tenho seis netos, cinco que comem aqui, é o trabalho que a gente precisa, na verdade. Essa sacola para nós é vida! Eu compro desde quando eles começaram, já tem mais de cinco anos. Para nós eles trazerem na porta de casa é uma benção, porque a gente não teria como ir lá buscar.

Além de contribuir para a melhoria da saúde por meio da produção, doação e comercialização de alimentos saudáveis (livres de agrotóxicos) em escala local e a preço justo, a questão da saúde é bastante discutida dentro dos assentamentos e acampamentos, especialmente durante a pandemia, período em que vários territórios se organizaram para repassar informações sobre os cuidados necessários, produzir e doar máscaras de tecido, preparados homeopáticos e produtos de assepsia. Um exemplo foi a ação realizada em abril de 2020 pela Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi), localizada no assentamento Santa Maria, em Paranacity (PR), que doou 60

³ Compreendemos que o conceito de saúde é mais amplo e complexo do que o proposto pela ONU. Além disso, existem diversos problemas relacionados ao acesso aos serviços de saúde públicos, sobretudo nas áreas rurais. Apesar dessas questões serem bastante pertinentes, nosso objetivo aqui é tão somente relacionar as ações de solidariedade do MST e o ODS 3.

litros de álcool 70% para o Hospital Municipal Doutor Santiago Sagrado Begga, também localizado em Paranacity (STURMER, 2020). Ademais, a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) esteve presente nas campanhas construídas pelo MST e outros movimentos na pandemia.

Por último, analisamos que a reforma agrária ainda dialoga com o ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, pois contribui para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável e para a redução das violências, sobretudo, as praticadas contra as famílias acampadas e envolvidas em disputas por terra. A reforma agrária também é uma questão de justiça social, considerando o histórico de exploração e desterritorialização que marca a questão agrária brasileira.

Consideramos a reforma agrária um processo multidimensional, isto é, que envolve todas as dimensões do território. Por essa razão, essa política se relaciona e tem a potencialidade de colaborar com o alcance de vários ODS da Agenda 2030, conforme buscamos mostrar nesse trabalho. Nesse sentido, entendemos que a reforma agrária interessa a toda a sociedade, pois ao possibilitar o acesso à terra, o crescimento econômico, a redução da desigualdade social e a produção de alimentos diversificados, de modo sustentável, para serem comercializados localmente e a preço justo, essa política beneficia tanto a população camponesa como a classe trabalhadora urbana.

Todavia, nos últimos anos, ao invés de promover, os governos têm descontinuado a política de reforma agrária⁴. Na atualidade, no governo de Jair Messias Bolsonaro, esse processo é ainda mais grave, pois a reforma agrária foi praticamente paralisada e políticas públicas essenciais para o desenvolvimento dos territórios camponeses foram interrompidas e descontinuadas (FERNANDES et al., 2020). Apesar do contexto desfavorável, os movimentos ainda conseguiram se organizar e realizar ações solidárias na pandemia, revelando para a sociedade a produtividade dos territórios camponeses.

Movimentos socioterritoriais construindo territórios sustentáveis

De acordo com o DATALUTA (2020), entre 1979 e 2019, 9.529 assentamentos foram criados no Brasil, beneficiando 1.095.883 famílias e distribuindo uma área de 82.496.027 hectares para a reforma agrária. A região Norte concentra 74,2% da área

⁴ Em 2019, apenas 2 novos assentamentos foram criados, o menor número da série histórica desde 1985 (DATALUTA, 2020).

destinada à reforma agrária e 22,8% das famílias assentadas, seguida pela região Nordeste com 12,8% da área dos assentamentos e 45,9% das famílias assentadas. No Centro-Oeste brasileiro está 10,1% das áreas dos assentamentos e 13,4% das famílias; no Sudeste 1,9% e 9,1%, respectivamente; e, por fim, a região Sul que tanto se destaca nas ações de solidariedade compreende apenas 1% da área dos assentamentos e 8,8% das famílias assentadas.

Como podemos perceber, os números da reforma agrária refletem as disparidades do território brasileiro. No Nordeste é onde estão assentadas quase metade de todas as famílias no Brasil, em uma área muito menor do que a destinada à reforma agrária na região Norte. O Sul tem apenas 1% das áreas de assentamento e, mesmo assim, como vimos na seção 1, produz e doa muito alimento.

Nesse artigo, não temos a pretensão de analisar a distribuição espacial dos assentamentos, mas apenas avaliar a importância dos territórios construídos pelos movimentos de luta pela terra. Vale ressaltar, ainda, que não existe apenas o MST envolvido na conquista desses territórios, mas, ele é um dos movimentos socioterritoriais protagonistas nessa frente de luta.

O relatório DATALUTA (2020) evidencia que os momentos de maior conquista de novos assentamentos foram os que tiveram maior pressão dos movimentos socioterritoriais por meio das ocupações de terra. E que nos últimos anos tem diminuído cada vez mais a criação de novos assentamentos. Em 2019, por exemplo, apenas 2 novos assentamentos foram criados, em contraposição ao ano de 2005 em que foram criados 872 novos assentamentos (maior número da série histórica). Vale destacar que a titularização de terras vem se configurando como uma política nas gestões de Temer e Bolsonaro, com a expedição de milhares de títulos definitivos e contratos de concessão de uso que aprofundam a disputa pelos territórios e beneficia o mercado de terras (FERNANDES *et al.*, 2020).

Ao mesmo tempo, a violência no campo e os conflitos por terra crescem vertiginosamente e os estados que integram a Amazônia Legal são os maiores focos de conflito. De acordo com o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (2020), houve 1.254 ocorrências de conflitos por terra, em 2019, o maior número registrado em toda a série histórica pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma média de 3,3 conflitos por dia.

Apesar da paralisação da reforma agrária e do aumento da violência no campo, os movimentos socioterritoriais vem construindo seus territórios por décadas no Brasil. De acordo com o MST, somente este Movimento foi responsável pelo assentamento de 400 mil famílias, a criação de 1900 associações, 160 cooperativas e 120 agroindústrias (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2022). Além disso, podemos mencionar os incontáveis projetos de vendas de cestas agroecológicas espalhados pelo Brasil, a rede de lojas Armazém do Campo e até mesmo a entrada do MST no mercado financeiro, por meio do Finapop para captar recursos para as cooperativas (SEGALLA, 2021).

Entendemos os acampamentos, assentamentos, cooperativas, lojas, feiras, cestas agroecológicas, o Finapop e as ações solidárias como formas de territorialização do Movimento, isto é, a expansão de seus territórios e a construção de novos territórios (FERNANDES, 2005). O território é multidimensional e isso significa que os Movimentos produzem territórios materiais (físicos) e também imateriais (mercado financeiro e o campo das ideias em geral) que abrangem diferentes dimensões: cultural, política, social, econômica, ambiental etc.

O MST vem construindo um amplo território imaterial com a defesa de determinadas pautas, tais como a reforma agrária popular, a agroecologia, as políticas públicas para a agricultura familiar, a soberania alimentar, dentre outras, que se relacionam os ODS, como vimos anteriormente.

Os territórios materiais e imateriais são interdependentes, pois para que a agroecologia, por exemplo, possa ser colocada em prática, é preciso terra para a produção. Da mesma forma que a terra para produzir alimentos saudáveis precisa do campo das ideias da agroecologia.

As doações de alimentos produzidos nos territórios da reforma agrária evidenciam a capacidade produtiva dos assentamentos, mesmo sem o incentivo e apoio do Estado, além de evidenciar a potência da articulação de diferentes movimentos e instituições em torno da pauta da alimentação. Além disso, o Movimento vem demonstrando capacidade de produzir diferentes alternativas para levantar recursos para as cooperativas e comercializar a produção.

As ações de luta pela reforma agrária, por melhores condições para a produção camponesa e por meios de comercialização que garantam melhores rendas para as

famílias assentadas contribuem para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais vêm estabelecendo parcerias para esse fim, como sugere a ODS 17. No entanto, falta um compromisso real do Estado brasileiro para o cumprimento dos ODS, caso existisse a vontade política de buscar um desenvolvimento não somente econômico, mas também social para o país, os movimentos seriam vistos como aliados e não como inimigos.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2020/14998-7 e processo nº 2020/15045-3. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Considerações finais

As ações de solidariedade do MST e de outros movimentos socioterritoriais são reveladoras da capacidade da agricultura camponesa de produzir alimentos em quantidade e qualidade que garantam a segurança alimentar e nutricional da população.

A pandemia da Covid-19 acirrou a problemática da fome e a importância das políticas públicas que promovem a produção e a distribuição de alimentos saudáveis. Infelizmente, o governo brasileiro vai na contramão da criação de uma estrutura de garantia da soberania alimentar e, portanto, também não contribui para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Por outro lado, o MST tem mostrado a importância da reforma agrária e seus resultados, doando toneladas de alimentos para diferentes setores da sociedade que necessitam de comida neste momento tão difícil para o Brasil e para o mundo. A partir dessas ações, o Movimento também dialoga com a sociedade e reivindica uma Reforma Agrária Popular e políticas públicas de apoio à agricultura camponesa.

Os movimentos socioterritoriais estão promovendo muitas ações que vão ao encontro dos ODS. No entanto, sabemos que os mais poderosos para contribuir com uma verdadeira mudança são os que detém o poder econômico e, infelizmente, os seus interesses são, muitas vezes, prejudiciais ao cumprimento dos ODS. Além disso, os

governos são coniventes com as empresas que apenas querem lucros e, até mesmo, atacam e criminalizam os movimentos socioterritoriais, como vemos no Brasil.

Portanto, precisamos de uma mudança paradigmática e nisso os movimentos também estão trabalhando, construindo territórios imateriais (ideias e concepções) que possibilitem um novo entendimento sobre a agricultura e a alimentação que, por sua vez, possam ser basilares para a construção de novos territórios da reforma agrária.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego, **CEPAL**, 4 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>>. Acesso em 08 mar. 2022.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Compêndio de Estudos Conab**, v. 27, Brasília: Conab, 2020.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/345983567_RELATORIO_DATALUTA_BRASIL_-_2020>. Acesso em 28 fev. 2022.

FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999). **Tese** (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Nera**, ano 8, n. 6, 2005.

FERNANDES, B. M. Entrando no território dos territórios. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e território em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 191-205.

FERNANDES, B. M. *et al.* A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 145, p. 2-13, jan. 2020.

FERNANDES, B. M. *et al.* A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v. 4, p.333-362, 2020.

GIL, C. G. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 140, p. 107-118, 2018.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

JORGE, A. A. et al. Nota conceitual aplicabilidade dos ODS na pesquisa: movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 169, p. 1-7, jan. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **50 toneladas de solidariedade no paraná.** Guarapuava. 30 mai. 2020a. Instagram:

@movimentosemterra. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CA0ZxG8h2Y6/>>. Acesso em 10 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **3 mil famílias da periferia de Londrina recebem alimentos do MST.** Londrina. 21 jun. 2020b.

Instagram: @movimentosemterra. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CBsuDpCBSvr/>>. Acesso em 10 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dia de marmita agroecológica em Curitiba.** Curitiba. 24 jun. 2020c. Instagram: @movimentosemterra. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CB1ezfthl7y/>>. Acesso em 12 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST doa 11 toneladas de alimentos em Florianópolis (SC).** Florianópolis. 2 jul. 2020d. Instagram:

@movimentosemterra. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CCJCZhuBvh9/>>. Acesso em 12 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Santa Casa e Comitê da Unespar recebem doao de alimentos do MST em Campo Mourão-PR. **MST**, 11 mai. 2020e. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/11/santa-casa-e-comite-da-unespar-recebem-doacao-de-alimentos-do-mst-em-campo-mourao-pr/>>. Acesso em 13 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa produo. **MST**, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-producao/>>. Acesso em 28 fev. 2022.

ORGANIZAO DAS NAOES UNIDAS – ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Traduo de Centro de Informaoes das Naoes Unidas para o Brasil (UNIC RIO). Rio de Janeiro, 2015.

PEIXOTO, Â. M. M.; OLIVEIRA, A. R. Produção de alimentos, agricultura camponesa e soberania alimentar: o PAA no estado de Goiás. **Confin**, Paris, v. 48, p. 1-20, 2020.

PIETRICOVSKY, I. Organizações preparam protesto contra Objetivos da ONU para Desenvolvimento Sustentável. [Entrevista cedida a] Amélia Gonzalez. **G1**, 2015.

Disponível em: <

<https://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/organizacoes-preparam-protesto-contras-objetivos-da-onu-para-desenvolvimento-sustentavel.html>>. Acesso em 14 jun. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **As perguntas mais frequentes sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, s.d. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/undp-br-ods-FAQ%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/undp-br-ods-FAQ%20(1).pdf)>. Acesso em 08 mar. 2022.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

SEGALLA, V. Em duas semanas, cooperativas ligadas ao MST captam R\$ 17,5 mi para a agricultura familiar. **Brasil de Fato**, 15 set. 2021. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/15/em-duas-semanas-cooperativas-ligadas-ao-mst-captam-r-17-5-mi-para-a-agricultura-familiar>>. Acesso em 28 fev. 2022.

STURMER, D. Cooperativa do MST doa álcool 70% para hospital no Paraná. **MST**, 2 abr. 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/02/cooperativa-do-mst-doa-alcool-70-para-hospital-no-parana/>>. Acesso em 20 jun. 2021.

TEIXEIRA, M. Campanha Natal Solidário: A magia do natal fluindo através do povo organizado. **MST**, 20 dez. 2020. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1vPxBxPreDzCqF2zbZ_4DFEEiAdQx1TXC>. Acesso em 25 jan. 2021.

VINHA, J. F. de S. C. *et al.* Reinventando as lutas na pandemia de covid-19: movimentos socioterritoriais e a construção da soberania alimentar no Brasil. In: VASCONCELOS, D. B. *et al.* (Orgs.). **Geografia e Covid-19: reflexões e análises sobre a pandemia**. São Paulo: FFLCH/ USP, 2021.

ZARREF, L. Agroecologia e o MST. **MST**, 24 out. 2018. Disponível em:

<<https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>>. Acesso em 25 jan. 2021.

Entrevistas Citadas

Entrevista concedida por P. S, membro da coordenação do acampamento Valdeir Roque. **Entrevista I** [2022] Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Acampamento Valdeir Roque, Quinta do Sol, 2022.

Entrevista concedida por N. M, membro da coordenação do acampamento Valdeir Roque. **Entrevista II** [2022] Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Acampamento Valdeir Roque, Quinta do Sol, 2022.

Entrevista concedida por E. S, consumidora da sacola agroecológica comercializada pelo assentamento Guanabara. **Entrevista III** [2021] Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Assentamento Guanabara, Imbaú, 2021.

Recebido em 11/03/2022. Aceito para publicação em 27/05/2022.
--

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, MULHERES E DOAÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL: as campanhas de solidariedade como resistência durante a pandemia da COVID-19

MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES, MUJERES Y DONACIÓN DE ALIMENTOS EN BRASIL: las campañas de solidaridad como resistencia durante la pandemia de COVID-19

Aline Albuquerque Jorge

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
aline.albuquerque@unesp.br

Lara Dalperio Buscioli

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
lara.dalperio@gmail.com

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
moreira.sillmara@gmail.com

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP). Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA).
janaina.vinha@uftm.edu.br

Roberta Oliveira da Fonseca

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
oliveira.fonseca@unesp.br

Larissa Araújo Coutinho de Paula

Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo
coutinholacp@gmail.com

Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
mesquitahcg@gmail.com

Resumo

No Brasil, durante a pandemia de Covid-19, o aprofundamento da questão da insegurança alimentar grave e da violência contra a mulher tornaram-se uns dos principais impactos potencializados pela postura adotada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro. Diante disso, diferentes sujeitos, organizados em movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, realizaram ações de resistência para mitigação destes problemas, tendo a solidariedade como elemento nucleador. Este trabalho analisa as ações das mulheres camponesas nas campanhas de doação de alimentos a partir do debate paradigmático, por meio de levantamentos bibliográficos, sistematização de dados quantitativos e da realização de entrevistas. As mulheres ocupam a centralidade

nas ações voltadas para as campanhas, caracterizadas pela diversidade de identidades dos sujeitos participantes, com doações de marmitas, cestas, produtos de higiene/limpeza, etc.. Esta centralidade coloca-se tanto nas produções dos alimentos quanto na gestão, preparação, estrutura de funcionamento/articulação e no campo paradigmático de discussões. Tais ações estão alicerçadas no Paradigma da Questão Agrária, pois buscam superar os problemas estruturantes do capital e propor mudanças socioterritoriais para um novo modelo de sociedade, pautado na justiça social e na promoção da Reforma Agrária Popular.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19. Mulheres. Paradigma da Questão Agrária. Doação de Alimentos. Movimentos Socioterritoriais.

Resumen

En Brasil, durante la pandemia de Covid-19, la profundización de la cuestión de la inseguridad alimentaria grave y la violencia contra la mujer se convirtieron en uno de los principales impactos potenciados por la postura adoptada por el Gobierno de Jair Bolsonaro. Ante esto, diferentes sujetos, organizados en movimientos socioterritoriales del campo y de la ciudad, realizaron acciones de resistencia para mitigar estos problemas, teniendo la solidaridad como elemento central. Este trabajo analizó las acciones de las mujeres campesinas en las campañas de donación de alimentos a partir del debate paradigmático, por medio de estudios bibliográficos, sistematización de datos cuantitativos y de la realización de citas. Las mujeres componen la centralidad de las acciones de donaciones de alimentos dirigidas a las Campañas, caracterizadas por la diversidad de identidades de los sujetos participantes, con donaciones de almuerzos, canastas, productos de higiene/limpieza, etc. Esta centralidad se sitúa tanto en las producciones de los alimentos agroecológicos como en la gestión, preparación, estructura de funcionamiento/articulación y campo paradigmático de discusiones. Enumeramos que tales acciones de solidaridad, envueltas en la Campaña de donación de alimentos, están basadas en el Paradigma de la Cuestión Agraria, así buscan superar los problemas estructurales del Capital y proponer cambios socioterritoriales para un nuevo modelo de sociedad, pautado en la justicia social y la promoción de la Reforma Agraria Popular.

Palabras clave: Pandemia de Covid-19. Mujeres. Paradigma de la Cuestión Agraria. Donación de Alimentos. Movimientos Socioterritoriales.

Introdução

Este trabalho faz parte das discussões realizadas pelo Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA¹, que busca, a partir dos espaços de diálogos construídos no interior

¹ DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra.

da Rede², a união entre as mulheres pesquisadoras/militantes, bem como o avanço do debate sobre o machismo, patriarcado, feminismo, movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, questão agrária, impactos socioterritoriais, produção científica, etc. como elementos de resistências e (re)existências dentro do contexto universitário.

O Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA surgiu em 2020. A partir das mudanças decorrentes da pandemia de Covid-19, nós mulheres, pesquisadoras e mães, sofremos os impactos que afetaram as nossas vidas nos espaços acadêmico, familiar e pessoal. Entretanto, antes mesmo desse período, já nos articulávamos todos os anos no Encontro Nacional da Rede DATALUTA. Ainda que pontualmente, essa aproximação manifestava-se em inúmeros momentos, de modo que as relações de gênero, em especial dos papéis das mulheres, começaram a ser frequentemente questionadas pelas integrantes da Rede: os tipos e as naturezas das atribuições desempenhadas nas atividades acadêmicas; a representatividade na mediação e composição das mesas dos eventos; a adoção de referenciais bibliográficos majoritariamente masculinos; a timidez de estudos agrários sobre gênero, feminismo e patriarcado; a presença do *mansplaining* nos debates e encaminhamentos de propostas e, até mesmo, na definição do período do evento - que, historicamente, desconsiderou a demanda das mulheres, as quais sempre denunciavam seus limites diante da sobrecarga de tarefas exigida pelo trabalho doméstico.

Cabe destacar que a própria Geografia Agrária vem passando por um período de renovação temática, cujo movimento também incorporou o debate sobre gênero nos últimos anos, uma lacuna no interior do pensamento geográfico. O entendimento das relações de gênero comparece como uma das temáticas que mais cresce nos estudos agrários, enfocando principalmente as relações e desigualdades entre gêneros, o protagonismo das mulheres nos processos de luta pela terra, na produção, comercialização e trabalho, na agroecologia e na relação com os movimentos sociais (VINHA, 2021).

² A Rede DATALUTA é composta por 14 universidades federais e estaduais no Brasil: Universidade Federal do Mato Grosso; Universidade Estadual do Maranhão; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal do Sergipe; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade Federal de Uberlândia; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Estadual Paulista e Universidade de Brasília.

Diante desses desafios, o Coletivo de Mulheres entendeu a urgência e a necessidade de avançar no debate sobre o feminismo e, em 2020, inaugurou na Rede um espaço de fortalecimento, reconhecimento, participação, autonomia e acolhimento entre as mulheres. Algumas estratégias foram traçadas, dentre elas, a proposta de um Dossiê, composto por trabalhos de *mulheres sobre as mulheres do campo*. Embora aprovada pela Rede DATALUTA, o projeto não foi aceito pelos editores do periódico escolhido, fato que culminou em novas discussões e no próprio fortalecimento desse coletivo.

É diante dessa trajetória recente, mais vigorosa e repleta de percalços, lutas e resistências, que observamos a necessidade da construção de estudos que centralizem os feminismos e as estruturas patriarcais que perduram no campo. Assim, o presente trabalho inicia um projeto coletivo que esboça reflexões a respeito das ações das mulheres organizadas em movimentos socioterritoriais e dos impactos da pandemia nos espaços de vida em que estão ligadas/territorializadas, principalmente, na questão de seguridade social e alimentar.

Elencamos a importância destas ações a partir do debate paradigmático e da resistência camponesa nos territórios rurais e urbanos, sobretudo, no envolvimento de diferentes campanhas nacionais que procuram mitigar parte dos impactos gerados pela pandemia. Essas ações estão aliadas ao enfrentamento e questionamento das políticas governamentais e de Estado, ao discurso da fome, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos e da solidariedade, tendo como base a soberania alimentar e na Reforma Agrária Popular.

Neste sentido, o Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA, com base no debate paradigmático, discute as ações das mulheres vinculadas aos movimentos socioterritoriais durante o período da pandemia de COVID-19. O foco foram as campanhas de doação de alimentos no território brasileiro e o projeto de Reforma Agrária Popular, buscando compreender as reivindicações e a espacialização dessas ações de resistência.

Para atingir os objetivos propostos, partimos de três procedimentos metodológicos:

- 1) Levantamento bibliográfico dos principais temas apresentados: fome, insegurança alimentar, vulnerabilidade social, ações de solidariedade, doações de alimentos, reforma agrária, entre outros;
- 2) Produção de informações quantitativas através da sistematização de notícias de jornais, dos sites dos movimentos socioterritoriais, do Banco de Dados DATALUTA, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) e da Agroecologia em Rede, que contribuíram para as principais análises e cartografias do trabalho;
- 3) Entrevistas realizadas via aplicativo do *WhatsApp*, com caráter formal e semi-estrutural. Partindo dos estudos de Colognese e Melo (1998), elaboramos um roteiro de entrevistas com a possibilidade de adicionar questionamentos conforme a fala da/do depoente. Nos trechos em que constam relatos orais das(os) entrevistadas(os) empregamos de nomes fictícios (nomes de flores) para identificar as falas.

Além dessas notas introdutórias e das considerações finais, o texto foi organizado em três partes. A primeira, intitulada “A vida das Mulheres e o contexto da pandemia de COVID-19: O que mudou?”, analisou a pandemia de forma conjuntural partindo dos seus impactos na vida das mulheres correlacionados com o debate da fome, violência, insegurança alimentar e soberania alimentar, basilares para compreendermos as campanhas. A segunda parte, denominada “O debate paradigmático e a centralidade das ações de solidariedade das mulheres na pandemia: resistência, enfrentamento e luta”, interpretou as ações promovidas pelas mulheres à luz do debate paradigmático, refletindo como as mulheres exercem centralidade nestas ações a partir da crítica aos problemas estruturantes do capital. Na terceira parte intitulada “A participação das mulheres nas doações de alimentos realizadas pelos movimentos socioterritoriais brasileiros na pandemia de Covid-19” foram analisadas as campanhas que envolvem o debate da alimentação/insegurança alimentar com foco nas doações de março de 2021, evidenciando a importância da participação das mulheres não só no recebimento dos alimentos, mas também na sua produção e distribuição.

A vida das mulheres e o contexto da pandemia de COVID-19: o que mudou?

O Brasil começou a enfrentar os impactos da pandemia decorrente do SARS-CoV-2 no início do mês de março de 2020, em um contexto de crise política e econômica que já se arrastava desde que se instaurou o golpe político-parlamentar-midiático em 2016. Naquele momento, enquanto alguns países da América Latina adotaram medidas específicas para as mulheres, como a licença remunerada para trabalhadoras domésticas na Argentina; campanhas de promoção de corresponsabilidade incentivando a divisão de tarefas domésticas e de cuidados em El Salvador, México, Argentina, e República Dominicana (ONU MULHERES, 2020). No Brasil, a única medida adotada pelo governo federal que beneficiou diretamente esse grupo esteve ligada ao Auxílio Emergencial, concedido aos beneficiários do programa Bolsa Família e famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa.

O Auxílio Emergencial, lançado em abril de 2020, visou o atendimento prioritário a trabalhadores (as) informais, desempregados (as) e famílias chefiadas por mulheres. Inicialmente, o governo federal previa um valor de R\$ 200,00, mas diante da pressão de movimentos sociais, a medida foi instituída em R\$ 600,00 (VIECELI, 2022). O programa estabeleceu, também, que mulheres provedoras de famílias monoparentais passassem a receber o valor de R\$ 1.200,00 durante o período de três meses.

Contudo, Garcia e Pandolfi *et. al.* (2021) afirmam que o Auxílio Emergencial mostrou-se insuficiente enquanto política pública para atender as necessidades já existentes para a maior parte da população, sobretudo com relação às mulheres:

Essas reflexões nos mostram que cerca de 121 milhões de brasileiros, cerca de 57% da população do país (estimada em aproximadamente 211 milhões de pessoas), estão atualmente em situação de pobreza. Quando somamos os milhões de inscritos no CadÚnico, os que já solicitaram o auxílio emergencial e os julgados aptos a receber o auxílio, temos uma população invisível para o governo e suas políticas públicas. Isso é consequência não só da limitada cobertura e qualidade dos serviços oferecidos pelas políticas sociais, do impacto das crises para o capital e suas consequências para o país, mas também das limitações impostas à reprodução da força de trabalho por empregos cada vez mais precários com direitos trabalhistas (GARCIA, PANDOLFI, *et. al.*, p. 361, 2021).

Essa cobertura limitada da política de assistência social destacada pelos autores agrava-se ainda mais quando olha-se a esfera da precarização das relações de trabalho, sobretudo, em decorrência da reforma da previdência. Do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e das desigualdades do mercado laboral, as relações de exploração aprofundaram-se ainda mais durante a pandemia.

Os dados da Tabela 1 (IBGE; CAGED, 2020) demonstram que o nível de desocupação (que se refere à situação de desemprego de pessoas em idade laboral) entre mulheres negras é de 63%. No primeiro trimestre de 2019 a taxa de ocupação formal das mulheres negras era de 42,5% passando para 42,2% no primeiro trimestre de 2020 e 36,6% no segundo trimestre do mesmo ano. Já com relação às mulheres brancas, no primeiro trimestre de 2019 a taxa de ocupação formal era de 47,9%, no primeiro trimestre de 2020 era de 47,4% e no segundo trimestre era de 42,6%. Os dados indicam que o impacto na relação de descarte e precarização do trabalho no contexto de pandemia é maior entre mulheres negras.

Quando comparamos a situação das mulheres em relação aos homens observamos que há uma discrepância ainda maior. Enquanto no segundo trimestre de 2020 o nível de ocupação formal de mulheres negras era de 36,6%, o dos homens negros era de 55,3%. No caso das mulheres brancas, o nível de ocupação era de 42,6%, já o dos homens brancos era de 60,5%. Isso mostra que a desigualdade de gênero, somada à desigualdade racial, aprofunda sobremaneira as condições de vulnerabilidade e desigualdade social.

Tabela 1 - Síntese do Mercado de Trabalho e Trabalhadores - Brasil 2017 a 2020

Sexo/Etnia	Nível de Ocupação				Taxa de Informalidade			
	2017/03	2019/03	2020/03	2020/06	2017/03	2019/03	2020/03	2020/06
Branco	65,7%	66,0%	32,3%	60,5%	41%	43%	42%	42%
Negro	61,3%	62,1%	62,1%	55,3%	50%	51%	51%	50%
Branca	47,0%	47,9%	47,4%	42,6%	38%	40%	41%	38%
Negra	41,1%	42,5%	42,2%	36,6%	47%	49%	50%	47%
Total Formais	53,1%	53,9%	53,5%	47,9%	44%	46%	47%	45%

Fonte: IBGE e CAGED, 2020. Org. Silva, 2022.

Reprodução: *Live*: Auxílio Emergencial no Brasil e no Espírito Santo, 2020.³

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/PPGPS.UFES/videos/262978261800298>.

A pandemia de Covid-19 corroborou para ampliar os índices de desemprego, para a queda na renda familiar, bem como favoreceu o endividamento e o corte de despesas das famílias. As mulheres responsáveis por famílias monoparentais fazem parte do grupo que sofreu com maior intensidade esses impactos. Destacamos ainda que as mulheres pretas ou pardas respondem pela maior parte das famílias monoparentais. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino:

Em 2018, 12,755 milhões de pessoas viviam em arranjos familiares formados por responsável, sem cônjuge e com filhos até 14 anos, compreendendo 7,4% da população. Desse total, em 90,3% dos domicílios a responsável era mulher. Dentre estas, 67,5% eram pretas ou pardas e 31,2% brancas (VIECELI, 2022, s/p).

Com o aumento de casos e a atuação de um governo declaradamente negacionista intensificou-se no país a crise sanitária que culminou em um total de mais de 653 mil mortes⁴. A situação das mulheres frente à pobreza, à violência, à fome e à desigualdade de gênero tornou-se ainda mais difícil. Em uma sociedade machista, são elas as principais responsáveis pelos cuidados familiares em termos de saúde, preparação de alimentos, limpeza e higiene, educação de crianças e cuidados com as pessoas idosas e adoecidas.

O documento publicado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2020, apontou que as brasileiras dedicavam diariamente mais de 10 horas com afazeres domésticos. Há casos nos quais elas são as únicas responsáveis por toda a casa, como nas famílias monoparentais. De acordo com a ONU Mulheres (2020), a pandemia levou 43% das brasileiras a triplicarem sua jornada de trabalho. Como exemplo, citamos a realidade daquelas que atuam no setor de comércio e serviços, áreas que, apesar de concentrarem ocupações informais, permitem maior flexibilidade diante da árdua rotina. A pandemia prejudicou a situação de tais mulheres, pois diante das medidas sanitárias para a contenção do vírus, muitas perderam seus trabalhos, em muitos casos, única fonte de renda familiar.

⁴ De acordo com dados do Ministério da Saúde, considerando a data vigente 10/03/2022, o total de mortes por Covid-19 no Brasil é de 653.498 pessoas. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

A sobrecarga, devido ao acúmulo e a junção de tarefas domésticas, de cuidado com a família e as exigências de manutenção do alto padrão de produtividade no ambiente de trabalho, também afetou o cotidiano das mulheres pesquisadoras/militantes desse Coletivo. Foi justamente em meio a pandemia que surgiu a iniciativa de organização interna das mulheres da Rede, com maior reflexão sobre o papel e a forma como nos ocupamos nos espaços da sociedade, incluindo o acadêmico.

O conjunto de funções atribuídas às mulheres, como as citadas anteriormente, é essencial para a manutenção do sistema capitalista, conforme aponta Federici (2017), e as mantêm numa condição de exclusão e escassez, já que esse trabalho não é remunerado. Portanto, é comum que as mulheres acumulem tarefas, sobrecarregando-se, independente das funções e dos espaços que ocupam na sociedade.

O tempo despendido com a educação das crianças também aumentou na pandemia, uma vez que creches e escolas fecharam nos períodos mais críticos de contágio e mortes. Em alguns estados, as atividades presenciais só retornaram a partir de 2022. Face ao descomedimento de funções e da impossibilidade de trabalharem, as mulheres tornaram-se ainda mais vulneráveis à pobreza e à fome.

No início do mês de abril de 2021 foram divulgados os resultados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil. O estudo foi realizado pela Rede PENSSAN, cujo Mapa Humano da Fome, um dos produtos elaborados para expor os retratos da fome no país, demonstrou a influência de questões de raça, gênero e escolaridade na situação de vulnerabilidade das famílias. Em 2020, 11,1% dos lares chefiados por mulheres passavam fome; já quando comparados aos chefiados por homens, esse número cai para 7,7% , o que evidencia a situação de maior vulnerabilidade das mulheres, principalmente no contexto de crise sanitária (REDE PENSSAN, 2021).

Freitas et.al (2021), ao analisarem o relatório da Rede PENSSAN, argumentam que a história recente do país permite reconhecer que a centralidade dada ao combate à fome nas agendas de governo entre os anos de 2004 a 2013 favoreceu a implementação de políticas públicas voltadas para esse fim, garantindo a intersetorialidade necessária para que as ações tivessem êxito. Ainda que o problema não tenha sido erradicado, em

2013, 4,2% da população encontrava-se em situação de fome, o menor índice alcançado até então. Os resultados do Inquérito realizado em 2021 mostram que regredimos aos patamares de 2004, quando a insegurança alimentar moderada estava em 12% e a grave em 9,5% (REDE PENSSAN, 2021).

A situação de vulnerabilidade econômica e social influencia também no contexto de violência contra as mulheres. Conforme apontam os dados da pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021), a violência doméstica afetou sobremaneira as mulheres durante a pandemia. A pesquisa aponta que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirmaram ter sofrido algum tipo de violência no período entre junho de 2020 e junho de 2021.

Segundo Madeira, Furtado e Dill (2021) as denúncias divulgadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos feitas pelo 180 aumentaram em 14% - e houve um aumento de 37,6% em abril de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior. A quarentena adicionou agravantes à situação delicada que muitas mulheres já vivenciavam, como a sobrecarga de trabalho, o estresse e problemas emocionais, o abuso de álcool e outras drogas, além da diminuição dos serviços de enfrentamento à violência.

Diante disso, mulheres de diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais têm se organizado nas diversas regiões do Brasil para enfrentar a realidade vivida na sociedade machista e patriarcal.

Ações solidárias, como as doações de alimentos, ocorreram nesse contexto. Por mais que essas ações tenham sido realizadas, sobretudo, por meio da articulação entre movimentos de vários espaços, cabe destacar o protagonismo das mulheres camponesas, que vai desde a produção até o preparo e distribuição dos alimentos doados. Compreendemos que essas ações se inscrevem dentro de uma determinada visão de mundo. Por isso, na sequência, realizamos o esforço de interpretar tais ações solidárias protagonizadas pelas mulheres camponesas a partir do debate paradigmático.

O debate paradigmático e a centralidade das ações de solidariedade das mulheres na pandemia: resistência, enfrentamento e luta

Dado o histórico desenvolvimento predatório e excludente do capitalismo no campo brasileiro, em que a territorialização das corporações transnacionais do agronegócio e da mineração lideram esse processo na contemporaneidade, inúmeras interpretações podem ser lançadas para o entendimento dessa realidade. Há pelo menos 17 anos, no Núcleo de Estudos e Projetos de Reforma Agrária (NERA-UNESP), esse coletivo de pensamento vem somando esforços para construir leituras teórico-metodológicas propositivas e autônomas que possam compreender a conflitualidade do campo (FERNANDES, 2005). Fundado no materialismo histórico-dialético, o *debate paradigmático* (FERNANDES, 2005; FELÍCIO, 2011), também denominado de *abordagem paradigmática* (CAMPOS, 2012), comparece como um desses esforços. O debate expressa-se em dois paradigmas que enxergam, de modos distintos, o espaço agrário brasileiro: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Diante de algumas inquietações acadêmicas que o *debate paradigmático* tem gerado, consideramos que, inicialmente, é preciso enfatizar que nossa proposta não dialoga com uma classificação dual e/ou impositiva que captura e enclausura a realidade em dois paradigmas. Aos que insistem nessa discussão, parece-nos que o *debate paradigmático* é ameaçador às posturas colonialistas de centros tradicionais de produção e difusão do conhecimento, os quais não procuram dialogar, mas monopolizar toda e qualquer tentativa que advenha das “periferias acadêmicas”. O debate está edificado nos pressupostos da teoria marxista, isto é, ancorado na luta de classes, pois acredita-se que o campo pode ser interpretado por visões de mundo que ora se inclinam ao enfrentamento, superação e resistência às relações capitalistas, ora enxergam as possibilidades de desenvolvimento, adaptação e integração no interior do capitalismo.

Um paradigma consiste na elaboração de uma visão de mundo abrangente sobre a realidade, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais* (CAMPOS, 2012). Isso significa que um paradigma alcança uma dimensão social do conhecimento, ou seja, necessita de

uma comunidade científica para concretizar-se como tal. Assim, no seio da sociedade, os paradigmas também apresentam um conjunto de *dimensões paradigmáticas* – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades (CAMPOS, 2012). Podem representar, por exemplo, interesses do Estado, corporações, universidades, partidos políticos, movimentos sociais e coletivos de pensamento, com ideologias, desejos e determinações sobre o campo que variam de acordo com as pretensões e a correlação de forças das classes sociais. “Por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação à execução da política é fundamental” (FERNANDES *et. al.*, 2012, p. 29).

Por isso, ao refletir as ações realizadas pelas mulheres nas campanhas de doação durante o período pandêmico, como será discutido na próxima seção, compreendemos que essas ações não são pontuais, isoladas ou desconexas de um projeto político e visão de mundo. Não se constituem como um movimento assistencialista ou caracterizado como ato de filantropia ou caridade, mas são erguidas por mulheres que defendem a Reforma Agrária Popular⁵. Buscam superar os problemas estruturantes do capital e propor mudanças socioterritoriais para um novo modelo de sociedade, pautado na justiça social e no direito de acesso à terra. Logo, neste trabalho, as ações dessas mulheres são interpretadas diante do Paradigma da Questão Agrária (PQA).

O PQA orienta seus estudos no entendimento da problemática travada pela luta de classes, de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que tentam superar o modelo excludente capitalista. Suas perspectivas exaltam camponesas e camponeses como sujeitos ativos na luta. Por admitir a conflitualidade, seu escopo de análise não limita-se à lógica do capital (FERNANDES, 2005). A perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital.

⁵ Entendemos o conceito de Reforma Agrária Popular a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que propõe “uma mudança estrutural na relação com o acesso à terra, com os bens da natureza, modos de produção e organização comunitária camponesa” (2021b, [1]). Assim, a Reforma Agrária Popular envolve o enfrentamento ao capital nas suas diversas manifestações para garantia do acesso não somente à terra, ainda que esse seja o primeiro direito a ser conquistado, mas, também, à todas as dimensões da vida camponesa (MST, 2021b).

As ações de solidariedade das mulheres trazem em sua concepção a resistência, a luta pela terra e pela oportunidade de permanecer nela. Incorpora as demandas trazidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais participantes, em especial das mulheres, com objetivos de luta/ação para amenizar problemas estruturais que foram agudizados na pandemia, como é o caso da fome, por exemplo. Com isso, reivindicam a soberania alimentar como perspectiva de transformação social e de resistência ao modelo territorial baseado na economia do agronegócio (DELGADO, 2012). Efetivadas, majoritariamente, por mulheres, essas ações de solidariedade compõem um outro modelo de desenvolvimento territorial, pautado na Reforma Agrária Popular (VINHA *et. al.*, 2021).

Essas doações se contrapõem às ações e práticas empreendidas perversamente pelo Governo de Jair Messias Bolsonaro, as quais se amparam na lógica do agronegócio e têm o intuito de minar qualquer ação que minimamente atenda os povos camponeses, quilombolas e originários. Uma das estratégias é destruir as possibilidades de (re)criação social desses sujeitos, esvaziando os recursos destinados às políticas públicas e, conseqüentemente, dificultando seu acesso. Destacamos, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 pelo Governo Federal, considerada umas das principais políticas públicas de fortalecimento da agricultura camponesa e de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, mas que vem sofrendo, mais intensamente desde o golpe em 2016, drásticos cortes em seu orçamento, afetando milhares de famílias no campo e na cidade.

Diante do debate paradigmático, a postura do governo federal pode ser interpretada junto ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Nele, a questão agrária não ocupa centralidade, tampouco a conflitualidade, sem perspectiva de transformação dos padrões estruturais. Acredita-se na avidez do capitalismo, cujos problemas podem ser superados no interior do próprio sistema, a partir da integração e conversão do campesinato na agricultura familiar. As desigualdades ocasionadas são conjunturais e devem ser "superadas" por meio de políticas públicas que possibilitem a "integração" do "agricultor familiar" ao mercado capitalista. Não obstante, também defende os interesses do agronegócio, que no Brasil, atua na reprimarização da economia via produção de *commodities* destinadas à exportação.

A título de exemplo, destacamos a campanha “De olho no material escolar: plantando verdades e colhendo conhecimento”⁶, liderada pelas “mães do agro”, que patrulha e censura materiais didáticos escolares que manifestem os problemas sociais e ambientais ocasionados pelo agronegócio. A tentativa avança, e pretende interferir no Programa Nacional do Livro e do Material Didático e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sem dúvida, este é mais um ataque da agricultura capitalista, revigorado por mulheres que participam da burguesia agrária nacional e que defendem a perpetuação da desigualdade no campo. Intelectuais como Graziano (2020, p. [1]) corroboram com essa visão, afirmando que “se ataca a imagem do agro, menosprezando sua importância na economia, na sociedade e na cultura nacional. Fazem isso dentro da sala de aula. Deturpam a mente das nossas crianças”.

A diferenciação dessas posturas paradigmáticas explica-se, sobretudo, pela adesão político-ideológica expressa nas visões de mundo. No PCA, como dito, o capitalismo permanece como horizonte, bastando que mudanças conjunturais ocorram e integrem as famílias camponesas ao mercado. Aposto no avanço do capital no campo, fortalecido pela narrativa do crescimento econômico gerado pelos elevados índices de produção das *commodities*. No PQA, além do reconhecimento dos limites do capitalismo, existe uma postura que demarca o enfrentamento, a resistência, a luta e a superação. Na seção a seguir, a partir das ações protagonizadas pelas mulheres focadas nas doações, compreendemos melhor essas práticas, seus sentidos e significados frente à defesa do projeto de Reforma Agrária Popular.

A participação das mulheres nas doações de alimentos realizadas pelos movimentos socioterritoriais brasileiros na pandemia de Covid-19

Durante a pandemia de Covid-19, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais vêm organizando campanhas e realizando doações de alimentos em todo o país. Compreendemos que diante da crise atual, as mulheres têm sido protagonistas na luta contra as desigualdades e as violências e na produção de alimentos em espaços coletivos e

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/deolhonomaterialescolar/?hl=pt>.

na organização e realização de ações solidárias em todo o país (QUIRINO, 2020). A importância das doações de alimentos só pode ser compreendida considerando o contexto de crise econômica, social e agora sanitária, que faz com que a insegurança alimentar cresça significativamente no país, conforme demonstrado inicialmente.

Destacamos que as mulheres que compõem o Coletivo ligado a Rede DATALUTA participaram de diversas ações solidárias realizadas pelos movimentos, dentre outras, aquelas realizadas pelo MST em diversos estados brasileiros, como no Paraná e São Paulo, e junto à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), na Bahia. Nossa contribuição ocorre na condição de pesquisadoras e militantes, partindo da compreensão de que o agir e o pensar não se separam, e que esses dois elementos são constituintes da nossa visão de mundo.

Segundo Santos e Picolotto (2019), no interior do quadro político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), historicamente, as mulheres lutaram para se fazerem sujeitos políticos. Esses fatos corroboram com a fala da camponesa entrevistada Dália Silva, integrante da coordenação nacional do MST, que indica que suas atuações durante a pandemia partem do assentamento até as ações nas cidades:

A participação das mulheres do Movimento Sem-terra é sempre uma ação de vanguarda. As mulheres sempre estiveram presentes nas ações do Movimento, especialmente quando **a gente debate esse tema da solidariedade, da cooperação, da agroecologia, da produção de comida**. As mulheres sempre tiveram papel destacadamente avançado aí, a frente da nossa organização. Então, desde o debate político pra fomentar isso nos nossos territórios, a prática da produção de alimentos nas hortas, nos hortos, nos quintais, nas roças, as mulheres costumam ir com muita força e também pelo entendimento da missão, da importância da gente produzir comida pra poder alimentar as famílias (Dália Silva em entrevista concedida a Jorge, 2021 – grifo nosso).

Compreendemos que o processo de luta das mulheres perpassa por diferentes espaços, territórios e sujeitos, ocorrendo a necessidade de uma organização que considere as diversas realidades que assolam suas vivências, despontando a perspectiva de transformação social através da soberania alimentar e nutricional:

Então são as mulheres que lá na ponta, no cuidado com a família, que passa pela alimentação, entendem que ao falar disso fica muito mais fácil debater com as companheiras e fazer com que elas assumam essa missão tão importante que é a **missão de produzir e doar alimentos** para aqueles e aquelas que precisam num momento como esse (Dália Silva em entrevista a Jorge, 2022 – grifo nosso).

Tais afirmativas corroboram com Machado, Jorge e Fernandes (2021), que entendem as ações solidárias realizadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais camponeses e evidenciam que a reforma agrária é uma questão de interesse social. Por meio dessas ações, os movimentos constroem espaços comunicativos e de socialização política. Isso se faz presente nos acampamentos e assentamentos que doam os alimentos, nas cozinhas, locais em que as marmitas são preparadas, e nas ruas, ao entregar as doações à população. Essas ações contribuem para a articulação entre diferentes movimentos e instituições, tais como sindicatos e organizações não governamentais (ONGs), permitindo o fortalecimento e a construção de pautas coletivas e a ampliação das escalas de ações.

Estes fatos podem ser relacionados às análises de Pedon (2009), que abordou as escalas de origem e o impacto que a atuação dos movimentos socioterritoriais proporcionam. A escala de origem refere-se à capacidade que um movimento tem de articulação na agenda de luta com outros movimentos. Já a escala do impacto transcende estes aspectos, e está diretamente ligada à agenda dos movimentos, no qual as campanhas carregam intencionalidades e reivindicações.

De maneira geral, as campanhas de doações de alimentos têm uma característica importante a ser destacada: a diversidade de movimentos socioespaciais e socioterritoriais participantes, como camponeses, juventudes, centrais sindicais, movimentos urbanos e, principalmente, mulheres. Movimentos que estavam envolvidos em diferentes objetivos de luta/ação se unem para mitigar os problemas de insegurança alimentar intensificados durante a pandemia, colocando, mais uma vez em pauta, o debate da soberania alimentar como perspectiva de transformação social.

Em Vinha *et. al.* (2021), o MST foi apontado como o principal sujeito que realizou e participou de ações solidárias. Das mais de 100 ações estudadas no período de março a dezembro de 2020, 65% foram realizadas pelo movimento, enquanto as outras 20% foram feitas em parceria com outros movimentos, instituições, associações e grupos, envolvendo diferentes frentes internas do Movimento, como Mulheres e Juventude.

Segundo os dados levantados e sistematizados por Machado, Jorge e Fernandes (2021), as primeiras doações de alimentos realizadas pelo Movimento em função da crise

sanitária ocorreram em março de 2020, sendo que nesse mês foram doadas o total de 1 tonelada de alimentos *in natura* e 8 mil marmitas, distribuídas no estado de Pernambuco em uma ação conjunta com a Arquidiocese de Olinda e Recife (MST, 2020).

Em entrevista a Buscioli (2021), o militante do MST Gerânio Marcos, do Setor de Produção, afirma que a solidariedade é um elemento político do Movimento e de contestação da situação em que parcela da população vive, sendo ainda um espaço de formação, pois aglomera vários sujeitos para tais doações, evidenciando, assim, a escala de impacto das mesmas.

As doações lideradas pelos movimentos socioterritoriais durante a pandemia não indicam apenas a solidariedade, mas expressam outras manifestações da luta que fortalecem e reinventam a construção da Reforma Agrária Popular do país. É um projeto que tem como pilar a garantia da soberania alimentar, reforçando o papel dos movimentos do campo como provedores de alimentos saudáveis e realçando o seu protagonismo na construção de alternativas que contestem e superem as desigualdades engendradas pelo capitalismo (VINHA *et. al.*, 2021).

Segundo Machado, Jorge, Fernandes (2021), no período de março de 2020 a março de 2021, somente o MST realizou, tanto de forma individual como associado a outros movimentos e instituições, cerca de 470 ações solidárias em todo o Brasil, que resultaram na doação de 1.760 toneladas e 595 quilos de alimentos *in natura*, 98.102 marmitas, 9.646 cestas de alimentos, 8.275 pães, 22.936 litros de leite, 2.738 cestas básicas, 487 kits de alimentos com produtos de higiene e centenas de cafés da manhã solidários.

As doações foram recebidas por povos indígenas e quilombolas, comunidades e bairros periféricos, ocupações urbanas, trabalhadores em greve, hospitais públicos, famílias afetadas por enchentes, etc.. Entre os movimentos e instituições que participaram dessas ações, estão o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A articulação entre movimentos e instituições resultou na construção de campanhas, como a Mãos Solidárias, criada em 2020 no estado de Pernambuco, inicialmente com o projeto Marmitas Solidárias (MÃOS SOLIDÁRIAS, 2020).

Em relação à espacialização das ações, Machado, Jorge e Fernandes (2021, p. 33, tradução nossa) afirmam que a região Sul do Brasil “[...] foi onde ocorreu mais de 50% das doações de alimentos in natura, quase 45% das marmitas e 50% das cestas. O Nordeste foi responsável pela doação de quase 40% das marmitas. Já a região sudeste foi a segunda que mais doou marmitas (36%) e cestas (35%) [...]”. No Centro-oeste e no Norte do país praticamente não foram registradas ações solidárias, o que pode estar relacionado à concentração do agronegócio na primeira região e ao predomínio de outras formas de luta no Norte.

No que tange ao DATALUTA, a primeira ação solidária registrada que envolveu diretamente as mulheres ocorreu no dia 16 de abril de 2020, por meio da campanha “Leite Fraternal”, quando o MST, em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF) e pequenos(as) agricultores(as) da bacia leiteira da região do Cariri, no estado da Paraíba, arrecadaram dinheiro e compraram cerca de 4 mil litros de leite produzido pela agricultura familiar camponesa. Em seguida, doaram a quantia adquirida para ocupações urbanas na região metropolitana de João Pessoa e Campina Grande (ALVES, 2020), conforme podemos observar na Figura 1.

Figura 1: Campanha Leite Fraternal e a participação das mulheres na entrega e recebimento



1) Militante do MST na organicidade da distribuição do leite. 2) Mãe recebendo os alimentos. Fonte: Alves, 2020. Org. Autoras

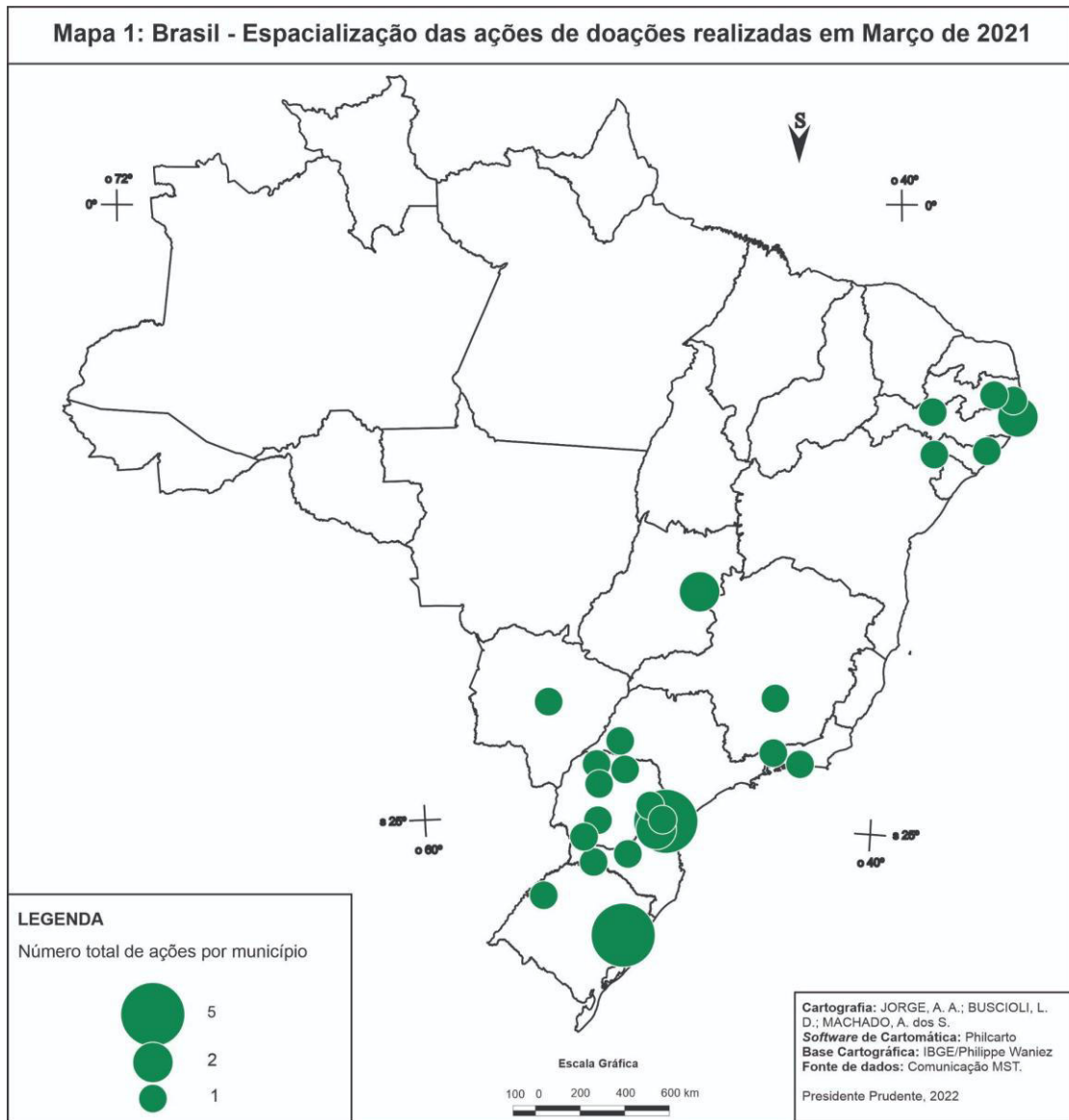
Segundo Alves (2020), ao mesmo tempo em que a ação ajudou os(as) assentados(as) da reforma agrária e agricultores(as) familiares da região a manterem seus territórios em meio à crise sanitária, também beneficiou a população das cidades que vivem em situação de rua, catadores(as) de materiais recicláveis, ambulantes, dentre outras pessoas. A doação teve a participação de militantes de outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD) e a Marcha Mundial das Mulheres, fato que evidencia a importância da participação das mulheres não só no recebimento dos alimentos, mas também na produção e distribuição.

Destacamos que uma das principais características das ações solidárias é que normalmente são realizadas próximo de datas significativas para a luta camponesa, dos(as) trabalhadores(as) e das mulheres. Um exemplo foi o mês de março de 2021, em que as mulheres camponesas iniciaram uma jornada nacional de luta com o tema da campanha “Mulheres pela vida, semeando a resistência contra a fome e as violências”, em referência ao Dia Internacional da Mulher (08 de março).

Diante disso, focamos nossa reflexão nas ações de doações realizadas por estas mulheres em março de 2021, com destaque para o MST. Ressaltamos que tal proposição metodológica decorreu da dificuldade de obter informações objetivas sobre o papel destas mulheres nas ações de solidariedade, fato diretamente relacionado à invisibilidade da mulher na sociedade.

Em decorrência da data representativa, grande parte dessas doações foram produzidas por mulheres. No total, foram doadas quase 63 toneladas de alimentos *in natura*, 8.800 marmitas e 625 cestas em todo o país com a participação das mulheres (MACHADO; JORGE; FERNANDES, 2021).

Estes dados correspondem a 36 ações realizadas com a participação de mulheres camponesas neste mês. No Mapa 1, apresentamos a espacialização destas ações como elementos importantes para compreendermos as escalas de ação e o impacto das doações. Esses atos buscam, além da solidariedade, a reivindicação e repúdio contra as políticas adotadas pelo governo federal brasileiro.



Conforme observamos no Mapa 1, as doações ocorreram principalmente no Sul do país, com destaque para o Paraná, que registrou 14 ações. Como parte das campanhas de doação de alimentos, foram organizados atos em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da vacinação em larga escala; mutirões para plantio em áreas coletivas e doações de sangue (BRASIL DE FATO, 2021a). Só em Curitiba houve cinco ações com a participação do MST do Coletivo Marmitas da Terra e da Frente Feminista de Curitiba e Região Metropolitana, doando marmitas à moradores em

situação de vulnerabilidade social em ocupações urbanas, bairros periféricos e na casa de acolhida do migrante e do refugiado (Figura 2).

No município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, houve cinco ações de doação de marmitas e cestas com representantes do MST e do Comitê Contra a Fome e Contra o Vírus para pessoas em situação de vulnerabilidade social. O Distrito Federal, o Recife (PE) e a Lapa (PR) registraram, cada uma, duas ações de solidariedade, e contaram com o envolvimento do coletivo de mulheres do MST e da "Campanha Mãos Solidárias". O foco foram as pessoas em situação de vulnerabilidade social, dependentes químicos e catadores e catadoras de materiais recicláveis.

No Rio de Janeiro, as mulheres do MST e de outros movimentos construíram a campanha "Mulheres na luta pela vida! Fora Bolsonaro! Vacina para todos e auxílio emergencial já!", que entre as mobilizações, incluiu a doação de mais de 600 marmitas na capital e no sul fluminense (MST, 2021a) - Figura 2.

Figura 2: Painel Fotográfico - Ações de solidariedade realizadas pelas mulheres nas campanhas relacionadas em março de 2021



Foto 1: Mulheres Sem Terra doam marmitas no Rio de Janeiro e Sul Fluminense. Foto 2: Mulheres Sem Terra doam alimentos para 35 famílias na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Foto 3: Mulheres do coletivo Marmitas da Terra e a Frente Feminista de Curitiba e Região Metropolitana doam marmitas em Curitiba (PR) Foto 4: Mulheres camponesas no MST e do MPA doam alimentos na cidade de Jaru, em Rondônia. Fontes: MST – redes sociais e site oficial (2021a). Org. Jorge; Buscioli, 2022.

Para além destas ações, o protagonismo das mulheres camponesas também pode ser percebido na preparação e distribuição de marmitas, como em Curitiba (PR), cidade em que o projeto Marmitas da Terra, realizado pelo MST e outros movimentos e instituições, distribuiu até o mês de dezembro de 2021 cerca de 100 mil marmitas (BRASIL DE FATO, 2021b).

Vale destacar a diversidade de pautas abordadas pelas mulheres nas campanhas, incorporando questões que vão além da Reforma Agrária Popular, como o combate às diversas formas de violência, à defesa da saúde pública e da vacinação, a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga das mulheres, bem como a reivindicação do retorno do auxílio emergencial para a população em situação de vulnerabilidade social.

Considerações finais

Neste artigo procuramos demonstrar a importância da participação das mulheres nas campanhas de doações de alimentos realizadas no Brasil pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais durante a pandemia de Covid-19, identificando a perspectiva paradigmática que fundamenta suas ações. Partimos da análise pautada no Paradigma da Questão Agrária, por entender que os problemas estruturantes do capital não podem ser resolvidos dentro do sistema, e que as lutas estabelecidas pelos movimentos se colocam como uma estratégia de transformação da sociedade, que perpassa pela legitimação e reconhecimento das pautas reivindicatórias das mulheres.

O contexto pandêmico não somente evidenciou, como também intensificou, a condição de desigualdade social, desvalorização e violência que as mulheres já viviam. Nas cidades e no campo, muitas tornaram-se ainda mais sobrecarregadas com os afazeres domésticos, os cuidados de saúde e a educação dos filhos. Em virtude das medidas de contenção do vírus somadas à falta de assistência do Estado negacionista, muitas famílias ficaram sem fonte de renda, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres. No campo, o que perpetua é a dificuldade do acesso às políticas públicas para a produção de alimentos, principalmente pelas camponesas, empobrecendo-as, enquanto que nas cidades, as mulheres enfrentam situações de desemprego e subemprego.

Os movimentos socioterritoriais, por meio das campanhas de solidariedade, contribuem sobremaneira para a redução dos efeitos da pandemia relacionados à fome e à insegurança alimentar. Nas entrevistas, foi bastante destacado pelas depoentes que a solidariedade é uma prática constante dos movimentos, dentre eles, o MST. A

centralidade das ações solidárias nas pautas dos movimentos está relacionada ao Paradigma da Questão Agrária, que tem como principal elemento a luta de classes.

Encontramos dificuldades no acesso às informações quantitativas e qualitativas que evidenciem a situação das mulheres no Brasil em algumas dimensões, como os dados específicos sobre a realidade daquelas que vivem no campo. Além disso, notamos nas notícias veiculadas pela mídia que há pouca visibilidade nas ações organizadas e desempenhadas pelas mulheres, até mesmo no que se refere às ações de solidariedade. Isso revela a necessidade realizar, em várias esferas, mais pesquisas sobre as mulheres e, ao mesmo tempo, publicizar pesquisas feitas pelas mulheres.

Elencamos que as análises das temáticas que apresentamos são resultados das vivências acadêmicas, pessoais, políticas e de militância das mulheres que compõem a Rede DATALUTA. A partir das nossas pesquisas, e também com a atuação direta junto aos movimentos e organizações do campo, da cidade, das florestas e das águas, buscamos somar forças nas suas lutas cotidianas.

Tais questões evidenciam também a importância do Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA no meio acadêmico, principalmente no interior da própria Rede, a partir da inserção de debates e discussões junto aos pesquisadores sobre o feminismo, o papel das mulheres nas pesquisas acadêmicas, nas propositivas de participação das mulheres em coordenações de grupos de pesquisa, mesas e organização de eventos científicos. Tenta-se promover a paridade nas participações e decisões, trazendo as problemáticas estruturantes vinculadas ao machismo/patriarcado e construindo novas formas de atuação neste espaço.

Consideramos esses elementos como conquistas significativas dentro do Coletivo e para todo o corpo que compõe a Rede DATALUTA, uma vez que contribuem como um processo formativo para os diferentes pesquisadores e escancaram temáticas que impactam diretamente nossos corpos e vivências em diferentes espaços. Ainda, fortalece o campo identitário e organizativo, pois embora o seu surgimento seja recente, nós já trabalhávamos, pesquisávamos e militávamos juntas.

Por último, destacamos que este texto é um marco histórico para o Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA, por ser o primeiro artigo elaborado pelo grupo.

Gostaríamos que este trabalho pudesse ter reunido um número maior de autoras, porém, em função das demandas e sobrecargas, nem todas as companheiras puderam participar. Esperamos que essa experiência impulse e fortaleça outras trocas, diálogos e iniciativas de pesquisas colaborativas dentro da própria Rede, em outras redes/grupos de pesquisa e nos diferentes movimentos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cida Alves. Na Paraíba, voluntários e MST doam quatro mil litros de leite a ocupações urbanas. **Brasil de Fato**, 16 abr. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/jnuEM>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL DE FATO. No Paraná, camponesas do MST preparam doações de alimentos para marcar Dia da Mulher. **Brasil de Fato**, 5 mar. 2021a. Disponível em: <encurtador.com.br/fswC4>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL DE FATO. "Marmitas da Terra" chega a cem mil refeições doadas com Natal para pessoas em situação de rua. **Brasil de Fato**, 22 dez. 2021b. Disponível em: <encurtador.com.br/txzAG>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: **Cadernos de Sociologia**, 1998. v. 9, p. 143-159.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999)**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (et al.) **Políticas fundiárias no Brasil**: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. Roma: International Land Coalition, 2012.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. Datafolha Instituto de Pesquisas. Disponível em: encurtador.com.br/mBR57>. 3ª edição, 2021.

FREITAS, Gabriele Carvalho de; ARAÚJO NETO, Luiz Alves; D'ÁVILA, Cristiane. Fome no Brasil: a comida na mesa continua incerta. **Site do Observatório História e Saúde - COC/FIOCRUZ**, 2021. Disponível em: http://ohs.coc.fiocruz.br/posts_ohs/fome-no-brasil-a-comida-na-mesa-continua-incerta/#_ftn1. Acesso em: 28 de março. de 2022.

GARCIA, Maria Lúcia; PANDOLFI, Aline; LEAL, Fabíola.; STOCCO, Aline; *et. al.* The COVIS-19 pandemic, emergency aid and social work in Brazil. In: **Sage Journals**, March 4, 2021, Volume 20, pages 356-365.

GRAZIANO, Xico. De olho no material escolar. Poder 360°, 25 nov. 2020, Opinião. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/de-olho-no-material-escolar-por-xico-graziano/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero**: indicadores sociais das Mulheres no Brasil em 2021. Disponível em: < encurtador.com.br/bkHZ6 >. Acesso em 14 fev. 2022

MADEIRA, Lígia Mori; FURTADO, Alves Bernardo; DILL, Alan Rafael. **Vida**: simulando violência doméstica em tempos de quarentena. (Textos para discussão) IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório econômico. Brasília: Ipea; IBGE, 2021. Disponível em: encurtador.com.br/svzP8> Acesso em: 01 mar. 2022.

MACHADO, Angela dos Santos.; JORGE, Aline Albuquerque. FERNANDES, Bernardo Mançano. Inseguridad alimentaria y donaciones solidarias del MST en la pandemia de Covid-19 en Brasil. In: **Comida y comunidad**, Clacso. Número 2. Diciembre 2021.

MÃOS SOLIDÁRIAS. **Campanha Mãos Solidárias – Quem somos.** 2020?.

Disponível em: <<https://www.campanhamaossolidarias.org/quem-somos>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MARCOS, Gerânio. [Mai. 2021]. Entrevistadora: Lara Dalperio Buscioli. Virtual, 2021. 1 arquivo.mp3 (25 min.).

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em Pernambuco, MST alimenta população de rua e oferece centro de formação como hospital de campanha. **MST**, 31 mar. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/bcozG>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Amanhecer pela vida e solidariedade marcam Jornada das Mulheres Sem Terra no Rio. **MST**, 11 mar. 2021a. Disponível em: <encurtador.com.br/sMOPX>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?. **MST**, 16 jul. 2021b. Disponível em: <encurtador.com.br/uELX8>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ONU MUJERES. **Cuidados en América Latina y el Caribe en tiempos de Covid-19:** hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/dnswL>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ONU MULHERES. Vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Nota técnica IPEA, n° 75. IPEA, junho de 2020. Disponível em: [NT 75 Disoc Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domesticas.pdf \(ipea.gov.br\)](http://nt75.disoc.ipea.gov.br/ipea.gov.br). Acesso em: 10 fev. 2022.

PEDON, Nelson Rodrigues. **Movimentos Socioterritoriais:** Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

PNAD. Pesquisa Nacional por amostras de domicílios contínua - PNAD CONTÍNUA. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil, 2012-2020. IBGE, 2021. Disponível em: [PNAD continua retrospectiva 2012 2020.pdf \(ibge.gov.br\)](http://pnad.continua.retrospectiva.2012.2020.pdf(ibge.gov.br)). Acesso em: 14 fev. 2022.

QUIRINO Flávia. Apesar dos limites impostos pela pandemia, mulheres Sem Terra protagonizam ações e luta política. **MST**, 17 out. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/muB79>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Movimentos socioterritoriais,
mulheres e doação de alimentos
no Brasil: as campanhas de solidariedade
como resistência durante
a pandemia da COVID-19

Aline Albuquerque Jorge
Lara Dalperio Buscioli
Silmara Oliveira Moreira Bitencourt
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
Roberta Oliveira da Fonseca
Larissa Araújo Coutinho de Paula
Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em:
<<http://olheparaafome.com.br/>> Acesso em: 14 fev. 2022

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton. Lazzaretti. As mulheres do MST na luta pela terra e. por fazer-se em sujeitos políticos. **NORUS**. v. 7, nº 11, p. 232-268, 2019.

SILVA, Dália. [Abr. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

VIECELI, Cristina Pereira. **Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza**. 2022. Disponível em: <encurtador.com.br/wVY29>. Acesso em: 01 mar. 2022.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Geografia de lutas e resistências no Triângulo Mineiro: estudos agrários e debate paradigmático. **Caminhos de Geografia**, [S. l.], v. 22, n. 79, p. 262–275, 2021. Disponível em: <encurtador.com.br/rBH78>. Acesso em: 11 mar. 2022.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos (*et. al.*) Reinventando as lutas na pandemia de Covid-19: movimentos socioterritoriais e a construção da soberania alimentar no Brasil. In.: VASCONCELOS, Daniel Bruno (*et. al.*). **Geografia e Covid-19: reflexões e análises sobre a pandemia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2021, p. 275-305.

Recebido em 14/03/2022. Aceito para publicação em 05/05/2022.
--

QUESTÃO DE GÊNERO: as mulheres e LGBTs no campo, ações de enfrentamento a COVID-19

GENDER ISSUES: women and LGBT on the field, actions confronting COVID-19

Noeli Welter Taborda

Mestranda do Curso de Geografia no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP) da Universidade Estadual Paulista - SP; Militante do MMC, noeli.taborda@unesp.br

Carlos Magno Soeiro Mendonça

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP. Graduado em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. LGBT Sem Terra, militante do MST – MA. magno.mendonca@unesp.br

Resumo

O presente texto teve como objetivo identificar como as mulheres e as LGBTs do campo, em sua diversidade, realizaram ações de enfrentamento a COVID-19, tendo como principais fundamentos o feminismo camponês popular e as relações de gênero, reinventando suas formas de luta. Os procedimentos metodológicos estão fundamentados na pesquisa militante, que orienta para uma ação transformadora, articulando ativamente pesquisadoras (es) e movimentos sociais. Dentre os principais resultados e reflexões, os debates partem da concepção de uma sociedade capitalista, patriarcal, racista, xenofóbica e LGBTfóbica. As ações de luta e resistência, se efetivaram nas campanhas de solidariedade, denúncias das ações negacionistas e genocidas do Governo Federal. A luta pelos PLs 735/2020 e 823/2021, as jornadas nacionais e internacionais, a defesa do SUS, o plantio de árvores, a forma de se reorganizar e a reinvenção no uso das redes sociais para se manter conectadas.

Palavras-chave: Ações. MMC. MST. Mulheres. LGBTs. Pandemia.

Abstract

The present text aimed to identify how rural women and LGBTs, in their diversity, carried out actions to confront COVID-19, having as main foundations popular peasant feminism and gender relations, reinventing their forms of struggle. The methodological procedures are based on militant research, which guides towards a transforming action, actively articulating researchers and social movements. Among the main results and reflections, the debates start from the conception of a capitalist, patriarchal, racist, xenophobic and LGBTphobic society. The actions of struggle and resistance were carried out in solidarity campaigns, denunciations of the denialist and genocidal actions of the Federal Government. The fight for PLs 735/2020 and 823/2021, national and

international journeys, defense of the SUS, the planting of trees, how to reorganize and reinventing the use of social networks to stay connected.

Keywords: Actions. MMC. MST. Women. LGBTs. Pandemic.

Introdução

A pandemia da COVID-19 explodiu no Brasil em meados de março de 2020. Junto a ela, inúmeros desafios foram impostos à classe trabalhadora, entre eles, a intensificação das problemáticas de uma sociedade baseada nas relações capitalistas, patriarcais, racistas e homofóbicas. Elementos que aprofundam as situações de violência e a desigualdade de gênero diante dessa grave crise sanitária. Este ensaio nos motiva lançar um olhar para as mulheres, as jovens e a diversidade de gênero organizadas no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), bem como as LGBTs do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), trazendo presente suas formas de reorganização e as ações realizadas na luta por direitos na pandemia.

A crise sanitária ocasionada pela pandemia do Coronavírus, através do vírus SARS-COV-2 em 2020, no Brasil foi agravada, pela postura negacionista e irresponsável do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Política que desrespeita o conhecimento científico, contraria as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e em nome do lucro, coloca a economia acima da vida do povo. Não bastasse esse cenário, foi incapaz de implementar medidas imediatas para barrar a contaminação da população, o que levou à morte em massa de 412.880 de brasileiras e brasileiros, conforme dados publicados pela CNN Brasil em 01 de janeiro de 2022¹.

As camponesas organizadas no MMC lançaram um posicionamento político de defesa da vida, e isolamento social produtivo, denunciando as atitudes do governo, organizando a luta por auxílio emergencial para o campo e a cidade e construindo ações de solidariedade com doações de alimentos, máscaras, produtos de higiene, entre outros. Essas ações se espalharam no Brasil, uma solidariedade de classe na qual compartilha-se o que se tem. Ao mesmo tempo, tornam suas casas e quintais produtivos espaços de luta, organização e formação. Realidade essa também vivenciada no MST, que assim como o MMC posicionou-se, desde o início da pandemia, pelo cuidado da vida, e buscou formas de fazer a luta nas diversas dimensões necessárias para esse momento.

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-encerra-2021-com-412-880-mortes-por-covid-19/>. Acesso em 06 de junho de 2022.

Inúmeros desafios surgiram, entre eles, a insegurança, o medo, bem como a desinformação. Com todo esse processo vivenciado, em especial do isolamento, houve o aumento da violência sofrida pelas mulheres, sobretudo as negras, jovens e as/os sujeitos que compõem a diversidade sexual, dados revelam que uma em cada quatro mulheres afirma ter sofrido algum tipo de violência no Brasil durante a pandemia². Ainda, junto da pandemia, o desemprego, a fome, a miséria, o alto preço dos alimentos e do gás de cozinha foram problemáticas acirradas, “o Brasil retrocedeu no que diz respeito a segurança alimentar, mostra o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado nesta quarta-feira 8. De acordo com os dados, são 33,1 milhões de pessoas”³. Não obstante, o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) através da EC nº 95, que congelou os investimentos públicos em saúde, educação e segurança por 20 anos. Essa realidade levou as organizações, movimentos populares, sindicais e partidos de esquerda à luta por um auxílio emergencial que amenizasse os efeitos dessa crise econômica, social e sanitária. O mesmo foi conquistado para a população urbana, já as camponesas e suas famílias não tiveram nenhum auxílio, as propostas para o campo foram vetadas por esse governo genocida. As mulheres, jovens e LGBTs não desistiram e se mantiveram firmes na luta por direitos e políticas públicas para o campo.

Para realização desse ensaio partimos de uma abordagem materialista histórica e dialética e de procedimentos metodológicos que incluíram pesquisa bibliográfica e documental em publicações no período de 2020 e 2021 entre eles, livros, artigos, relatórios e matérias divulgadas nas redes sociais, que trataram das ações realizadas pelos dois Movimentos em questão. As palavras chaves que permearam a pesquisa foram: Ações. MMC. MST. Mulheres. LGBTQIA+. Pandemia.

A seleção das publicações deu-se, considerando a temática proposta nesse artigo, para apresentar as ações realizadas pelas camponesas do MMC e LGBTQIA+ do MST. Foram encontradas 11 publicações que trataram sobre o tema da pesquisa, sendo, 1. Livros: **RESISTÊNCIAS: por mãos de mulheres camponesas**. Organizadoras: COLLET, Zenaide, et., al. (2022). 2. **HASTEEMOS A BANDEIRA COLORIDA: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. (Org). NOGUEIRA, Leonardo et., al. (2018).

² <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>

³ Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fome-crece-no-brasil-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas-em-2022/>.

3. **LGBT sem terra:** rompendo cercas e tecendo a liberdade / (Org.) MARIANO, A. S., PAZ, T. T. (2021). 4. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais** NOGUEIRA, Leonardo et, al. (2020). 5. Artigos: **História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais** GADELHA, R. R. (2020). 6. **Território:** um olhar a partir das mulheres do movimento de mulheres camponesas. TABORDA, Noeli Welter et, al. (2021). 7. Redes sociais: Site mmcbrazil.org, 8. Site mst.org.br. 9. Facebook MMC <https://www.facebook.com/mmcnacional>. 10. Facebook Via Campesina <https://www.facebook.com/ViaCampesinaBR>. 11. Relatório: **BALANÇO E PROJEÇÕES DO COLETIVO NACIONAL LGBT DO MST**. MST (2020-2021).

A pesquisa militante também foi incorporada, pois ela orienta para uma ação transformadora, articulando ativamente pesquisadoras (es) e movimentos sociais. A “referida modalidade de investigação está presente de maneira contínua na América Latina, desde a década de 1960, possuindo, nas diversas espacialidades e momentos históricos, várias configurações, matrizes político-ideológicas, contextos de ação e possibilidades” (BRINGUEL, VARELLA, 2016, p. 2). Essa metodologia permite novas perspectivas (metodológicas, epistemológicas e políticas) que situam as práticas sociais, políticas e jurídicas de conhecimento a partir de uma lógica emancipatória, o que dialoga com a proposta dos Movimentos em questão, ao realizar as ações visando a libertação das mulheres e LGBTs de todas as formas de exploração, opressão e discriminação

Além dessa introdução e das considerações finais o texto está organizado em três partes: a primeira apresenta um breve apanhado sobre quem são as camponesas organizadas no MMC e os sujeitos que compõe o coletivo LGBTs Sem Terra; na segunda parte refletimos as ações construídas pelas mulheres organizadas no MMC; na terceira avançamos na compreensão das ações realizadas pelas LGBTs Sem Terra.

MMC e MST: mulheres e LGBTs do campo na luta e resistência.

*Fortalecer a luta, em defesa da vida! Todos os dias! (Palavra de ordem do MMC).
“O patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra, o sangue LGBT também é
sangue sem terra” (Palavra de ordem das LGBTs Sem Terra).*

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados por mudanças profundas no modo de se organizar, lutar, fazer formação e comunicar para as camponesas organizadas no MMC, e LGBTs no MST. Porém, antes de adentrar diretamente no tema, entende-se ser importante trazer um breve apanhado sobre quem são as camponesas organizadas no MMC e os sujeitos que compõe o coletivo LGBTs Sem Terra.

O MMC é um movimento que nasce no interior do processo de luta contra a ditadura militar, pela reabertura política e democratização do país, bem como na luta por direitos e políticas públicas que proporcionam vida digna para a classe trabalhadora entre o final dos anos de 1970 e início dos anos 1980. As mulheres camponesas ousaram, em diversos estados do Brasil, construir grupos, movimentos e associações como espaços de diálogo, debate e reflexão sobre a realidade por elas vividas (MMC, 2018).

Em sua trajetória de luta e organização, conforme MMC (2004), foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, e seu conteúdo se expressa num projeto de sociedade que articula a transformação das relações sociais de classe, com a natureza e de gênero. Essa mística expressa-se em símbolos e, ao mesmo tempo, na práxis coletiva do Movimento. Esses diversos grupos existentes no Brasil realizaram no dia 8 de março de 2004, o I Congresso Nacional em Brasília, em que foi unificado e consolidado o MMC no Brasil. O nome foi eleito depois de um amplo debate em escalas nacional, estadual e nas bases. Como síntese desse debate, para as mesmas,

[...] mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC, 2004, p. 2).

Além dos sujeitos acima citados, o MMC realizou também espaços específicos junto a jovens camponesas, e mais recentemente, organizou o coletivo de diversidade sexual, pois entende ser importante que esses sujeitos possam aprofundar os debates

acerca de suas especificidades⁴. Ao longo desses quase 40 anos, o MMC foi construindo estratégias de organização, lutas e formação para enfrentar os desafios que essa sociedade impõe sobre suas vidas e em seus territórios.

O MMC é um movimento que tem sua atuação baseada no tripé organização, formação e luta, criando seus próprios espaços, territórios e territorialidades.

Não são territórios porque lutam por um pedaço de terra ou teto, mas porque estabelecem relações de poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço” e, ao se materializarem na pesquisa, apresentam posturas “político-ideológicas na interpretação do espaço agrário” (VINHA, 2013, p. 5, apud TABORDA et., al. 2021, p. 3).

Portanto parece importante apresentar alguns elementos sobre o conceito de território, Fernandes (2005) apresenta que espaço e território mesmo que diferentes são o mesmo, neste sentido (RAFFESTIN, 1993, p. 143) nos alerta que é “essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”. Ou seja, o território se forma a partir do espaço, é então resultado de uma ação realizada pelos sujeitos que o compõe, ou seja, as relações sociais por sua diversidade permitem a criação de vários tipos de territórios, que,

são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial, (FERNANDES, 2005, p. 28).

Segundo o autor “a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos”, na geografia o território é considerado uma totalidade, sendo então multidimensional. Ao ser reproduzido e materializado pelas relações sociais, produzem espaços e territórios em movimentos permeados por conflitos, contradições e desigualdades.

O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento etc. (GADELHA, 2021, p. 4, apud, TABORDA, et al, 2021, p. 5).

Diante do exposto, pretende-se apresentar mais adiante algumas ações que o MMC vem desenvolvendo, explicitando, sobretudo, sua capacidade de se reinventar, enquanto

⁴ SITE, MMC. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/construcao-das-camponesas/jovens-camponesas/> acesso em 01 de março, 2022.

movimento socioterritorial, e construir novas estratégias de resistência e luta, a partir dos sujeitos que o constroem durante os anos de pandemia ocasionada pela COVID-19.

Da mesma forma o MST, que também se constitui como um movimento socioterritorial que nesta conjuntura abraçou a solidariedade como estratégia de luta e resistência. Movimento este que igualmente nasceu nos anos de 1980, tendo como principal bandeira de luta a Reforma Agrária: “terra para quem nela quer plantar”. Seus sujeitos e formas de organização e atuação são as mais diversas, e sua luta possibilitou a milhares de brasileiros e brasileiras conquistarem um pedaço de chão. Mas para além disso, a luta por políticas públicas sempre esteve presente, e com o passar dos anos, a organização de inúmeros setores foram se constituindo.

Dentro da estruturação do MST, está o coletivo LGBTs Sem Terra, que a partir de muita luta e reivindicações, se consolidou no ano de 2017, o que não significa que os referidos sujeitos já não existiam no Movimento. De acordo com Mariano e Paz (2018, p.294),

[...] a participação de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis no MST não é tão recente quanto a sua auto-organização. Na história do Movimento podem ser encontradas (os) muitas(os) militantes e dirigentes LGBTs que tiveram – e ainda têm – suas trajetórias entrecortadas por uma série de conquistas, mas, também, preconceitos e discriminações.

Entretanto, a construção da história das LGBTs no Movimento vai para além do preconceito, a mesma propõe a formação de sujeitos na busca da emancipação, considerando que “a história das LGBTs no MST está longe de resumir-se a preconceitos e discriminações”. É também nessa organização que muitas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais puderam se constituir enquanto sujeitos políticos” (Ibid, p. 294). Nesta direção, Nogueira (2020) afirma que “ampliado o respeito às inúmeras formas de orientação sexual e identidade de gênero, a tendência é de crescimento da base social dos movimentos populares” (NOGUEIRA, 2020, p. 170).

A construção do coletivo LGBT Sem Terra e sua consolidação foi e continua sendo de suma importância no fortalecimento a “diversidade sexual como parte da luta de classe”, assim como uma contribuição para a retirada das LGBTs da “invisibilidade e trazê-las como parte-integrante da luta do Movimento”, de acordo com as linhas políticas e organicidade do coletivo (LGBT Sem Terra, 2021).

O referido Coletivo tem enfrentado diversos desafios diante de uma sociedade extremamente conservadora, da mesma forma que as camponesas no MMC buscam organizar e enraizar o debate acerca da construção de novas relações, assim também as

LGBTs buscam construir espaços para reflexão em seus territórios, considerando que muito pouco se conhece em relação a diversidade sexual existente na sociedade, portanto,

[...] o enraizamento do debate da diversidade sexual no MST, contribuindo para a superação dos limites que são encontrados nos assentamentos e acampamentos, sobretudo, no que diz respeito à fala de conhecimento sobre a homossexualidade, a bissexualidade e transexualidade, mas também à construção de novas relações, livres de opressão e exploração (LGBT Sem Terra, 2021, p. 119).

O coletivo LGBTs Sem Terra organizado, têm traçado uma nova história de luta e resistência desses sujeitos que vivem cotidianamente em busca não só do direito à terra, a liberdade e de uma sociedade igualitária e socialista. Suas ações visam lutar por “políticas públicas para a produção agrícola, e um conjunto de políticas sociais, como a saúde para a população LGBT no campo” (Ibid, p. 123). Também em prol da reforma agrária popular e, principalmente, pelo direito de viver e amar, fortalecendo o debate da diversidade sexual e de gênero.

Diante do atual contexto percebe-se que a luta pela terra sofreu um grande retrocesso, considerando centralmente o período do governo de Jair Messias Bolsonaro, bem como a pandemia. Sobre isto, Fernandes, Junior, Filho, Leite, Sodré e Pereira (2020, p. 340) dizem que 2019 foi o ano onde menos se realizou ocupação de terras no Brasil, apenas 43 foram feitas, o que afirma ser “o menor número desde 1990 durante o governo Collor que também se utilizou da criminalização das ocupações como forma de impedir a luta pela terra”. Ainda segundo os autores, “o governo Bolsonaro tem defendido o armamento da população e, principalmente, dos latifundiários”. Salientam também que “a violência contra a luta pela terra no Brasil tem ceifado dezenas de vidas todos os anos. O primeiro ano de governo que declaradamente defende a violência contra as ocupações teve um forte impacto na luta pela terra”.

Em se tratando das mulheres camponesas organizadas no MMC, a luta pela e na terra é cotidiana, considerando o avanço do agronegócio, o uso abusivo dos agrotóxicos, a questão climática, adversidades que impactam diretamente a produção das mulheres camponesas. São lutas que neste período de pandemia e isolamento social e produtivo no campo, tem-se reconfigurado, utilizando-se das redes sociais, enquanto meios de comunicação, seja para se manter conectadas enquanto processos de organização, bem como fazer as lutas por políticas públicas, por vacina, campanhas de solidariedade, entre outras, as quais trataremos mais a frente. De acordo com Barbosa, Medeiros, Cardoso,

Grande e Perin (2016, np), as “ações comunicacionais, impacta diretamente as dinâmicas e formas de mobilização dos movimentos sociais, já que este tipo de organização se constrói em grande medida por sua capacidade de construir redes de conhecimento, ação e comunicação”. Partindo desse entendimento, os autores afirmam ainda que, “[...] o atual comportamento virtual da população expande o campo de interesse e atuação dos movimentos sociais que, em diferentes espaços on-line, encontram modos próprios de promoverem suas reivindicações, gerando sintonia – interna e externa - além de adquirirem novas possibilidades de diálogo” (Ibid, np).

De acordo com Sobreiro Filho (2016, p.56) “a perspectiva analítica e reflexiva embasada nas redes compreende significativo potencial para pensarmos o processo de produção, consumo, organização e transformação não só societal, mas, sobretudo, espacial”. O que permite possíveis articulações com os demais conceitos da Geografia, podendo inclusive pensa-las a partir do conceito de território, espaço no qual as ações dos Movimentos sociais e populares vão sendo realizadas,

Tomando como objeto as relações de poder, Raffestin apresenta, além de uma importante contribuição sobre o conceito de território, uma relevante relação entre poder e as redes analisando a “estrutura tessituras-nós-redes... exteriorizada por um grupo” (1993, p. 151) na produção do território. Assim, as redes seriam instrumentos de veiculação, criação e manutenção das relações de poder, exercidas por sujeitos coletivos ou individuais, cujos desdobramentos se expressam em sistemas de malhas, nós e redes que se projetam de modo funcional e hierárquico no espaço como meio de assegurar e realizar as relações de poder em forma de território (SOBREIRO FILHO, 2016, p.57)

É neste contexto hegemônico do agronegócio no campo, no qual as relações são permeadas pelo poder e ao analisarmos a produção dos espaços e territórios na contemporaneidade “chegamos na compreensão de que os processos e fenômenos de luta e resistência se consistem como a principal locomotiva da transformação socioespacial para além dos modelos alicerçados no modo capitalista de produção”, Sobreiro Filho (2016, p. 80). A seguir pretende-se apresentar as ações que as mulheres no MMC e LGBTs no MST constroem, como formas de resistência e luta contra-hegemônicas.

Covid-19: camponesas do MMC e a construção de ações para a superação

Antes de iniciar a apresentação das ações construídas por esses dois movimentos, avalia-se compreender melhor o que são ações e como podemos tipificá-las. Fernandes et al. (2019, p. 6), afirmam que “as manifestações são ações”, que

compreendem: “acampamento, audiência pública, bloqueio, caminhada, concentração em espaço público e ou privado, greve, greve de fome, marcha, entre outros”, quando separados por temáticas compreende-se “manifestações a partir das pautas dos movimentos, por exemplo, jornadas nacionais e internacionais de lutas, documentos, datas comemorativas, atos religiosos e políticos, encontros e feiras, sendo estes espaços de diálogo e continuidade das lutas”. Podem ser organizadas em duas formas: as ações e as ações temáticas, “o critério que usamos para distinguir as ações temáticas é porque fazem parte de uma agenda periódica dos movimentos, enquanto as outras ações não têm uma regularidade programática”, Fernandes et al. (2019, p. 6).

Essa compreensão nos parece importante para olharmos as ações construídas pelos Movimentos aqui mencionados, em especial, as formas de se manifestar. Entretanto, a organização da luta por direitos foi reinventada com a pandemia. Percebe-se, por exemplo, que as redes sociais ganharam um papel fundamental, e o formato virtual possibilitou a construção de inúmeras ações, sejam elas de reivindicações e lutas por políticas públicas, bem como de formação e solidariedade, através de encontros, seminários, reuniões e contatos individuais com as camponesas, jovens e LBTs⁵.

Desde o Golpe de 2016 no Brasil, as camponesas já vinham acompanhando e denunciando o desmonte de inúmeras políticas públicas e direitos que foram conquistados pela classe trabalhadora. Essa situação foi duramente agravada com a pandemia, em 2020, na qual a negação da ciência, a busca desenfreada pelo lucro, a economia acima da vida do povo e a irresponsabilidade do Presidente Jair Messias Bolsonaro levaram à morte milhares de brasileiras e brasileiros. As mulheres do MMC reinventaram sua forma de organização, com mística de cuidado e defesa da vida, por isso, desde o surgimento da pandemia, o Movimento deliberou e reafirmou como central a saúde e a vida das pessoas, o que fica evidente no Manifesto lançado pelas camponesas no dia 25 de março de 2020:

Nós, camponesas do Brasil, organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), manifestamos nossa profunda preocupação com o resultado nefasto de passar por uma pandemia como a do coronavírus Covid-19 tendo no governo um IRRESPONSÁVEL que NÃO TEM RESPEITO PELA VIDA do povo trabalhador. Em momentos assim fica mais evidente que a sociedade capitalista, que tem por meta o lucro para alguns, não é capaz de construir respostas que garantam ao povo segurança, saúde e bem estar. Acompanhamos diariamente a preocupação do governo Bolsonaro, dos mais

⁵ A sigla representa a diversidade sexual de um Movimento autônomo de mulheres.

ricos do país e de parte da mídia sobre como ficarão a economia e as empresas após a pandemia. Para nós, a preocupação central é garantir medidas que salvem a vida das pessoas e é nesse sentido que o Governo Federal e todos os Estados deveriam colocar seus esforços e atuar. Depois, junto com o povo, pensar formas de reorganizar a economia, (MANIFESTO MMC, 2020, disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/2800169333437415/>, acesso, 17 de fevereiro de 2022).

Entendem a importância do isolamento social para barrar o avanço da contaminação pela COVID-19, tornando-o um isolamento produtivo, intensificando a produção de alimentos. Conforme o Manifesto supracitado: “no campo, nas florestas e nas águas onde existe campesinato neste país, estamos buscando formas de continuar produzindo alimentos saudáveis que permitam ao rural e à cidade enfrentar a crise, combatendo a volta da fome que já está tão ampla no Brasil”. A imagem abaixo acompanhou o Manifesto das camponesas nas redes sociais, trazendo a mensagem da defesa da vida do povo.

Imagem 1: Card que acompanhou o Manifesto do Movimento de Mulheres Camponesas.



Fonte: @mmcnacional - <https://www.facebook.com/page/290800021041038/search/?q=manifesto>

Neste contexto:

As redes sociais foram se tornando instrumentos de comunicação, formação e articulação. Nos deparamos com algumas dificuldades, citamos aqui a falta de internet com qualidade no campo, a falta de aparelhos celulares ou computadores para esta forma de comunicação, a dificuldade das mulheres camponesas em lidarem com as tecnologias, a falta de espaço adequado para a participação virtual no ambiente familiar, entre outras (CIMA, MOLINARI, 2022, p. 132).

As autoras afirmam ainda que “assumir a militância a partir do espaço da casa, desafiando-se a apropriar-se das tecnologias foi em tempos de pandemia outro campo de

luta que exigiu organização distribuição dos trabalhos domésticos, do tempo, acesso ao aparelho de celular” (p. 132). Através da inserção militante no MMC foi possível contribuir para que as camponesas pudessem aprender a usar o celular, baixar aplicativos de vídeo-conferências e acessar as atividades virtuais organizadas pelo Movimento.

Outro desafio é não descuidar da luta em defesa do SUS, com a garantia de vacina para toda população, bem como de fazer permanentemente a denúncia da prática negacionista e genocida adotada pelo governo federal. Afirmam que “precisamos que o Estado crie políticas públicas para produzir e abastecer as cidades com alimentos saudáveis” (p. 133).

Nós, camponesas, que produzimos alimentos saudáveis e diversificados, sempre no cuidado com a natureza, e historicamente pautadas pelo direito à VIDA DIGNA de nosso povo, manifestamos nossa intensa preocupação com a população do interior do país, onde os hospitais e o sistema de saúde já apresentavam fragilidades devido à Emenda Constitucional da Morte, a Emenda 95, que congelou em 20 anos os investimentos em saúde, educação e assistência, (MANIFESTO MMC, 2020, disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/2800169333437415/>, acesso, 17 de fevereiro de 2022).

Em suas ações, foram denunciadas as atrocidades e as negligências do Governo Brasileiro, o aumento da violência sofrida pelas mulheres e reivindicadas medidas urgentes para que o povo do campo e da cidade pudesse permanecer em isolamento com condições mínimas de sobrevivência. Começa, então, uma intensa luta pelo auxílio emergencial e o PL 735/2020⁶ que,

prevê pagamento de abono emergencial a agricultores e agricultoras familiares que não estejam recebendo o auxílio emergencial; fomento emergencial para apoio à inclusão produtiva, inclusive a destinação dos recursos para a construção de cisternas ou outras tecnologias de acesso à água; liberação de crédito para a produção; promoção do abastecimento emergencial de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da aquisição e distribuição de produtos da agricultura familiar (PAE-AF). Em todas essas medidas, as mulheres agricultoras familiares têm condições especiais. Também prevê medidas para renegociação, suspensão e quitação de dívidas rurais, e concessão automática do benefício Garantia Safra a agricultores e agricultoras aptos, (MMC, 2020, disponível em <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/3048467178607628/>, acesso, 17 de fevereiro de 2022).

⁶ Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2239605>. Acesso em 07 de março de 2022.

Uma das palavras de ordem nas mídias sociais foi #AprovaPL735ProBrasilNãoPassarFome. Importante salientar que o referido PL foi aprovado no Congresso Nacional com muita luta e pressão, feita pelas organizações da agricultura camponesa no final de 2020, mas vetado pelo Presidente da República, o que colocou as camponesas em luta pela derrubada dos vetos. A imagem abaixo traz presente a contribuição das jovens na luta.

Imagem 2: Jovens participando da luta.



Fonte: @mmcnacional

<https://www.facebook.com/mmcnacional/photos/a.290804231040617/3347056115415398>.

Porém, as camponesas, juntamente com as organizações da agricultura camponesa e parlamentares de esquerda, retomaram em 2021 a luta e construíram um novo projeto, o PL 823/2021⁷, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado mais uma vez pelo Presidente Jair Bolsonaro. Contudo, com muita articulação, no final de 2021, o Congresso derrubou os Vetos, fato muito comemorado pelas camponesas.

Fechamos o ano de 2021 com uma conquista muito importante. No dia 17 de dezembro de 2021, o Congresso Nacional derrubou o veto 51 do presidente Jair Bolsonaro e o Projeto de Lei (PL) 823/2021 finalmente pode virar a Lei Assis de Carvalho II. Uma grande vitória dos povos do campo, das águas e das florestas! Uma vitória com sabor de comida de verdade, de agroecologia e saúde. Os recursos são para produzir alimentos para o povo brasileiro que enfrenta a fome e graves violações de direitos, (MMC, 2021, disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4604360896351574/>, acesso 17 de fevereiro de 2022).

⁷ Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis n.ºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2273510>. Acesso em 07 de março de 2022.

Uma das ações que também ganhou vida e foi profundamente fortalecida nesse período de pandemia foi a solidariedade entre as mulheres e a classe trabalhadora:

Nesse mesmo tempo, articulamos diferentes formas de manifestar nossa solidariedade com as pessoas mais necessitadas, formamos grupo de trabalho confeccionando máscaras, fitoterápicos e homeopatia para aumentar a imunidade também para doação, fizemos sabão caseiro para higienização, coleta de alimentos, sementes, enfim, dizer que reinventamos outros campos de luta, os quais foram gratificantes, (CIMA, MOLINARI, 2022, p. 134.).

Além das ações já mencionadas, a Campanha Nacional Sementes de Resistência, lançada no 08 de março de 2020, seguiu sendo inspiração de luta e fortalecimento do projeto popular de agricultura camponesa, em que as camponesas construíram vídeos para socializar as experiências de produção e seleção de sementes⁸. As datas históricas de luta do MMC também foram marcadas por jornadas nacionais e internacionais em formato virtual no ano de 2020 e algumas ações presenciais e virtuais em 2021. Destacamos entre elas, o 08 de março - Dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras em 2021, com o ato virtual *Mulheres na luta pela Vida! Fora Bolsonaro, vacina para toda a população e auxílio emergencial já!*⁹, o 07 de setembro - dia do Grito dos excluídos e excluídas, com ações do *Fora Bolsonaro por um Brasil soberano, sem fome, sem miséria, com vacina para todes e com real democracia*¹⁰ e doações de alimentos. O 16 de outubro - dia Mundial da alimentação em 2020 com uma jornada virtual organizada pelo MMC de 11 a 17 de outubro de 2020¹¹ e um ato político contra a fome, juntamente com a Via Campesina, *Por mais comida saudável e renda para o*

⁸ MOVIMENTO, de Mulheres Camponesas – MMC @mmcnacional. Sementes de Resistência: Camponesas semeando esperança, tecendo transformação. Disponível em: <https://fb.watch/bvFGWQficO/>. Acesso 27 de fevereiro de 2022.

⁹ Ibid., Ato Político virtual, 08 de março. Disponível em: <https://fb.watch/bvGxFHCU4T/>. Acesso 27 de fevereiro de 2022.

¹⁰ Ibid., #7SForaBolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4259469854174015/>. Acesso 27 de fevereiro de 2022.

¹¹ Ibid., Jornada de luta de 11 a 17 de outubro pela soberania alimentar. Disponível em: <https://www.facebook.com/mmcnacional/posts/4506057692848562>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

*povo se alimentar*¹² em 2021 com a denúncia da APROSOJA¹³ (Associação dos Produtores de Soja e Milho no Estado do Mato Grosso) e doações de alimentos¹⁴.

Imagem 3: Doação de Alimentos na Jornada do 16 de outubro de 2021.



Fonte: @mmcnacional

<https://www.facebook.com/mmcnacional/posts/4376465269141139>

O 25 de novembro com jornadas virtuais de denúncia das diversas formas de violência sofrida pelas mulheres em 2020 através da *Jornada de lutas das camponesas no enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres*¹⁵ e em 2021 com o tema: *Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher*¹⁶, o 04 de dezembro de 2021 com o tema: *Bolsonaro nunca mais pela vida das mulheres*¹⁷. Diante de tanto descaso e sofrimento, o 04 de dezembro de 2021 foi marcado por inúmeras ações em todo o Brasil pelas mulheres trabalhadoras “Bolsonaro é o presidente mais machista da história do Brasil que se orgulha de ameaçar as mulheres! É por isso que as mulheres

¹² Ibid., Ato Nacional contra a fome: por mais comida saudável e renda para o povo se alimentar. Disponível em: <https://fb.watch/bvELQjqM5b/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹³ Ibid., Via Campesina ocupa APROSOJA. Disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4374884942632505/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹⁴ Ibid., Jornada da soberania alimentar contra o agronegócio para o Brasil não passar fome. Disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4376465269141139/> Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹⁵ Ibid., Jornada de luta das camponesas no enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/3458114300976245/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹⁶ Via Campesina Brasil @ViaCampesinaBR. Disponível em: <https://www.facebook.com/119496379902525/posts/426660832519410/> Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹⁷ Ibid., Por que ir nas ruas nesse #4D? Disponível em: <https://fb.watch/bvDZgR149y/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

estarão nas ruas de todo o país no próximo dia 4 de dezembro. #4DBolsonaroNuncaMais #4DEleNão”.

A formação a nível nacional e estadual têm sido presentes no MMC, e destacam-se os Diálogos Pedagógicos a partir do Feminismo Camponês Popular que teve a aula inaugural em 27 de fevereiro de 2021, reunindo mais de 200 mulheres¹⁸. O evento seguiu sendo realizado sempre no último sábado de cada mês, e além desse, muitas camponesas participaram de processos formativos internos ao MMC, bem como organizados juntamente com a Via Campesina, MST, MPA, entre outros. Abaixo organizamos um quadro para ilustrar as ações realizadas pelo MMC.

Quadro 1 – Ações realizadas pelo MMC nos anos de 2020 e 2021.

Ano	Atividades Realizadas
2020	Manifesto A vida do povo em primeiro lugar lançado pelas camponesas no dia 25 de março de 2020
	Luta pelo PL 735/2020. Durante todo ano
	Ações de solidariedade com doações de alimentos, máscaras, produtos de higiene e limpeza, durante todo o ano.
	Jornada virtual Pela Soberania Alimentar. 11 a 17 de outubro de 2020, organizada pelo MMC.
	Participação em Ato nacional contra a fome por mais comida saudável e renda para o povo se alimentar. 16 de outubro Organizado pela Via Campesina.
	Jornada virtual de luta das camponesas no enfrentamento ao racismo e a violência contra a mulher. 20 a 25 de novembro, organizada pelo MMC
	Formações, seminários, cursos virtuais organizados pelo MMC, MST, MPA, Via Campesina, durante todo o ano.
2021	Ato Político Virtual – na Jornada de lutas do 08 de março – dia internacional de luta e resistência das mulheres trabalhadoras. Organizado pelo MMC, Via Campesina, organizações feministas, sindicais do campo e da cidade e partidos políticos. 08 de março de 2021.
	Luta pelo PL 823/2021. Durante todo o ano.
	Ações de solidariedade com doações de alimentos, máscaras, produtos de higiene e limpeza. Durante todo ano. Organizadas pelo MMC e juntamente com outras organizações
	Ações de rua para denunciar o governo Bolsonaro, defesa da vacina, do SUS. Durante todo o ano. Organizadas pelo MMC e demais organizações, movimentos populares, sindicais e partidos políticos.
	Grito das excluídas e excluídos na jornada do 07 de setembro, com ações de denúncia, defesa da democracia e doações de alimentos. Organizado pelo MMC e demais organizações, movimentos populares, sindicais e partidos políticos.
	Denúncia da APROSOJA e ações de solidariedade na jornada do 16 de outubro dia Mundial da Alimentação saudável. Via Campesina
	Jornada nacional e internacional de enfrentamento ao racismo e a violência contra as mulheres de 20 a 25 de novembro, com ações virtuais e de rua. Organizada pelo MMC, Via Campesina, organizações populares do campo e da cidade.
Atos de rua por Bolsonaro Nunca Mais. No dia 04 de dezembro. Organizado pelo MMC, Via Campesina, organizações feministas do campo e da cidade, partidos políticos e sindicatos.	

Fonte: organizado pela pesquisadora

¹⁸ MOVIMENTO, de Mulheres Camponesas – MMC @mmcnacional. DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS A PARTIR DO FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR. Disponível em: <https://fb.watch/bvGSzGQ12y/>. Acesso 28 de fevereiro de 2022.

Percebe-se que diante do exposto, apesar do período de pandemia, as mulheres camponesas se mantiveram firmes, fortalecendo o tripé de organização, formação e lutas, somada a prática de uma comunicação feminista, camponesa e popular. A seguir este ensaio apresenta como as LGBTs Sem Terra construíram suas ações nestes dois anos de pandemia.

LGBTs Sem Terra no enfrentamento à COVID-19

CONCENTRAÇÃO DE DIREITOS

*“(Aos que acreditam no que constroem):
Necessitamos de um tempo que plante ideias e que pratique ações transformadoras. Que desmonte as ordens de quem escraviza. Que provoque desejos desmedidos. Que humanamente eduque as gerações. Não aceitamos mais, as diferenças faces da mesma dor, a morte da sensibilidade, a concentração de direitos, o não tempo para o amor. A prisão da liberdade”
(Diva Lopes).*

A pandemia da COVID-19 foi responsável por milhões de vidas perdidas, o que nos dias atuais, ou seja, em 2022, infelizmente não mudou. No Brasil, muitas pessoas dos campos e das cidades continuam a perder suas vidas.

Para piorar a situação brasileira em todos os sentidos, principalmente no que se refere às políticas públicas, o então presidente Jair Messias Bolsonaro e seu governo fascista, patriarcal e capitalista, mesmo com a gravidade da COVID-19 e as milhares de vidas perdidas, chamou o referido vírus de "gripezinha", não respeitando a dor de milhares de famílias e contra as orientações da OMS. Neste sentido, Nogueira (2020) diz que a eleição do referido presidente, “inaugurou um ciclo mais regressivo para a classe trabalhadora brasileira e as organizações políticas progressivas, que passaram a ser, cada vez mais, alvo de ataques” (NOGUEIRA, 2020, p. 157).

Ainda, de acordo com o autor,

O clima de recusa aos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, organizações não governamentais etc. não é algo isolado e tem se generalizado num clima bastante hostil, em especial, para grupos sociais que se encontram mais vulneráveis às violências simbólicas e físicas e que, durante o ciclo neodesenvolvimentista, não logrou conquistas efetivas de Estado” (Ibid, p. 157).

Diante de tal situação e do isolamento social, como forma de sobrevivência, independente de orientação sexual, o MST, um movimento que desde sua criação tem

objetivos que vão além da reforma agrária, passou a se organizar e realizar ações solidárias, em prol da vida no campo e na cidade. Isso porque, em sua organização

o MST foi aprendendo que a luta pela terra é muito mais que sua expressão literal. Nela está contida a organização da vida em suas diversas dimensões. É a partir dessa compreensão que se estruturam os setores e coletivos dentro do Movimento: educação, formação, saúde, produção, frente de massa, gênero, cultura, comunicação, relações internacionais e juventude (MARIANO e PAZ, 2018, p. 291).

Corroborando com o debate, Vinha, Rossi, Silva e Lopes (2021, p. 297) afirmam que, as referidas ações “sinalizam para a construção da reforma agrária popular que ultrapassa os limites do campo, reconhecendo a importância de convencer a cidade da importância desse projeto, que prevê a soberania alimentar e o acesso a alimentos por meio de circuitos curtos”.

Assim o MST passou a realizar ações como: Café e almoço solidários para pessoas em situação de rua, distribuição de cestas básicas nas periferias das capitais e cidades do interior dos estados em combate a fome. Só o Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com dados repassados pelo Movimento, “foram doadas pelo menos 365 toneladas de alimentos para pessoas em vulnerabilidade social nas cidades entre março de 2020 e abril de 2021” (VINHA, ROSSI, SILVA e LOPES, 2021).

Também foram realizadas campanhas como: “Campanha Nacional de Doação de Alimentos” voltadas para às comunidades periféricas das grandes cidades; “Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis”, ainda em desenvolvimento nos dias atuais e cujo objetivo é plantar 100 milhões árvores em dez anos em prol do meio ambiente¹⁹; “Natal Sem Fome, Movimento Sem Terra Cultivando Solidariedade²⁰”; “Povo vivo, Floresta em pé, Fora Bolsonaro”, participação de campanha em defesa dos SUS, entre outras. As referidas ações são desenvolvidas pela militância inserida nos setores e coletivos do Movimento, e os, LGBTs Sem Terra, enquanto coletivo, somaram-se nestas atividades, pois vivenciam e conhecem a gravidade na qual o país se encontra, e entendem que precisam se indignar contra todas as formas de opressão. As imagens representam algumas ações mencionadas acima.

¹⁹ Vale registrar que só em 2021 plantamos cerca de 2 milhões em todo Brasil, campanha contra violência e a favor da vacina contra a COVID-19, Fora Bolsonaro, entre outras.

²⁰ De acordo com dados do MST, a campanha desde 2020 já doou mais de 5 mil toneladas de alimentos saudáveis e distribuíram cerca de 1 milhão de marmitas para pessoas em situação de rua e das periferias das grandes cidades.

Imagens 4 e 5: Ações de solidariedade e defesa das Florestas.



Fonte: Arquivo do MST disponível em: <https://mst.org.br/conteudo/galerias-de-imagens/>.

Já diz a palavra de ordem “Se calarmos, as pedras gritarão”, e nessa lógica, “não se constrói resistência LGBT ignorando as disputas por projetos societários que se apresentam na conjuntura atual”. É preciso considerar, também, que se vive numa sociedade onde as “mulheres, LGBT e negros e negras convivem diurnamente com a negação dos seus direitos e da sua própria existência” (NOGUEIRA, 2020, p. 157-158).

estamos atravessando um período de crise do capital, que nos impõe enfrentar além do modelo econômico, altamente concentrador de riqueza, sobrevivermos a uma pandemia da COVID-19, mas também enfrentar os ataques e retrocessos do governo nefasto de Bolsonaro, que trouxe situações complexas para a classe trabalhadora em geral, mas em relação à população LGBT, identificamos o aumento da violência LGBTfóbicas, dificuldades de acesso ao trabalho, o adoecimento mental, depressão e suicídios (BALANÇO E PROJEÇÕES DO COLETIVO NACIONAL LGBT DO MST, 2020 e 2021).

Nogueira (2020) afirma que “num cenário de crise econômica, a classe trabalhadora é duramente atingida com a retirada de direitos básicos, com a redução da ação do Estado frente à proteção social e com o desemprego” (NOGUEIRA, 2020, p. 151). Entretanto, é nessas condições que deve-se lutar, reivindicando direitos de acesso a políticas públicas, de viver e resistir, pois “a resistência da classe trabalhadora se coloca como única alternativa aos disparates do conluio golpista, neoliberal e fundamentalista”. O autor diz ainda que, “mais do que nunca é necessário que os sujeitos LGBT se conscientizem e se organizem para reconstruir sua própria existência...” (Ibid, p. 157).

Para além da participação das LGBTs nas ações gerais do MST, também foram realizadas as ações específicas do Coletivo. A pandemia mudou completamente a vida e a rotina, e como forma de sobrevivência e de dar continuidade às tarefas enquanto

militantes, foi preciso da mesma forma que no MMC, reconfigurar-se ao novo modelo de vida virtual, pois “nesse período o principal desafio foi manter a organicidade em movimento, cuidar da militância e priorizar as ações de solidariedade” (Balanço e Projeções de 2020 e 2021 do Coletivo Nacional LGBT do MST).

Neste sentido, ainda de acordo com o Balanço e Projeções do Coletivo LGBT Sem Terra, nos anos acima citados, dentre outras atividades desenvolvidas, destacamos a participação do coletivo nas ações do MST, o quadro abaixo apresentará um breve resumo das mesmas.

Quadro 2 – Ações realizadas pelo Coletivo LGBTs nos anos de 2020 e 2021.

Ano	Atividades Realizadas
2020	A participação na campanha “Mulheres contra os Vírus e as Violências, com a elaboração de materiais com conteúdos específicos contra a LGBTfobia e transfobia como: cards, spots e cartilha.
	Ciclo de Estudo Virtual: Diversidade sexual, de gênero e Reforma Agrária Popular de setembro a novembro de 2020. Com a participação de 100 LGBT na plataforma do zoom, com 7 encontros e diversos temas relacionado a conjuntura política, mas também a relação com a Reforma Agrária Popular.
2021	Curso de formação Tecendo Teias Coloridas de Segurança Digital e Saúde Mental das LGBTs do MST, na data de 25 a 27 de fevereiro de 2021, com a participação que variou entre 40 a 70 LGBTs de vários estados
	Rede de autocuidado das LGBTs do MST: Realizamos as seguintes ações: a) articulamos um conjunto de 12 profissionais em saúde mental (psicólogos e psicanalistas), para acompanhar este trabalho; b) organizou atendimento/ sessões individuais para 10 LGBTs que necessitam de acompanhamento; c) realização de 8 sessões de autocuidado quinzenalmente nas quartas a noite, com a participação de 40 a 20 LGBTs de vários estados.
	Campanha Chamada Pela vida, vacina e trabalho: a) Marcha Virtual no dia 17 de maio com cartazes contra LGBTfobia...
	Participação na construção do Seminário Nacional Reforma Agrária Popular e novas relações humanas: construindo territórios livres de violência, [...] Construção com outros setores e coletivos nacionais que contou com cerca de 170 - 200 participantes.

Quadro 2 – Ações do Coletivo LGBT Sem Terra²¹.

Para além dessas ações e das LGBTs participarem nas brigadas organizadas pelo MST de agentes populares de saúde e doação de sangue, o coletivo também realizou sua própria campanha de doação de sangue, graças ao decreto do Supremo Tribunal Federal e sua ação, que derrubou a restrição que impedia os sujeitos LGBTQIA+ de doar sangue. A referida campanha possibilitou que vários (as) LGBTs Sem Terras, usando seus símbolos de lutas em alguns estados, doassem sangue, momento de grande importância. A doação de sangue LGBT sempre sofreu amplas sanções e proibições, as

²¹ Fonte: Coletivo LGBT Sem Terra, 2021 e 2022.

quais estão ligadas à imagem depreciativa de promiscuidade e prostituição que estes sujeitos foram historicamente entendidos no Brasil.

Imagem 6: Campanha de Doação de Sangue.



Foto: Júlio Cesar, LGBT do MST do Mato Grosso.

Entretanto, como já exposto, as LGBTs também participaram em atividades organizadas pelos demais setores do MST, mas no Movimento ainda “permanece o desafio de maior atuação em alguns setores estratégicos como produção e frente de massas”, de acordo com o Balanço e Projeções do Coletivo em 2020 e 2021. As LGBTs do campo e militantes do MST precisam ocupar os espaços, somando, cada vez mais, no processo de luta por reforma agrária popular e vida digna e justa no campo. Enquanto sujeitos políticos acreditam que

se o campo produz vida, nele devemos zelar e cuidar de todas as dimensões que a circulam. Para que as LGBTs possam se reconhecer neste território, entendendo que o campo não é somente um local para produção de alimentos, mas é, também, o seu lugar para viver, para construir formas livres de ser relacionar afetiva e sexualmente” (LGBT Sem Terra, 2021, p. 123).

Desde sua consolidação, o Coletivo tem realizado cursos de formação política e ideológica para as LGBTs dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária organizados pelos MST. Na luta de classes, “apenas com o enfrentamento desses entraves históricos poderemos vislumbrar uma sociedade justa e igualitária, na qual não haja nenhuma forma de arbítrio e opressão em decorrência da raça/etnia, da orientação sexual e da identidade de gênero” (NOGUEIRA, 2020, p. 167). Com o isolamento social devido a pandemia da COVID-19, assim como as reuniões, os cursos também passaram a ser realizados virtualmente, bem como muitas das ações aqui já mencionadas.

Vale ressaltar que com esse “novo normal”, como muitos estão se referindo à realidade na qual estamos vivendo, em que o virtual se tornou uma nova forma de “vida

que segue”, também encontrou-se algumas dificuldades no que diz respeito ao desenvolvimento de algumas ações, que necessitam de acesso à internet. Como as LGBTs vivem nos assentamentos e acampamentos, ou seja, são sujeitos que vivem no e do campo, muitos não têm acesso a um sinal de celular e, quando tem, não tem acesso a uma internet de qualidade, o que traz dificuldades para a participação nas formações, entre outras atividades *online*. Contudo, planejaram e buscaram meios para que as LGBTs participassem das atividades para além das específicas do coletivo, mas também do MST como todo. Entretanto, podemos destacar que as campanhas e ações solidárias acima citadas, realizadas em 2020 e 2021 tanto pelo MST, como pelo MMC, assim como de outros movimentos socioterritoriais que buscam em suas lutas a transformação social no Brasil, foram de suma importância no enfrentamento a atual crise econômica, social, ambiental e sanitária na qual o país está vivendo. As referidas ações de solidariedade proporcionam um refúgio “emergencial à classe trabalhadora em meio à situação de crise, acentuada pelo desgoverno e pandemia, e que em sua prática afirmam que o aumento da fome e das desigualdades sociais só poderão ser combatidas com políticas públicas, a exemplo da Reforma Agrária Popular” (MST, 2022).

Portanto, vale ressaltar que diante da conjuntura ainda existente, no que diz respeito a pandemia da COVID-19, a crise econômica, o desgoverno do então presidente da república e a negação de políticas públicas para a classe trabalhadora, principalmente para homens, mulheres e LGBTs do campo tem deixado milhões de pessoas em situação de miséria e de vulnerabilidade. São vítimas do preconceito, do racismo e de toda forma de violência advinda desse sistema patriarcal e capitalista. Sabendo da importância da luta de classe, as LGBTs do MST, assim como o MMC continuam conspirando contra a classe dominante e seu governo genocida à favor da Reforma Agrária Popular e do Feminismo Camponês Popular.

Considerações finais

No decorrer dessa análise, deparou-se o quanto as camponesas foram construindo estratégias para enfrentar os desafios impostos pela pandemia. Mesmo sem dominar as tecnologias, tanto no MMC, quanto no MST se reinventaram, aprenderam, construíram a articulação com as demais organizações da classe trabalhadora e de partidos da esquerda, somando-se a atos nacionais e internacionais de lutas. As ações

foram as mais diversas possíveis, desde o envio de fotos e vídeos feitas pelas camponesas em seus quintais produtivos, bem como jornadas virtuais e presenciais. As conquistas para as camponesas sempre foram fruto de muita luta, as mesmas seguem firmes na construção do Feminismo Camponês Popular e de um projeto de sociedade para o campo e a cidade que visa a igualdade, a justiça e a dignidade, bem como a construção de novas relações de gênero entre os seres humanos, bem com a natureza.

No que se refere ao coletivo LGBT Sem Terra, observa-se que ao longo dos anos, esse público em busca de espaços onde possam ter vez e voz, assim como ter seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos, militantes apoiadores das causas sociais, tem travado diversas lutas. Aos poucos, vem rompem as cercas da ignorância, do preconceito, do ódio, da ocultação dos direitos, entre outras formas que o sistema capitalista e patriarcal usa como artimanhas e cujo objetivo é a exploração do homem e da mulher do campo.

Observa-se também que todo contexto histórico de lutas das LGBTs, de modo geral, é constituído de grandes desafios, e no MST não tinha como ser diferente, os mesmos triplicaram em 2020 e 2021 com a pandemia da COVID-19. Entretanto, para driblar as barreiras que são impostas pelo capitalismo, patriarcado, racismo, assim como no Movimento, as LGBTs Sem Terra vêm tecendo estratégias e desenvolvendo ações como forma de enfrentamento à violência contra mulheres e LGBTs do campo e a favor da vida. São ações de participação na campanha “Mulheres contra os Vírus e as Violências” e a “Chamada Pela vida, vacina e trabalho”, dentre outras que vão contra a violência que fere a integridade física e mental da mulher, o feminicídio e a LGBTfobia como já exposto acima. Percebe-se que diante do exposto, a luta dos sujeitos que compõe esses dois movimentos se entrelaça, através das ações de solidariedade, luta por direitos, políticas públicas, de enfrentamento e denúncia contra o Governo Jair Bolsonaro e sua prática negacionista e genocida, na luta por emancipação, enfrentamento a todas as formas de violência, discriminação e opressão.

Assim, “os movimentos socioterritoriais, por meio de suas ações, práticas e projetos, mobilizam e organizam estratégias de luta e resistência pelo e no território, e pleiteiam condições dignas e justas para a população camponesa e para a classe trabalhadora” (VINHA, ROSSI, SILVA e LOPES, 2021, p. 279). Portanto, pode-se dizer que as lutas pela terra e ou ações solidárias promovidas pelo MMC e MST, sejam elas virtuais ou não, constituem a política de Reforma Agrária Popular, considerando

que este projeto visa além da terra, mas também, políticas públicas e soberania alimentar para o campo e cidade, contrapondo à lógica do sistema capitalista de produção. Pois, segundo autores, as referidas ações dos movimentos socioterritoriais, “compõem uma agenda mais ampla de lutas que aproximam campo e cidade em torno da pauta da reforma agrária, considerada um elemento central que marca a atualidade da questão agrária brasileira” (p. 299). Já diz a palavra de ordem, “*Se o campo não roça, a cidade não almoça, se o campo não planta, a cidade não janta!*”.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gabriel F. Duarte; MEDEIROS, André Aparecido; CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; GRANDE, Elizabeth Rossi de; PERIN, Laiara. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas Redes Sociais On-Line: Identidade E Representação**. 2016. Disponível em: http://abciber.org.br/anaiseltronicos/wp-content/uploads/2016/trabalhos/o_movimento_dos_trabalhadores_rurais_sem_terra__mst__nas_redes_sociais_online_identidade_e_representacao_gabriel_ferreira_duarte_barbosa.pdf. Acesso em 08 de junho de 2022.

CIMA, J. I., MOLINARI, M. **Resistências: por mãos de mulheres camponesas**. Organizadoras: COLLET, Zenaide, TABORDA, Noeli Welter, CIMA, Justina Inês, GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth e KREFTA, Noemi Margarida. 1ª edição – Chapecó, SC: Associação Estadual de Mulheres Camponesas de Santa Catarina AEMC-SC, 2022. Seberi, RS: Oficina de Criatividade, 2022.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; JUNIOR, João Cleps; FILHO, José Sobreiro; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Izá. A QUESTÃO AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO: PÓS-FASCISMO E RESISTÊNCIA. **Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”**, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347506748>. Acesso em 08 de junho de 2022. GADELHA, R. R. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade / (Org.) Alessandro Santos Mariano; Thaís Terezinha Paz. – São Paulo, 2021.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thaís Terezinha. Diversidade Sexual e de Gênero no MST: primeiros passos na luta pela liberdade sexual. In. **HASTEEMOS A BANDEIRA COLORIDA: diversidade sexual e de gênero no Brasil.** / (Org.) Leonardo Nogueira; Erivan Hilário; Thaís Terezinha Paz; Kátia Marro. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MST. BALANÇO E PROJEÇÕES DO COLETIVO NACIONAL LGBT DO MST. Relatório: 2020-2021.

MST. MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. Por Lays Furtado. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>. Acesso: 06/03/2022.

NOGUEIRA, Leonardo. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais** / Leonardo Nogueira, Maysa Pereira, Rafael Toitio. --1. ed.—São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

SOBREIRO FILHO, José. S661c **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions politics : produção do espaço, redes e lógicaracionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina** / José Sobreiro Filho. - Presidente Prudente: [s.n.], 2016 440 f. : il.

TABORDA, Noeli Welter et., al.. Território: um olhar a partir das mulheres do movimento de mulheres camponesas. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78105>>. Acesso em: 28/02/2022 14:19

VINHA, J.F.S.C. **Território (i)material e Geografia Agrária:** paradigmas em questão. Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária -NERA. São Paulo, Presidente Prudente, ano 16, nº. 23, pp. 27-42 – julho/dezembro de 2013 – ISSN: 1806-6755

VINHA, J.F.S.C; ROSSI, Rinaldo de Castilho; SILVA, Rafael Santos; LOPES, João Paulo de Almeida. Reinventando as lutas na pandemia de covid-19: movimentos socioterritoriais e a construção da soberania alimentar no Brasil. In. **Geografia e Covid-19 [recurso eletrônico]: reflexões e análises sobre a pandemia** / Organizadores: Daniel Bruno Vasconcelos ... [et. al.]. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2021. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/731/649/2407>. Acesso: 06/03/2022.

Recebido em 11/03/2022. Aceito para publicação em 27/05/2022.
--